

N.º 3

# Cadernos Barão de Arêde

Revista do  
Centro de  
Estudos  
de Genealogia  
e Heráldica  
Barão de Arêde  
Coelho

Janeiro-Março 2015











CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA E HERÁLDICA BARÃO DE ARÊDE COELHO

PRESIDENTE – Luís Soveral Varella, *Barão de Arêde Coelho*

SECRETÁRIO – Óscar Caeiro Pinto

| 1

EDIÇÃO E PROPRIEDADE – Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO – Luís Soveral Varella e Óscar Caeiro Pinto

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

Daniel Estudante Protásio

David Fernandes Silva

Francisco Montanha Rebelo

José Manuel Martins Ferreira Coelho

José Maria Simões dos Santos

Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Luís Soveral Varella

Nuno de Campos Inácio

Óscar Caeiro Pinto

INPI - 533081

ISSN – 2183-3672

Revista trimestral de edição digital, N.º 2 – Outubro-Dezembro 2014

[www.aredede.eu](http://www.aredede.eu)

[info@aredede.eu](mailto:info@aredede.eu)

*Os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos seus Autores que seguem ou não o acordo ortográfico conforme melhor entendem.*

<b>Sumário</b>	2
<b>Editorial</b> – <i>por Luís Soveral Varella</i>	3
<b>Histórias da História</b>	
Alonso Gomes & C. <sup>a</sup> , a actividade mineira e a navegação a vapor entre Mértola e Vila Real de S. <sup>to</sup> António e entre Lisboa e os portos do Algarve (1870-1905) – <i>por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes</i>	5
O 2º Visconde de Santarém, a tradição Portuguesa de estudos geográficos e cartográficos e a Sociedade de Geografia de Lisboa (1903-1909) – <i>por Daniel Estudante Protásio</i>	64
Do Pecado Carnal ao Matrimónio Estabelecido, Reflexões da “Sexologia Escondida” nos períodos Medievais e Neo-Renascentistas – <i>por José Manuel Martins Ferreira Coelho</i>	73
A Arte Milenar da Armaria – A História de uma Espada do Rei Dom António – <i>por Luís Soveral Varella</i>	89
<b>Genealogia</b>	
D. Frei Gonçalo de Sousa, Comendador-Mor da Ordem de Cristo – <i>por José Maria Simões dos Santos</i>	98
Registos Paroquiais de Cartagena, Murcia – <i>por Francisco Montanha Rebelo</i>	131
A Ligação Genealógica dos Tenreiro ao termo de Fornos de Algodres – <i>por Óscar Caeiro Pinto</i>	182
Levantamento dos Casamentos de Alcantarilha – <i>por Nuno de Campos Inácio</i>	200
Os Heredia – <i>por Luís Soveral Varella (Continuação)</i>	212
<b>Heráldica e Ex-Librística</b>	
Esboços, Esbocetos, Bonecos e Heráldica e Sinais, da autoria de <i>David Fernandes Silva</i>	265
<b>Notícias</b>	267



## EDITORIAL

Com a entrada do novo ano de 2015 rapidamente ficamos com a sensação de que todo o restante ficou para trás no ano que passou. Já não olhamos para esse ano como presente mesmo que os assuntos, e são sempre vários, tenham ficado pendentes. É também essa uma das glórias da Humanidade ao criar um sistema de contagem de tempo, seja o nosso calendário ou outro qualquer como o calendário Chinês, por exemplo. Certo é que num processo mental quase automático arquivamos o que passou e olhamos para o novo ano de forma diferente.

Neste novo ano no qual se previam já várias transformações, quer políticas, quer económicas, quer sociais, tanto no nosso País como a nível Internacional, pautou-se já por quatro situações a que não podemos ficar alheios: o agravamento do conflito na Ucrânia; a ameaça que paira sobre um novo conflito aberto entre Israel e a Palestina; o resultado das eleições na Grécia que poderá vir a redesenhar todo o sistema de governação da Europa, e em última instância até a redesenhar a própria Europa; e, aqui mesmo ao nosso lado, numa localização precisa do coração da Europa, de lamentáveis actos terroristas, com todas as consequências daí resultantes para o futuro, e de que é essencial retirar as devidas ilações. Retenho desse lamentável episódio duas frases, ambas dirigidas a jornalistas, e o sentimento com que fiquei. A frase de Sua Santidade o Padre Francisco: *Não podemos provocar, não podemos insultar a fé dos*

*outros, não podemos ridicularizá-la*; a frase de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança: *Se eu me colocar na rua com um altifalante a insultar a sua mãe, o seu pai ou os seus avós, obviamente que isso tem as suas consequências*; e o sentimento profundo com que fiquei de muita hipocrisia e egoísmo nossos pelo distanciamento que insistimos em ter para com os outros povos que desses actos são vítimas diariamente. Talvez não caiba neste espaço tecer considerações de maior sobre o assunto, mas simultaneamente parece-me oportuno não passar por de cima dele como se não tivesse acontecido. Concorde-se ou não com as manifestações de Sua Santidade e de Sua Alteza Real, parece-me ser facto incontornável que nada justifica tais provocações escudadas na tão na moda *liberdade de expressão* pela qual se rege algum dito jornalismo. Para tal teríamos de estar a falar de jornalismo, o que parece consensual, não é, e por outro lado, numa sociedade aberta e democrática que se pretende avançada como nos arrogamos na Europa ou, segundo outros mais arrogantes chamam, o Mundo civilizado, não nos podemos distanciar do facto que a liberdade de expressão terá de impor a si própria os seus limites. Liberdade são os direitos fundamentais e ilanieáveis do Ser Humano: o direito à vida, o direito à educação, o direito à saúde, o direito ao ensino, o direito ao trabalho, o direito à livre escolha. Tudo o resto não são direitos fundamentais e têm de ser



medidos caso a caso em acordo com as circunstâncias e com os seus propósitos, não podendo nunca ser alienados das suas eventuais consequências. Lembro-me sempre da famosa expressão com que fui educado: *a tua liberdade acaba onde começa a liberdade dos outros.*

São quatro assuntos cruciais em quatro pontos cruciais do planeta na nossa perspectiva de Europeus. Infelizmente na nossa perspectiva de Europeus, como se o resto das desgraças que se passam suficientemente distantes de nós não fossem parte do nosso planeta e, em última instância, não tivessem também para nós consequências.

É sem dúvida uma boa altura para repensarmos todo o sistema em que vivemos e nos governamos. Onde se atropelam pessoas quais formigas miseráveis unicamente para atingir objectivos vezes de mais de excessivo conforto financeiro, como se as pessoas não existissem e o essencial fosse o resultado de tesouraria e enriquecimento de contas bancárias e a sua ostentação.

Também o nosso Centro de Estudos pode ser um local de abordagem de todos estes temas na perspectiva única da Genealogia, Heráldica, Ex-Libristica, Farelística e Património. Convidamos os nossos leitores e colaboradores a esse desafio. A publicação de artigos de análise filosófica sobre os temas da História que levaram a grandes transformações na sociedade, ou de análise de temas da actualidade na perspectiva das transformações que os mesmos poderão vir a ter, dentro do

âmbito que nos propomos e na linha editorial que temos seguido.

Perpectivando um futuro, e de volta ao tema central do Centro de Estudos, também nós, pelo que é dado conhecer até ao momento, e que em parte se consubstancia neste primeiro número de 2015, se nos augura um ano de muita actividade editorial.

As contribuições para a revista superam a capacidade de editá-las todas neste número, e a variedade e qualidade dos artigos enviados para publicação supera-se em cada número, só podendo estar de parabéns os seus autores e todos os nossos colaboradores.

E assim seja em diante.

*Luís Soveral Varela (Barão de Arêde)*

## HISTÓRIAS DA HISTÓRIA

ALONSO GOMES &amp; C.ª:

**A ACTIVIDADE MINEIRA E A NAVEGAÇÃO A VAPOR ENTRE MÉRTOLA E VILA REAL DE S.<sup>TO</sup> ANTÓNIO E ENTRE LISBOA E OS PORTOS DO ALGARVE (1870-1905)**

| 5

*por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes*

## INTRODUÇÃO

Na 2ª metade do século XIX, sobressaiu no Baixo Alentejo, Alonso Gomes (1819-1897), natural da freguesia e concelho de Mértola, filho de imigrantes espanhóis originários da província de Huelva.

Juntamente com seus irmãos, Manuel Gomes (1822-1881) e José Gomes (1828-1875), constituiu em partes idênticas a sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> nos finais dos anos 60 ou princípios dos anos 70, do referido século. Através desta empresa, dedica-se em primeiro lugar, à compra, exploração e extracção de minas de manganésio e de chumbo no distrito de Beja e noutros locais do país, obtendo mais de 40 concessões definitivas entre 1861 e 1886.

Verificando a necessidade de transporte do minério para outros portos e destinos, avança com a fundação nos inícios dos anos 70 de uma companhia de navegação a vapor, denominada “Empresa de Navegação a Vapor para o Algarve e Guadiana”, obtendo o monopólio e concessão estatal das carreiras comerciais, de passageiros e de mercadorias entre: 1º Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António e 2º entre Lisboa e os portos do Algarve (1874-1897), pelo acordo de 6-10-1874, renovado pelo contrato provisório de 16-11-1883 e por decreto de 20-11-1893. Representará esta empresa, isoladamente, a navegação portuguesa a vapor nos portos do litoral do país, entre os anos de 1874 e 1905.

Ao falecer em 1897, tornara-se num dos maiores proprietário urbano e rústico no distrito de Beja.

Para a elaboração deste artigo foram fundamentais as seguintes obras: a tese de doutoramento de João Carlos Garcia com o título de “A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917)” da Universidade do Porto, 1996; a Collecção Oficial de Legislação Portuguesa de 1861, 1863, 1864, 1865, 1868, 1869, 1871, 1883, 1884, 1886, e o site “Navios e Navegadores: Frotas nacionais - Alonso Gomes & C.<sup>ª</sup>”.



### Biografia e ambiente familiar

**Alonso Gomes**, nasceu em Mértola, Beja a 17-1-1819 e morreu em Mértola a 17-6-1897, destacando-se na actividade mineira de manganés e de chumbo no Baixo Alentejo e na navegação a vapor entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António e entre Lisboa e os portos do Algarve (1874-1897).

Natural da vila de Mértola, aí passou a sua juventude, onde se casou com D. Maria Augusta, enviuvando desta em 1-9-1870, sem descendência. Era filho de exilados espanhóis, Andrés Gomez, que estabeleceu residência em Alcaria Ruiva, lojista e pequeno proprietário, natural de Villanueva de Castillejos, Huelva, Andaluzia, Espanha e de sua mulher Maria Rafaela Martin, natural de N. Sr.<sup>a</sup> de Guadalupe, Almendro, arcebispado de Sevilha, Huelva, Andaluzia, que morreu em Mértola (com quem casou em Mértola a 13-9-1815), filha de José Martin, natural do Almendro e de sua mulher Maria Lorenzo, natural do Almendro.



*Vila de Mértola*

O seu primeiro negócio, foi a criação dum estabelecimento comercial em sociedade com os seus pais, situado na vila de Mértola, comercializando produtos como: o trigo, a lã, a cera, o gado, etc.<sup>1</sup>

Foi ele, o maior descobridor e explorador de minas de manganés no Baixo Alentejo na segunda metade do século XIX, obtendo mais de 40 concessões definitivas entre 1861-1886. Só na actividade mineira, empregava mais de 500 trabalhadores. Entre as minas de manganés e chumbo conhecidas, destacam-se: a do Serro dos Caldeireiros, Alcaria Ruiva, Mértola (a 25-11-1861); a do vale da Abelheira, Sant`Anna de Cambas,

---

<sup>1</sup> cf. jornal Commercio e industria: sciências, artes e letras de entre 1890-1891-1892: Biografia de Alonso Gomes.



Mértola (a 27-5-1863); a da herdade de Penedos, S. Marcos, Castro Verde (a 26-3-1864); a do Serro dos Coelhoos, junto ao Monte da Quintã, Mértola (a 17-8-1864); a da herdade de Ferragudo, Castro Verde (a 9-10-1865); a das Crujinhãs, Alcaria Ruiva, Mértola (a 9-10-1865); a da herdade dos Escudeiros, Albernôa, Mértola (a 9-10-1865); a do Serro da Predeneira na herdade de Corcovada, Albernôa (a 18-2-1868); a do Serro do Zambujeiro e Curralão na herdade de Corcovada, freguesia de Albernôa (a 18-2-1868); a da courela da Caeira, freguesia de Alcaria Ruiva, Mértola (a 18-2-1868); a da courela do Casarão, Alcaria Ruiva, Mértola (a 25-4-1868); a do serro do Laboreiro nas herdades da Ortiga e Bemposta, Messejana, Aljustrel (a 23-5-1868); a da Soalheira da Serra da Caeira, Alcaria Ruiva, Mértola (a 22-6-1868); a de Vale do Calvo, Ervidel, Aljustrel (a 12-8-1869); a do Serro das Cannas Frexas na herdade da Balança, Alcaria Ruiva, Mértola (a 7-9-1869); a da herdade de Corte Carrasco, Albernôa (a 7-9-1869); a do Serro do Cabeço do Homem, Aljustrel (a 26-10-1869); a dos Serros Altos na herdade dos Negreiros, Castro Verde (a 26-10-1869); a do Serro do Paraíso na herdade de Furadouro, Aljustrel (a 16-11-1869); a da serra dos Feitais, Aljustrel (em 1869); a da herdade da Felipeja, Castro Verde (a 28-10-1871); a do Serro da Cruz do Peso, Alcaria Ruiva, Mértola (como descobridor legal a 4-7-1883); a da Rocha na herdade dos Negreiros, a 7 km de Castro Verde (a 31-5-1884); a do Cerro do Curralinho, Castro Verde (a 31-5-1884); a do Serro Beturiano, identificada também como Serro do Seixo no Monte Ruivo em Entradas, Castro Verde (por alvará de cedência de exploração de 26-6-1886); e as minas de Medas e da Bouça Velha, no concelho de Gondomar, Porto.<sup>2</sup>

Os depósitos de manganésio estão normalmente à superfície, sendo caracterizados pelos afloramentos de quartzites avermelhadas típicas, denominadas por jaspes. Os jazidos explorados, são constituídos por óxidos e têm a forma de massas lenticulares mais ou menos interestratificadas. A mineração nunca vai a grandes profundidades, atingindo no máximo 50 metros. O manganésio, era normalmente utilizado na indústria vidreira, na cerâmica, na pintura, nos produtos químicos e na metalurgia.<sup>3</sup>

No final da década 60 deste século, avançou também para a exploração mineira de chumbo em parceria com Pedro José Infante, através da Companhia Esperançosa. Foi o caso das minas da Fonte dos Barbaços na herdade dos Namorados, Mértola, com a área de 236 hectares (por concessão definitiva de 4-1-1869); a do Serrinho da Azinheira na herdade da Morena, Mértola (por concessão definitiva de 5-1-1869), abrangendo a área de 103 hectares; e a de Corgo da Mula, Mértola (por concessão definitiva de 12-1-1869), que abrangia a área de 180 hectares.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> cf. Sobre as fontes destas minas consulte-se no final deste trabalho o Anexo - Documento 7.

<sup>3</sup> cf. J. M. Costa Almeida - "Considerações a propósito do manganésio do Alentejo", Sep. Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Porto, I-II, 1945, p. 16.

<sup>4</sup> cf. A companhia Esperançosa, terá sido criada em 1861, sendo aprovados os seus estatutos por decreto de 14-10-1862 e alvará de 20-11-1862.



Nos inícios da década de 70 do século XIX, funda com seus irmãos Manuel e José, a sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> em partes idênticas. Tinha Alonso Gomes uma influência e predomínio absoluto sobre seus irmãos e sobrinhos, que nele depositavam a maior confiança. Com os referidos irmãos varões foi adquirindo, através da sociedade, capital comum e indiviso de bens urbanos e rústicos, administrando-os indiscriminadamente e empreendendo vários negócios e indústrias, como seja, na actividade mineira e na navegação a vapor entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António e entre Lisboa e os portos do Algarve (1874-1897), recebendo este monopólio régio pelo acordo de 6-10-1874, renovado pelo contrato provisório de 16-11-1883 e por decreto de 20-11-1893. Assim a empresa Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, representará isolada a navegação portuguesa a vapor nos portos do litoral entre 1874 e 1905.

Criaram assim uma massa indivisa de bens, direitos e acções, que ascendiam a grandes proporções. Destas circunstâncias resultou a grave dificuldade e impossibilidade de dividir os valores desta administração, pois com essa partilha sofreria a sua autoridade e importância. Entre ele e seus irmãos, havia uma simples indivisão de bens e de interesses comuns, no domínio dos três e na posse de Alonso Gomes, como espécie de cabeça de casal. Este último, conservava tudo em seu poder e em proveito próprio, entregando a seus irmãos, quando estes lhe pediam, quaisquer quantias ou mesadas.

Na mesma vila (Mértola), residiam mas à parte, em sua casa dois irmãos, Manuel Gomes (1822-1881) e José Gomes (1828-1875). Além destes, tinha as seguintes irmãs: D. Remédios Gomes, D. Maria das Dores Gomes e D. Felicidade Gomes. Destes seus irmãos, apenas houve descendência de José e de Felicidade Gomes. Quando em 15-3-1875, morreu o seu irmão José Gomes, deixando viúva Teresa Martins Peres Blanco e filhos menores, André e Maria das Dores Blanco Gomes, nenhum inventário ou partilha judicial se realizou e os três familiares, continuaram a receber do tio e cunhado, Alonso Gomes, as quantias que necessitavam e as coisas prosseguiram no mesmo estado de indivisão de bens. Em 24-10-1881, morreu o outro irmão, Manuel Gomes, sem testamento e descendência, não se efectuando então, também, qualquer inventário ou partilha judicial, ficando Alonso Gomes na posse dos bens indivisos da sociedade, administrando-os agora indistintamente.

Em 31-10-1895 e 1-11-1895, efectuou duas escrituras de partilhas: a primeira de liquidação da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, entre ele, irmã, cunhada e sobrinhos; e a segunda, uma partilha amigável entre ele, irmã e sobrinhos, impondo-as como acto preparatório para o testamento, que um ano depois faria aprovar em Mértola a 1-12-1896.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> cf. Arquivo particular de José Gomes Pulido Garcia, Escritura de liquidação da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> entre Alonso Gomes, irmã, cunhada e sobrinhos a 31-10-1895, documento n.º 9 e Escritura de partilha amigável entre Alonso Gomes, irmã e sobrinhos de 1-11-1895, documento n.º 44.



Vivia desde então, em união de facto com Antónia Maria da Cruz, solteira, natural da freguesia da Trindade, Beja, filha de José da Cruz e de sua mulher Maria José, que tinha então grande influência e preponderância no seu espírito, sobretudo nos últimos anos da vida, quando a senilidade se manifestou mais vincadamente.

Nesta escritura (1895) e testamento (1896), veio a beneficiar os seus sobrinhos Manuel e Felicidade Bravo Gomes, que receberam proporcionalmente a melhor parte da herança. Alonso Gomes, enfraquecido pela idade nos últimos meses, andava alienado, afirmando pública e diariamente que roubara seus parentes, dizendo «*estão roubados, fiz uma escritura falsa*». O próprio sobrinho, Manuel Bravo Gomes, repudiou o que recebera em testamento do tio, declarando, achar-se “*generosamente*” contemplado com os legados deixados por Alonso Gomes. A citada Antónia Maria da Cruz, confessava publicamente ter sido ela a artífice que “*arranjou*” o testamento, e a fazer com que os dois principais empregados da casa, não fossem contemplados por Alonso Gomes. O próprio testamento, deixava à mesma Antónia Maria da Cruz «*que há muitos anos vive em minha companhia, a quantia de mil e duzentos reis diários em moeda corrente do reino; mil novecentos e vinte e tres litros e seis decilitros de trigo, limpo e bom, capaz de receber, trinta litros de azeite, seis carradas de lenha, um porco gordo com o peso não inferior a noventa quilos, isto anualmente, podendo receber o trigo em qualquer dia do ano que lhe convier e o que for pertencente a cada ano.-O que deixo declarado tem somente valor durante a vida da dita Antónia Maria da Cruz, porque, falecendo esta caduca a pensão (...)*» e ainda «*a morada de casas térreas com quintal que possuo nesta vila, e são as que onde actualmente residio, bem como lbe deixo toda a mobília, roupas e mais objectos que existirem em casa á data do meu falecimento (...)*». Além disso, receberia durante quatro anos após a sua morte «*a quantia de trinta e dois mil reis mensais, para esta aplicar a dita quantia na educação de suas duas sobrinhas-Eduarda e Alonsa, julgando conveniente ter para isso uma professora particular que as eduque (...)*».<sup>6</sup>

Assim dois sobrinhos, André e Maria das Dores Blanco Gomes, após a morte do tio (a 17-6-1897), colocam acções ordinárias (1897-1899), a pedir a anulação da escritura de 1895 e do testamento de 1896 «*por erro de facto e de direito sobre a causa, por coacção, má-fé e dolo do contraente Alonso Gomes e de Antónia Maria da Cruz, Manuel e de D. Felicidade Bravo Gomes*».<sup>7</sup>

Alonso Gomes, foi chefe do partido Regenerador no distrito de Beja «*Foi sempre um político activo e prestimoso. O partido regenerador, onde apenas militou, considerou-o como um campeão a favor de quem se decidiam as victorias eleitoraes. No gabinete do ministro, como na casa do ultimo eleitor, a sua voz era ouvida, e a sua opinião respeitada, porque a sua voz e a sua opinião*

<sup>6</sup> cf. Arquivo particular de José Gomes Pulido Garcia, Testamento de Alonso Gomes de 1-12-1896, documento n.º 30 e 42.

<sup>7</sup> cf. Arquivo particular de José Gomes Pulido Garcia, Certidão extraída da acção para anulação das escrituras de partilhas, outorgadas após a morte de Alonso Gomes, e legados deixados no testamento com que faleceu Alonso Gomes em 1897 e 1898, documentos n.º 30, 37, 70, 72 a 75.



eram determinadas por um bom critério, por uma perspicácia política pouco vulgar, e por uma resolução e acção intemerata.<sup>8</sup>



“A Folha de Beja” de 24-6-1897

Afecto e amigo de José Xavier de Menezes (1845-1903), Governador Civil de Beja (de 20-1-1890 a 28-4-1892), dispôs a favor da autoridade administrativa, o seu valimento político no distrito. Concorreu com elevadas somas e capitais, para melhoramentos públicos no distrito de Beja: abriu e construiu a fonte e capela da vila de Messejana, Aljustrel; reparou a igreja de Albernôa, Mértola, que se encontrava em estado de ruína; mandou canalizar água na extensão de 1700 metros na povoação de Cabeça Gorda, Beja, abriu a ampla avenida (ex-libris da freguesia, que herdou o seu nome) e construiu uma fonte nesta localidade em 1881 (então freguesia da Salvada); mandou construir um cemitério em Montes Velhos, S. João de Negrilhos, Aljustrel (hoje inexistente, onde actualmente se situa o jardim desta freguesia); devido à sua influência, mandou-se construir a estrada de S.<sup>ta</sup> Vitória a Ervidel; concedeu aultadas importâncias e duma só vez no seu testamento (1896) para os seguintes estabelecimentos: hospital da

<sup>8</sup> cf. Biblioteca Nacional, Nove de Julho de 23-6-1897, XII<sup>o</sup> Ano, n.º 626, p. 2 e Biblioteca Municipal de Beja, “A Folha de Beja” de 24-6-1897, Ano V, n.º 234, p. 1.

S.<sup>ta</sup> Casa da Misericórdia de Mértola, a quantia de 200.000 réis, hospital civil de Beja, a quantia de 200.000 réis e hospital de Castro Verde, a quantia de 100.000 réis.<sup>9</sup>



*Fonte Alonso Gomes na Cabeça Gorda, Beja*

A sua faceta de benemérito é reforçada no jornal semanal “A Folha de Beja” de 24-6-1897, que refere «E Alonso Gomes era um roble de beneficência (...) Quasi não havia terra no baixo Alentejo, onde não se sentisse a benéfica influencia de sua generosidade e philantropia. Enchugou muitas lagrimas, amparou muitas famílias, dotou muitas povoações de melhoramentos importantes. Nas suas vastas propriedades abriam-se por vezes, nas estações invernosas, e em occasiões criticas, trabalhos em larga escala, sem grande necessidade agricola, para que os pobres tivessem onde ganbar o pão para as suas familias, e não soffressem os rigores da fome. Em seus vapores tinham passagem de graça, todas as pessoas pobres ou remediadas, que se chegassem a elle ou a alguém de sua familia. Pelas escolas, de educação elementar, profissional e superior passaram alumnos sustentados com o seu dinbeiro (...) Em actos publicos, em solemnidades religiosas, onde o chamassem um dever ou uma consideração de qualquer ordem, elle suppria afinal, generosamente, as ultimas necessidades (...)».<sup>10</sup>

Segundo o dito jornal bejense de 24-6-1897, recebera de S.M. o rei D. Carlos I Portugal, a mercê de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Industrial, entre 1893 e 1897, salientado «Um dia approuve a El-Rei conferir-lhe a gran-cruz de merito industrial, porque Alonso Gomes era o maior, e sempre honrado e digno, dos industriaes do districto de Beja. O agraciado

<sup>9</sup> cf. jornal Commercio e industria: sciências, artes e letras entre 1890-1892: Biografia de Alonso Gomes. Era José Xavier de Menezes (\* Beja em 1845, + 1903), Governador Civil de Beja (de 20-1-1890 a 28-4-1892), Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, do Conselho de S.M.F.

<sup>10</sup> cf. Biblioteca Municipal de Beja, “A Folha de Beja” de 24-6-1897, Ano V, n.º 234, p. 1.



*agradecen, acceitou, mas ninguem lhe viu ao peito indicio algum da justa mercê regia, que no entanto tam ajustada lhe ficaria».<sup>11</sup>*

Ao morrer (em 1897), confirmava-se pelo seu testamento, que possuía um vasto património urbano e rústico: Senhor das herdades de S. Barão, Cela, Milhorio, Cachopos, Cerca Nova e Namorados no concelho de Mértola, distrito de Beja; Revez, Colchões, Monte Novo, Malhão da Popa (1886), Monte Ruas e Furadouro (a 3-5-1870) no concelho de Aljustrel, distrito de Beja; Balança, Navarro, Venda dos Salgueiros, Venda e Bicha Veado em Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja; Aldeia de Cima, Linhares, Casas Velhas (a 15-11-1879), Monte Branco (a 19-9-1872), Rata e dos Aldeotos em Albernôa, concelho e distrito de Beja; Brôco de Cima, Vinha, Couqueiros, Barbas de Gaiô de Baixo e de Cima, Barrinho, Malhada de Cabreira e Estroga em Salvada, concelho e distrito de Beja; Delegados, Almarjão e Talica em Quintos, concelho e distrito de Beja; Mestres, Monte Goes, Monte Branco, Monte do Neto, Monte Novo e Oliveiras no concelho de Almodôvar, distrito de Beja; Quinta Nova e Bugio em Panóias, concelho de Ourique, distrito de Beja; Figueirinha de Matos em S.<sup>ta</sup> Vitória, concelho e distrito de Beja; Almares (ou Almargue) no concelho de Odemira, distrito de Beja; Outeiro da Figueira em Trindade, concelho e distrito de Beja; Deserto do Monte Novo em S. Marcos da Ataboeira, concelho de Castro Verde, distrito de Beja; Chaiça Velha em Ervidel, concelho de Aljustrel, distrito de Beja; e de várias minas e  $\frac{3}{4}$  dos navios a vapor (o Gomes IV, o Gomes VI e o Gomes VIII), etc., etc., sócio e representante da Sociedade Alonso Gomes & C<sup>a</sup> com seus irmãos (liquidada e extinta a 31-10-1895). Possuía ainda, os seguintes prédios urbanos: na rua do Vale, na rua de S. João, no largo de S.<sup>ta</sup> Catarina, na praça Jacinto Freire de Andrade na cidade de Beja; na rua de N. S.<sup>ta</sup> do Vale em Aljustrel; Moinho do Monte, próximo de Ervidel, etc., etc.

Na sessão da Câmara Municipal de Mértola de 22-6-1897, Jacinto José de Palma (1829- ), 1º Visconde de Bouzões, presidente da edilidade<sup>12</sup>, faz o elogio do defunto, lança um voto de pesar e propõe o nome de Alonso Gomes para um largo da vila:

<sup>11</sup> cf. Biblioteca Municipal de Beja, “A Folha de Beja” de 24-6-1897, Ano V, n.º 234, p. 1. Esta ordem foi criada por decreto de 4-6-1893, no reinado de D. Carlos I, quando da sua visita à cidade de Beja, com a designação de Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial, dividida em duas classes: Agrícola e Industrial, com o objectivo de manifestar o apreço e estima pelos serviços prestados à agricultura e à indústria nacionais pelos cidadãos mais empenhados nestas actividades. No entanto, procurando no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) no Registo Geral de Mercês, D. Carlos I, Próprios e nos livros do Ministério do Reino, Livro 923, Assentamento geral dos agraciados com a Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial (1893-1910) e Ministério do Reino, Livro 2552, Registo de Condecorações (1894-1910), nada se encontra sobre o registo da sua condecoração como refere a notícia do jornal.

<sup>12</sup> cf. Jacinto José de Palma (\* em S. Pedro de Solis, Beja a 27-4-1829, + ), 1º Visconde de Bouzões (decreto de 17 e carta de 23-9-1874), Deputado por Mértola (1870-1871, 1880-1881), Presidente da Câmara Municipal de Mértola (1897), grande proprietário de Mértola, etc., in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 169-170.

«[...] *atendendo a que o finado foi um cidadão a quem o concelho muito deveu, um cidadão que constantemente com uma cultura grande, e um coração generoso derramava seus benefícios, propunha que se lançasse na acta d'esta sessão um voto de sentimento pela perda de tão benemérito cidadão e que como acto commemorativo se denominasse d'ora avante - Largo de Alonso Gomes - o largo aonde se acha o edificio em que residiu o finado, e que até agora se denominou - Largo de Vasco da Gama*». <sup>13</sup>

| 13

Foi ainda Reitor da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. João Baptista na cidade de Beja (em 1897).<sup>14</sup>



*Andor de prata que figura nas festas do Santíssimo Sacramento em Beja; e Festas do Santíssimo Sacramento em Beja*

Tem um largo com o seu nome na vila de Mértola (aprovado em sessão camarária de 22-6-1897); uma avenida também com o nome de Alonso Gomes na freguesia de Cabeça Gorda no concelho e distrito de Beja; e um chafariz (ou fontanário) de Alonso Gomes em Messejana, Aljustrel.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> cf. AHM, Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A.B. 1/28, fl. 73.

<sup>14</sup> cf. “Nove de Julho” de 23-6-1897, XIIº Ano, n.º 626, p. 2. A Confraria do Santíssimo Sacramento de S. João Baptista de Beja, foi fundada em 1589.

<sup>15</sup> cf. O chafariz de Alonso Gomes, é de arquitectura neoclássica e pintado em tons de branco e azul, cores que continuam a sobressair na arquitectura alentejana.



*Largo Alonso Gomes em Mértola*



*Avenida Alonso Gomes em Cabeça Gorda*



*Chafariz de Alonso Gomes em Messejana, Aljustrel*

### **O início da actividade mineira**

O primeiro decreto que no período liberal, regulamenta a descoberta e exploração de jazigos mineiros data de -11-1836. No entanto, só após o movimento Regenerador de 1851, é que se altera a realidade do sector mineiro. Em 31-12-1852, publica-se um decreto (regulamentado em 1853), que vai ser o estatuto mineiro português de toda a 2ª metade do século XIX. Este diploma, segundo Silvestre Ribeiro «*impõe a qualquer companhia, ou particular que descobrir uma mina, e quizer assegurar o seu direito à concessão (...) a obrigação de registar, na câmara municipal do concelho a que pertence a localidade, uma nota de descobrimento, e de enviar uma certidão de registo ao ministério das obras públicas, acompanhada de*



*amostras dos mineraes, e de uma descrição da localidade e posição do jazido, com indicação do terreno que deseje reservado».*<sup>16</sup>

Paralelamente, esta lei contemplava outro aspecto importante - o imposto mineiro. Segundo Manuel Rodrigues, estes encargos tributários, representavam «*um duplo imposto anual: um, fixo dependente da superfície do terreno demarcado [...] outro proporcional que não podia exceder 5% do produto líquido das despesas de extração, e que o Governo tinha a faculdade de dispensar, modificar ou converter em uma renda anual fixa, mediante acordo com o concessionário*». Os impostos a pagar e os realmente pagos, foram bastante discutidos ao longo de toda a existência da mina, entre a empresa e o Estado; entre esta e as câmaras municipais; e entre estas últimas e o Estado, etc. Por exemplo, em Agosto de 1880, a Câmara Municipal de Mértola, recebe reclamações do «*[...] Visconde Mason de S. Domingos e d'Alonso Gomes d'esta villa requerendo que as suas collectas lançadas sobre os rendimentos das minas de que são concessionários e gerentes fossem eliminadas, allegando que taes rendimentos estão isentos das contribuições municipaes directas. Foram indeferidos [...] E seria uma flagrante injustiça se se desse similhante recepção para com os concessionários de minas, enquanto que todos os municípios, sem exclusão do miserável jornaleiro, contribuem segundo os seus haveres para as despesas do concelho. Não há também motivo para estranhar a superioridade da sua collecta; pois que ella está em perfeita relação com os seus lucros e commodos*».<sup>17</sup>

Esta legislação, foi posteriormente complementada com diversos diplomas, como: o decreto de 17-6-1858 (sobre a cobrança de impostos), o de 5-10-1859 (criando um conselho de minas), o de 2-4-1860 (sobre o regulamento dos inspectores mineiros), o de 15-4-1862 (sobre a renda mineira), o de 12-8-1862 (sobre manifestos e áreas reservadas aos manifestantes), o de 19-6-1888 (sobre o registo de descoberta), etc.<sup>18</sup>

A redescoberta e o sucesso da exploração mineira de S. Domingos, feita por Nicolau Biava provavelmente em 1857, conduzirão a uma 1ª corrida às minas no Baixo Alentejo. Assim entre 1859 e 1870, foram concedidas 35 explorações no distrito de Beja, quando desde meados dos anos 30, não havia sequer qualquer concessão. Só a Alonso Gomes, temos conhecimento neste período (de 1859-1870), da concessão de pelo menos de 20 minas de manganésio.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> cf. João Carlos Garcia - A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917) [Texto policopiado], volume I, tese de doutoramento em Geografia Humana pela Universidade do Porto, 1996, p. 149 e José Silvestre Ribeiro - "As Minas em Portugal. Estudo histórico-administrativo" in História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal..., XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 197.

<sup>17</sup> cf. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mértola (AHM), Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A. B. 1/24, fl. 39 v.º e João Carlos Garcia, op. cit., p. 203.

<sup>18</sup> cf. Manuel Rodrigues - A indústria mineira em Portugal. Estudo económico-jurídico, Coimbra: Coimbra Editora, 1921, p. 117 e João Carlos Garcia, op. cit., p. 149.

<sup>19</sup> cf. Sobre as fontes destas minas consulte-se no final deste trabalho o Anexo - Documento 7.

O número de concessões definitivas, em relação ao do registo de descobertas é no entanto, bastante mais reduzido. As novas minas, distribuem-se numa faixa que vai da fronteira do Chanca, atravessando os concelhos de Mértola e de Castro Verde, atingindo os de Beja e de Aljustrel, correndo de um lado e outro da divisão administrativa.<sup>20</sup>



*Mina de manganésio em Mértola*

São maioritariamente, registadas como jazigos de manganés, com excepção da de S. Domingos (em Mértola), Herdade de Ruy Gomes (em Moura) e S. João do Deserto e Algares (em Aljustrel), minas de cobre e três pequenas concessões na freguesia de Mértola, onde se explorava minério de chumbo.<sup>21</sup>

Desde então é requerido o reconhecimento das minas, como seja, o pedido de reconhecimento de Pedro José Rodrigues Teixeira e Domingos Dias Sequeira, duma mina de antimónio na freguesia de Alcoutim em Cortes Pereira *«em que podem ser reconhecidos descobridores legaes da mina d'antimonio de Cortes Pereira, situada na freguesia e concelho d' Alcoutim [...] Concordando com o alinhamento geral dos pontos culminantes da região e sobranceiro aos valles affluentes do Guadiana, que se acham em posição conveniente às operações de esgoto e de transporte»*.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> cf. J. M. Costa Almeida - “Considerações a propósito do manganésio do Alentejo”, Sep. Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Porto, I-II, 1945, p. 15.

<sup>21</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., p. 150.

<sup>22</sup> cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOP), Registo de consultas elaboradas pelo Conselho de Minas (1859-1868), Iº vol., fl. 13-13 v.º e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 152-153.

No mesmo sentido, Alonso Gomes, um dos mais importantes especuladores mineiros do concelho de Mértola, requere em -3-1861 junto da edilidade «[...] que lhe fosse arrendada uma facção de terreno nas proximidades do rio para depositar mineral para embarque».<sup>23</sup>

O manganês, era vendido no mercado de Newcastle em Inglaterra, onde era consumido em grandes quantidades pelas fábricas de vidro, produtos químicos e adubos. O modo de exploração das minas de manganésio, denominava-se em termos técnicos por “*lavra de rapina*”. Segundo, João Carlos Garcia, com este método «*atacavam-se apenas as concentrações minerais mais ricas pelo processo mais lucrativo e utilizavam-se frequentemente duas centenas de trabalhadores ou mais. A sua laboração parava logo que o teor em minérios ricos baixava e a actividade era retomada em função da descoberta de outras concentrações suficientemente ricas e lucrativas ou duma conjuntura favorável nas cotações do mercado*».<sup>24</sup>

| 17



*Mina de Ferragudo - Grupo de tromeis e quebrador Dodge*

A concessão definitiva, seria a última etapa de todo o processo que se iniciava na descoberta e seu registo. Entre a descoberta e o registo, surgia um período de forte especulação até à concessão definitiva. José Silvestre Ribeiro, sublinha que a Junta Geral do Distrito de Beja, apresentara a José Borges Pacheco Pereira (1810- )<sup>25</sup>, Governador civil de Beja (3-8-1861 a 18-1-1868) um mapa de 13-6-1865, com o título “Nota numérica das minas registadas perante as câmaras até esta data”, onde haviam

<sup>23</sup> cf. AHM, Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A.B. 1/18, fl. 59 e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 152-153.

<sup>24</sup> cf. Paulo Guimarães - Indústria, mineiros e sindicatos, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, p. 10 e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 153-154.

<sup>25</sup> cf. José Borges Pacheco Pereira (\* Braga em 1810- ), Governador Civil de Beja (3-8-1861 a 18-1-1868), Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Vol. XIX, 1960, p. 902.



sido registadas só na câmara municipal de Mértola 192 minas!<sup>26</sup> Por exemplo, Alonso Gomes, é reconhecido como proprietário da mina de manganésio, na freguesia de Alcaria, dentro do concelho de Mértola a 4-7-1883 «*Tendo Alonso Gomes requerido Diploma do descobrimento legal da mina de manganésio da Cruz do Peso, na Freguesia de Alcaria, Concelho de Mértola; Vistos os documentos que demonstram ter o requerente satisfeito todos os preceitos do Artº 12º do Decreto com força de Lei, de 31 de Dezembro de 1852; Visto o relatório do Engenheiro, que por ordem do Governo, verificou a existência do depósito para o Consultor da Junta Consultiva, das Obras Públicas e Minas; Ha por bem S.M. El Rei, confirmando-se com a mencionada consulta:*

- *Que o requerente é reconhecido como proprietário legal da mina;*
- *Confrontações e limites da mina, conforme o Diário do Governo n.º 149, de 6 de Julho de 1883;*
- *Que dispõe da quantia de 3.000.000 réis, mínimo necessário para lavrar a terra. Paço, 4 de Julho de 1883 a) Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro».*<sup>27</sup>

Assim, no concelho de Mértola e distrito de Beja, a figura mais proeminente é Alonso Gomes, filho de emigrados espanhóis da província de Huelva, Espanha, que a partir dos negócios no sector mineiro, passará a grande proprietário urbano e latifundiário, armador, empresário e comerciante em diversos ramos.

Na Exposição Nacional de Indústrias Fabris em 1889, Alonso Gomes, apresenta amostras de minérios das suas explorações: da mina da Herdade de Vale do Calvo, concelho de Aljustrel, da mina da Herdade de Ferragudo, concelho de Castro Verde, das minas das Herdades da Balança e dos Namorados, do concelho de Mértola e das minas das Medas e da de Bouça Velha, do concelho de Gondomar, Porto.<sup>28</sup>

### **A navegação a vapor no rio Guadiana**

A revolução dos transportes fluviais no Baixo Guadiana, tem como principal interveniente os navios a vapor.

As razões do estabelecimento das carreiras do Guadiana, devem-se sobretudo a dois factores, que se relacionam com as alterações da circulação de passageiros e mercadorias no vale: 1º a abertura, instalação e desenvolvimento da exploração mineira de S. Domingos, para escoamento do minério entre o Pomarão e a foz do Guadiana e carregamento das pirites; e 2º a inexistência de concorrentes sérios e directos ao longo do vale, como é o caso do caminho-de-ferro ou das estradas.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> cf. José Silvestre Ribeiro, op. cit., p. 201 e João Carlos Garcia, op. cit., p. 154.

<sup>27</sup> cf. Navios e Navegadores: Frotas nacionais - Alonso Gomes & C., in <http://naviosnavegadores.blogspot.pt/2008/03/frotas-nacionais-alonso-gomes-c.html>.

<sup>28</sup> cf. José Augusto das Neves Cabral; Monteiro; J. A. Barata - Exposição Nacional das Indústrias Fabris. Catálogo Descritivo da Secção de Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 186.

<sup>29</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., pp. 295 e 361.



Em termos históricos, só em meados de 1848, é que são postos a concurso público carreiras a vapor entre Lisboa e os portos do Algarve e entre a capital e a ilha da Madeira<sup>30</sup>, mas só volvidos seis anos, constituiu-se uma companhia de accionistas - a “Companhia Algarviense de Navegação a Vapor” - que se propõe a assegurar as ligações para o litoral Sul.

Contudo, os problemas sucedem-se nas primeiras viagens e no início do ano, começando os accionistas a recuar e a não pagarem as prestações.

Por isso, em 1858 o Governo, procura de novo estabelecer a carreira a vapor, por decreto de 27 de Janeiro, onde estipulava os direitos e deveres da empresa e, anuncia o subsídio que a ela se concedia no caso de cumprir o contrato: 9.600\$000 réis anuais.<sup>31</sup> Seria a “Companhia União Mercantil”, que ficaria encarregue deste desafio, embora sem grande sucesso: «*Constando a Sua Magestade El-Rei que a Companhia União Mercantil não tem satisfeito regularmente ás condições do seu contrato, com relação á navegação entre Lisboa e os portos do Algarve [...] é mandado suspender á companhia, do 1º de julbo proximo em diante [1860], o pagamento da subvensão relativa á navegação do Algarve.*»<sup>32</sup>

A partir do início de Fevereiro de 1860, entra ao serviço o vapor “D. Luiz” da “Empresa Lusitana”, que raramente sairá do porto de Lisboa nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.<sup>33</sup>

Em Fevereiro de 1868, celebra-se um contrato com a firma Bayley e Leetham, de Hull, para conceder-lhe, pelo prazo de 3 anos, um subsídio de 167.500\$000 réis por 12 viagens anuais para os portos da África Ocidental; 22.500\$000 réis por 24 viagens para os Açores; e 10.000\$000 réis por 24 viagens para o Algarve.<sup>34</sup>

No entanto, até ao ano de 1871, será a “Empresa Lusitana” que garantirá as carreiras para o Algarve, visto que já detinha o exclusivo da navegação nacional. Esta empresa, dedicar-se-á a partir deste momento, unicamente e durante 10 anos às carreiras

---

<sup>30</sup> cf. Joel Serrão - Temas oitocentistas. Para a História de Portugal no século passado, Ensaios, 2ª ed., I vol., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

<sup>31</sup> cf. O acordo teria a duração de 6 anos e a companhia comprometia-se a empregar, no mínimo, dois barcos movidos a vapor, que entrariam nas barras algarvias depois de escalarem o porto de Sines, duas vezes por mês; simultaneamente, seriam concedidas isenções fiscais para a manutenção dos navios, obrigando-se a companhia a transportar, por preço reduzido, o correio, o material de guerra e os passageiros oficiais. Na 2ª metade do século XIX, a maioria dos países estrangeiros, pagava subsídios para a manutenção das linhas marítimas nacionais (in Derek H. Aldcroft - “British Shipping and Foreign Competition: the Anglo-German Rivalry, 1880-1914” in Studies in British Transport History, 1870-1970, (Derek Aldcroft dir), Newton Abbot, David and Charles, 1974-a, p. 60).

<sup>32</sup> cf. Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria (desde 1870 Revista de Obras Públicas e Minas), Lisboa, 1857-1917, 7., 1859, p. 33 e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 350-351.

<sup>33</sup> cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Borrão, Passagens de Março de 1859 a Dezembro de 1862, caixa 25, liv. 62, fl. n.n. e João Carlos Garcia, op. cit., p. 352.

<sup>34</sup> cf. António Alves Pereira de Matos - Marinha de Commercio, II vol., Porto: Magalhães e Moniz, 1900-1901, pp. 32-33.



marítimas para a costa ocidental de África.<sup>35</sup> A sua sucessora para a rota do Algarve, é a “Empresa de Navegação a Vapor para o Algarve e Guadiana”, da empresa Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, que pelo final do século (1870-1905), representará isolada a navegação portuguesa a vapor nos portos do litoral.

Alonso Gomes, idealizou que tendo as suas minas a laborar, o difícil não seria extrair o minério da terra, mas sim retirá-lo e transportá-lo de Mértola para outros locais e destinos, abrindo perspectivas de mercado, quer no país e estrangeiro. Daí, que tenha optado por avançar com a fundação de uma Companhia de Navegação, que lhe facilitasse o transporte do minério. Por esse motivo, deu os primeiros passos, com a aquisição do primeiro navio, o “Gomes”, em 1870, para estabelecer uma carreira regular no rio Guadiana, entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António, que asseguraria o transporte de pessoas, correio e mercadorias.

Como este tráfego de mercadorias e passageiros foi bem-sucedido, o Governo achou que havia condições para aumentar e melhorar essa ligação, confirmado pelo acordo entre ambas as partes em 6-10-1874, mantendo-se pelo período de 10 anos.<sup>36</sup>

O processo, inicia-se com a apresentação nas Cortes do projecto de lei de 11-3-1873, com dois únicos artigos: *«artigo 1º É auctorisado o governo a conceder o subsídio annual de 7:000\$000 réis a qualquer empresa da navegação a vapor entre Lisboa e os portos do Algarve, mediante concurso público. Art 2º Este subsídio cessará, desde que na linha ferrea de Beja a Faro continuar a construção interrompida entre Casevel e Boliqueimes»*.<sup>37</sup>

O projecto-lei, que autorizava o Governo, a estabelecer o contrato que se discutiu no Parlamento no início de 1874, limitava-se a referir a ligação Lisboa-Algarve e portos intermédios, mas a 23 de Setembro desse ano, o jornal “O Commercio do Porto”, refere *«o governo concede ao snr. Alonso Gomes a navegação a vapor entre Lisboa e os portos do Algarve, mediante o subsídio de 10 contos por anno. [...] Haverá uma carreira diária de vapor entre Mertola e Villa Real de Santo António, fazendo sempre escala por Pomarão e Alcoutim»*.<sup>38</sup>

Este acordo entre o ministério e a “Empresa de Navegação a Vapor para o Algarve e Guadiana” da firma Alonso Gomes (de 6-10-1874), previa o estabelecimento de um

<sup>35</sup> cf. António Alves Pereira de Matos, op. cit., p. 34.

<sup>36</sup> cf. Navios e Navegadores: Frotas nacionais - Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, op. cit., p. ?.

<sup>37</sup> cf. Passado um ano, o subsídio estatal seria alvo de uma proposta de aumento de 10.000\$000 réis, por parte da Comissão Parlamentar de Fazenda, visto a primeira importância mostrar-se escassa. Assim, o texto do novo diploma respeitante às viagens para o Algarve referia o seguinte: *«Art. 2º É o governo auctorisado a conceder um subsídio annual até à quantia de 10:000\$000 réis à companhia ou empresa nacional que se obrigue a transportar duas vezes por mez, pelo menos, malas, passageiros e carga entre Lisboa e os portos da provincia do Algarve, por meio de navios a vapor, cuja lotação não seja inferior a 200 toneladas»*. Referia-se ainda no § único: *«Em cada viagem os vapores sairão de Lisboa e farão escala pelos portos de Sines, Lagos, Portimão, Olhão, Faro, Tavira e Villa Real de Santo António, devendo entrar em todos aquelles que forem accessíveis à lotação do navio»* (in Maria Fernanda Alegria - “A organização portuária portuguesa e a sua evolução de 1848 a 1910”, in Revista de História Económica e Social, Lisboa, 15, 1985-b, p. 9 e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 352-353.

<sup>38</sup> cf. O Commercio do Porto de 23-9-1874, p. 3 e João Carlos Garcia, op. cit., p. 362.

serviço de navegação regular, entre Lisboa e portos no Algarve, com escala em Sines, além do serviço fluvial já iniciado. Na cerimónia oficial da assinatura do acordo, estiveram presentes, João Andrade Corvo (1824-1890), Ministro dos Negócios Estrangeiros (de 13-9-1871 a 5-3-1877)<sup>39</sup> e António Cardoso Avelino (1822-1889), Ministro das Obras Públicas (de 13-9-1871 a 9-11-1876)<sup>40</sup>, em representação do Governo.

Ficava deste modo, Alonso Gomes obrigado perante o país, de dois serviços dentro das seguintes condições: 1º carreira de Lisboa para o Algarve, através de vapores de pelo menos 200 toneladas e um mínimo de 40 passageiros em 1ª e 2ª classe e de 60 em 3ª, com saídas regulares de Lisboa todos os dias 1 e 16 de cada mês.

Para a realização deste serviço, teria a comparticipação do Estado de um subsídio anual de 10 contos de reis; 2º carreira de Mértola para Vila Real de S.<sup>to</sup> António, num vapor com dimensões que permitissem a navegação no rio Guadiana, com lotação para 100 passageiros a distribuir por 3 classes.



<sup>39</sup> cf. João de Andrade Corvo (\* em Torres Novas, Santarém a 30-1-1824, + em Lisboa a 15-2-1890), Ministro dos Negócios Estrangeiros (de 13-9-1871 a 5-3-1877), Engenheiro Militar da Escola do Exército, Coronel, Lente na Escola do Exército e do Instituto Agrícola, Deputado (1865, 1869), Ministro das Obras Públicas (de 6-6-1866 a -1-1868) e dos Negócios Estrangeiros (14-12-1866 a 4-1-1868, de 13-9-1871 a 5-3-1877 e de 29-1-1878 a 1-6-1879), Marinha e Ultramar (1-9-1876 a 5-3-1877, e de 16-5-1879 a 1-6-1879), Ministro Plenipotenciário em Madrid (1869-1870), Par do Reino (30-5-1870), tomando posse a 21-10-1870, Conselheiro de Estado (1876), Ministro Plenipotenciário em Paris (1883-1886). in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 841-843; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. II, pp. 545-546.

<sup>40</sup> António Cardoso Avelino (\* Lamego, Viseu em 21-1-1822, + Lisboa a 6-12-1889), Ministro das Obras Públicas (de 13-9-1871 a 9-11-1876) e Ministro da Justiça (de 9-11-1876 a 5-3-1877), Deputado (1871-1874, 1875-1878), Procurador-Geral da Coroa interino, Administrador da Casa de Bragança, Formado em Direito pela U. de Coimbra (1845), estadista e jurisconsulto notável; à sua acção ministerial se deve grande parte da construção da linha férrea do Minho-e-Douro e a aprovação do projecto de construção dos caminhos-de-ferro da Beira Baixa e Beira Alta. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960-, vol. V, p. 910; Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 233-234.

*Na página anterior: Postais de Mértola com o “Gomes 1<sup>o</sup>” ancorado no Guadiana*

A empresa comprometer-se-ia, a realizar viagens redondas diárias entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António, fazendo escala por Pomarão e Alcoutim, exceptuando aos domingos. No entanto, essa excepção perdia a regra, sempre que a mala do correio entre Lisboa e o Algarve seguisse pelo Guadiana. Por este serviço, teria igualmente direito a um subsídio anual do Estado, no valor de 4.000.000 reis.

Os contratos, renovar-se-iam por concurso a cada dez anos e até 1914, havendo discussões atribuladas a precederem a assinatura de novo contrato: entre as populações ribeirinhas; as forças políticas e os poderes locais; entre estes e o poder central onde, naturalmente, a luta parlamentar era mais intensa. Ficava desde então estabelecido, que os subsídios vigoravam durante o período de validade do contrato, conforme publicado no Diário do Governo, n.º 241, de 26-10-1874. Em relação ao aspecto financeiro, o total do subsídio estatal concedido, cifrava-se, em 14 contos de réis anuais. Na Câmara dos Deputados, foi recordado por diversas vezes, o não cumprimento pelo concessionário e empresa, mas também nem sempre o Estado, pagaria o subsídio anual a tempo e a horas.

Quanto aos horários, na carreira do Guadiana, as horas de partida de Mértola, seriam fixadas em tabelas mensais, às quais a empresa daria a necessária publicidade. As tabelas mensais, seriam variáveis, pois as saídas dos vapores estariam dependentes das marés. Em relação à tabela dos preços de Mértola a Vila Real de S.<sup>to</sup> António, pagava-se: 1\$500 réis em 1<sup>a</sup> classe, 1\$000 réis em 2<sup>a</sup> e \$500 réis em 3<sup>a</sup>. As crianças de colo, não pagavam e as dos dois aos dez anos de idade só meio bilhete.<sup>41</sup>

Para fazer face ao acordo com o Estado ainda em 1874, o concessionário Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, comprou uma segunda unidade naval de maior porte, destinada à ligação entre os portos da costa algarvia, sendo baptizado “Gomes 2<sup>o</sup>”. Dois anos mais tarde (1876), a frota é aumentada com mais um navio, o “Gomes 3<sup>o</sup>”, seguindo-se a alteração do nome do primeiro vapor para “Gomes 1<sup>o</sup>”.



*Rio Guadiana*

<sup>41</sup> cf. Almanach Commercial de Lisboa para 1881 (coord. Carlos Augusto da Silva Campos), Lisboa, 1881-1892, p. 59 e João Carlos Garcia, op. cit., p. 363.





Uns anos mais tarde, José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), Ministro da Marinha e Ultramar (de 30-1-1883 a 14-7-1883 e de 23-8-1883 a 24-10-1883)<sup>42</sup>, apresenta uma proposta de lei perante as Cortes a 8-6-1883, com vista à renovação do contrato anteriormente fixado sobre a navegação para o Algarve. O contrato provisório foi assinado por Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), Ministro da Marinha e Ultramar (de 24-10-1883 a 20-2-1886)<sup>43</sup> e Alonso Gomes a 16-11-1883, sendo apresentado na sessão parlamentar de 19-12-1883, e enviado à Comissão da Marinha e da Fazenda para apreciação. Esta comissão, apresenta um projecto de lei às Cortes em 29-12-1883. O acordo provisório, aprovado pela Câmara, foi publicado no Diário do Governo de 8-3-1884.

O contrato provisório de 16-11-1883, compunha-se de 21 artigos e 3 tabelas. Nele se concedia à empresa um subsídio anual de 14 contos de réis: 10.000\$000 réis «*para a carreira entre Lisboa, Sines e os portos do Algarve*» e 4.000\$000 réis «*para o serviço entre Mértola e Villa Real de Santo António*».

Em relação às ligações entre Lisboa e os portos do Algarve, a empresa obrigava-se: a realizar duas viagens redondas de ida e volta mensais, não excedendo cada viagem 8 dias; as escalas seriam: Sines, Lagos, Vila Nova de Portimão, Faro, Olhão e Vila Real de S.<sup>to</sup> António, embora imprescindivelmente Faro, Olhão e Vila Real; o vapor deveria ter no mínimo 250 toneladas brutas de registo e lotação para 40 passageiros de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe e 60 de 3<sup>a</sup>, devendo ainda reunir «*condições de velocidade, solidez, commodidade e boa ventilação*»; a empresa, com sede em Lisboa, teria agentes nos portos de destino e escala, que a representariam em caso de surgirem problemas; estipulava-se pormenorizadamente, as vistorias e aprovações sobre as condições dos navios e o cumprimento das viagens; enumeravam-se as obrigações da empresa, quanto ao transporte do correio, dos valores e dos funcionários do Estado; a empresa por sua vez, recebia o subsídio e a autorização para importar, livre de impostos «*barcos a vapor, machinas, caldeiras, bóias e amarras*»; a tabela dos preços das passagens na carreira do

---

<sup>42</sup> cf. José Vicente Barbosa du Bocage (\* Funchal, Madeira a 2-5-1823, + 3-11-1907), Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra (1846), Presidente da Sociedade de Geografia, Deputado (1879), Par do Reino (carta régia de 29-12-1881, de que tomou posse a 25-1-1882), Ministro da Marinha e Ultramar (de 30-1-1883 a 14-7-1883 e de 23-8-1883 a 24-10-1883) e dos Negócios Estrangeiros (de 24-10-1883 a 20-2-1886), etc., in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 395-397.

<sup>43</sup> cf. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (\* em Lisboa a 13-11-1842, + aí a 8-4-1895), Major, Secretário de D. Pedro V, escritor, professor de Literatura Clássica no curso Superior de Letras, Secretário-Geral da Academia das Ciências, Director do jornal Diário da Manhã, fundador do partido Constituinte (1871), Deputado (1871, 1874, 1878, 1880, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890), Par do Reino (a 29-12-1892, tomando posse a 30-1-1893), Ministro da Marinha e Ultramar (de 24-10-1883 a 20-2-1886), Presidente da Junta de Crédito Público (1893-1895), etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 780-782; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXI, pp. 751-754.



Depois da compra do “Gomes 5<sup>o</sup>” (1887), do “Gomes VI” (1889), do “Gomes 7<sup>o</sup>” (1891) e do “Gomes VIII” (1893) e também muito por causa dos naufrágios de que foram vítimas, a Companhia começa a entrar em declínio, situação agravada pela deterioração do estado de saúde de Alonso Gomes, que viria a falecer em 1897.<sup>44</sup>

Os vapores “Gomes”, asseguravam o transporte no Guadiana, como carreira complementar da ligação marítima Lisboa-Vila Real de S.<sup>to</sup> António, do início do processo na década de 70 à década de 1890.

A renovação do contrato entre o Governo e a empresa Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, em 1893, foi atribulada no Parlamento, estando em discussão, principalmente a ligação marítima entre Lisboa e o Algarve. Na sessão de 21-6-1893, o Governo, ao tentar aprovar o orçamento para o ano seguinte, inclui uma vez mais o subsídio de 14 contos de réis para a navegação Lisboa - Algarve. Das várias bancadas da oposição os protestos aparecem, em especial do partido republicano.<sup>45</sup>



*Quadro a óleo do Gomes VI e “Lobito” ex “Gomes VI” em Luanda, Angola*

A primeira razão de fundo para finalizar com o contrato, prendia-se com a chegada do caminho-de-ferro ao Algarve, ainda que as ligações a Portimão e a Vila Real de S.<sup>to</sup> António, não estivessem ainda finalizadas. Assim, o deputado Jacinto Nunes, em sessão parlamentar referia «*Antes da abertura do caminho de ferro do Algarve compreendia-se que o estado desse um subsídio a qualquer empresa que quizesse fazer uma carreira regular, quer para condução de passageiros, quer para condução de malas; mas, depois que o caminho de ferro do Algarve, empresa do estado, está aberto, depois que as comunicações com o Algarve são rápidas e seguras, eu não compreendo como é que se possa sustentar este subsídio*».<sup>46</sup> Para além deste

<sup>44</sup> cf. Navios e Navegadores: Frotas nacionais - Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, op. cit., p. ? Os naufrágios referem-se: ao Gomes 5<sup>o</sup> nas Pedras Sorlingas a 9-7-1888; ao Gomes 7<sup>o</sup> na barra do rio Douro a 1-3-1893 e ao Gomes VIII no Baixo Chaldirão, meia milha a Norte das Berlengas em [189].

<sup>45</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., pp. 353-354.

<sup>46</sup> cf. Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, 1893, p. 10 e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 354-355.

motivo, juntam-se, as queixas sobre o estado dos vapores, que se encontravam em más condições e que não cumpriam os calendários; as suspeitas de favoritismo aos negócios de minas e dos impostos não pagos ao Estado por Alonso Gomes<sup>47</sup>; e afiançava-se que esta concessão era de cariz político-eleitoral «*Esta concessão é uma concessão política e eleitoral, pois todos sabem que na ocasião das eleições o concessionário transporta de graça todos os eleitores que não votarem no partido progressista. [...] Eu não conheço o sr. Alonso Gomes, feliz concessionário, que vê curvados a seus pés ministros, pares e deputados; não tenho interesse algum em lhe ser hostil, mas n'este ponto estou ao lado do sr. Jacinto Nunes, como estarei ao lado de qualquer outro sr. deputado, seja de que partido for, que venha aqui zelar os dinheiros da nação e pedir que se acabe com potentados d'esta natureza, que entram a seu sabor a administração dos negócios públicos*». <sup>48</sup>

| 27



O “Gomes VIII” a entrar na doca do primitivo porto comercial de Viana do Castelo

De qualquer forma, quer o Governo, quer os parlamentares não tinham soluções, nem técnicas, nem alternativas materiais aos vapores de Alonso Gomes, para o rio Guadiana. Votou-se a favor da extinção do contrato, mas inesperada e contrariamente, o decidido foi renovar-se o acordo por decreto de 20-11-1893.

---

<sup>47</sup> cf. O deputado Francisco José Machado, fala de “contrabando escandalosíssimo”, salientando «*Segundo o artigo 13º do contrato, aquelle concessionário, que é o sr. Alonso Gomes, pôde importar livre de direitos, machinas, barcos a vapor, ferros, correntes de amarrações, caldeiras, bóias, etc., para os vapores que fizerem a carreira. Consta-me, que esse concessionário tem mais vapores, que não estão n' aquelle serviço, e que tendo elle também grandes minas, á sombra d' esta grande concessão importa livre de direitos material com destino á exploração d'aquella industria. É um escândalo perfeitamente inaudito*» (in Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, 1893, p. 18) e João Carlos García, op. cit., pp. 354-355.

<sup>48</sup> cf. João Carlos García, op. cit., p. 355.



Alonso Gomes, morre entretanto em Mértola a 17-6-1897, desaparecendo o império que fundara e mantivera no Baixo Alentejo. Constatava-se no seu testamento, que a frota dos vapores, representava apenas uma pequena parcela de um vasto património urbano e rústico.<sup>49</sup>

Nos primeiros anos do século XX, com o avanço do caminho-de-ferro ao longo do litoral algarvio, nomeadamente a Portimão, a manutenção e protecção dos contratos de navegação a vapor por parte do Governo, tornou-se mais complicada. O último vapor, a acostar aos cais da vila de Vila Real de S.<sup>to</sup> António, realizou-se a 4-4-1903, apesar de a via-férrea só atingir a foz do Guadiana em 1906.<sup>50</sup>

Ao aproximar-se a data que findava o acordo, os boatos sobre a extinção das carreiras espalhavam-se na área e os municípios das vilas ribeirinhas, tomam deliberações para a sua manutenção. A resposta era corporalizada normalmente, através de um documento / petição a enviar ao soberano, dando-lhe conta dos enormes prejuízos para as populações do rio, caso a ameaça se tornasse uma realidade.<sup>51</sup>

De qualquer modo em Maio de 1903, o deputado Frederico Ramirez, apresentava na Câmara dos Deputados, uma proposta para o estabelecimento de um novo contrato, subsidiado pelo governo, com vista à manutenção das ligações marítimas para o Algarve. O contrato por dez anos, foi assinado a 13-1-1904, entre o general Manuel Rafael Gorjão (1846-1918), Ministro da Marinha e Ultramar (23-2-1903 a 20-10-1904)<sup>52</sup> e João Artur Macieira, representante da firma “Viúva Macieira e Filhos”, entrando em vigor a 1-6-1904. O acordo feito com a firma “Viúva Macieira & Filhos” é transferido dois dias depois para a “Empresa Portuguesa de Navegação para o Algarve e Guadiana”, seguindo o texto do acordo de 1883. O primeiro barco, o “Guadiana”, chegará a Vila Real, a 28-5-1904.<sup>53</sup>

Durante o ano de 1905, por via das discordâncias dos sócios da sociedade e por ausência de entendimento, o seu legal representante Alberto Centeno, deliberou pela venda dos navios ainda a operar, até à final e completa dissolução da empresa.

---

<sup>49</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., pp. 363-364.

<sup>50</sup> cf. Arquivo da Alfandega de Lisboa (AAL), Movimento do porto de V. Real de S.<sup>to</sup> Antonio. Registo das embarcações entradas e sabidas no porto de Villa Real de S.<sup>to</sup> António (1896/99) e João Carlos Garcia, op. cit., pp. 355 e 364.

<sup>51</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., pp. 355 e 364.

<sup>52</sup> cf. Manuel Rafael Gorjão (\* Alenquer a 24-4-1846, + Guarda a 22-9-1918), formado em Engenharia Militar pela Escola do Exército (1870), General de Divisão (1906), Ministro da Marinha e Ultramar (23-2-1903 a 20-10-1904), Par do Reino (carta régia de 31-12-1903 e posse a 9-1-1904), etc., in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 352-354.

<sup>53</sup> cf. João Carlos Garcia, op. cit., pp. 355-356.

## ANEXOS

## DOCUMENTO 1

Commercio e indústria: ciências, artes e letras de entre 1890-1892

## Alonso Gomes

| 29

Eis o nome de um benemerito geralmente conhecido e estimado em toda a provincia do Alentejo. O mallogrado escriptor José Romano, apresentou-nos n'uma das suas melhores creações dramaticas, a comédia: “Feio de corpo e bonito d'alma, um typo excepcional e sympathico, cujas imperfeições phisicas, contrastavam e eram esquecidas perante as raras e admiráveis qualidade moraes”. O nosso biographado Alonso Gomes, a exemplo do referido personagem, faz igualmente esquecer a sua notável fealdade phisica pela perfeição dos seus dotes grandes e excellentes, que constituem n'elle um caracter apreciabilissimo, o caracter de um verdadeiro democrata, desprezioso, leal, desinteressado, prestimoso, dedicado até á abnegação; sempre prompto em coadjuvar os que trabalham, sempre solícito em patrocinal-os, consoante o seu préstimo e dedicação. Assim é que, grande descobridor e explorador de minas de manganez em mais de 40 concessões que possui d'esta ordem, traz a seu salário um pessoal que se eleva a 500 pessoas, o máximo número delas são seus compadres ou seus afilhados, tão largo é o seu patrocínio. De modo que em Beja, onde é igual o inveterado costume fazer, e desfazer reputações, onde se abocanha sem comiserção, nem reparo na honra das mulheres, por mais honestas que sejam, onde se propalam os mais estranhos boatos acerca de qualquer e dando os vivos por mortos, os amigos victimas das mais assombrosas aleivosas dos seus particulares amigos, onde se põe em duvida por mero entretenimento, a tranquillidade de espirito e a inalteravel placidez de um reconhecido cidadão pacifico e honrado, nunca houve bôca que se abrisse senão, para elogiar e applaudir o proceder de Alonso Gomes. É este os privilegiados créditos solidamente radicados, que nem brincando há quem se atreva a espalhar uma inexactidão a seu respeito, sob pena de ser considerado immediatamente por mentiroso e deturpador. Ficamos por aqui. Não temos elementos para levar mais longe este primordio. Gostaríamos de redigir um questionário, cujas informações acerca de qualquer biographado coordenam e facilitam a exposição respectiva no trabalho da redacção. D'esta vez porém as notas de reportagem, que nos foram ministradas, são de tal modo baralhadas e confusas,

*Antiga Igreja de Albemoa*



não satisfazem a nenhum systema illucidativo, nem de connexão lógica, de maneira que em vez de auxiliarem, confundem e difficultam, pondo o espirito de quem escreve tão difficil e escabroso, que não ha remuneração pela qual merecesse a pena executá-lo. Passamos portanto adeante.

Erradamente se tem supposto e dito ser o nosso biografado de origem castelhana, talvez por ter vivido muito tempo em Hespanha. A verdade é que a sua juventude, decorreu em Mertola, onde nasceu e foi baptisado na igreja matriz d'essa villa aos 19 de janeiro de 1820. Foram seus pais André Gomes e D. Maria Raphaella Martins Gomes. Teve três irmãos e duas irmãs, das quaes só existe uma na actualidade, [que] é a que está servindo de tutora, dos seus sobrinhos. Filho de pequenos proprietários de Alcaria no concelho de Mertola, casou com D. Maria Augusta, renunciando do seu pequeno patrimonio a favor dos seus progenitores, por acordo e beneplacito de sua esposa. O seu primeiro negocio foi o resultante de um estabelecimento que abriu na villa de Mertola e no qual deu ainda sociedade a seus paes. Um dos fornecimentos contratados para esse pequeno estabelecimento perdeu-se, por ter-se afundado o hiate que o trazia e de que era capitão Honorato. Elevava-se á quantia de 6:000\$000 reis, e no principio da sua vida commercial pode bem calcular-se que enorme transtorno isso lhe causaria, mas não desanimou e, sendo o carregamento feito a crédito, partiu para Lisboa, a propor aos credores uma moratória de 2 annos.

Quiseram os credores além d'esta concessão, fazer-lhe um abatimento que agradeceu, mas não acceitou, vindo a pagar integralmente antes do praso proposto! Ainda na actualidade existe a [vasão?] commercial Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, no estabelecimento então fundado e que tem cryado sob a administração dos herdeiros de seus irmãos. Tendo sido solicitado para acceitar diferentes titulos e mercês tudo tem recusado. Na ultima em Beja, aceitou pela primeira vez a reitoria, da tradicional festividade do Sacramento que logrou fosse a melhor que ali se tem realisado. Affecto sempre ao seu particular amigo Dr. Menezes, actual governador civil do districto, dispõe em favor d'esta autoridade do seu valimento politico, que é importantissimo em todo o districto. O que excepcionalmente lhe dá a grande nomeada de que gosa, é o seu largo commercio e industria de proeminente explorador de minas. Neste ramo, conquanto entrasse já no commercio de trigo, lãs, cera, gado, etc. se funda a sua grande importância, e sempre n'elle tem tido um exito privilegiado, para mostrar o que citaremos um factu verdadeiramente singular. Um dia, um descobridor de minas, convidou-o a visitar um jazigo de manganez e propoz-lhe a venda. Alonso Gomes, desconfiou das vantagens e recusou-se a compral-a. Retirando-se os dois, continuou insistentemente o proponente em entrar em negociações e Alonso Gomes, pertinazmente a repellit-as.

Até que por fim chegaram a estes termos - Eu dou-lhe a mina e o sr. dá-me esta espingarda - uma bonita caçadeira que custara 50 libras em Inglaterra. Gomes então declarou cathegoricamente, que por nenhum preço quereria a mina e o seu interlocutor terminou também dizendo - Faça o que entender, eu cá é que não largo a



espingarda. Por fim, Alonso Gomes não teve remédio senão conceder-lhe a arma e o outro fez-lhe cessão da mina, que por signal veio a ser grandemente produtiva. Isto mostra a felicidade que o protege n'esta sorte de negócio, sem que alguém com elle possa competir. Senhor de uma enorme fortuna e dotado ao mesmo tempo de grande largueza d'animo tem concorrido com importantes somas para melhoramentos publicos no districto de Beja. A fonte e capella na vila de Messejana foi por elle mandada abrir e construir; e as reparações da igreja d'Albernôa foi elle que as fez realisar achando-se anteriormente em considerável ruina.

Para uso dos povos de Cabeça Gorda, mandou canalisar águas na extensão de 1:700 metros; mandou construir uma fonte na Salvada e um cemitério em Montes-Velhos; actualmente devido á sua influência está em construção a importante estrada de S. Victória a Ervidel. E a propósito do cemitério, não é raro ouvir-lhe dizer: Que pretendia ser sepultado na valla commum, por querer depois de morto, achar-se com os pobres como com elles se tem achado em vida, e teria socego completo, entre aquelles que tem sido os companheiros das suas lides. Alonso Gomes habita de ordinário em uma das suas propriedades na Figueirinha, próximo de uma das suas minas mais importantes. Diz-se ultimamente, que resolvera fixar definitivamente a sua residência em Beja, determinação que a realisar-se seria de um grande alcance para a capital do districto por poder contar no seu seio, um dos mais notaveis vultos da industria alentejana e um cavalheiro que por muitos titulos é um cidadão prestimoso com cujo patriotismo em todas as circunstâncias se pode contar. Alonso Gomes não é titular porque o não tem querido ser; incomoda-o até o tratamento de Ex.<sup>a</sup>, que não acha homogenio com o meio em que vive. É um homem original em tudo e por tudo, quer physica, quer moralmente, é preciso ser tratado para se avaliar bem a beleza da sua alma.

#### Apodix

São frias e fracas todas as phases de que possamos servir-nos para traçar aqui o elogio de quem deve-se a si proprio, a sua sagacidade e trabalho ininterrupto e infatigavel, todo o valimento de que dispõe inquestionavelmente. O seu verdadeiro e melhor elogio encerra-se pois n'estas palavras: É um filho do trabalho, que deve tudo ao trabalho, que continua no trabalho e acabará no trabalho, a que se consagrou de alma e coração. Elle tem a predestinação do trabalho, que o engradem e o glorifica.

Lorena Queiroz



## DOCUMENTO 2

A Folha de Beja de 24-6-1897

ALONSO GOMES

O homem, que na vida teve este conhecido e honrado nome, finou-se em Mertola ás 8 horas da manhã do dia 17 do corrente mez.

O seu corpo fez-se afinal cadaver, e o cadaver desceu á sepultura, occultando-se para sempre á vista dos que o estremeciam.

Deus, ferira-lhe, nos últimos tempos da sua vida as faculdades intellectuaes, e o corpo ia-se aluindo e definhando.

Os seus amigos, que eram muitos, esperavam de momento a momento o desenlace fatal.

Mas apesar d'isto quando correu a noticia de que aquella frouxa luz se havia apagado, de que aquella magnanimo coração deixava de bater, de que aquella grande alma se evolava no infinito, uma commoção forte se produzia de dôr, de angustia, que não é facil de descrever.

É que o roble, que por todos os annos produz sombras beneficas, quando cahe açoutado pelo vendaval, faz estremecer o chão onde tombou.

E Alonso Gomes era um roble de beneficencia.

Nascido pobre de meios de fortuna, mas rico de aptidões para o trabalho, e de sentimentos generosos, Alonso Gomes adquiriu pelos seus esforços uma riqueza não vulgar, de que sabia fazer uma notavel applicação.

Quasi não havia terra no baixo Alentejo, onde não se sentisse a benefica influencia de sua generosidade e philantropia.

Enchugou muitas lagrimas, amparou muitas familias, dotou muitas povoações de melhoramentos importantes.

Nas suas vastas propriedades abriam-se por vezes, nas estações invernosas, e em occasiões criticas, trabalhos em larga escala, sem grande necessidade agricola, para que os pobres tivessem onde ganhar o pão para as suas familias, e não soffressem os rigores da fome.

Em seus vapores tinham passagem de graça, todas as pessoas pobres ou remediadas, que se chegassem a elle ou a alguem de sua familia.

Pelas escolas, de educação elemental, profissional e superior passaram alumnos sustentados com o seu dinheiro.

Affligia-se quando via cortada uma esperanza justa, ou esmagada pela sorte uma aspiração nobre. A mesada, estabelecida ás occultas para que um curso litterario chegasse ao fim, era um sentimento altruista que lhe consolava o coração.



Em actos publicos, em solemnidades religiosas, onde o chamassem um dever ou uma consideração de qualquer ordem, elle suppria afinal, generosamente, as ultimas necessidades.

Mas tudo quanto Alonso Gomes fazia não era com orgulho, ou por ostentação.

Muitas vezes o vimos praticar importantes actos de beneficencia com os olhos marejados de lagrimas, que eram perolas de subido valor nas orbitas rugosas do bom velho. | 33

Muitas vezes o vimos agastado e aborrecido por lhe recordarem favores recebidos, de que elle se não lembrava.

A vaidade nunca se aninhou no coração d`este benemerito.

Um dia approveu a El-Rei conferir-lhe a gran-cruz de merito industrial, porque Alonso Gomes era o maior, e sempre honrado e digno, dos industriaes do districto de Beja.

O agraciado agradeceu, acceitou, mas ninguem lhe viu ao peito indicio algum da justa mercê regia, que no entanto tam ajustada lhe ficaria.

Foi sempre um politico activo e prestimoso. O partido regenerador, onde apenas militou, considerou-o como um campeão a favor de quem se decidiam as victorias eleitoraes.

No gabinete do ministro, como na casa do ultimo eleitor, a sua voz era ouvida, e a sua opinião respeitada, porque a sua voz e a sua opinião eram determinadas por um bom criterio, por uma perspicacia politica pouco vulgar, e por uma resolução e acção intemeratas.

Era amicissimo da sua família, para quem não tinha senão carinhos, considerações e generosidades.

O homem que assim procedeu na vida foi pois um bom, um justo, um forte, e com o seu desaparecimento deixou um vacuo, que não será facil de se substituir.

A vida extinguiu-se, mas ficará perduravel um rosto luminoso da sua existencia: existencia que é um exemplo a seguir, um modelo a imitar, pelo trabalho, pela honradez, pela bondade de seu coração, pela grandiosidade da sua alma. Que descanse em paz.

(Biblioteca Municipal de Beja, A Folha de Beja de 24-6-1897, Ano V, n.º 234, p. 1)



## DOCUMENTO 3

## ESQUEMA GENEALÓGICO DA FAMÍLIA GOMES

I - **ALONSO GOMEZ**

\* Villanueva de Castillejos, Huelva, Andaluzia, Espanha  
 = com Águeda Gomez, \* Villanueva de Castillejos, Espanha

Filho:

1 (II) Andrés Gomez, que segue.

II - **ANDRÉS GOMEZ**, logista e pequeno proprietário em Alcária Ruiva, Mértola

\* Villanueva de Castillejos, Huelva, Andaluzia, Espanha  
 = em Mértola a 13-9-1815 com Maria Rafaela Martin, \* em N. Sr.<sup>a</sup> de Guadalupe, Almendro, arcebispado de Sevilha, Huelva, Andaluzia, † em Mértola, filha de José Martin, natural do Almendro e de sua mulher Maria Lorenzo, natural do Almendro.

Filhos:

1 (III) **ALONSO GOMES**, destacou-se na actividade mineira de manganésio e de chumbo e na navegação a vapor entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António e Lisboa e os portos do Algarve (1874-1897), tornando-se num grande proprietário urbano e rústico no distrito de Beja, Sócio da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> em partes idênticas com seus irmãos Manuel Gomes e José Gomes

\* em Mértola, Beja a 17-1-1819, † em Mértola a 17-6-1897

= com D. Maria Margarida, † em Mértola a 1-9-1870, sem descendência.

2 (III) **Manuel Gomes**, Cônsul de Espanha em Mértola, Senhor das herdades de S. Barão, Cela e dos Tijolos, Mértola, Beja; Couqueiros, Barbas de Gaio de Baixo e de Cima, Barrinho, Malhada de Cabreira e Estroga em Salvada, Beja; Navarro, Venda dos Salgueiros e Bicha Veado em Alcária Ruiva, Mértola, Beja; Deserto do Monte Novo em S. Marcos da Ataboeira, Castro Verde, Beja, Sócio da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> em partes idênticas com seus irmãos Alonso Gomes e José Gomes, etc.

Δ em Mértola, Beja a 24-3-1822, † em Mértola a 24-10-1881, sem geração.

3 (III) **José Gomes**, proprietário e comerciante em Mértola, Sócio da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> em partes idênticas com seus irmãos Alonso Gomes e Manuel Gomes, etc.

\* Mértola a 18-12-1828, † em Mértola a 15-3-1875

= em N. Sr.<sup>a</sup> das Vinhas, Mértola a 27-9-1865 com D. Theresa Martins Peres Blanco, Senhora da Herdade do Facho e das Agachas (1890) em Vila Nova de S. Bento, Serpa, do Nicolau e Lebre em Salvador, Serpa, do Reguengo de Matos e



Reguenguinho em Casevel, Castro Verde e de S. Brás em Mértola e dos Azinhais de Baixo e de Cima, Corte Bojarda e Cortinha em Aljustrel, juntamente com seu filho e genro (a 9-1-1902), Δ em N. Sr.<sup>a</sup> das Vinhas, Mértola, Beja a 10-9-1840, † em Beja em 1913, filha de André Arcadio Peres Blanco, † em Vila Real de S.<sup>to</sup> António, Faro a 18-10-1874 e de sua mulher D. Maria das Dores Martins, Senhora das Herdades do Facho em Vila Nova de S. Bento, Serpa, do Nicolau e Lebre em Salvador, Serpa, do Reguengo de Matos e Reguenguinho em Casevel, Castro Verde, S. Braz em Mértola e das Enfermarias, da Osagra, Touril e Cevadores no distrito de Beja, etc., † em Mértola, Beja a 4-4-1875

Filhos:

1 (IV) **André Blanco Gomes**, Senhor das herdades dos Cachopos, Tijolos, S. Brás, Mértola, Beja; do Outeiro da Figueira, Chaminé, Monte Branco, Valagão, Pelados, Peguinhos, Monte Novo, Lobata, Monte de Vale de Água, Vilar ou Monte das Pegas em Trindade, Beja; do Monte Branco e da Rata em Albernôa, Beja, do Navarro em Alcaria Ruiva, Mértola, Beja; do Monte do Neto, Almodôvar, Beja, etc.

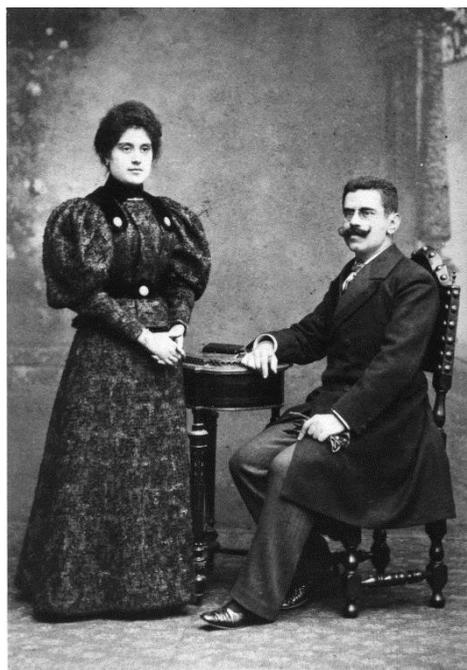
\* em N. Sr.<sup>a</sup> das Vinhas, Mértola, Beja a 12-6-1869, † em Beja a 18-1-1939  
= por contrato nupcial com D. Maria Luísa da Costa Menezes, de quem foi filha única Maria Luísa de Menezes Blanco Gomes, c.g.

2 (IV) **D. Maria das Dores Blanco Gomes**, Senhora das Herdades do Monte Ruas, Malhão da Poupá, Furadouro, Azinhal de Cima e de Baixo, Corte Bojarda, Cortinha e Broca em Aljustrel, do Facho e das Agachas na Vila Nova de S. Bento, Serpa, do Nicolau e Lebre em Salvador, Serpa, S.<sup>to</sup> Isidoro em Entradas, Castro Verde, da Venda dos Salgueiros em Alcaria Ruiva, Mértola, do Reguengo de Matos e Reguenguinho em Casevel, Castro Verde e das Chaiças e Chaparral em Ervidel, Aljustrel, das Demangas de Cima em Salvada, etc.

\* em N. Sr.<sup>a</sup> das Vinhas, Mértola, Beja a 25-10-1873, † em S. João Baptista, Beja a 13-5-1955

= na igreja de S.<sup>to</sup> António, Mértola, Beja a 1-11-1896 com Francisco Pulido Garcia, Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, Senhor da Herdade de Demangas de Cima em Salvador, Beja (a 2-11-1905) e das quarelas da Chaiça Velha e do Marcos e Brejo em Ervidel, Aljustrel, etc., \* em Amareleja, Moura a 20-12-1864, † na Aldeia Nova de S. Bento, Serpa a 12-5-1929, filho de José Garcia Esteves, Senhor da Herdade dos Garrochais e do Vale do Tamujinho, em Amareleja, Moura e das Tojeiras do Garcia em Póvoa, Moura, \* em Amareleja, Moura, Beja a 11-9-1834, † em Lisboa 14-3-1903 e de sua mulher Margarida Eugénia Pulido (com quem casou em S. Pedro da Vidigueira, Beja a 31-10-1857), \* em Marmelar, Vidigueira, Beja, † em Lisboa a 23-12-1901, c.g., de quem foi filho único, José Gomes Pulido Garcia, Licenciado em Ciências Físico-Químicas pela U. de Coimbra, Senhor das

Herdades do Monte Ruas em Aljustrel, da Charneca e do Facho na Vila Nova de S. Bento, Serpa, do Nicolau e Lebre em Salvador, Serpa, de S.<sup>to</sup> Isidoro em Entradas, Castro Verde, das Demangas em Salvada, Beja, da Venda dos Salgueiros na Alcaria Ruiva, Mértola, do Reguengo de Matos e Reguenguinho em Casevel, Castro Verde, e das Chaiças e Chaparral em Ervidel, Aljustrel, etc., \* em S. João Baptista, Beja a 17-7-1898, † em S. Mamede, Lisboa a 24-5-1980, c.g.



*D. Maria das Dores Blanco Gomes (1873-1955), Francisco Pulido Garcia (1864-1929), Bacharel formado em Medicina pela U. de Coimbra*

4 (III) **D. Remédios Gomes**

\* em Mértola, Beja, † em Mértola, Beja, sem geração

5 (III) **Maria das Dores Gomes**

\* em Mértola, Beja, † em Mértola, Beja, sem geração

6 (III) **D. Felicidade Gomes**

\* em Mértola, Beja

= com Valentim Bravo

Filhos:

1 (IV) **André Bravo Gomes**, residente em Vila Real de S.<sup>to</sup> António, Faro

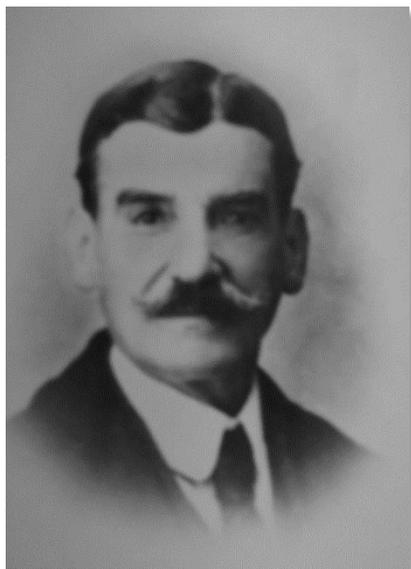
2 (IV) **Maria Manuela Bravo Gomes**

= com Fabrício de Campos Pessanha, residente em Vila Real de S.<sup>to</sup> António, Faro

3 (IV) **Manuel Bravo Gomes**, proprietário e residente em Vila Real de S.<sup>to</sup> António, Faro

= com D. Maria Carmelinda Celorico Medeiros

| 37



*Manuel Bravo Gomes*

4 (IV) **Felicidade Bravo Gomes**

= com Manuel Roldan y Pego moradores em Lisboa

#### DOCUMENTO 4

Contrato provisório entre o Governo e Alonso Gomes para o serviço de navegação a vapor entre Lisboa e os portos do Algarve e entre Mértola e Vila Real de S.<sup>to</sup> António celebrado em Lisboa a 16-11-1883

Aos 16 dias do mez de novembro de 1883, no ministério dos negócios da marinha e ultramar e gabinete do ex.mo ministro e secretario d'estado dos negócios da marinha e ultramar, o conselheiro Manuel Pinheiro Chagas, estando presentes de uma parte o



mesmo ex.mo ministro, como primeiro outorgante por parte do governo, e de outra parte Alonso Gomes, residente em Mertola, segundo outorgante, pelo primeiro e segundo outorgantes foi dito na minha presença e na das testemunhas abaixo mencionadas e assignadas, que concordavam em um contracto provisório para um serviço de navegação por barcos de vapor entre Lisboa, Sines e os portos do Algarve, bem como entre Mertola e Villa Real de Santo Antonio, no Rio Guadiana, nos termos das condições abaixo indicadas, e se obrigavam a cumprir todas as suas condições e clausulas.

Artigo 1.º A empresa obriga-se a realizar as seguintes viagens:

Na carreira do Algarve duas viagens redondas de ida e volta em cada mez, não excedendo cada uma viagem a oito dias, comprehendendo as demoras nos differentes portos; fazendo em cada viagem escala pelos portos de Sines, Lagos, Villa Nova de Portimão, Faro, Olhão, Tavira, e Villa Real de Santo Antonio.

Na carreira do Guadiana viagens redondas diárias, excepto aos domingos, entre Mertola e Villa Real de Santo Antonio, fazendo sempre escala por Pomarão e Alcoutim. Esta carreira far-se-ha também aos domingos, quando a mala do correio entre Lisboa e Algarve for pelo Guadiana.

§ 1.º Na carreira do Algarve os dias de partida de Lisboa serão 1 e 16 de cada mez.

Na carreira do Guadiana as horas de partida de Mertola serão fixadas em tabellas mensaes, a que a empresa dará toda a necessária publicidade.

§ 2º A demora em Sines, Lagos, Villa Nova de Portimão, Faro, Olhão, Tavira e Villa Real de Santo Antonio será a indispensável para o movimento de passagens e carga, devendo o vapor entrar, pelo menos, nos portos de Faro, Olhão e Villa Real de Santo Antonio.

Art. 2.º A empresa é obrigada a ter, para a navegação do Algarve, um vapor, pelo menos, de 250 toneladas brutas de registo (gross tonnage da lei ingleza), com accomodações para quarenta passageiros, pelo menos, de 1.ª e 2.ª classe, e sessenta de 3.ª, e para a navegação do Guadiana um vapor de lotação e accomodações apropriadas para este serviço especial.

Um e outro vapor reunirão as condições de velocidade, solidez, commodidade e boa ventilação, e terão o numero de embarcações miúdas adequado á sua lotação e numero de passageiros e as machinas correspondentes á sua lotação.

Art. 3º A empresa é para todos os effeitos portugueza, assim como os seus barcos, e por isso:

1.º Está sujeita ás leis portuguezas e aos regulamentos publicados pelo governo;

2.º Fica sujeita nas questões com terceiros á competência dos tribunaes portuguezes, civis, commerciaes ou administrativos, segundo a natureza da causa;



3.º Aceita nas questões com o governo sobre a execução do contrato que sejam decididas definitivamente pelo supremo tribunal administrativo, salvo o caso de juízo arbitral, previsto no artigo 7.º;

4.º Os estrangeiros interessados na empresa, ou representantes d'esta, expressamente renunciam a todas as suas imunidades e privilégios para o effeito de serem considerados portuguezes em todos os actos ou questões que por qualquer modo e forma se refiram á mesma empresa.

| 39

Art. 4.º A empresa terá sede e domicilio em Lisboa, e em todos os portos de destino ou escala terá agentes que a representem com relação aos agentes do governo ou a terceiros.

§ único. Pela palavra empresa empregada n'este contrato entender-se-ha sempre o concessionário ou aquelles a quem elle (com prévio e indispensável consentimento do governo) tiver feito cedência da concessão em todo ou em parte.

Art. 5.º Os vapores serão examinados e experimentados por agentes do governo depois da sua entrada no porto de Lisboa, para a carreira do Algarve, ou no porto de Lisboa, ou Villa Real de Santo Antonio para a carreira do Guadiana, e só começarão o serviço depois de aprovados.

Esta approvação não prejudica o direito que o governo expressamente se reserva de rejeitar qualquer vapor que nas viagens, salvo caso de força maior, não satisfizer ao serviço nos prazos marcados.

Art. 6.º Durante o praso do contrato poderá o governo, alem d'isto, mandar inspecionar os vapores da empresa sempre que o julgar conveniente, e esta será obrigada a cumprir as instrucções que o governo lhe der em resultado da inspecção.

Art. 7.º Não acceitando a empresa a resolução do governo, em qualquer dos casos dos artigos antecedentes, poderá recorrer, no praso improrogavel de dez dias, contados d'aquelle em que lhe for communicado em Lisboa, ao juízo de árbitros, nomeados um pelo governo, outro por ella, e o terceiro por accordo de ambas as partes, e na falta d'este pelo presidente do supremo tribunal de justiça.

A decisão arbitral será sempre definitiva.

Art. 8.º A empresa obriga-se:

1.º A transportar gratuitamente nos seus vapores as malas do correio portuguez, os dinheiros do estado, papel selado, letras e impressos officiaes;

2.º A transportar por metade do preço das tarifas os passageiros e a carga do estado.

§ único. Entendem-se por passageiros do estado unicamente aquelles cujas passagens devem ser satisfeitas pelos cofres públicos.

Art. 9.º Os máximos preços de carga e passagens são os que constam da tabella junta a este contrato, e só poderão ser alterados de accordo com o governo.



Art. 10.º A empresa submeterá á aprovação do governo um regulamento de serviço de bordo, no qual se hão de consignar as condições necessárias para garantir a segurança, commodidade e bom tratamento dos passageiros de todas as classes.

§ único. Sempre que o governo o julgar conveniente poderá nomear um fiscal, a fim de percorrer a linha, como passageiro de 1.ª classe, á custa da empresa, e examinar o modo como é cumprido o dito regulamento.

Art. 11.º O governo concede á empresa o subsidio annual de 14:000\$000 réis, por todo o serviço a que se refere este contrato, sendo 10:000\$000 réis para a carreira entre Lisboa, Sines e os portos do Algarve, e 4:000\$000 réis para o serviço entre Mertola e Villa Real de Santo Antonio.

Art. 12.º O subsidio será liquidado e pago no ministério da marinha e ultramar mensalmente, e em relação a cada uma das carreiras de navegação.

§ único. A apreciação das viagens será feita na capitania do porto de Lisboa á vista dos seguintes documentos:

1. Certidão das auctoridades marítimas dos portos onde os vapores tocarem, indicando o dia e hora da chegada e da partida, e bem assim quaesquer circumstancias que ocorrerem;

2.º Diários náuticos relativos a cada viagem no mar.

Art. 13.º A empresa poderá importar livres de direitos os barcos de vapor, machinas, caldeiras bóias e amarrações necessárias para o serviço que explorar, segundo as condições do seu contrato.

§ único. A empresa fica sujeita aos regulamentos e instrucções que o governo julgar necessários para fiscalizar o despacho dos objectos acima mencionados.

Art. 14.º Os barcos empregados n'estas carreiras serão considerados para todos os effeitos como paquetes.

Art. 15.º A concessão de subsidio não importa o exclusivo de qualquer espécie, ficando livre a navegação de vapor entre qualquer dos portos mencionados no contrato, nos termos da legislação em vigor.

Art. 16.º A empresa fica sujeita ás seguintes multas:

1.º Não saindo qualquer dos vapores de Lisboa ou de Mertola nos dias fixados, pagará 100\$000 réis pelo primeiro dia;

2.º Por cada um dia de demora, além do dia fixado para a saída tanto de Lisboa como de Mertola, pagará 45\$000 réis;

3.º Por cada dia que exceder nas viagens redondas de ida e volta, pagará 45\$000 réis em qualquer das carreiras;

4.º Se qualquer dos vapores deixar de entrar ou tocar nos portos em que é obrigado por este contrato a entrar ou a fazer escala, pagará em cada viagem 45\$000 réis.



§ 1.º As multas serão liquidadas no ministério da marinha e ultramar e pagas por desconto no respectivo subsidio.

§ 2.º A empresa será isenta de multas unicamente quando allegar e provar caso de força maior que justifique as faltas.

Art. 17.º O contrato durará até que seja aberta á exploração a linha férrea até Faro e o ramal de Portimão, devendo começar a vigorar desde que sejam apresentados á aprovação do governo os vapores que devem fazer a navegação, o que deverá effectuar-se antes de quatro mezes, a contar da data da lei que approvar este contrato.

| 41

Art. 18.º O deposito de 2:000\$000 réis em dinheiro, feito na caixa geral de depósitos pelo concessionário e posto á ordem do governo, é caução d'este contrato. Se o concessionário não se habilitar conforme o contrato para começar devidamente e em tempo o serviço a que se obriga, perderá para o estado o mesmo deposito. Approvados os navios pelo governo, poderá ser levantado o deposito, ficando então subrogada a garantia nos respectivos navios, os quaes ficam todos e cada um d'elles, havendo-se n'este logar como especificados, especialmente hypothecados á responsabilidade do não cumprimento do contrato.

§ único. O concessionário para levantar o deposito deverá provar por certidão, em forma legal, ter elle próprio feito o registo d'esta hypotheca nas estações competentes.

Art. 19.º No caso em que algum dos vapores effectivamente empregados nas carreiras de navegação marcadas n'este contrato soffra algum sinistro que o impossibilite de navegar, a empresa obriga-se a substituil-o no praso de trinta dias por outro de igual lotação, que navegará com bandeira portugueza. Se o vapor que a empresa empregar n'estas circumstancias não tiver as accomodações necessárias para satisfazer a todas as clausulas d'este contrato, obriga-se a mesma empresa a apresentar dentro de quatro mezes, salvo caso de força maior, outro vapor, com bandeira portugueza, para substituir definitivamente e nos preciosos termos do contrato, o vapor que se houver inutilizado.

Art. 20.º Se a empresa deixar de cumprir as condições do contrato, salvo caso de força maior, poderá o governo rescindil-o por decreto seu, sem dependência de processo nem intimação previa.

§ 1.º A empresa poderá recorrer d'este decreto para o supremo tribunal administrativo dentro do praso de quinze dias improrogaveis, a contar do dia da publicação do mesmo decreto na folha official. A resolução do tribunal será definitiva.

§ 2.º Não serão fundamento para rescindir o contrato as faltas provenientes de não saírem os navios nos dias marcados ou da demora das viagens, salvo se essas forem repetidas.

Art. 21.º Este contrato é provisório e só terá vigor depois de approved por lei.



E com estas condições hão por feito e concluído o dito contrato provisório, sendo testemunhas presentes os amanuenses da secretaria d'estado dos negócios da marinha e ultramar, José Augusto de Sequeira Cília e José Solano de Almeida.

E eu, Francisco Joaquim da Costa e Silva, secretario geral do ministério dos negócios da marinha e ultramar, em firmeza de tudo e para constar onde convier, fiz escrever, rubriquei e subscrevi o presente termo de contrato provisório, que vão assignar commigo os mencionados outorgantes e mais pessoas já referidas, depois de lhes ser lido. = *Manuel Pinheiro Chagas* = *Alonso Gomes* = *José Augusto de Sequeira Cília* = *José Solano de Almeida* = *Francisco Joaquim da Costa e Silva*, secretario geral.

(in Collecção Official de Legislação Portuguesa, Lisboa, 1884, pp. 45-48 e A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917) [Texto policopiado] / João Carlos Garcia; tese de doutoramento em Geografia Humana pela Universidade do Porto, vol. II, 1996, (pp. 851-857)

## DOCUMENTO 5

Testamento público realizado por Alonso Gomes, viúvo e residente na vila de Mértola a 1-12-1896

Em nome de Deus Amen-Eu abaixo assinado, Alonso Gomes, viuvo, proprietário, natural e residente nesta Vila de Mertola, filho de André Gomes e de Maria Rafaela, ambos falecidos, faço por este modo o meu testamento.-Quero que o meu funeral e mais disposições d'alma seja feito á vontade do meu testamenteiro que adiante nomearei.-Deixo por uma só vez ao hospital da Santa Casa da Misericórdia desta vila de Mértola, a quantia de duzentos mil reis em moeda corrente no Reino.-Deixo ao hospital civil de Beja, também por uma só vez, a quantia de duzentos mil reis; e igualmente também por uma só vez deixo ao hospital de Castro Verde a quantia de cem mil reis.

Deixo a Antónia Maria da Cruz, solteira, de maior de idade, filha de José da Cruz, já falecido, e de Maria José, nascida na aldeia da Trindade, concêlho de Beja, e residente actualmente nesta vila, e que há muitos anos vive em minha companhia, a quantia de mil e duzentos reis diários em moeda corrente do reino;-mil novecentos e vinte e tres litros e seis decilitros de trigo, limpo e bom, capaz de receber,-trinta litros de azeite,-seis carradas de lenha, um porco gordo com o peso não inferior a noventa quilos, isto anualmente, podendo receber o trigo em qualquer dia do ano que lhe convier e o que for pertencente a cada ano.-O que deixo declarado tem somente valor durante a vida da dita Antónia Maria da Cruz, porque, falecendo esta caduca a pensão.-Deixo á dita Antónia Maria da Cruz para que ela possa dispor como muito bem entender, e por minha morte, a morada de casas térreas com quintal que possuo nesta vila, e são as que onde actualmente resido, bem como lhe deixo toda a mobilia, roupas e mais

objectos que existirem em casa á data do meu falecimento.- Deixo também para sempre á referida Antónia Maria da Cruz, um quintal em frente da morada de casas acima descrita, havendo neste quintal duas casas, uma com saída para o largo e outra com saída para o mesmo quintal.-Deixo-lhe mais para poder disfrutar durante quatro anos, a contar do meu falecimento, toda a casa onde residia, e tem agora em parte dela o estabelecimento, José Mojarro, cuja casa é situada no Largo Vasco da Gama desta Vila, porque findos os ditos quatro anos, passará o dito prédio para os meus herdeiros.-Todos estes legados que ficam mencionados são livres do pagamento de contribuição de registo por titulo gratuito, pois este fica a cargo dos meus herdeiros.-Deixo a Eduarda Maria da Cruz, filha de Manuel da Cruz e de Matilde Maria, residente no Paraizo, concelho de Aljustrel, ou Furadouro,-uma morada de casas térreas, sita na rua do Val, na cidade de Beja, e outra morada de casa térreas na Rua de S. João da dita cidade de Beja e são as que actualmente reside Baltazar Docêiro, e mais lhe deixo um piano que tenho em minha casa na cidade de Beja. Estes legados são livres de contribuição de registo por titulo gratuito, pois o seu pagamento fica a cargo dos meus herdeiros.-Deixo a minha afilhada Alonsa da Conceição da Cruz, filha de Alonso da Cruz e de Francisca Amália Ticão,-uma morada de casas sitas na praça de Santa Catarina da cidade de Beja ao rez do chão e primeiro andar, e são as que eram de Joaquina Eufrazia,-e uma morada de casas térreas, também sitas na praça de Santa Catarina que também faz frente para a rua de S. João na cidade de Beja.-Também este legado é livre de contribuição de

-----Certifico ainda, que, dos mesmos autos e do auto de juramento e declarações de cabeça de casal, a folhas cinco e seguintes, consta que, pelo inventariado Alonso Gomes, instituído por meio de testamento cerrado, herdeira, entre outros, Dona MARIA DAS DORES GOMES BLANCO GARCIA, de vinte e quatro anos, casada com Francisco Pulido Garcia, médico, residentes em Beja, esta filha de José Gomes, irmão do inventariado, não tendo sido impugnada esta qualidade de herdeira ou legatária;-----  
 que, a folhas dezasseis, e seguintes, se encontra uma Pública -forma do teor seguinte:-Em nome de Deus Amen- Eu abaixo assinado, Alonso Gomes, viuvo, proprietário, natural e residente nesta Vila de Mertola, filho de André Gomes e de Maria Rafaela, ambos falecidos, faço por este modo o meu Testamento.-Quero que o meu funeral e mais disposições a' alma seja feito á vontade do meu testamenteiro que adiante nomearei.-Deixo por uma só vez no hospital da Santa Casa da Misericórdia desta vila de Mertola, a quantia de duzentos mil reis em moeda corrente no Reino.-Deixo ao hospital civil de Beja, também por uma só vez, a quantia de duzentos mil reis; e igualmente também por uma só vez deixo a hospital de Castro Verde a quantia de cem mil reis.-Deixo a Antónia maria da Cruz, solteira, de maior idade, filha de José da Cruz, já falecido, e de maria José, nascida na aldeia da Trindade, concelho de Beja, e residente actualmente nesta vila, e que há muitos anos vive em minha companhia, a quantia de mil e duzentos reis diários em moeda corrente no reino;-mil novecentos e vinte e tres litros e seis decilitros de trigo, limpo e bom, capaz de receber, trinta litros de azeite,-seis carradas de lenha, um porco gordo com o peso não inferior a noventa quilos, isto anualmente, podendo receber o trigo em qualquer dia do ano que lhe convier e o que for pertencente a cada ano.-O que deixo declarado tem somente valor durante a vida da dita Antónia maria da Cruz, porque, falecendo esta caduca a pensão.-Deixo á dita Antónia maria da Cruz para que ela possa dispor como muito bem entender, e por minha morte, a morada de casas térreas com quintal que possui nesta vila, e são

| 43

*Testamento de Alonso Gomes de 1-12-1896*



registro por título gratuito, pois ela fica a cargo dos meus herdeiros.-Quero que durante quatro anos, a contar da data do meu falecimento, se dê á que já aqui deixo mencionada-Antónia Maria da Cruz, a quantia de trinta e dois mil reis mensais, para esta aplicar a dita quantia na educação de suas duas sobrinhas-Eduarda e Alonsa, julgando conveniente ter para isso uma professora particular que as eduque; e alem do que deixo declarado quero que se dê á mencionada Antónia Maria da Cruz a titulo de despesas que sua sobrinha possa fazer nos exames durante os quatro anos e em duas epochas de cada um destes anos a quantia de noventa mil reis por cada vez que a dita sua sobrinha Eduarda vá fazer exame de música ao Conservatório de Lisbôa.

Deixo o usufruto das minhas herdades e seus pertences, denominadas:-"São Barão", "Cela" e "Milhoro", situadas nesta freguesia de Mértola, a minha irmã dona Maria das Dores Gomes, solteira, de maior de idade, proprietária e residente nesta vila de Mértola; e deixo as ditas herdades de São Barão, Cela e Milhoro, para sempre por minha morte, ás minhas segundas sobrinhas Maria do Amparo Bravo Gomes Pessanha e Felicidade Bravo Gomes Pessanha, filhas de Fabricio de Campos Pessanha e de dona Maria Manuela Bravo Pessanha, residentes nesta vila, pois estas tomarão posse delas em comum depois da morte da usufrutuária minha dita irmã D. Maria das Dores Gomes, dispondo delas como muito bem entenderem visto que ficam sendo suas.-Deixo a meus sobrinhos Manuel Bravo Gomes e Felicidade Bravo Gomes, solteiros, de maior de idade, proprietários, filhos de Valentim Bravo e de D. Felicidade Gomes Bravo, já falecidos, residentes nesta vila, as propriedades seguintes:-Herdade denominada "Delgados" com todos os seus pertences, situada no concêlho de Beja;-Herdade denominada "Talica" com todos os seus pertences, situada no concêlho de Beja;-Herdades denominadas: "Revez" - Colxões",- "Monte Novo" e courela anexa, com todos os seus pertences e acessórios, situadas na freguesia de Aljustrel, concelho de Beja;-Herdade denominada "Quinta Nova" com todos os seus pertences e acessórios, situada na freguesia de Panoias, concêlho de Ourique, distrito de Beja;-Herdade denominada "da Bugia" com todos os seus pertences e acessórios, situada na freguesia de Panoias, concelho de Ourique;-Herdade denominada dos "Mestres", com todos os seus pertences e acessórios, situada no concelho de Almodovar, distrito de Beja; todas as partes que possuo nas herdades da "Venda" e "Bixa Veado", situadas na freguesia de Alcaria Ruiva deste concêlho; toda a parte que me pertence na courela de terras denominada "Curral da Pedra", situada na freguesia de Alcaria Ruiva deste concêlho;-o que me pertence na courela de terras, denominada "Chaparral Bastos", situada na freguesia de Alcaria Ruiva;-o que me pertence nas courelas ou terras denominadas: "Barrinho e Filipim", situadas na freguesia de Alcaria Ruiva, deste concêlho;-uma morada de casas no Monte do Algodor com cinco compartimentos e forno;-duas porções de terreno próximo de Algodor, freguesia de Alcaria Ruiva;-Herdades denominadas - "Monte Goes" com todos os seus pertences e acessórios, situada no concelho de Almodovar; e "Monte Branco" com todos os seus pertences e



accessórios, situada no concelho de Almodovar;-Herdade denominada da “Figueirinha de Matos”, que consta de terras de semear, montado de azinho, pinheiros, casas de habitação e todos os mais pertences e accessórios da mesma Herdade, situada na freguesia de Santa Victoria, concelho de Beja;-Herdade denominada “Linhares”, com todos os seus pertences e accessórios, situada na freguesia de Albernôa do concelho de Beja;-Herdade denominada “Aldeia de Cima”, com todos os seus pertences e accessórios, situada na freguesia de Albernôa do concelho de Beja;-uma morada de casas na aldeia de Albernoa, que consta de seis casas e um quintal;-Herdade denominada “Balança”, com todos os seus pertences e accessórios e com uma Mina dentro da mesma Herdade, situada na freguesia de Alcaria Ruiva deste concelho;-metade na Herdade denominada “Brôco de Cima”, com todos os seus pertences e accessórios, situada no concelho de Beja;-Herdade denominada “Almares ou Almarge”, com todos os seus pertences e accessórios no concelho de Odemira;-todas as partes que tenho nas moendas denominadas “Azenhas” e “Canaes”, sendo as Azenhas nas proximidades desta vila, e ambas da freguesia desta vila;-Para que não possa haver duvidas de futuro, declaro que todo o arvoredado existente nas propriedades descritas neste legado, também pertence aos ditos meus sobrinhos Manuel Bravo Gomes e Felicidade Bravo Gomes visto que fazem parte das propriedades.-Deixo mais aos referidos meus sobrinhos Manuel Bravo Gomes e Felicidade Bravo Gomes, todo o gado vacum lanigero (gado dita) e caprino que possuo; e bem assim lhes deixo todos os serviços, searas, alqueives, relvas e rais frutos pendentes á data do meu falecimento, nas propriedades que ficam mencionadas neste legado e ahi existirem.-Estes meus sobrinhos Manuel Bravo Gomes e Felicidade Bravo Gomes herdarão em partes eguais o que deixo mencionado, e ficam com o encargo de satisfazerem em comum e segundo a maneira que já deixo declarado, o legado deixado a Antónia Maria da Cruz, durante sua vida, e mais o que deixo para a educação de Eduarda e Alonsa, e as quantias mencionadas para os exames de Eduarda, ficando as propriedades legadas sujeitas ao cumprimento daquelas pensões.-Deixo a meus sobrinhos André Blanco Gomes, solteiro, de maior de idade, proprietário e residente nesta Vila e Maria das Dores Blanco Gomes, casada, residente na cidade de Beja, em comum, as herdades denominadas “Outeiro da Figueira” com todos seus pertences, situada na freguesia da Trindade, concelho de Beja, e “Malhão da Poupa” com todos seus pertences, situada na freguesia de Aljustrel, concelho de Beja;-Deixo á já mencionada minha irmã D. Maria das Dores Gomes, a morada de casas onde a mesma actualmente reside no sitio do Largo do Carmo desta Vila, com todos os quintais, cavalariças, palheiros e mais pertences da mesma morada de casas.-Deixo a António de Sant`Ana, casado, actualmente ao meu serviço, filho de Joaquim de Sant`Ana e de Maria Rosa, já falecidos, e residentes nesta Vila:-uma morada de casas térreas com duas divisões sita no monte dos Corvos desta freguesia, inscrita na matriz sôb o artigo numero novecentos cincoenta e sete,-casarões no monte dos Corvos;-metade de uma courela denominada do “Seixo”, proximidade do monte dos Corvos, achando-se esta metade



indivisa com a outra metade de Damião Felix;-Uma casa com o artigo da matriz numero novecentos e cinquenta e três, sita no monte dos Corvos;-uma arramada, palheiro e curral no monte dos Corvos, descrita na matriz sob numero novecentos e noventa e nove;-uma morada de casas com nove divisões e todos os mais pertences, sita no monte dos Corvos, inscrito na matriz sob numero mil;-uma cerca no Monte dos Corvos, inscrita na matriz sob o numero mil cinquenta e sete.-metade da courela denominada: “Alcarias”, situada nas proximidades dos Corvos, inscrita na matriz sob o numero mil novecentos e dois;-metade da courela denominada “Eira do Perdigão”, situada nas proximidades do Monte dos Corvos, inscrita na matriz sob numero mil cinquenta e sete digo mil cento e seis;-metade da courela de terras denominada: “Chaparral Serro Sargento”, sita nas proximidades do monte dos Corvos inscrita sob artigo da matriz numero mil cento e catorze;-Uma courela denominada “Serro Sargento”, situada nas proximidades do monte dos Corvos, inscrita na matriz sob o número mil cento e dezasseis a mil cento e dezoito; -Uma courela denominada “Chaparral do Serro Sargento, situada nas proximidades dos Corvos, inscrita na matriz número cento e dezanove;-Uma cerca com árvores, denominada “Valões”, situada nas proximidades do monte dos Corvos, inscrita na matriz sob numero mil cento e trinta e sete;-Uma courela denominada “Valões”, situada nas proximidades do monte dos Corvos, inscrita na matriz sob numero mil cento e quarenta;-Uma courela denominada, “Eira do Lobo”, nas proximidades do monte dos Corvos, inscrita na matriz sôb número mil duzentos cinquenta e nove;-metade da courela denominada “Atalaia do Rato”, situada nas proximidades do monte dos Corvos, inscrita na matriz sôb numero mil duzentos setenta;-Metade da courela denominada “Malhadinha” ou “Casa do Guizo”, sita nas imediações do monte dos Corvos, inscrita na matriz sôb numero mil quatrocentos e dez;-e uma courela de terras denominadas “Lentiscais” situada nas proximidades do Monte dos Corvos, em cuja courela só tenho metade.-Todas estas propriedades são situadas na freguesia desta Vila.-Lego e deixo a meu sobrinho Manuel Bravo Gomes, aqui já mencionado, todas as dívidas activas que me pertencem e tenho direito.--Declaro que as contribuições de registo por título gratuito que se deverem pagar respeitantes aos legados deixados a Antónia Maria da Cruz e sobrinhas Eduarda e Alonsa, serão pagas pelos aludidos meus sobrinhos Manuel Bravo Gomes e Felicidade Bravo Gomes.--Dos restantes bens, direitos e acções que me ficaram depois de pagar os legados que deixo mencionados, instituo por meus únicos e universais herdeiros os meus sobrinhos seguintes:-André Bravo Gomes, solteiro, maior, proprietário, residente em Vila Real de Santo António;-Maria Manuela Bravo Gomes Pessanha, casada com Fabricio de Campos Pessanha, residentes nesta vila;-Manuel Bravo Gomes, solteiro, de maior de idade, proprietário e residente nesta Vila;-e Felicidade Bravo Gomes, solteira, de maior de idade, residente nesta Vila;-André Blanco Gomes, solteiro, de maior de idade, residente nesta Vila;-e Maria das Dôres Blanco Gomes, casada, proprietária, e residente na cidade de Beja; estes dois últimos filhos de meu falecido irmão José Gomes, e os quatro primeiros de minha



falecida irmã Felicidade Gomes Bravo, cujos meus herdeiros instituídos herdarão em partes iguais.--Declaro que nesta herança também entram todas as Minas que tenho no país, assim como os vapores.--Nomeio para meus testamenteiros, em primeiro lugar, ao meu sobrinho Manuel Bravo Gomes, um dos herdeiros instituídos, residente nesta Vila; e em segundo lugar ao Conselheiro Francisco Ignácio de Mira, casado, advogado, e residente em Beja, ao qual deixo pelo seu trabalho, a quantia de quinhentos mil reis, em moeda corrente no país e por uma só vez.--Declaro mais que, com data de vinte e nove de Novembro ultimo e nas notas do tabelião desta comarca, António Manuel Afonso, fiz testamento publico, o qual revogo, bem como todos os mais que possam aparecer com data anterior a êste; e quero para todos os efeitos legais, que este valha como meu único testamento de disposição de ultima vontade o qual é escrito por António Manuel Afonso, casado, escrivão e tabelião do Juizo de Direito desta comarca, a quem como pessoa particular, pedi que este escrevesse depois de o ditar, isto é, indo por mim ditado, e o vou assinar e rubricar depois de o ler e achar conforme a minha vontade e o havia ditado. Mértola um de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis.-Alonso Gomes.-E eu, António Manuel Afonso que o escrevi e tambem me assino-António Manuel Afonso.-Auto de aprovação:-Saibam quantos este auto de aprovação de testamento cerrado virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e seis, ao primeiro dia do mes de Dezembro, do dito ano, nesta vila de Mértola, e casa de residencia do excelentissimo senhor Alonso Gomes, onde eu tabelião António Manuel Afonso, vim por este chamado afim de lavrar o presente, aqui perante mim tabelião e as cinco testemunhas idóneas adeante nomeadas e assinadas está presente o dito excelentissimo senhor Alonso Gomes, viuvo, proprietário, de maior de idade, natural e residente nesta Vila e casa, doente assentado em uma cadeira, a quem conhecemos pelo próprio e que nós certificamos estar em seu perfeito juizo e livre de toda e qualquer coação.-E por ele me foi apresentado na presença das mesmas testemunhas este testamento e disposição declarando como ela é a sua ultima vontade, o qual testamento, que eu vi sem o ler, é escrito por mim como pessoa particular a rogo do testador, e assinado e rubricado pelo mesmo testador, contem oito folhas, isto é, oito mesmas folhas, sete páginas e parte de outra ou quatorze laudas e parte de outra aonde se acha a assinatura do feitor do testamento; está rubricado pelo mesmo testador, e não tem borrão algum, entrelinha, emenda ou nota marginal. Em testemunho de verdade lavrei êste auto, que principiei logo em seguida ás assinaturas do testamento, e o continuei sem interrupção, sendo testemunhas a tudo presentes desde o principio até ao fim, José Alho, proprietário;-Francisco José Maria, comerciante;-António Mestre da Costa, comerciante;-António de Sousa Machado, negociante,-e José Miguel da Trindade, proprietário, todos casados, de maior de idade, residentes nesta vila, e de mim tabelião bem conhecidos, de que dou fé, os quais assinam este auto comigo tabelião, e com o testador, depois de ser por mim escrito e lido em voz alta na presença das mesmas testemunhas, porque o testador sendo por



mim advertido de que podia ler, não o quis.-Foram praticadas em acto continuo todas estas formalidades, de cujo cumprimento dou fé; e ao dito testador hei-de entregar este testamento depois de ser por mim cosido e lacrado na presença das mesmas testemunhas, e depois de lavrado na face exterior da folha que servir de invólucro uma nota com a declaração de que pertence ao testador digo ao dito testador.-Vai colado e inutilizado um selo de estampilha da taxa de mil reis devido ao respectivo imposto. Eu António Manuel Afonso, tabelião publico de notas desta comarca de Mértola que o escrevi e assino em publico e razo.--Alonso Gomes,-José Alho,-Francisco José Maria,-António Mestre da Costa,-António de Sousa Machado,-José Miguel Trindade--Primeiro de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis,-O tabelião-António Manuel Afonso,-assinatura esta e data que inutilizam o selo de estampilha de mil reis.--Em testemunho (lugar do sinal publico) de verdade-O tabelião-António Manuel Afonso.-Deste por ser feito de noite-quatro mil reis.-Recebi-Primeiro de Dezembro-António Manuel Afonso-cuja data e assinatura iunutilizam uma estampilha de contribuição industrial da taxa de trezentos reis.-Primeiro de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis.-António Manuel Afonso-assinatura esta e data que inutilizam um selo de estampilha da taxa de dez reis. Testamento do excelentissimo senhor Alonso Gomes, aprovado ao primeiro dia do mes de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis, perante mim tabelião-António Manuel Afonso.-Numero quinhentos e quarenta e cinco.-Logar do selo de verba com a legenda:-Selo de verba-Mertola-Pagou de selo de verba a quantia de vinte mil reis, por dez folhas que contem este testamento e que fica lançado no livro competente.

(in Arquivo Distrital de Beja (ADB), Cartório Notarial de Mértola, Livro de Notas n.º 2º do 2º Ofício, fls.16 a 25 e Arquivo particular de José Gomes Pulido Garcia: Testamento de Alonso Gomes de 1-12-1896, documento n.º 30, 42)

## DOCUMENTO 6

Certidão de óbito de Alonso Gomes, que faleceu em Mértola a 17-6-1897

Aos dezassete dias do mes de Junho do ano de mil oitocentos e noventa e sete, ás sete horas da manhã, nesta vila, desta freguesia e concelho de Mértola, diocese de Beja, faleceu, não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, um individuo do sexo masculino, por nome Alonso Gomes, de idade de setenta e oito anos, viuvo de dona Maria Augusta, proprietário, natural e morador nesta vila, filho legitimo de André Gomes, logista, natural de Castelejo, reino de Espanha, e de Maria Rafaela, natural de Almendro, do dito reino de Espanha, o qual fez testamento, não deixou filhos, e foi sepultado no cimitério público desta freguesia. E para constar lavrei em duplicado êste assento que assino. Era ut supra. O Pároco Manuel Jacinto Simões.

Mais certifico, que, dos mesmos autos e a folhas tres, se encontra o original de uma certidão de óbito passada em dois de Novembro de mil oitocentos e noventa e sete, pelo prior da freguesia de Mértola, Manuel Jacinto Simões, com a assinatura devidamente reconhecida pelo Tabelião de Mértola, António Manuel Afonso, pela qual se verifica que, num livro de Registo de Óbitos desta freguesia de Mértola, a folhas oito verso se encontra um assento do teor seguinte: - Aos dezassete dias do mes de Junho do ano de mil oitocentos e noventa e sete, ás sete horas da manhã, nesta vila, desta freguesia e concelho de Mértola, diocese de Beja, faleceu, não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, um individuo do sexo masculino, por nome Alonso Gomes, de idade de setenta e oito anos, viuvo de dona Maria Augusta, proprietário, natural e morador nesta vila, filho legítimo de André Gomes, logista, natural de Castelejo, reino de Espanha, e de Maria Rafaela, natural de Almenáro, do dito reino de Espanha, o qual fez testamento, não deixou filhos, e foi sepultado no cimitério público desta freguesia. E para constatar lavrei em duplicado este assento que assino. Era ut supra. O Pároco Manuel Jacinto Simões. E nada mais consta do assento a que me reporto. Por ser verdade passei esta que juro e assino. Mértola, dois de Novembro de mil oitocentos e noventa e sete, o prior Manuel Jacinto Simões. -----

*Certidão de óbito de Alonso Gomes de 18-6-1897*

(Arquivo Distrital de Beja, Livro 45, Óbitos, freguesia de Mértola, orago de N. S.<sup>ra</sup> da Assunção, também chamada N. S.<sup>ra</sup> de Entre Vinhas (de 1-1-1897 a 21-12-1897), fl. 8 v.<sup>o</sup>)

## DOCUMENTO 7

### MINAS PERTENCENTES A ALONSO GOMES MINAS DE MANGANÉS

1 – mina de manganés do **Serro dos Caldeireiros**, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 25-11-1861.

Foram considerados descobridores legais da mina Alonso Gomes e Pedro José Infante a 31-5-1860. Este último, transferiu os seus direitos legais que tinha nesta



mina, para Alonso Gomes, que pediu a concessão provisória, que lhe foi concedida por portaria de 21-3-1861. Esta mina tinha a área total de 99 hectares.<sup>54</sup>

2 – mina de manganés, sita no **vale da Abelheira**, freguesia de **Sant'Anna de Cambas**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 27-5-1863.

Alonso Gomes, obteve a concessão provisória por portaria de 14-5-1861. Esta mina compreendia uma superfície de 31,30 hectares.<sup>55</sup>

3 – mina de manganés sita na herdade de **Penedos**, na freguesia de **S. Marcos**, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 26-3-1864.

A mina da herdade de Penedos, situada a 700 metros a SO da Senhora de Aracelis, era uma galeria com 50 metros de cumprimento e 35 metros de desnível, sendo requerida a sua exploração a 29-5-1859, por António Silva, publicado no Diário do Governo n.º 80 de 9-4-1860, passando os direitos de exploração para Alonso Gomes a 4-11-1860. A concessão provisória efectua-se a 21-1-1862 e a definitiva a 26-3-1864. Esta mina compreendia uma área de 91,43 hectares.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1861, Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés, do Serro dos Caldeiros concelho de Mértola, distrito de Beja a 21-3-1861, Diário de Lisboa, n.º 101 de 6-5-1861, p. 118; Suplemento á Collecção Official de Legislação Portuguesa 1861, Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés, do Serro dos Caldeiros concelho de Mértola, distrito de Beja a 25-11-1861, Diário de Lisboa, n.º 20 de 27-1-1862, pp. 53-54; e Lucien La Saigne - Le Portugal Historique, commercial et industriel, Paris: A. Lévy, 1876, p. 57 e J. M. Costa Almeida - “Considerações a propósito do manganésio do Alentejo”, Sep. Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Porto, I-II, 1945, p. 6, foi esta a primeira concessão definitiva de manganés, a ser concedida no Baixo Alentejo.

<sup>55</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1861, Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés no Vale da Abelheira, freguesia de Sant'Anna de Cambas, concelho de Mértola, distrito de Beja a 18-5-1861, Diário de Lisboa n.º 111 de 18-5-1861, pp. 194-195; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1863, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés sita no vale da Abelheira, freguesia de Sant'Anna de Cambas, concelho de Mértola, distrito de Beja a 27-5-1863, Diário do Governo n.º 156 de 29-7-1863, pp. 89-89.

<sup>56</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1862, Lisboa: Imprensa Nacional, 1863, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés sita na herdade do Penedo, na freguesia de S. Marcos, concelho de Castro Verde, distrito de Beja a 21-1-1862, Diário de Lisboa n.º 32 de 10-2-1862, pp. 16-17; Collecção Official de Legislação Portuguesa 1865, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés na herdade do Penedo, situada na freguesia de S. Marcos, concelho de Castro Verde, distrito de Beja a 26-3-1864, Diário de Lisboa, n.º 243 de 26-10-1864, pp. 542-543 e Revista Cultural Alma Alentejana, Ano 9, n.º 21 de 2008, p. 19 e O Campaniço, n.º 79, Dezembro /Janeiro 2009 - Boletim informativo da Câmara Municipal de Castro Verde, p. 10.



4 – mina de manganés sita no **Serro dos Coelhoos**, junto ao Monte da Quintã, freguesia e concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 17-8-1864.

A concessão provisória foi realizada a 24-12-1860. Esta mina tinha a área total de 58 hectares.<sup>57</sup> | 51

5 – mina de manganés da herdade de **Ferragudo**, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja por concessão definitiva de 9-10-1865.

A mina de manganés da herdade de Ferragudo, era propriedade dos herdeiros de Alonso Gomes, sendo particularmente rica em psilomelana e pirolusite. O primeiro registo, foi efectuado a 5-5-1859, por José Diogo e Felizberto José Colaço e foi publicada a portaria dos direitos dos descobridores legais a 10-3-1864. A 20-6-1864, são transferidos os direitos legais para Alonso Gomes, que teve concessão provisória a 27-10-1864. Esta mina abrangia a área total de 38,48 hectares. O Catálogo Descritivo da Secção de Minas, publicado em 1889, diz que «*esta é a mais importante de todas as minas de manganés do Baixo-Alentejo, tendo iniciado a lavra em 1875*». O sistema inicial de desmonte que se fazia por poços e galerias, foi substituído nos anos 40 do século XX pelo de corta a céu aberto.<sup>58</sup>

6 – mina de manganés denominada das **Crujinhas**, situada na freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 9-10-1865.

A certidão dos direitos de descoberta da mina foi atribuída por portaria de 17-7-1863 e a concessão provisória por portaria de 16-7-1864. Abrangia a referida mina a área de 24 hectares.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1860, Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés, sita no Serro dos Coelhoos, junto ao Monte da Quintã, freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja a 24-12-1860, Diário de Lisboa, n.º [?] de 15-1-1861, pp. 184-185 e 870; e Suplemento à Collecção Official de Legislação Portuguesa 1864, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés sita no Serro dos Coelhoos, junto ao Monte da Quintã, freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja a 17-8-1864, Diário de Lisboa, n.º 288 de 18-12-1864, p. 34.

<sup>58</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1864, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés sita na herdade de Ferragudo, concelho de Castro Verde, distrito de Beja a 20-10-1864, Diário de Lisboa n.º 287 de 20-12-1864, p. 845, O Campaniço, n.º 79, Dezembro /Janeiro 2009 - Boletim informativo da Câmara Municipal de Castro Verde, p. 9 e Revista Cultural Alma Alentejana, Ano 9, n.º 21 de 2008, p. 17.

<sup>59</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1864, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés, denominada das Crujinhas, situada na freguesia de Alcaria



7 – mina de manganés sita na herdade dos **Escudeiros**, situada na freguesia de **Albernoa**, concelho e distrito de Beja, por concessão definitiva de 9-10-1865.

Foram declarados descobridores legais da mina, António Luís da Silva e João Baião por portaria de 9-3-1864, que cederam a Alonso Gomes, o direito e acção que tinham nesta mina, como constava da escritura apresentada por Alonso Gomes e lavrada a 13-7-1864, nas notas do tabelião da vila de Mértola, Manuel Pinto Leão. A concessão provisória foi realizada a 14-12-1864. Compreendia a mina a área de 22 hectares.<sup>60</sup>

8 – mina de manganés situada no **Serro da Predeneira** na herdade de Corcovada, freguesia de **Albernôa**, concelho e distrito de Beja, por concessão definitiva de 18-2-1868.

O requerente Alonso Gomes, obteve a concessão provisória por portaria de 16-8-1867 e abrangia a referida mina a superfície de 19 hectares e 8 ares.<sup>61</sup>

9 – mina de manganés situada no **Serro do Zambujeiro e Curralão** na herdade de **Corcovada**, freguesia de **Albernôa**, concelho e distrito de Beja, por concessão definitiva de 18-2-1868.

O requisitante Alonso Gomes, obteve a concessão provisória por portaria de 16-8-1867 e compreendia esta mina a área de 18 hectares.<sup>62</sup>

10 – mina de manganés situada na courela da **Caeira**, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 18-2-1868.

---

Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a 16-7-1864, Diário de Lisboa, n.º 161 de 22-7-1864, p. 442; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1865, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés denominada das Crujinhãs, situada na freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a 9-10-1865, Diário de Lisboa, n.º 250 de 4-11-1865, pp. 365-366.

<sup>60</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1864, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés sita na herdade dos Escudeiros, situada na freguesia de Albernoa, concelho e distrito de Beja a 14-12-1864, Diário de Lisboa, n.º 283 de 15-12-1864, p. 949; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1865, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés sita na herdade dos Escudeiros, situada na freguesia de Albernoa, concelho e distrito de Beja a 9-10-1865, Diário de Lisboa, n.º 249 de 3-11-1865, pp. 364-365.

<sup>61</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no Serro da Predeneira na herdade de Corcovada, freguesia de Albernôa, concelho e distrito de Beja a Alonso Gomes a 18-2-1868, Diário de Lisboa (DL), n.º 44 de 24-2-1868, pp. 44-45.

<sup>62</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no Serro do Zambujeiro e Curralão na herdade de Corcovada, freguesia de Albernôa, no concelho e distrito de Beja a Alonso Gomes a 18-2-1868, Diário de Lisboa (DL), n.º 44 de 24-2-1868, pp. 45-46.



Alonso Gomes, teve certidão dos direitos da descoberta da mina a 6-2-1867 e a concessão provisória da mina, foi-lhe atribuída por portaria de 12-9-1867. Esta mina abrangia a área de 40,8 hectares.<sup>63</sup>

11 – mina de manganés situada na courela do **Casarão**, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 25-4-1868.

| 53

O requerente Alonso Gomes, teve certidão dos direitos da descoberta da mina a 30-4-1867 e obteve a concessão provisória desta mina por portaria de 15-10-1867. A mina abrangia a área de 43,10 hectares.<sup>64</sup>

12 – mina de manganés situada no **serro do Laboreiro**, nas herdades da **Ortiga e Bemposta**, freguesia de **Messejana**, concelho de **Aljustrel**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 23-5-1868.

O requisitante Alonso Gomes, teve certidão dos direitos da descoberta da mina a 15-5-1867, e alcançou a concessão provisória por portaria de 15-10-1867. A mina abrangia a superfície de 45,41 hectares.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1867, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão dos direitos da descoberta da mina de manganés da courela da Cacira, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a 6-2-1867, Diário de Lisboa n.º 33 de 12-2-1867, p. 21; Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada na courela da Cacira, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a Alonso Gomes a 18-2-1868, Diário de Lisboa (DL), n.º [?] de 24-2-1868, p. 44.

<sup>64</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1867, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão dos direitos da descoberta da mina de manganés da courela do Casarão, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a 30-4-1867, Diário de Lisboa n.º 113 de 20-5-1867, pp. 105-106; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada na courela do Casarão, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a Alonso Gomes a 25-4-1868, Diário de Lisboa (DL), n.º 107 de 12-5-1868, pp. 152-153.

<sup>65</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1867, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão dos direitos da descoberta da mina de manganés situada no Serro do Laboreiro nas herdades da Ortiga e Bemposta, freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 15-5-1867, Diário de Lisboa n.º 111 de 17-5-1867, p. 124; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no serro do Laboreiro nas herdades da Ortiga e Bemposta, freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 23-5-1868, Diário de Lisboa (DL), n.º 129 de 1-6-1868, pp. 215-216.



13 – mina de manganés situada na **Soalheira da Serra da Caeira**, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 22-6-1868.

O requerente Alonso Gomes, teve certidão dos direitos da descoberta da mina, como cessionário de José Francisco Camacho a 2-7-1867 e recebeu a concessão provisória por portaria de 8-11-1867. A mina possuía uma área de 71 hectares e 60 ares.<sup>66</sup>

14 – mina de manganés situada em **Vale do Calvo**, freguesia de **Ervidel**, concelho de **Aljustrel**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 12-8-1869.

A 17-3-1868, foi requerida certidão dos direitos de descoberta da mina por João Ignácio de Vasco Gamito e Alonso Gomes. Visto que o primeiro cedeu os seus direitos na mina ao segundo, Alonso Gomes, obteve a concessão provisória a 23-9-1868. A referida mina abrangia a superfície de 50 hectares.<sup>67</sup>

15 – mina de manganés situada no **Serro das Cannas Frexas**, na herdade da Balança, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola** e distrito de Beja, por concessão definitiva de 7-9-1869.

O requisitante Alonso Gomes, foi declarado descobridor legal da mina a 21-11-1867 e obteve concessão provisória por portaria de 25-7-1868. A mina abrangia uma área de 50 hectares.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1867, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão dos direitos da descoberta da mina de manganés situada na Soalheira da Serra, concelho de Mértola, distrito de Beja a 2-7-1867, Diário de Lisboa n.º 154 de 13-7-1867, p. 460; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada na Soalheira do Serro da Caeira, concelho de Mértola, distrito de Beja a Alonso Gomes a 22-6-1868, Diário de Lisboa (DI.), n.º 162 de 22-7-1868, pp. 240-241.

<sup>67</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada em Vale Calvo, freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 12-8-1869, Diário do Governo n.º 209 de 15-9-1869, pp. 378-379; Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Diário de Lisboa n.º 66 de 21-3-1868, p. 87; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés situada em Vale Calvo, freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 23-9-1868, Diário de Lisboa n.º 224 de 3-10-1868.

<sup>68</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no Serro das Cannas Frexas, na herdade da Balança, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a Alonso Gomes a 7-9-1869, Diário do Governo n.º 232 de 12-10-1869, pp. 420-421; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés situada no Serro das



16 – mina de manganés situada na herdade de **Corte Carrasco**, freguesia de **Albernôa**, concelho e distrito de Beja, por concessão definitiva de 7-9-1869.

O requerente Alonso Gomes, foi declarado descobridor legal da mina a 19-11-1867 e alcançou concessão provisória por portaria de 26-7-1868. Esta mina abrangia área de 40 hectares.<sup>69</sup>

17 – mina de manganés situada no **Serro do Cabeço do Homem**, concelho de **Aljustrel**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 26-10-1869.

Alonso Gomes, é reconhecido como proprietário legal da mina a 23-6-1868 e obteve a concessão provisória por portaria de 20-1-1869. Compreendia a referida mina a área de 50 hectares e 65 ares.<sup>70</sup>

18 – mina de manganés situada nos **Serros Altos** na herdade dos Negreiros, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 26-10-1869.

O requerente Alonso Gomes, obteve a concessão provisória por portaria de 28-8-1868. A mina abrangia a área de 32 hectares.<sup>71</sup>

19 – mina de manganés situada no **Serro do Paraíso** na herdade de Furadouro, freguesia e concelho de **Aljustrel**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 16-11-1869.

O requisitante Alonso Gomes, obteve concessão provisória por portaria de 20-1-1869. Esta mina abrangia a superfície de 49 hectares e 60 ares.<sup>72</sup>

---

Cannas Frexas, na herdade da Balança, freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja a Alonso Gomes a 25-7-1868, Diário de Lisboa n.º 170 de 31-7-1868, p. 256.

<sup>69</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada na herdade de Corte Carrasco, freguesia de Albernôa, concelho e distrito de Beja a 7-9-1869, Diário do Governo n.º 232 de 12-10-1869, pp. 420-421; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de manganés situada na herdade de Corte Carrasco, freguesia de Albernôa, concelho e distrito de Beja a 25-7-1868, Diário de Lisboa n.º 172 de 3-8-1868, p. 257.

<sup>70</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no Serro do Cabeço do Homem, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 26-10-1869, Diário do Governo n.º 263 de 18-11-1869, p. 478; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão de proprietário da mina de manganés situada no Serro do Cabeço do Homem, concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 23-6-1868, Diário do Governo, n.º 149 de 7-7-1868, p. 242

<sup>71</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada nos Serros Altos na herdade dos Negreiros, concelho de Castro Verde, distrito de Beja a Alonso Gomes a 26-10-1869, Diário do Governo n.º 262 de 17-11-1869, p. 478.



20 – mina de manganés situada na **serra dos Feitais** (ou Feitães), freguesia e concelho de **Aljustrel**, distrito de Beja em 1869.

A mina da Serra dos Feitais, estava situada na freguesia e concelho de Aljustrel (a 3 km da vila), distrito de Beja e estendia-se numa área aproximadamente de 49 hectares e 70 ares. Este jazido, foi descoberto por Porfírio da Cruz e João Inácio de Vasco Gamito, que o registaram em 28-4-1867. Pouco depois, foi feita a cedência da descoberta a Alonso Gomes, e este ao mesmo tempo, pediu que o considerassem descobridor legal a 23-6-1868, sendo-lhe deferido no Diário do Governo n.º 149 de 7-7-1868. No mesmo diário, são estabelecidos os limites de demarcação provisória da referida mina. Em 13-10-1868, foi feita a concessão provisória, a qual foi dada em 20-1-1869 (Diário do Governo, n.º 17 de 23-1-1869). Meses depois, foi pedida e dada concessão definitiva.<sup>73</sup>

21 – mina de manganés da herdade da **Felipeja**, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 28-10-1871.

A 6-12-1868, foi feito o manifesto da mina por João Inácio, o qual por escritura lavrada em 22-4-1869, fez cessão dos direitos de descoberta a Alonso Gomes, sendo este declarado descobridor legal por portaria a 1-9-1869, publicada no Diário da República n.º 213 de 20-9-1869. Em 2-7-1870, era dada a concessão provisória, cuja demarcação foi definida. Em alvará de 28-10-1871, foi dada concessão definitiva, publicada no Diário da República n.º 268 de 25-11-1871.<sup>74</sup>

22 – mina de manganés no **Serro da Cruz do Peso**, freguesia de **Alcaria Ruiva**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja, como descobridor legal a 4-7-1883.<sup>75</sup>

Esta mina abrangia a área total de 50 hectares.

---

<sup>72</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés situada no Serro do Paraíso, herdade de Furadouro, freguesia e concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 16-11-1869, Diário do Governo n.º 286 de 16-12-1869, p. 561

<sup>73</sup> cf. Paulo Eduardo Guimarães - Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938), Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 55, Fernando José da Silva - Jazigos de manganés do Alentejo: Breve estudo da mina de Serra dos Feitais, Serviço de Fomento Mineiro, 1946, p. 7; Collecção Official de Legislação Portuguesa 1868, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Certidão dos direitos de descoberta da mina de manganés situada na serra dos Feitais, freguesia e concelho de Aljustrel, distrito de Beja a Alonso Gomes a 23-6-1868, Diário do Governo n.º 149 de 7-7-1868, p. 241.

<sup>74</sup> cf. O Campanião, n.º 79, Dezembro /Janeiro 2009 - Boletim informativo da Câmara Municipal de Castro Verde, p. 9; e José Maria da Costa Almeida e Cristino da Conceição Fernandes - Jazigos de manganés do Alentejo: breve estudo das minas da Herdade do Ferragudo e da Herdade de Felipeja, in Serviço de Fomento Mineiro; 7, [Lisboa]: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1946, pp. 8-9.

<sup>75</sup> cf. in Navios e Navegadores: Frotas nacionais - Alonso Gomes & C.ª, in <http://naviosnavegadores.blogspot.pt/2008/03/frotas-nacionais-alonso-gomes-c.html>



23 – mina de manganés da **Rocha** na herdade dos **Negreiros**, a 7 km de **Castro Verde**, distrito de Beja, por concessão definitiva de 31-5-1884.

A mina da Rocha, está localizada na herdade de Negreiros, a 7 km de Castro Verde e o seu reconhecimento foi efectuado por João Batista Shiappa de Azevedo a 30-9-1869. A sua exploração era feita através da abertura de poços e galerias, que atingem a profundidade máxima de 10.50 metros.<sup>76</sup>

| 57

24 – mina de manganés do **Cerro do Currealinho**, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja, por concessão definitiva a 31-5-1884.

A mina do Cerro do Currealinho, está localizada na courela do Pego das Patas, próximo do Monte do Salto, tem requerimento para início de exploração a 4-3-1880 e portaria de concessão a 11-10-1880, a favor do descobridor legal José da Costa. A 18-10-1880, este faz cessão de direitos a Alonso Gomes. Esta mina, deixou de funcionar por volta de 1898/1899. Explorada pelo sistema de cortas, de poços e galerias, teve um poço vertical com uma profundidade de cerca de 30 metros.<sup>77</sup>

25 – mina do **Serro Beturiano**, identificada também como **Serro do Seixo** no Monte Ruivo em **Entradas**, concelho de **Castro Verde**, distrito de Beja, por alvará de cedência de exploração de 26-6-1886.

A mina do Serro Beturiano, também conhecida por mina do Serro do Seixo, teve um reconhecimento em 1866 e a concessão provisória por portaria de 16-7-1866, por Francisco Guijarro. O mesmo requerente, recebe concessão definitiva a 2-5-1867; mas o seu registo só é feito pelo seu “descobridor legal” Diogo Gonçalves, lavrador a 15-1-1883; este último cede a exploração a Alonso Gomes a 2-7-1885, a quem é concedido alvará de exploração, pelo sistema de poços que atingem a profundidade de 19 metros em 26-6-1886. Esta mina abrangia uma área de 48 hectares. A lavra é suspensa cerca de 1898/1899.<sup>78</sup>

26/27 – minas das Medas e da Bouça Velha, no concelho de Gondomar, distrito do Porto.

---

<sup>76</sup> cf. O Campaniço, n.º 79, Dezembro /Janeiro 2009 - Boletim informativo da Câmara Municipal de Castro Verde, p. 10

<sup>77</sup> cf. Revista Cultural Alma Alentejana, Ano 9, n.º 21 de 2008, p. 19.

<sup>78</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1867, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de manganés, sita no Serro do Seixo, freguesia de Entradas, concelho de Castro Verde, distrito de Beja a Francisco Guijarro a 2-5-1867, Diário de Lisboa n.º 107 de 11-5-1867, pp. 109-110; O Campaniço, n.º 79, Dezembro /Janeiro 2009 - Boletim informativo da Câmara Municipal de Castro Verde, p. 10 e Revista Cultural Alma Alentejana, Ano 9, n.º 21 de 2008, p. 19.



## MINAS DE CHUMBO

28 – mina de chumbo sita da **Fonte dos Barbaços** na herdade dos Namorados, concelho de **Mértola**, distrito de Beja à Companhia Esperançosa, por concessão definitiva de 4-1-1869.

A 25-7-1863, Alonso Gomes, recebia a certidão dos direitos de descoberta da mina, passando-os para a Companhia Esperançosa, a qual obteve concessão provisória por portaria de 15-10-1867. Abrangia a referida mina, a área de 236 hectares.<sup>79</sup>

29 – mina de chumbo sita no **Serrinho da Azinheira** na herdade da Morena, freguesia e concelho de **Mértola**, distrito de Beja à Companhia Esperançosa, por concessão definitiva de 5-1-1869.

Alonso Gomes e Pedro José Infante, foram declarados descobridores legais da mina por portaria de 8-6-1861. Estes cederam e transferiram para a Companhia Esperançosa, todos os direitos de que tinham sido investidos pela citada portaria, como constava da escritura lavrada nas notas do tabelião, Manuel Pinto Leão, da vila de Mértola. A empresa, obteve concessão provisória desta mina por portaria de 1-8-1863, abrangendo a área de 103 hectares.<sup>80</sup>

30 – mina de chumbo, sita no **Corgo da Mula**, concelho de **Mértola**, distrito de Beja à Companhia Esperançosa, por concessão definitiva de 12-1-1869.

Alonso Gomes e Pedro José Infante, foram declarados descobridores legais da mina por portaria de 11-3-1861, e por escritura pública de 20-8-1861, lavrada nas notas do tabelião do julgador de Mértola, Alexandre José Joaquim de Carvalho, cederam e transferiram para a Companhia Esperançosa, os direitos que tinham sido investidos pela citada portaria. Esta empresa, obteve concessão provisória a 21-3-1863 e abrangia a área de 180 hectares.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de chumbo sita da Fonte dos Barbaços na herdade dos Namorados, concelho de Mértola, distrito de Beja distrito de Beja à Companhia Esperançosa a 4-1-1869, Diário do Governo n.º 13 de 18-1-1869, p. 1.

<sup>80</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão definitiva da mina de chumbo sita no Serrinho da Azinheira na herdade da Morena, freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja à Companhia Esperançosa a 5-1-1869, Diário do Governo n.º 13 de 18-1-1869, p. 3; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1863, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de chumbo, sita no Serrinho da Azinheira na herdade da Morena, freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja à Companhia Esperançosa a 1-8-1863, Diário de Lisboa, n.º 186 de 22-8-1863, p. 395.

<sup>81</sup> cf. Collecção Official de Legislação Portuguesa 1869, Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção,

**DOCUMENTO 8****OS NAVIOS GOMES****“Gomes” e / ou “Gomes 1º”**

Porto de registo: Lisboa a 26-11-1876

Construtor: Hugh Parry & Genros, Ginjal, 1867  
ex “Príncipe D. Carlos” - 1867-1876

Armava em escuna, casco de ferro, movido por rodas.

Tonelagens: Tab 78, - to> Tal 45,- to

Comprimentos: Ff 33 mt> Pp 21 mt> Bc 3,7 mt> Ptl 2, - mt

Ignora-se qual o destino

| 59

**“Gomes 2º”**

Porto de registo: Lisboa a 10-2-1875

Construtor: Roberts & Cº., Seacombe, Inglaterra,??  
ex “Ballina” - Irish Sea Passenger Steamers, ??-1875

Armava em iate, casco de ferro, proa direita e popa redonda.

Tonelagens: Tab 78, - to> Tal 166,- to

Comprimentos: Pp 41,50 mt> Boca 5,80 mt> Pontal 3,00 mt

Adquirido por Alberto B. Centeno, nome “Algarve”, 1885-1886. Vendido à Armada-Alfândega Lisboa, nome “Açor”, 1886-1934. Vendido para demolição em 1934

**“Gomes 3º”**

Porto de registo: Lisboa a 21-10-1876

Construtor: Winsford, Colchester, Inglaterra, 1875

Aquisição directa ao estaleiro pelo preço de 2.400 libras.

Convés com salto, casco de madeira, movido por rodas.

Tonelagens: Tab 56, - to

Comprimentos: Ff 25,0 mt> Boca 3,60 mt> Pontal 1,60 mt

Em Julho de 1910, o casco do navio encontrava-se encalhado na praia de Vila Real de S.º António, à venda para demolição

**“Gomes IV”**

---

Concessão definitiva da mina de chumbo, sita no Corgo da Mula, concelho de Mértola, distrito de Beja à Companhia Esperançosa a 12-1-1869, Diário do Governo n.º 13 de 18-1-1869, pp. 4-5; e Collecção Official de Legislação Portuguesa 1863, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 2ª Secção, Concessão provisória da mina de chumbo, sita no Corgo da Mula, concelho de Mértola, distrito de Beja à Companhia Esperançosa a 21-3-1863, Diário de Lisboa n.º 156 de 17-7-1863, pp. 27-28.

---



Porto de registo: Lisboa a -5-1884

Construtor: Dobson & Charles, Grangemouth, Inglaterra, 1882  
ex “Strathcarron” - 1882-1884

Tonelagens: Tab 420, - to> Tal 292,- to

Comprimentos: Pp 47,40 mt> Boca 4,90 mt> Pontal 3,20 mt

Vendido a José de Sousa Maciel (Empresa de Navegação do Rio de Janeiro), em 1901.  
Mudou o nome para “Murupy”, tendo ainda navegado por mais de 20 anos

### “Gomes 5º”

Porto de registo: Lisboa a 4-1-1887

Construtor: Burrell & Son, Dumbarton, Escócia, 1883  
ex “Toreador” - Baird & Brown (W. Cunliffe - W. Yeoman), 1883-86

Tonelagens: Tab 435, - to> Tal 310,- to

Comprimentos: Ff 55,90 mt> Boca 9,00 mt> Pontal 4,00 mt

Nafragou após encalhe nas pedras Sorlingas, devido a denso nevoeiro em 9-7-1888.  
Os 18 tripulantes salvaram-se

### “Gomes VI”

Porto de registo: Lisboa a 26-4-1889

Construtor: John Elder & Co., Glasgow, Escócia, 1875  
ex “Barnsley” - Manchester, Sheffield & Lincolnshire, 1875-1889

Tonelagens: Tab 575, - to> Tal 327,- to

Comprimentos: Pp 56,40 mt> Boca 8,20 mt> Pontal 4,60 mt

Vendido a J. Soares Franco, 16-2-1905 - 6-3-1905. Vendido a João Fonseca e Sá, 6-3-1905-Dezembro de 1905. Vendido à Emp. Nac. de Navegação, nome “Lobito”, 1906-1909

Nafragou após encalhe no Sul da Ilha do Maio, em Cabo Verde, em 4-2-1909. Não há registo de vítimas

### “Gomes 7º”

Porto de registo: Lisboa a 1891

Construtor: Hall Russel & Co., Aberdeen, Escócia,??  
ex “Banchory” - Grampian Steamship Co., Ltd., ??-1891

Tonelagens: Tab 576, - to> Tal 372,- to

Comprimentos: Ff 53,20 mt> Boca 7,90 mt> Pontal 4,40 mt

Nafragou após encalhe na barra do rio Douro, em 1-3-1893, salvando-se a tripulação

**“Gomes VIII”**

Porto de registo: Lisboa a 1-5-1893

Constructor: Edwards Shipbuilding Co. Ltd., Newcastle, Ing., 1891

ex “Montague” - Merchant Banking Corp., 1891-1893

Tonelagens: Tab 645,- to> Tal 485,- to

Comprimentos: Ff 53,90 mt> Boca 8,50 mt> Pontal 4,30 mt

Naufragou após encalhe no baixo Chaldrão, meia milha a Norte das Berlengas devido a nevoeiro cerrado, em viagem do Porto para Lisboa, sob o comando do Capitão Manuel da Costa. O navio transportava 32 passageiros que se salvaram, havendo contudo a lamentar a morte de 1 tripulante

| 61

**BIBLIOGRAFIA****1 – MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS**

1.1 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

- Borrão, Passagens de Março de 1859 a Dezembro de 1862, caixa 25, liv. 62, fl. n.n.

1.2 – Arquivo da Alfandega de Lisboa (AAL):

- Movimento do porto de V. Real de S.<sup>to</sup> Antonio. Registo das embarcações entradas e saídas no porto de Villa Real de S.<sup>to</sup> Antonio (1896/99).

1.3 – Arquivo Distrital de Beja (ADB):

- Cartório Notarial de Mértola, Livro de Notas n.º 85 do 2º Ofício, fl. 10 v.º a 14 v.º

1.4 – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mértola (AHM):

- Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A. B. 1/24, fl. 39 v.º

- Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A.B. 1/18, fl. 59

- Actas das Sessões da Câmara Municipal de Mértola (1856-1918), 23 vol., caixa A.B. 1/28, fl. 73

1.5 – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOP):

- Registo de consultas elaboradas pelo Conselho de Minas (1859-1868), Iº vol., fl. 13-13 v.º

1.6 – Arquivo particular de José Gomes Pulido Garcia:

- Escritura de liquidação da sociedade Alonso Gomes & C.<sup>a</sup> entre Alonso Gomes, irmã, cunhada e sobrinhos a 31-10-1895, documento n.º 9
- Escritura de partilha amigável entre Alonso Gomes, irmã e sobrinhos de 1-11-1895, documento n.º 44
- Testamento de Alonso Gomes de 1-12-1896, documento n.º 30, 42



- Certidão extraída da acção para anulação das escrituras de partilhas, outorgadas após a morte de Alonso Gomes, e legados deixados no testamento com que faleceu Alonso Gomes em 1897 e 1898, documentos n.º 30, 37, 70, 72 a 75
- 1.7 – Biblioteca Municipal de Beja:
  - A Folha de Beja de 24-6-1897, Ano V, n.º 234, p. 1
- 2 – FONTES SECUNDÁRIAS
  - 2.1 – Imprensa
    - Almanach Commercial de Lisboa para 1881 (coord. Carlos Augusto da Silva Campos), Lisboa, 1881-1892
    - Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria (desde 1870 Revista de Obras Públicas e Minas), Lisboa, 1857-1917, 7., 1859
    - O Commercio do Porto de 23-9-1874
    - Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, 1893
    - Commercio e industria: sciências, artes e letras de entre 1890-1891-1892: Biografia de Alonso Gomes
- 3 – MONOGRAFIAS
  - ALDCROFT, Derek H. - “British Shipping and Foreign Competition: the Anglo-German Rivalry, 1880-1914” in Studies in British Transport History, 1870-1970, Newton Abbot: David and Charles, 1974-a
  - ALEGRIA, Maria Fernanda - “A organização portuária portuguesa e a sua evolução de 1848 a 1910”, in Revista de História Económica e Social, Lisboa, 15, 1985-b
  - ALMEIDA, J. M. Costa - “Considerações a propósito do manganésio do Alentejo”, Sep. Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Porto, I-II, 1945
  - CABRAL, José Augusto das Neves; Monteiro; J. A. Barata - Exposição Nacional das Indústrias Fabris. Catálogo Descritivo da Secção de Minas, Lisboa: Imprensa Nacional, 1889
  - COLLECÇÃO Official de Legislação Portuguesa 1861, 1863, 1864, 1865, 1868, 1869, 1871, 1883, 1884, 1886, Lisboa: Imprensa Nacional.
  - GARCIA, João Carlos - A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917) [Texto policopiado], volume I, tese de doutoramento em Geografia Humana pela Universidade do Porto, 1996
  - GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vols. II, V, XIX e XXI, 1960
  - GUIMARÃES, Paulo Eduardo - Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938), Lisboa: Edições Colibri, 2001
  - GUIMARÃES, Paulo Eduardo - Indústria, mineiros e sindicatos, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989



- MATOS, António Alves Pereira de - Marinha de Commercio, II vol., Porto: Magalhães e Moniz, 1900-1901
  - MÓNICA, Maria Filomena - Dicionário Biográfico Parlamentar, vols. I, II e III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006
  - RIBEIRO, José Silvestre - “As Minas em Portugal. Estudo historico-administrativo” in História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal..., XV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1886
  - RODRIGUES, Manuel - A indústria mineira em Portugal. Estudo económico-jurídico, Coimbra: Coimbra Editora, 1921
  - SERRÃO, Joel - Temas oitocentistas. Para a História de Portugal no século passado, Ensaios, 2ª ed., I vol., Lisboa: Livros Horizonte, 1980
- 4 – SITES CONSULTADOS:
- Navios e Navegadores: Frotas nacionais – Alonso Gomes & Cª, in <http://naviosnavegadores.blogspot.pt/2008/03/frotas-nacionais-alonso-gomes-c.html>

**O 2º VISCONDE DE SANTARÉM, A TRADIÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS  
GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS E A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA  
(1903-1909 <sup>1</sup>)**

*por Daniel Estudante Protásio <sup>(2)</sup>*

### Sumário

*A presente comunicação pretende comprovar como a obra do 2º Visconde de Santarém estabeleceu uma ponte entre a tradição portuguesa de estudos geográficos e cartográficos, alimentada pela Academia das Ciências de Lisboa, sobretudo a partir de 1812, a Sociedade de Geografia de Paris, a partir de 1835 e a Sociedade de Geografia de Lisboa, desde a sua criação em 1875. Já no século XX, alguns sócios desta última instituição, como Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, Vicente Almeida d'Eça, o 3º Visconde de Santarém, Jordão de Freitas e António Baião, aprofundaram e divulgaram o conhecimento sobre a obra do 2º Visconde de uma forma indelével e única, que importa salientar e comemorar, mais de cem anos passados.*

Num século XIX em que não existia uma Sociedade das Nações ou uma Organização das Nações Unidas, mas apenas congressos temporários como os que ocorreram em Viena e Berlim, um pouco por todo o mundo ocidental as academias de ciências e as sociedades de geografia serviam de agências não-governamentais para esclarecimento das secretarias de estado ou ministérios do ultramar, das colónias ou da marinha. Alguns dos geógrafos, hidrógrafos e cartólogos que se destacavam naquelas academias e sociedades eram (também eles) viajantes, exploradores, diplomatas ou ministros de Estado, como sucedeu com o prussiano barão Alexander von Humboldt, com o espanhol Martín Fernández de Navarrete e com o português 2º Visconde de Santarém.

Sem tais centros de debate, investigação e publicação de textos analíticos e documentais, os expansionismos ultramarinos da Grã-Bretanha, da França, da Prússia (futura Alemanha) e de Portugal provavelmente nunca poderiam ter assumido a pujança e o dinamismo que conheceram, no período de 1830 a 1945 e mesmo mais tarde. O que começou por tímidos impulsos, por vezes isolados, de autores da portuguesa Academia das Ciências de Lisboa e de outras instituições ganhou um vigor extraordinário com as sociedades geográficas de Paris, Londres, Berlim, São Petersburgo e, mais tarde, também a de Lisboa.

---

<sup>1</sup> Comunicação proferida no âmbito da Comissão de Estudos Côrte-Real, no Auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa, a 13 de Fevereiro de 2014. O autor quer agradecer a preciosa colaboração da Dr.<sup>a</sup> Helena Grego, da Biblioteca da Sociedade, na localização de alguns espécimes bibliográficos aí existentes com prazos verdadeiramente apertados, o que se revelou decisivo para a conclusão atempada do presente artigo.

<sup>2</sup> CEIS20/Universidade de Coimbra-bolseiro de pós-doutoramento FCT.



Quando o futuro 2º Visconde de Santarém iniciava, na primeira e segunda décadas do século XIX, os seus estudos de história das cortes tradicionais e de história diplomática, no Rio de Janeiro, do outro lado do Atlântico o historiador António Ribeiro dos Santos publicava, na Lisboa de 1812, trabalhos sobre os descobrimentos portugueses e sobre a cartografia subsequente. Num catálogo publicado duzentos anos depois, em 2012, Francisco Roque de Oliveira e outros autores descreveram e problematizaram o encadeamento de uma série de figuras centrais de historiadores da cartografia portuguesa, começando por António Ribeiro dos Santos e Visconde de Santarém, passando pelos almirantes Ernesto de Vasconcelos e Gago Coutinho e terminando com Luís de Albuquerque e Avelino Teixeira da Mota. Com o título e subtítulo *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal* (3), o dito catálogo explica-nos como os estudos geográficos e cartográficos evoluíram antes e depois da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, no reinado de D. Luís.

Tal como a tradição de estudos históricos e documentais conheceu diversas fases em Portugal, desde o Renascimento e o século XVII até à fundação da Academia da História e da Academia das Ciências de Lisboa no século XVIII, para alcançar um apogeu com Alexandre Herculano (4), também a tradição de estudos geográficos e cartográficos se desenvolveu de forma empírica e descontinuada até diversas circunstâncias conduzirem o Visconde de Santarém a interessar-se pela temática das viagens de Américo Vespúcio ao Novo Mundo, publicando no *Boletim* da Sociedade de Geografia de Paris diversos textos sobre essa questão, entre 1835 e 1837. Já conhecido do mundo intelectual e político europeu pelo seu percurso anterior de ministro do Reino, da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros de D. Pedro IV e de D. Miguel I e, sobretudo, pelos seus estudos dos documentos diplomáticos e das cortes tradicionais portuguesas, o Visconde de Santarém dedica-se então à geografia e à cartografia, publicando obras que ainda hoje o distinguem como um marco na história daquelas duas ciências e numa disciplina afim, a da cosmografia (5). Refiram-se obras publicadas em francês como as *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale de l'Afrique...*, as várias tiragens dos *Atlas* e os três volumes do *Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie...* Quando Santarém define, em carta para o

<sup>3</sup> Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa e Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, 191 pp.

<sup>4</sup> Daniel Estudante Protásio, «O 2º Visconde de Santarém e a tradição documental portuguesa (1817-1846)», em Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (org.), *Historiografia e Memória (séculos XIX-XXI)*, Lisboa, Centro de História/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/Universidade Aberta, 2012, pp. 251-262.

<sup>5</sup> Idem, *Pensamento histórico e ação política do 2º Visconde de Santarém (1809-1855)*, Lisboa, Bubok Editorial, Março de 2014, 336 páginas (ISBN Digital 978-84-686-4921-4).



historiador luso-brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, datada de 8 de Dezembro de 1839, o conceito de cartografia, trata-se de um momento mítico, criador de uma ciência nova, de fundamentação científica de uma disciplina cujo campo de estudos é tão antigo quanto o homem. Que tal tenha ocorrido na língua portuguesa e envolvendo um português é um facto importante na história da ciência humana e na da ciência nacional (6).

Porém, como é lógico e natural no caso de um autor que vive e morre no exílio e de um português que trabalha praticamente sem assistentes/discípulos seus conterrâneos ou cujo labor não é enquadrado numa instituição universitária, para além de longe da família (7), o legado e o exemplo do Visconde de Santarém perdem-se momentaneamente, para as gerações mais imediatas. Não são proferidos, tanto quanto se sabe, elogios fúnebres em várias das sociedades intelectuais mais ilustres de que fazia parte, como a Sociedade de Geografia de Paris, a Academia das Belas-Letras e Inscrições do Instituto de França, a Sociedade de Etnologia de Paris ou na Academia das Ciências de Lisboa. A sua livraria pessoal – a terceira que tivera – é vendida em leilão, organizado pelo célebre Inocêncio Francisco da Silva, em Lisboa. Dos volumes do *Quadro Elementar...*, do *Corpo Diplomático...*, do *Éssai...* que se pensa que estariam praticamente prontos, só são publicados tomos do primeiro título, mas amputados da abrangência cronológica pensada por Santarém, em edições de 1858 a 1876, pela depositária dessa parte do espólio, a Academia das Ciências.

Não será, porém, ao contrário do que inicialmente se poderia pensar, a Academia das Ciências de Lisboa a prosseguir o legado e o estudo geográfico e cartográfico a que o Visconde de Santarém dedicara os últimos vinte anos da sua vida. Será, sim, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), fundada em 1875 sob o patrocínio do rei D. Luís. Num momento simbólico de passagem, nesse palácio das Tulherias que hoje não existe, em 1855, o decano Visconde de Santarém conhece dois jovens estudiosos, filhos de D. Fernando II, o rei D. Pedro V e o então infante D. Luís. D. Pedro V irá fundar o Curso Superior de Letras como alternativa à vetusta Universidade de Coimbra e como tentativa de institucionalização do legado de Alexandre Herculano e dos seus companheiros e discípulos, na demanda historiográfica do passado português. Por seu lado, D. Luís patrocina a fundação da Sociedade de Geografia, a qual surge como o resultado de uma necessidade histórica sentida em Portugal desde pelo menos a polémica de Casamansa, a partir de 1836: a de uma instituição que estude a geografia, a hidrografia e a etnografia dos territórios africanos, como forma de os colonizar e ocupar de modo racional e eficiente. Na ausência de estudos geográficos, ultramarinos, cartográficos e etnográficos dedicados sobretudo a África,

---

<sup>6</sup> Idem, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa da sua época (1839-1841)», *História da Historiografia*, n.º 14, Ouro Preto (Brasil), Maio de 2014, pp. 27-43, disponível in <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/669>.

<sup>7</sup> Com a excepção da presença de uma irmã e de um dos filhos, o 2.º Visconde de Vila Nova da Rainha.



que fossem mantidos pela Universidade de Coimbra, pelo Curso Superior de Letras ou pela Academia das Ciências, os sócios fundadores da SGL procuraram retomar essa antiga tradição erudita dedicada à geografia e cartografia que António Ribeiro dos Santos e o Visconde de Santarém haviam alimentado e desenvolvido. O Professor Aires-Bairros, em artigo do *Boletim* da SGL dedicado ao ano de 2011, explicou-nos a conjuntura internacional e nacional dessa fundação, que todos conhecemos nos seus pormenores mais gerais <sup>(8)</sup>. Remeto, naturalmente, os interessados para a leitura desse artigo.

Quase trinta anos após a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1903-1909, uma série de acontecimentos aparentemente desconexos vão relacionar a SGL com a vida e obra do 2º Visconde de Santarém. Em 1903 é publicado um pequeno estudo de Martinho Augusto Ferreira da Fonseca intitulado *O Atlas do Visconde de Santarém. Breves notas para a sua vida*, que fora apresentado à SGL. Constituído por sete singelas páginas de texto, apresenta ainda o especial interesse de descrever a lista de 200 monumentos incluídos na tiragem de 1849 do *Atlas* e uma inventariação das personalidades e instituições que receberam exemplares dessa colecção cartográfica <sup>(9)</sup>. Martinho Augusto Ferreira da Fonseca era membro da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 1891 <sup>(10)</sup>, movimentando-se sobretudo na área da bibliofilia e da bibliografia e sendo possuidor de um exemplar dos míticos *Atlas* do Visconde de Santarém. Ele próprio informar-nos-á, anos depois, de que o texto *O Atlas do Visconde de Santarém. Breves notas para a sua vida* fora anteriormente publicado na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (volume 13º) e integrado no *Boletim da SGL* desse ano de 1903 <sup>(11)</sup>. Como veremos mais adiante, Martinho Augusto Ferreira da Fonseca esteve também directamente ligado à exposição de cartografia nacional que foi organizada na SGL e que abriu as suas portas ao público a 2 de Dezembro de 1903.

Foi outro monarca amante da ciência e da cultura, o filho de D. Luís, o rei D. Carlos, quem, com a sua presença na exposição de 1903-1904 da SGL dedicada à cartografia <sup>(12)</sup>, chamou de novo a atenção para a obra do Visconde de Santarém,

<sup>8</sup> Luís Aires-Barros, «D. Luís, o fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa (1839-1899)», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 129ª, n.ºs 1-12, Janeiro-Dezembro de 2011, pp. 15-16.

<sup>9</sup> Constituiria talvez um exercício interessante comparar quantos desses exemplares ainda se encontram hoje na posse dos herdeiros ou das instituições mencionadas.

<sup>10</sup> *Lista de sócios em 31 de Dezembro de 1909*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910, p. 20.

<sup>11</sup> Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva por...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972 (reedição fac-similada da edição de 1927), p. 315.

<sup>12</sup> Ernesto de Vasconcelos, *Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904), catálogo sob a direcção de...*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1904, pp. XII e XXII-XXIII, indica a data de 2 de Dezembro de 1903 como a da inauguração, marcada pela visita dos reis à exposição. Os *Atlas* do Visconde de Santarém são referidos a pp. 62 e 63, com os números 107 e 108 (exemplares das edições de 1842 e 1849). Somos informados, na p. XXIV, de que um dos *Atlas* esteve exposto na Sala Índia.



quase cinquenta anos depois da sua morte. Organizada por Ernesto de Vasconcelos, o secretário-geral perpétuo da SGL a quem o último *Boletim* publicado, relativo ao ano de 2012, dedica um extenso artigo <sup>(13)</sup>, a dita exposição parece ter contribuído fortemente, no final da monarquia, para que de novo se estudasse a vida e obra de Santarém. Mais tarde, Martinho Augusto Ferreira da Fonseca não só recebeu um diploma de medalha de prata pelo seu exemplar do *Atlas* de Santarém que foi exibido, mas recusou a comenda régia de Nosso Senhor Jesus Cristo, com que foi agraciado, por razões desconhecidas <sup>(14)</sup>. O estudo inicial de 1903 de Ferreira da Fonseca e a disponibilização desse espécime cartográfico parecem, pois, ter desencadeado um enorme interesse e um consequente movimento de redescoberta da vida e obra do Visconde de Santarém, por parte de sócios da instituição. Foi o que sucedeu com Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça, sócio desde 1883 <sup>(15)</sup>, futuro almirante e presidente da Sociedade de Geografia. É pela sua mão e com a chancela da SGL que são publicadas em 1906 <sup>(16)</sup> algumas cartas inéditas do Visconde, entre as quais a célebre missiva para Varnhagen acima referida <sup>(17)</sup>. Tão procurado e celebrado se torna este volume editado por Almeida d'Eça, que, apesar de integrada nos monumentais volumes da correspondência do Visconde de Santarém organizados por Rocha Martins, os especialistas, quando mencionam a dita carta de 1839, invariavelmente remetem para a obra publicada de 1906. É o que sucede com José Manuel Garcia quando se refere aos *Tesouros da Cartografia da SGL* e a João Carlos Garcia, em 2006, quando coordena, na Biblioteca Nacional de Portugal, a exposição e o catálogo *O 2º Visconde de Santarém e a História da Cartografia* <sup>(18)</sup>.

Também pela mão do então vice-presidente da SGL Vicente Almeida d'Eça é proferida uma oração lida em sessão solene de 14 de Janeiro de 1907, com o título *A obra científica do Visconde de Santarém*, oração essa que assinala o momento em que a instituição é presenteada com o quadro que representa, na velhice, o 2º Visconde de Santarém e que ainda hoje está exposto na Biblioteca da Sociedade. A oferta deveu-se

---

<sup>13</sup> Luís Aires-Barros, «Almirante Ernesto de Vasconcelos (1852-1930): marinheiro, geógrafo, diplomata e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 130ª, n.ºs 1-12, Janeiro-Dezembro de 2012, pp. 9-23. Francisco Roque de Oliveira, «Dois séculos de história da cartografia em Portugal», *Op. Cit.*, p. 16, menciona o papel de Ernesto de Vasconcelos como organizador da Exposição de Cartografia Nacional.

<sup>14</sup> Ernesto de Vasconcelos, *Op. Cit.*, p. XXXIII e Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Lista de sócios em 31 de Dezembro de 1909*, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>16</sup> Note-se, porém, que a «Breve introdução», a p. 9, está datada «Natal de 1904».

<sup>17</sup> Volume constituído por 123 páginas, mais índice. A carta para Varnhagen está reproduzida a pp. 25 a 30.

<sup>18</sup> José Manuel Garcia, «Da invenção da palavra cartografia ao CD-ROM dos Tesouros de Cartografia da Sociedade de Geografia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 121ª, n.ºs 1-12, Janeiro-Dezembro de 2003, p. 127 e João Carlos Garcia (coord.), «Mapas e Atlas do Visconde de Santarém. A prioridade no descobrimento da África Ocidental», *O 2º Visconde de Santarém e a História da Cartografia*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2006, p. 7, n. 2.



ao 3º Visconde de Santarém, neto do 2º Visconde e também ele (desde 1903) membro da instituição (19). É significativo que – mais uma vez – estivessem então presentes D. Carlos e D. Amélia (20), nesta ocasião, a um ano do regicídio. Chega a ser impresso um opúsculo com o título *A sessão solene de 14 de Janeiro de 1907. Salvador Correia e Visconde de Santarém*, no qual são reproduzidos quatro documentos: o programa da sessão solene; o discurso do presidente da SGL (Ferreira do Amaral); a notícia histórica sobre Salvador Correia de Sá e Benevides, cujo retrato também era então inaugurado na Sala *Portugal*; e, por fim, o texto de Almeida d’Eça sobre o Visconde de Santarém (21). Nessa altura (1907) Martinho Augusto Ferreira da Fonseca volta a publicar um opúsculo, agora com o título *Visconde de Santarém. Apontamentos para a sua biografia*, em que, para além de incluir um retrato do homenageado, relata alguns saborosos episódios da vida do Visconde, nomeadamente, o da sua apresentação a D. Pedro V por Napoleão III, imperador dos franceses (22).

É, pois, legítimo afirmar que sem os textos e contribuições de sócios e não-sócios da SGL, para os dois eventos ocorridos na instituição, em 1903 e 1907, o conhecimento actual sobre a vida e obra do 2º Visconde de Santarém não seria o mesmo. Foi com base nesse reacender do interesse pela obra do Visconde de Santarém que figuras como Jordão de Freitas, António Baião e Rocha Martins, nos anos de 1909 a 1919, levaram mais longe ainda a investigação iniciada na SGL. Os dois primeiros, note-se, também foram sócios da Sociedade de Geografia, Freitas desde 1902 – embora não se intitule como tal nas suas obras – e Baião mais tarde, em 1921 (23). Sucede como que um momento de passagem de testemunho quando, em Dezembro de 1909, no *Boletim*, Almeida d’Eça procede a uma recensão da obra de Jordão de Freitas *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas geográficos* em que tece uma série de interessantes considerações sobre o que considera ser uma «conspiração do silêncio» à volta do Visconde, mais do que mencionar os méritos da obra que se propunha comentar (24). A partir de então, aparentemente, o ímpeto de análise da vida e obra desta figura do século XIX é retomado fora da SGL, sobretudo nas décadas de

19 *Lista de sócios em 31 de Dezembro de 1909, Op. Cit.*, p. 43.

20 Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d’Eça, *A obra científica do Visconde de Santarém*, Lisboa, Tipografia Universal, 1907, 24 pp. As referências à oferta do quadro e à presença do rei e da rainha são feitas a pp. 6 e 7.

21 Volume de 58 pp., 1907.

22 O próprio Ferreira da Fonseca revela-nos que recusa então uma segunda comenda, agora a de Santiago, por ocasião da dupla sessão comemorativa, de que se afirma «iniciador» (Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português...*, *Op. Cit.*, p. 315 e Idem, *Visconde de Santarém. Apontamentos para a sua biografia*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1907, p. 15).

23 *Lista de sócios em 31 de Dezembro de 1909, Op. Cit.*, p. 21 e *Lista de sócios em 10 de Novembro de 1925*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, s.d., p. 25.

24 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 27ª, nº 12 (Dezembro de 1909), pp. 461-462 («Bibliografia»).



1910 a 1950, embora para ele contribuam, conforme vimos, sócios da instituição como Jordão de Freitas e António Baião (25).

Porém, seria injusto esquecer que a SGL se tem destacado como uma das instituições que, nos anos mais recentes, seja através de comunicações ou palestras (no âmbito da Comissão de Estudos Côrte-Real<sup>26</sup>), seja através da publicação de um artigo no *Boletim* ou de texto evocativo do quadro já mencionado no volume *Tesouros Artísticos da Sociedade de Geografia de Lisboa* (27), mais tem lutado contra o esquecimento da importância do significado da obra do Visconde de Santarém. Tanto no início do século XX (em 1903-1909) quanto no princípio do século XXI (sobretudo em 2001-2003), a Sociedade de Geografia de Lisboa mantém vivo o interesse pelos trabalhos desta figura e retoma uma tradição de estudos geográficos e cartográficos muito antiga em Portugal.

Não nos devemos, pois, esquecer que sem instituições não há memória, nem ciência, nem cultura. Merece, pois, a SGL a estima, a consideração e o respeito de todos os que se interessam pela vida e obra do 2º Visconde de Santarém e parece-me ser, em conclusão, essa a principal mensagem que aqui quero deixar.

---

<sup>25</sup> Vejam-se sobretudo as publicações de António Baião de 1909 e 1910 (quando era director da Torre do Tombo) dedicadas à acção do Visconde de Santarém enquanto guarda-mor desse mesmo arquivo nacional; e de Jordão de Freitas de 1909, 1910, 1913 e 1914 (quando exercia funções de bibliotecário da Biblioteca da Ajuda): textos dedicados a questões biográficas e familiares e organização das colecções de *Opúsculos e Esparsos* e de *Inéditos*. Muitos desses textos foram publicados a expensas do 3º Visconde de Santarém.

<sup>26</sup> Sob as sucessivas presidências do 4º Visconde de Santarém, da Mestre Patrícia Moreno e do Professor Doutor José Manuel Ferreira Coelho, proferi comunicações à Comissão nos anos de 2002, 2003 e 2014 (incluindo a actual). Esses textos foram editados num dos números do *Boletim* (o primeiro) e colocados on-line no site da SGL, na página da Comissão de Estudos Côrte-Real (os dois restantes). Estão todos disponíveis para consulta e download na minha página pessoal no site [www.academia.edu](http://www.academia.edu).

<sup>27</sup> Daniel Estudante Protásio, “O 2º Visconde de Santarém e a Questão do Corsário General Armstrong”, *Boletim da Sociedade de Geografia*, Série 122ª, n.ºs 1-12, Lisboa, Janeiro-Dezembro de 2004, pp. 71-88 e Idem, «O 2º Visconde de Santarém e a Sociedade de Geografia de Lisboa», in Luís Aires-Barros (coord.), *Tesouros Artísticos da Sociedade de Geografia de Lisboa*, SGL/Edições Inapa, 2001, pp. 67-69. Todos estes textos estão disponíveis para consulta e download na minha página pessoal no site [academia.edu](http://www.academia.edu).



## Fontes e bibliografia

Luís **Aires-Barros**, «D. Luís, o fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa (1839-1899)», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 129<sup>a</sup>, n<sup>os</sup> 1-12, Janeiro-Dezembro de 2011, pp. 15-17.

\_\_\_\_\_, «Almirante Ernesto de Vasconcelos (1852-1930): marinheiro, geógrafo, diplomata e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 130<sup>a</sup>, n<sup>os</sup> 1-12, Janeiro-Dezembro de 2012, pp. 9-23. | 71

Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'**Eça**, *Algumas cartas inéditas do Visconde de Santarém*, Lisboa, Tipografia Universal, 1906, 123 pp.

\_\_\_\_\_, *A obra científica do Visconde de Santarém*, Lisboa, Tipografia Universal, 1907, 24 pp.

\_\_\_\_\_, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 27<sup>a</sup>, n<sup>o</sup> 12 (Dezembro de 1909), pp. 461-462 («Bibliografia»).

Martinho Augusto Ferreira da **Fonseca**, *O Atlas do Visconde de Santarém. Breves notas para a sua vida*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1903, 27 pp.

\_\_\_\_\_, *Visconde de Santarém. Apontamentos para a sua biografia*, Tipografia do Anuário Comercial, 1907, 22 pp.

\_\_\_\_\_, *A ditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva por...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972 (reedição fac-similada da edição de 1927), 377 + 1 pp.

João Carlos **Garcia** (coord.), «Mapas e Atlas do Visconde de Santarém. A prioridade no descobrimento da África Ocidental», *O 2<sup>o</sup> Visconde de Santarém e a História da Cartografia*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2006, 108 pp.

José Manuel **Garcia**, «Da invenção da palavra cartografia ao CD-ROM dos Tesouros de Cartografia da Sociedade de Geografia de Lisboa», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 121<sup>a</sup>, n<sup>os</sup> 1-12, Janeiro-Dezembro de 2003, pp. 127-135.

Francisco Roque de **Oliveira** (coord.), «Dois séculos de história da cartografia em Portugal», *Leitores de mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa e Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 11-24.

Daniel Estudante **Protásio**, «O 2<sup>o</sup> Visconde de Santarém e a tradição documental portuguesa (1817-1846)», em Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (org.), *Historiografia e Memória (séculos XIX-XXI)*, Lisboa, Centro de História/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/Universidade Aberta, 2012, pp. 251-262.



\_\_\_\_\_, *Pensamento histórico e acção política do 2º Visconde de Santarém (1809-1855)*, Lisboa, Bubok Editorial, Março de 2014, 336 páginas (ISBN Digital 978-84-686-4921-4).

\_\_\_\_\_, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa da sua época (1839-1841)», *História da Historiografia*, nº 14, Ouro Preto (Brasil), Maio de 2014, pp. 27-43, disponível in <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/669>.

Ernesto de **Vasconcelos**, *Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904), catálogo sob a direcção de...*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1904, XXXIII + 279 pp.

*Lista de sócios em 31 de Dezembro de 1909*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910, 51 pp.

*Lista de sócios em 10 de Novembro de 1925*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, s.d., 109 pp.

*A sessão solene de 14 de Janeiro de 1907. Salvador Correia e Visconde de Santarém*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907, 58 pp.



DO PECADO CARNAL AO MATRIMÓNIO ESTABELECIDO  
REFLEXÕES DA “SEXOLOGIA ESCONDIDA” NOS PERÍODOS MEDIEVAIS E NEO-  
RENASCENTISTAS

por *José Manuel Martins Ferreira Coelho*

| 73

Uma análise pessoal, muito própria, sobre o tema da nova edição do meu próximo escrito, “*PORTUGAL MEDIEVO E RENASCENTISTA – Reflexões Valorativas*”, levou-nos a que a criação desta obra, baseada em colectâneas soltas de temas históricos diversos, centralizados num dos períodos que mais nos fascina, nas múltiplas investigações e estudos da humanidade, como uma prova evolutiva e sequenciada, da “*Idade Média*” para a *Idade Moderna*.

Esta época tornou-se uma era da vida humana em que múltiplas interrogações existem e em todos os seus mais elementares e complexos departamentos da sociedade, da economia, da cultura, da religião, da guerra, que se apresentam em nosso entender, com desfasamentos e correlações, por vezes em procuras livres ou forçadas, com cabimentos a alianças de matrimónios ao mesmo tempo de traições, em áreas geográficas continentais contíguas, já para não citar, as complexas e utópicas divisões inter-oceânicas.

De algumas análises e reflexões possíveis a uma escrita, concretizada e estabelecida em ensaios, procurámos editar em cadernos os temas que seleccionámos para conferências e palestras em Academias e Instituições Culturais Nacionais.

Pautámos do maior interesse e entusiasmo as reflexões históricas, o rigor e exigência reflectida, às observações atentas, norteadas por uma metodologia sequenciada dos critérios, semelhantes aos exigidos “*na praxís*” médica. Talvez com esta intuição e formação, a consciência do “*exacto ou possível exacto*”, possam ser mais facilmente entendidos por aqueles, em que o diagnóstico definitivo se possa considerar utópico, em abono dos múltiplos pontos alusivos, aos diagnósticos diferenciados.

As exigências de análise, deverão ser inteligentes, rigorosas e fundamentadas, talvez por isso, a “*Ciência Histórica*” seja tão aliciante, apaixonante, perturbadora e intrigante, deixando como valia inovadora o senso de integração das múltiplas áreas do saber, associadas ao “*bom senso*” do progresso, sabendo estas se integrarem igualmente, na visão do “*tempo e do espaço*”, do próprio passado.

A análise da “*Sexualidade Escondida*”, enquadrada na *Idade Média*, obedecendo ao – Discurso Religioso: conceito do corpo físico (mero invólucro temporário), satisfação sexual, conceito de promiscuidade e virgindade.

Conceito de Graça (trilogia feminina: Eva a pecadora, Virgem Maria Santíssima, Maria Madalena a arrependida).



*Hot Ribs.* «[...] a luxuriously clad Gos the Father lifts up and blesses Eve, his new creation formed from Adam's rib.» *Prayer Book of Cardinal Albrecht of Brandenburg, c. 1525-1530, Ms. Ludwig IX 19, f. 7v, The Paul Getty Museum.*

<http://www.getty.edu/art/gettyguide/artObjectDetails?artobj=4288>

O sexo (apetecível) mas mal visto, relacionado ao pecado original de Adão e Eva.

Base no “Gênesis”, a Mulher (bonita e sexualmente atraente), mais susceptível do que o Homem às tentações do diabo.

Múltiplas alegorias e iconografias dos grandes Mestres da pintura europeia e flamenga dos séculos XIV, XV, XVI, estabelecendo como base metafórica à Deusa do Amor Vênus e ao catalisador sexual Cupido. (Nas culturas pagãs «orientais» o sexo era necessário, incentivado, relaxante e bem visto.)

Conceitos elaborados pelos “*Escolásticos Medievais*”, a Mulher muito próxima da carne e dos sentidos, por isso pecadora potencial. Ia-se ao extremo de considerar o fluxo menstrual como sinal do maligno.

*“O casamento além do objectivo da procriação, era uma forma da Igreja Católica controlar o comportamento da sociedade”*

*“A mulher pertencia ao homem, porém, sua alma deveria pertencer a Deus, por isso deveria guardar-se casta mesmo no casamento, mantendo relações sexuais apenas para gerar descendentes. O marido deveria tomar cuidado para não fazer de sua mulher, sua amante, o mesmo valia para a mulher. A posição ideal da relação sexual entre marido e mulher deveria ser com a mulher deitada de costas (para que nada visualizasse), e o homem sobre ela. As demais posições deveriam ser evitadas...”*

*“Desde o final do século XII, a Igreja procura estabelecer idade mínima de doze anos para as meninas e catorze anos para os rapazes, para o envolvimento em laços matrimoniais .....*

... [...]Uma forma bastante difundida na Idade Média como alternativa para casar-se com quem de vontade fosse era o rapto, do qual a culpa sempre recaía sobre o homem, como se tivesse roubado a moça utilizando-se de força e violência, mas que, na maioria das vezes teria impossível sem a cumplicidade da moça.” (Jéssica Fortunato do Amaral)

“As próprias freiras e monjas, a começar pelas abadessas, não se pejavam de solicitar cartas de legitimação para produtos de aventuras amorosas. | 75

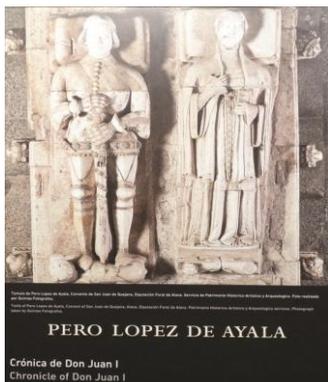
... [...] Muitos trovadores eram clérigos. Faziam corte às mulheres e exaltavam em trovas os encantos do amor” (A. Oliveira Marques)

Numa reflexão atenta a esta temática, impõe-se como esclarecedora a revisão da literatura medieva da história de Espanha, em que o grande historiador dos tempos medievais, *Pero López de Ayala*, “*hombre que vivió una vida intensa, mezclado en todas las agitaciones y tumultos de su tiempo. «escritor eminente en prosa, y el primero de la Edad Media en quien la historia aparece con el mismo carácter de reflexión humana y social, que habían de imprimir en ella mucho después los grandes narradores del Renacimiento italiano... , mediante él se abren las puertas de Castilla a un nuevo género de prosa de tendencias clásicas, muy diversa de la deleitable prosa semioriental que campea en los patriarcales escritos del Rey Sabio, de su hijo y su sobrino.» Su obra abarca cuatro reinados: los de Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I y Don Enrique III.....”*

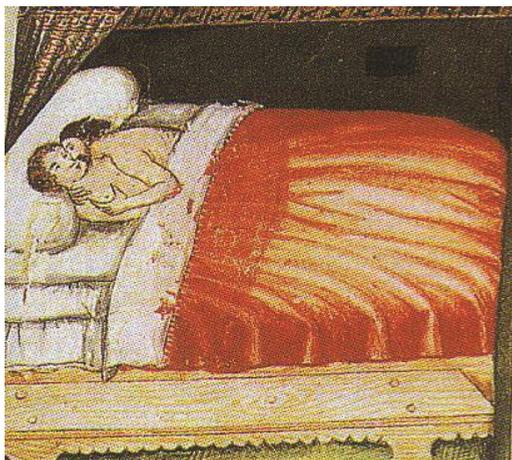
Importantíssimas obras originais foram divulgadas “*Libro de Cetreria*”, a crónica de Don Alvaro de Luna, “*Libro de las Claras e virtuosas mujeres*”, no século XV, Fernán Pérez de Guzmán, “*Mar de Historias (Generaciones y semblanzas)*. Outras obras de valor “*Libro de la Caza*”, “*Libro del Cauallero et del Escudero*”, “*Libro de los Estados*”, “*Libro del Conde Lucanor*”, *Libro de los Enxiemplos*”

A novela cavaleiresca toma força com Juan Rodríguez del Padrón, no “*Triunpho de las donas*” (novela amorosa e autobiográfica).

“*Alfonso Martínez de Toledo (1398-1466), nos há dejado en ‘Reprobación del amor mundano o El Corbacho’ que es una sátira contra las mujeres, muestras del adelanto de la prosa.*”



“No Cancioneiro Geral de Garcia de Resende glosam-se alguns aspectos de homossexualidade masculina e feminina, a par da masturbação. E o nosso maior cronista não hesitou em lançar suspeitas sobre o rei D. Pedro, que amava o seu escudeiro Afonso Madeira «*mais se deve aqui de dizer*» e o mandou castrar por evidentes ciúmes” (A. Oliveira Marques).



*“A posição ideal da relação sexual entre marido e mulher deveria ser com a mulher deitada de costas (para que nada visualizasse), e o homem sobre ela. As demais posições deveriam ser evitadas...”*





*Rummaging II.* «A lascivious and fashionably dressed young woman attempts to seduce an elegant young man, reaching her hands inside his tunic and to his thing.»

*Belles Heures of Jean de France, duc de Berry, c.1405-1408/9, The Cloisters Collection, 1954 (54.1.1), f. 191r, The Metropolitan Museum of Art, New York.*

<http://blog.metmuseum.org/artofillumination/manuscript-pages/folio-191r/>

A vivência na Sociedade Medieval, muito dependente da Igreja ligada ao princípio quase de obrigatoriedade da vivência “*euuua*” do apostolado de Santo Agostinho. Contudo assiste-se a divergências múltiplas, (escondidas por princípios), de monges, de freires cavaleiros, de priores, de cónegos, de bispos e de papas, à sua sucessão hereditária.

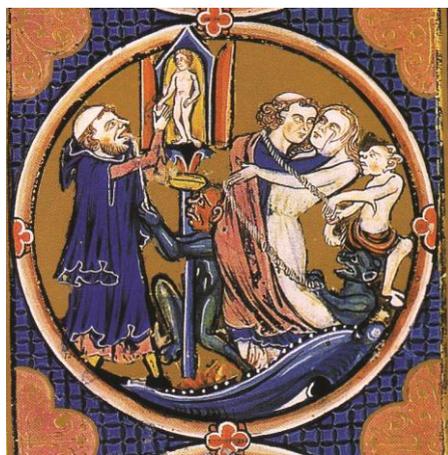
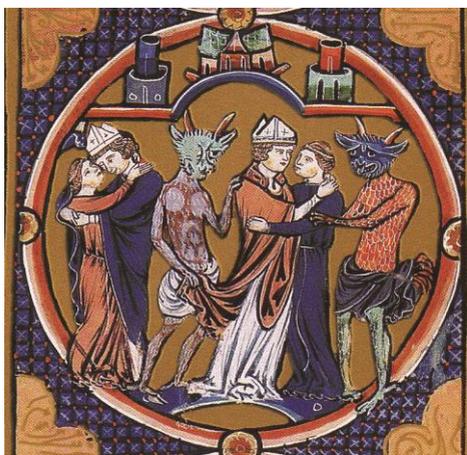
“A Igreja fulminava com excomunhões os sacrílegos que fornicassem dentro das igrejas ou se deitassem com religiosas. Barregãs de clérigos ou de homens casados entravam no rol das excomungadas assim como os barregueiros respectivos... O que desflorasse moça virgem ou se deitasse com dona viúva era obrigado a casamento. A bigamia punia-se com a morte. O que fornicasse com mulher casada, por consentimento desta, seria punido com desterro e confiscados os bens havidos da Coroa, sendo fidalgo. Se o não fosse, perderia a vida. (A. Oliveira Marques)



*Handwriting, Livre d'heures à l'usage de Paris, c. 1475, Ms. lat. 33, f. 6r Bibliothèque de Genève*  
<http://www.e-codices.unifr.ch/en/bge/lat0033/6r>



«Nem velho soldado, nem velho namorado» (Provérbios Medievos)



*“Pertenceu ao rei São Luís da França e mais tarde a Afonso X, o Sábio. Foi copiada e iluminada entre 1226-1234, em Paris. A Idade Média pode ser lida em imagens através desta Bíblia. O texto bíblico e os seus comentários formam um todo indissolúvel com o conjunto iconográfico. Monumento único da arte livresca que constitui uma mina inesgotável para o historiador e uma fonte de gozo sublime para os sentidos.”*

### «ICONOGRÁFICO

*O texto bíblico e os seus comentários formam um todo indissolúvel com o conjunto iconográfico. O espaço rectangular divide-se em quatro colunas verticais com largura desigual, duas para receber o texto e duas para a decoração. As colunas de texto, mais estreitas, são flanqueadas por estreitas tiras de rica ornamentação com quatro medalhões em cada uma, totalizando oito histórias por cada fólio, de modo que os três volumes compreendem umas 5.000 cenas historiadas. O texto bíblico, frequentemente abreviado, vem seguido de comentários segundo a teoria dos quatro sentidos bíblicos: histórico, alegórico, topológico e analógico. Porém nesta Bíblia destaca-se, acima de tudo, um esbanjamento da linguagem icónica. Cada medalhão reproduz uma cena em sintonia com a paisagem bíblica da qual se trata ou com a sua exegese teológica. Na sua realização foi empregue uma enorme gama de cores: azuis, verdes, vermelhos, amarelos, cinzentos, alaranjados, sépias, sempre sobre um fundo de ouro polido. A composição responde a um universo de recursos técnicos e artísticos de grande força expressiva. As vezes uma cena é unitária, mas em algumas ocasiões está dividida em duas ou mais por meio de uma nuvem, um arco, um raio de sol. O recurso ao sentido topológico permite aos ilustradores levar a cabo uma formidável obra de crítica social do seu tempo a partir de uma óptica monástica. Nesta Bíblia encontra-se representado todo o vasto mundo do século XIII, os homens e os grupos sociais, os seus vícios e as suas virtudes, as suas ostentações, os seus costumes, as suas crenças, os seus jogos e os seus ideais. A Idade Média pode ser lida em imagens através desta Bíblia.»*



*Em 1501-01-25, Beatriz, filha de Álvaro Saraiva, clérigo de missa, e abade de igrejas de S. Pedro e de S. João da vila de Trancoso, e de Beatriz Afonso, mulher solteira ao tempo de seu nascimento, legitimada a pedido da própria, herdando os bens deixados em testamento (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 17, fl.44)*

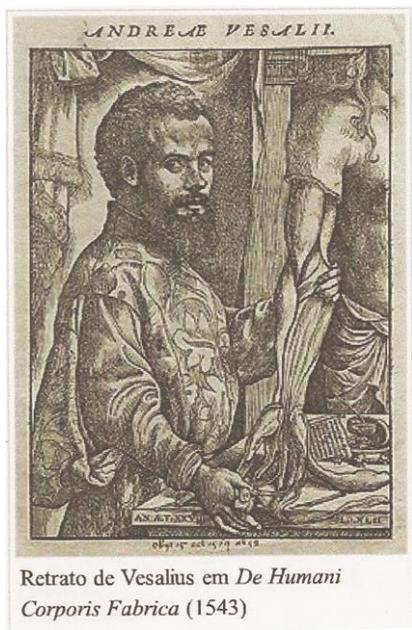
Curioso se torna a observância, de programas e modelos de casamentos, na finalidade imediata do fortalecimento e enriquecimento de determinadas parcelas de “condados”, “ducados” ou mesmo “Casas Reais”, ultrapassando a mera conjuntura nacional, com envolvimento pleno e tácito internacional.

Este foi, seguramente o “figurino” de eleição na Idade Média e no Renascimento, nas casas reinantes da Europa.

Associava-se a simbiose apertada de uma Igreja Católica, a este modelo, tornando-se valor musculado de forte importância e decisão, tomando mesmo directivas superlativas.

No início do **Renascimento**, impera a importância do conhecimento Anatômico Humano por André Vesalius (1542), interações dos saberes anátomo-fisiológicos, a visão da fecundação, da gravidez, do parto, surge o lugar da Mulher como introversão do Homem (ser incompleto não possuidor da gestação).

É notável a importância da possível divulgação escrita pela Imprensa.



“O Rapto de Deianira” – 1475, Antonio del Pollaiuolo (O vale de Florença)

No conceito da Igreja Católica Apostólica Romana e Protestante (Luteriana), a Mulher havia sido feito para pertencer a um Homem e o seu papel fundamental obrigava a uma pertença completa, conjugação unitária de total obediência moral e cívica com destino determinado à procriação.

Reflectir sobre o sexo na Idade Média e no Renascimento, obedece aos grandes princípios e verdadeiros hábitos da vida, e das vivências mais apetecíveis e gostosas, conglutinantes da humanidade pensante saudável.

De tal forma que a procura do apetecível, do prazer, da satisfação sonhada no sexo, certas vezes por experimentada realização mas não completa, sempre em falta, (em atitudes no pensamento do pecado carnal, do maléfico cumprimento, nas sociedades nobres), desejando agora, novos modelos de anseios, de carícias corporais com o abandono de roupas e outros ornamentos impostos, levariam sim, a uma prática difícil e muito escondida.

“Como sucedânea prática da barregania, a prostituição gozava de alto valor, merecendo a tolerância e a complacência de toda uma sociedade... *«mulheres que fazem pelos homens»*. ... as prostitutas eram obrigadas, como os judeus, a usar sinais na roupa que as marcassem claramente.” (A. Oliveira Marques)

Curioso se toma uma análise desta temática, na conquista da mulher amada numa sociedade nobre, vendo as alegorias metafóricas profanas das pinturas murais das Casas Pintadas, no alpendre de jardim fechado, nas casas de D. Francisco da Silveira, em Évora.

São frescos evocativos de uma pintura onírica, ao “amor cortez” integrando-se ao tempo de Gil Vicente, e hoje, sob protecção do fórum Eugénio de Almeida.

Assim; os falcões domésticos, de guiso, (metáfora aos jovens fidalgos cavaleiros) em voos altivos e persistentes insistem em ataques repetitivos à pobre garça (Dama jovem e pretendida) que, insiste numa resistência defensiva de luta na defesa e de fuga. Ao contrário, se torna a facilidade de apreensão dos mesmos falcões, aos insignificantes seres baixos, patos, lebres ou roedores da planície, agora correlacionado às facilidades do sexo livre e fácil nas tabernas, estalagens e outros lugares pré destinados. (Joaquim Caetano)

Em atitudes extremas perante determinações oníricas, de grandes ausências de anos, por vezes até décadas, os homens nos seus interesses próprios, pessoais, de estado, ou religiosos, viam-se forçados ao abandono de suas mulheres, esposas, concubinas, filhas ou dependentes, ficando estas sozinhas, desprotegidas e disponíveis ao chamado “pecado” ou a outros pretendentes.

Houve quem equacionasse a possível medida profilática e seguradora, de uma possibilidade de controlo à distância e garantia de posse, com a utilização do “cinto de castidade feminino”.

O cinto de castidade feminino, acessório grotesco de composição sólida, geralmente em couro afivelado, era aplicado na região pélvica e baixo abdômen, envolvendo a totalidade dos genitais externos e trancado ao redor da cintura por cadeado.

Não existem certezas absolutas dos primeiros modelos, contudo pensa-se que foi na Europa na Idade Média, possivelmente em Itália há mais de 600 anos (Carrara), depois em França, Inglaterra e até na Península Ibérica.

| 83

A utilização destes cintos, têm sido descrita em contextos complexos como:

*“usados de forma voluntária com a finalidade de protecção contra o estupro, para evitar doenças, infidelidade ou ainda para eliminar a ‘possibilidade de o usuário cair na tentação e pecar (luxúria)’ dentro de preceitos cristãos, e se auto-flagelar dentro de um contexto religioso rigoroso.”*

*“como forma obrigatória, com o intuito de torturar fisicamente ou psicologicamente inocentes, para intimidar, punir coagir ou para obter falsas confissões.”*

*“A submissão feminina ao cinto não era sempre consensual e havia um viés religioso intrínseco ao uso do aparato. O seu uso era compulsório, bastante desagradável e degradante à mulher, porém era justificado como forma de dominação, mortificação ou para evitar infidelidades, estupros ou o conceito cristão de «pecado da carne» e a «queda ao inferno».”* (Wikipédia.org=40795666)

Torna-se interessante que nos finais da Idade Média, alguns religiosos tomavam em conta que o “pecado” se tornara mais propício na intenção e sonho que no acto próprio. *“E lamentavam bastante que muitos homens desejassem o sexo devido o prazer e pouco na esperança de conceber filhos”.*



*Erotic Doll. Pygmalion falls in love with the statue he had carved. Le roman de la rose, c. end of 15th century, Ms. Douce 195, f. 02r, The Bodleian Library, University of Oxford.*

<http://bodley30.bodley.ox.ac.uk:8180/luna/servlet/s/ox:236f>

No início do Renascimento e neste Período, com os conhecimentos mais evoluídos de uma Medicina mais fundamentada na experimentação, nos aperfeiçoamentos anátomo-fisiológicos e disseções animais correlativas, surgem atributos aos humores e secreções externas, supervalorizando o esperma humano como: *“o esperma é o extracto mais puro do sangue”*

Curiosa se torna a narração de Jéssica Fortunata do Amaral, no seu trabalho “O Casamento na Idade Média”: «Como esta surgem várias afirmações da preciosidade do esperma, além de numerosas indicações de como se evitar a falta dele, que debilitaria o homem: *“Convém administrar economicamente o capital genético, não o utilizando muito cedo para evitar o seu enfraquecimento, e exercendo sempre esta actividade com moderação. Pois se a retenção do esperma não é saudável, o abuso do coito é, por outro lado, muito mais perigoso: ele abrevia a vida, debilita o corpo, consumindo-o, diminui o cérebro, destrói os olhos, conduz à estupidez...”*

A exaltação do esperma sugere a inferioridade da mulher em relação ao homem, que deve evitar carícias instigantes e tentar fazer com que a mulher se torne mais racional de modo a evitar a tentação que a sua anatomia lhe impõe (húmida, fria, frágil, aberta e voluptosa). A mulher deve fugir ao desejo que lhe consome a carne, pois, é insaciável, atinge o gozo várias vezes.....[...] À mulher era atribuída toda a culpa do pecado carnal, a ela cabia a culpa pelo desejo que o homem lhe tinha. A esposa deveria ser governada pelo marido....” (Jéssica Fortunata do Amaral)

Em complemento ao escrito, “da importância na Sucessão da Transmissão de Herdeiros nas grandes Casas Reinantes da Europa”, apresentamos iconograficamente as protecções penianas nas armaduras completas de cavaleiros e, em particular a do imperador D. Fernando I, irmão de Carlos V (fotografias do autor, Metropolitan Museum de NY – USA)



**Armor of Emperor Ferdinand I**

Etched steel  
Kunz Lochner (1510–1567)  
German (Nuremberg), dated 1549

The ownership of this armor by Ferdinand I (1503–1564) is indicated by the heraldic emblems on the toe caps: the imperial double-headed eagle surmounted by a royal crown, which signifies Ferdinand's honorific status as king of the Romans and designated successor to his brother, Emperor Charles V. The image of the Virgin and Child on the breastplate was also used by Charles V on his own armors. The backplate is decorated with crossed staves and firesteels, the insignia of the Order of the Golden Fleece, of which Ferdinand was a member.

Kunz Lochner, Nuremberg's most celebrated armorer of the period, made several armors for both Ferdinand and his son Archduke Maximilian (1527–1576), including two matching armors produced about 1546 that are very similar to the one exhibited here.

The helmet of the Museum's armor was not originally made for it but has been associated with the armor since at least the early nineteenth century.

Purchase, George D. Pratt Gift and Rogers Fund, 1933  
33.164



*Preciosa gravura atestando o mesmo tipo de armadura imperial, atribuível a Carlos V. (História de Espanha, de Agustín Blánquez Fraile, MCMXLIII, Editorial Ramón Sopena, S.A., Barcelona)*



«*Oh minha mãe, que cousa é casar?? casar, parir e fiar*» (Provérbios Medievos)

A abrangência de tantos amantes e entusiastas da **“Ciência Histórica”**, integra-se no vasto sistema, da verdadeira cultura universal formatando as mais-valias do conhecimento e do saber, parafraseando *Cícero*:

**«Não conhecer o que se passou no Mundo antes de nós, é permanecer na infância.»**

**«A planta vive; O animal vive e sente; O Homem vive, sente e pensa.»**,  
*Geoffroy Saint-Hilaire*

### Bibliografia

Adriano Gusmão; 1957 – “*Nuno Gonçalves*”, Lisboa

Afonso Eduardo Martins Zúquete; 1987 – “*Armorial Lusitano*”, 3ª edição, Lisboa’

Albrecht Classen; 2007 – “*The Medieval Chastity Belt: A Myth-Making Process*”, Palgrave Macmillan, ISBN 1-4039-7558-2

Alfredo Pimenta; 1946 – “*Fuero Real de AfonsoX, o Sábio. Versão portuguesa do século XIII*” Lisboa

André Laurentius; “*Historia Anatômica Humani Corporis*”, 16

André Vesalius; 1542 – “*Humani Fabrica Liber V. And Vesalius de Corporis Duodecima Quinta Libri*” – 556-567.

António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, 2010 – “*A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos da vida quotidiana*” – A esfera dos livros, Livros.

Arnold; 1847 – “*Handuch der Anatomie dès Menschen*”, II, Ed., I Abt Freiburg;



- Augustín Blánquez Fraile; 1943 – “*Historia de España*”, ed. Ramón Sopena, S.A., Barcelona.
- Bíblia de San Luis – Santa Iglesia Catedral Primada – Toledo; Morgan Library & Museum, N.Y.
- Bíblia de São Luis – Ed. Manuel Moleiro
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional, vol. VI
- Dom Nicolau de Santa Maria; 1668 – “*Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*”, Lisboa
- Emílio Achilles Monteverde; 1870 – “*Manual Encyclopedico*”, Imprensa Nacional, Lisboa
- E. Prestage; 1928 – “*The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*”, Watford.
- F. I. Santos Cruz – “*Da Prostituição da cidade de Lisboa*”, A. H. de Oliveira Marques, “*A Pragmática de 1340, in Ensaios de História Medieval Portuguesa*” (2ª ed.)
- Fernão Lopes; – “*Chronica de El-Rei D. Pedro I*”, ed. Macchi.
- Francisco Goya; 1978 – “*The World of Goya (1746-1828)*”, Richard Schickel, Time-Life, Library of Art.
- Garrison; 1929 – “*Introdution to the History of Medicine*”, Ed. 4, Philadelphia; W. B. Saunders Co,
- Georges Duby; Michele Perrot; 1990 – “*História das Mulheres no Ocidente*”, Afrontamento; Porto
- Georges Kaftal; 1955 – “*Essai iconographique*”, Boletim do MNAA.
- Godefridi Bidlou; 1685 – “*Anatomia Humana Corporis*”.
- Grim; Lindseth; 1439 – “*Handbook of Physiology*”, 2, 2, Ed – The American Physiology Society; -1963, Washington.
- Jacques Le Goff; Jean-Claude Schmitt; - “*Dicionário Temático do Ocidente Medieval*”; Volume II
- Jéssica Fortunata do Amaral; 2000 – “*O Casamento na Idade Média: a concepção de matrimónio no livro da Intenção (c.1283) e nos exemplos do livro das Maravilhas (1288-1289) do filósofo Ramon Llull.*”;
- Joaquim Caetano, Vídeio de Évora “*Casas Pintadas D. Francisco Silveira*” RTP - II
- José M. M. Ferreira Coelho; 2010 – “*Portugal nos séculos XIII-XIV-XV – Reflexões Históricas*”, Mar de Letras, Ericeira.
- José M. M. Ferreira Coelho; 2010 – “*Alguns Provérbios e Adágios Medievos*”, 6th. Interdisciplinary Colloquium on Proverbs, Tavira.
- José M. M. Ferreira Coelho; 2011 – “*Operações anfíbias no reinado de Dom Afonso V, reinado preambular das grandes epopeias marítimas*”, Academia de Marinha, Lisboa (21-Jul-2011).
- José M. M. Ferreira Coelho; 2013 – “*Provérbios, adágios, aforismos, sentenças e anedotas*”, ‘Roteiros’, Boletim do Instituto D. João de Castro, nº-6. (277-321), Lisboa.
- José M. M. Ferreira Coelho; 2014 – “*Os Paiméis de São Vicente*”, ‘Roteiros’, Boletim do Instituto D. João de Castro, nº-7. (163-201), Lisboa.
- José M. M. Ferreira Coelho; 2014 – “*A Minúcia da Pintura de Nuno Gonçalves, na Conceitualização Anatômica Humana*”,



- ‘Mátria XXI – 3’, revista CIJVS, nº -3 (125-162), C.M. de Santarém.
- José Rivair Macedo; 2002 – “*A Mulher na Idade Média*”, São Paulo; Contexto
- Julio Arrechea; 2005 – “*Leonardo – artista, físico, inventor*”, ed. Libsa, Madrid.
- Livre d’Heures à l’usage de Paris, c 1475, Bibliothèque de Geneve. <http://www.e-codices.unifr.ch/en/bge/lat0033/6r/medium>
- Mário Justino Silva; 2010 – tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Mário Martins; 1957 – “*O Penitencial de Martim Pérez, em Medievo-Português*”, in Lusitania Sacra, T. II, Lisboa
- Medicina e altre scienze nei tesori della Biblioteca Apostólica Vaticana; 1998 – 6º Cong. Mondiale de Chirurgia Endoscópica (books exhibited in the Salone Sistino, Vatican Library.
- Museu Metropolitan Art; NY, USA
- Museu Sexo, NY, USA.
- Wikipedia-cinto – [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cinto de castidade&oldid=40795666](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cinto_de_castidade&oldid=40795666)
- Palavras Chave:**
- Sexologia Medieval  
O poder e soberania da Igreja Católica  
O pecado carnal  
Matrimónios acordados  
Cinto de castidade feminino
- Key Words:**
- Mediaeval Sexology  
Sovereignty of Catholic Church  
Carnal Sin  
The Mediaeval Chastity Belt  
Settled Matrimonies

## Resumo

Procura-se analisar de uma forma sucinta a “*Sexologia Escondida*” na Idade Média, não afastando ao discurso religioso de conceito do corpo físico (mero invólucro temporário), satisfação sexual, conceito de promiscuidade e virgindade. Impera o conceito da Graça (trilogia feminina: Eva a pecadora, Virgem Maria Santíssima e Maria Madalena a arrependida).

O casamento legitimado, por imposição determinada, obedecia a cânones severos da Igreja Católica aos objetivos de uma procriação e, segurança das regras da sociedade.

## Summary

The author tries to analyse in a short way “*The bidden sexology*” during Middle Ages, not far from the religions speech of the physic human body concept (a simple and temporary packing), sexual satisfaction, concept of promiscuity and virginity. The concept of Mercy (female trilogy: Eve the Sinner; Holy Mary the Saint; and Mary Magdalene the penitent). The legitimated wedding, by determined imposition, obeyed the severe set of rules of the Catholic Church, the propriation objectives and, the security of society rules.



## A ARTE MILENAR DA ARMARIA A HISTÓRIA DE UMA ESPADA DO REI DOM ANTÓNIO

por *Luís Soveral Varella*

No último número desta nossa revista, sob o título *ARMARIA NA TUMULÁRIA PORTUGUESA* da autoria de Jorge Miguel Ramos dos Santos e Teresa Paula Leal Fernandes Ferreira, fizemos referência em nota de fim de página com o n.º 2 a Hugo Aguas, irmão do nosso membro Fernando Aguas, autor da réplica perfeita da espada de D. Lopo Fernandes Pacheco, cujo túmulo, do séc. XIV, se encontra na capela de São Cosme e São Damião na Sé de Lisboa. Ainda nesse número da nossa revista em Adenda a esse artigo, desenvolvemos um artigo dedicado a essa espada e ao seu autor sob o título *ARTISTAS E ARTESÃOS NA ARTE DE FABRICO DE ARMARIA*. Numa e noutra, por lapso evidente chamámos D. Lopo Dias Pacheco a D. Lopo Fernandes Pacheco. Feita a correcção, trazemos hoje a público a história de uma espada do Rei Dom António, prior do Crato e Rei efémero de Portugal, que o artista Hugo Aguas replicou com enorme sucesso. Uma vez mais uma peça única de incalculável valor, de incontornável qualidade artística, mas também de inestimável valor histórico e afectivo.

| 89

Corria o séc. XVI. O Rei Dom Sebastião é derrotado em Alcácer Quibir a 4.8.1578 seguindo-se a crise dinástica de 1580. A sequente morte do Cardeal-Rei Dom Henrique leva Dom António, Prior do Crato, filho do Infante Dom Luís e neto do Rei Dom Manuel I, a acalantar as suas pretensões ao Trono. Fazendo-se aclamar Rei de Portugal a 24.7.1580 pela população no castelo de Santarém, e logo depois em Lisboa e Setúbal de entre outros vários lugares, assiste de seguida à derrota das suas tropas pelas do duque de Alba a 25.8 do mesmo ano na batalha de Alcântara, sendo deposto e levando a Coroa Portuguesa ao domínio da dinastia dos Filipes de Espanha. Embora de discutível validade para alguns historiadores, o seu reinado, por breve que tenha sido, foi evidente como o atesta a moeda cunhada que deixou, pelo menos em 1580 e posteriormente em 1582. Consulte-se este propósito, e a título de exemplo o *Fórum de Numismática* disponível na internet em <http://www.forum-numismatica.com/viewtopic.php?f=3&t=94005> (consulta: Julho 2013).

Inicia assim esse nosso Rei efémero e deposto um exílio forçado que o levará a Inglaterra e depois aos Açores. Aí, governa como Rei, cunhando de novo moeda. Por fim, em 1583, estando ausente da Ilha Terceira e dos Açores, sob o comando de D. Álvaro de Bazán, vencedor da batalha de Lepanto, as forças espanholas de Dom Filipe II (Filipe I de Portugal) logram a conquista dessa ilha e aniquilam definitivamente as pretensões de Dom António, que se exila em Paris, onde morre a 26.8.1595.

Antes porém da sua partida do reino a caminho de Inglaterra, Dom António viveu homiziado em Portugal, abrigando-se em mosteiros e em casas particulares dos seus devotos partidários durante seis meses entre Novembro de 1580 e Maio de 1581. Desse período sabe-se que Dom António se acoitou durante muito tempo na serra do



Caramulo, nomeadamente no então Paço de Fráguas, construído durante o séc. XV e por tal acto mandado destruir por Dom Filipe I que igualmente mandou acusar formalmente o seu então proprietário Aleixo de Figueiredo e confiscar-lhe os seus bens. Posteriormente, e já em 1644, o actual Paço de Fráguas é reconstruído sobre as ruínas do anteriormente destruído, albergando de novo os descendentes de Gonçalo Pires Zuzarte, celebrizado na batalha de Toro em 1476, e que por esse motivo passou, por concessão régia, a usar para si e seus descendentes o apelido Bandeira, em cuja Família ainda se mantem.

Antes porém, o Rei Dom António acoitou-se na Casa de Lourizela, em Lourizela das Talhadas, freguesia do Préstimo e concelho de Águeda, casas de morada de Pedro Anes *o moço*, vereador e juiz ordinário do concelho do Préstimo, onde *serviu os cargos honrosos da governança asi na igreja como do conc<sup>o</sup>* <sup>1</sup> (filho de outro do mesmo nome chamado *o velho*, e neto paterno de outro do mesmo nome, que foi escrivão das sisas do antigo concelho do Vouga, da Trofa e de Segadães, por carta do Rei Dom João III dada em Almeirim a 28.2.1526<sup>2</sup>), e de sua mulher Isabel Pires de Arêde, *senhora muito honrada.../ das principais.../ e cristã-velha com suficiênciã e nobreza*, lavradores honrados e cristãos velhos de limpo sangue e limpa geração <sup>3</sup>, com quem o *dr. Agostinho Pacheco Teles* inicia no seu manuscrito genealógico o seu *Título de Aredas, q vulgarm.te chamão Aredes* <sup>4</sup>. Diz o *dr. Agostinho Pacheco Telles*: *Vivia este P.<sup>o</sup> Annes, cazado com sua 2.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup> Izabel Pires, pelos/ annos de 1580, e 1581, no d.<sup>o</sup> lugar de Lourizella, onde reco-/ lbeo, e agazalhou em sua caça ao S.<sup>r</sup> D. An.<sup>to</sup> f.<sup>o</sup> B. do In-/ fante D. Luiz, e de Violante Gomes a Pelicana, por andar/ naquele tempo perseguido da tirania de ElRey D. Felipe 2.<sup>o</sup>/ de Castella, q' com mão armada, se meteo de posse deste Reyno de Portugal por morte do Cardeal Rey D. Henrique,/ havendo sido aclamado em Santarem por Rey o mesmo S.<sup>r</sup>/ D. Ant.<sup>o</sup>, q' se vio refugiado por este Reyno, em q.<sup>to</sup> não/ passou a França, e nesta ocasião lhe deu hospitalidade o/ d.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Annes, e por ser em tempo, q' sua 2.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup> andava pre-/ nbe do seu ultimo f.<sup>o</sup> desejou o mesmo S.<sup>r</sup> D. An.<sup>to</sup> ser seu/ padrinho, o q' não teve efeito, por passar antes do seu nas-/ cim.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> a serra do Caramulo, por onde andou escondido,/ the q' desceo ao Valle de Bestr.<sup>os</sup> onde se valeo da q.<sup>ta</sup> de/ Fragoas, cujo S.<sup>r</sup> perseguiu o mesmo Rey D. Filipe, por sa-/ ber lhe tinha dado acolhim.<sup>to</sup> contra as rigorosas ordens q'/ havia mandado publicar p.<sup>a</sup> q' nenhuma pessoa deste Rey-/ no lhe [...]*<sup>5</sup>.

É provável que tal como aconteceu com o antigo Paço de Fráguas também a Casa de Lourizela tenha sido destruída a mando do Rei D. Filipe I. Certo é que na actualidade, nada dessas casas de morada subsistem para além de algumas janelas tipicamente

<sup>1</sup> PT/TT/TSO/CG/HSO/Miguel de Arede m.3 d.51.

<sup>2</sup> PT/TT/CHDom João III, L.36 fl.36v.

<sup>3</sup> PT/TT/TSO/CG/HSO/Miguel de Arede m.3 d.51.

<sup>4</sup> TELLES, Agostinho Pacheco (c.1745). Memórias Genealógicas, *Título de Aredas, q' vulgarm.<sup>e</sup> chamão Aredes*, f.105-170, manuscrito do séc. XVIII, de cerca de 1745, pertencente à Família Bandeira, do Paço de Fráguas, cópia gentilmente facultada pelo engenheiro Gonçalo Bandeira Calheiros a quem mais uma vez agradeço publicamente.

<sup>5</sup> TELLES, Agostinho Pacheco, op.cit.



seiscentistas com o respectivo *babete*, e, de há cerca de 20 anos para cá, muitas delas completamente reconstruídas tendo perdido o que restava das suas traças originais.

Sobre este episódio dá também notícia o padre Manuel Fernandes de Arêde, descendente de Pedro Anes e de Isabel de Arêde (seu 5.º neto), que foi vigário perpétuo de Albergaria, em manuscrito do seu punho apostado num exemplar do livro *Dialogos da Varia da História*, de Pedro Mariz (1550?-1615), encontrado no convento de Serém<sup>6</sup>, no termo de Águeda, Macinhata do Vouga e junto à Mourisca do Vouga, mas que infelizmente não tem referências a datas. Diz o manuscrito que Dom António, depois de esmagados os seus partidários pelas tropas castelhanas, esteve 33 dias escondido em casa do seu bisavô, de nome Pedro Anes de Arêde, morador em Lourizela, freguesia de Santiago do Préstimo, bispado de Coimbra, e comarca de Esgueira, e que por isso, quando partiu, ofereceu valiosa quantia ao hospedeiro, que a recusou, pelo que este lhe deixou duas espadas dizendo: *Se eu reinar mandai-me dois filhos machos com elas que hão-de ocupar os bons lugares deste Reino*. Continua dizendo que uma das espadas permanecia ainda à data (finais do séc. XVIII ou primeiro quartel do séc. XIX) no lugar do Seixo, do mesmo bispado e comarca, em casa de um Manuel de Arêde, também bisneto de Pedro Anes.

A notícia enferma de algumas imprecisões já que Pedro Anes não teria, ao que foi até hoje possível apurar, o apelido Arêde que veio à sua descendência por sua mulher. De resto Pedro Anes era seu 5.º avô e não *bisavô*, expressão que em si se referia sem dúvida ao facto de Pedro Anes ser seu avô em anterior geração; e do mesmo modo também não era *bisavô* de nenhum dos Manuel de Arêde moradores no Seixo, e que, não se tratando do bisavô do autor da nota, também de nome Manuel de Arêde, e morador no Seixo, já morto à época do relato, ou de seu tio-avô do mesmo nome e também padre, pois isso ele o referiria, tratar-se-ia por certo de Manuel de Arêde, seu parente, também padre, nascido cerca de 1730 no Seixo, e bacharel formado em cânones com ordens menores pela universidade de Coimbra onde se matriculou entre 22.10.1754 e 1761<sup>7</sup>.

De resto, também o entendimento correcto do texto do *dr.* Agostinho Pacheco Teles tem de ser cronologicamente contextualizado, dado que a referência a *sua 2.ª m.er andava pre-/nbe do seu ultimo f.º*, não se refere ao último filho absoluto, ou seja, de todos os que teve, mas sim do último até então, pois a cronologia obriga a que depois desse episódio, em 1581 ou primeiros meses de 1582, Isabel Pires de Arêde tenha ainda havido outros filhos. Não sabemos assim a qual dos seus filhos se refere o *dr.* Agostinho Pacheco Teles, e é certo que se por um lado a ordem dos filhos que apresenta não é a correcta ordem cronológica dos mesmos, por outro, Isabel Pires de

<sup>6</sup> PINHO, António de (1944). Albergaria-a-Velha e o seu Concelho. p.62.

<sup>7</sup> PT/AUC/ELU/AUC/Livros de Matrículas/Manuel de Arede Tavares.



Arêde e Pedro Anes não tiveram apenas os nove filhos que o autor aí refere, tiveram pelo menos dez.

Mas retenhamos o essencial: Dom António esteve escondido na Casa de Lourizela durante 33 dias entre Novembro de 1580 e Maio de 1581 e antes de se ter homiziado no Paço de Fráguas; Dom António deixou a Pedro Anes *o moço* duas espadas suas para que, um dia quando reinasse, esse lhe enviasse dois filhos varões com elas, que o Rei saberia naturalmente identificar, e o Rei lhes daria os bons lugares do Reino; que pelo menos uma das espadas existia ainda em finais do séc. XVIII ou princípios do séc. XIX na posse de um dos seus descendentes, de nome Manuel de Arêde, morador no lugar do Seixo, na freguesia de Talhadas, antiga freguesia de Doninhas, no vizinho concelho de Sever do Vouga. De resto, quanto ao actual paradeiro de qualquer uma dessas espadas, nada se sabe.

Foi feito assim o desafio ao nosso Amigo e primo o Artista Hugo Aguas para que executasse uma espada que ilustrasse e materializasse essa história e garantisse assim a sua continuidade. A primeira dificuldade prendeu-se sem dúvida com o não se conhecer a verdadeira, ou verdadeiras espadas. Iniciou-se então uma pesquisa detalhada e levada à exaustão possível sobre que espada seria, qual a sua forma. Com a preciosa contribuição do historiador e conhecedor como ninguém da armaria Portuguesa medieval e da época em questão, o já conhecido entre os leitores desta revista, Jorge Santos, precisamente o co-autor do citado artigo *Armaria na Tumulária Portuguesa* que publicámos no nosso número 2, o autor da espada e eu próprio, investigámos e “vasculhámos” tudo o possível. Analisámos retratos da época, espadas da época centrados nessa década de quinhentos, e a sua evolução até ao famoso *rapier*, imediatamente posterior a essas espadas. Analisámos a forma, o cabo, o punho, o saca-espadas e todos os detalhes das espadas representadas nos retratos conhecidos dos nossos Reis à época. Toda essa investigação levada a cabo durante todo esse tempo enriqueceu-me de conhecimentos específicos sobre o assunto e que desconhecia na totalidade. E finalmente mais uma vez com a preciosa contribuição do historiador Jorge Santos, chegou-se ao modelo de maior precisão possível, mais provável e aceitável. E a conclusão, materializada no desenho e execução de Hugo Aguas, é sem dúvida o mais acertado.

A espada que apresentamos a público é assim a réplica do que terá sido uma das espadas que o Rei Dom António ofereceu a Pedro Anes, para que seus filhos, um dia, quando Ele reinasse, se apresentassem diante d’Ele e reivindicassem o prometido, os bons lugares no Reino. E para a sua identificação não poderia deixar de ter gravadas nela as armas do Reino bem como o selo conhecido do Rei.

Eu, pelo meu lado, regalo-me com o facto de ser o seu feliz proprietário. E nunca é de mais deixar expressos os meus mais sentidos agradecimentos ao Artista, primo e Amigo Hugo Aguas, por este presente de Natal de valor incalculável e que tanta enriquece a História da Família Arêde.











## GENEALOGIA

**D. FREI GONÇALO DE SOUSA, COMENDADOR-MOR DA ORDEM DE CRISTO***por José Maria Simões dos Santos***1. Quem foi D. Frei Gonçalo de Sousa e quando nasceu**

Sabemos que Gonçalo de Sousa foi filho de Gonçalo Anes de Sousa, 3º senhor de Mortágua, e para tal existem fontes que o confirmam, mas não sabemos, até hoje, quem foi a sua mãe. E quando nasceu?

Vamos de seguida tentar situar a data aproximada do seu nascimento, já que não existe qualquer fonte documental que nos permita situar com exactidão esse acontecimento.

Dos Nobiliários mais conhecidos, realçamos o Livro de Linhagens do séc. XVI, em edição da Academia Portuguesa de História, de 1956, com introdução de António Machado de Faria, a partir de um códice existente na Biblioteca do Marquês de Fronteira, e também a “História Genealógica da Casa Real Portuguesa” de D. António Caetano de Sousa, cujo Tomo XII, parte 2ª, englobando o título Sosas, foi editado em Lisboa em 1748. O primeiro foi escrito, com grande probabilidade, por alguém que vivia junto da corte, pelo que lhe podemos atribuir grande fidedignidade, nomeadamente no que refere às genealogias referentes à época em que viveu Gonçalo de Sousa e os seus descendentes próximos. Quanto ao segundo, é também bastante considerado pelo seu rigor. Suportámo-nos nas duas obras para descrever as genealogias incluídas neste trabalho, além de pesquisar outras fontes que iremos citando ao longo do texto.

Assim, Gonçalo Anes de Sousa teria tido três filhos fora dos dois casamentos e que são normalmente apresentados pela seguinte ordem: João, Gonçalo e Cid. Noutras fontes é por vezes também referido um quarto filho, Francisco, monge em Sto. Tirso, que alguns aventam ter sido seu neto, filho de João.

Gonçalo Anes de Sousa foi legitimado por D. João I em 11 de Novembro de 1400 (TT-, Lº II, Legitimações, fl.174v.) e já era casado no início de Maio desse ano com D. Filipa Ataíde (TT- Ch. D. João I, Lº 2 fl.168v.) quando recebem os bens que haviam pertencido a Álvaro Gonçalves Camelo, que fora casado com sua irmã D. Inês de Sousa, por este ter passado a Castela. Em 1402 faz parte «dos vinte grandes» do Conselho de D. João I com uma moradia de 8800 libras (Monumenta Henricina-MH, Vol. I , doc.122). Admite-se também que a partir de 1399, com a diminuição da actividade bélica com Castela, e até à paz definitiva em 1411, tenha havido um consequente aumento de natalidade no país.

D. Filipa Ataíde, irmã do futuro 1º conde de Atouguia, Álvaro Gonçalves Ataíde, era dama da rainha D. Filipa de Lencastre em 1402, com uma moradia de 1200 libras (MH, Vol. I , doc.122), e filha de Martim Gonçalves Ataíde, que foi alcaide-mor de



Chaves, e de D. Mécia Vasques Coutinho que, já viúva, foi aia dos infantes. D. Filipa Ataíde viveu pouco mais, tendo morrido cerca de 1403, mas o casal ainda teve uma filha, D. Mécia de Sousa, que sucederia a seu pai no senhorio de Mortágua, e veio a casar com D. Sancho de Noronha, depois feito 1º conde de Odemira em 9.10.1446 por carta de D. Afonso V, seu parente. Já estavam casados em 26 de Janeiro de 1434 quando D. Duarte lhes confirma a doação de Mortágua (IT- Ch. D. Duarte, Lº 1, fl58), após a morte do rei, seu pai.

| 99

Gonçalo Anes de Sousa casou segunda vez, um pouco antes da sua morte, em fins de 1413, com D. Maria Coelho, filha de Lopo Dias de Azevedo, senhor de S. João de Rei, e de Joana Gomes da Silva, que dotam a sua filha por esta data conforme ficamos a saber por carta de D. João I, com data de 14.10.1420, quando confirma a posse desses bens a D. Maria Coelho, de acordo com dois instrumentos públicos apresentados pelo seu pai, já que D. Mécia de Sousa os reivindicava para si (Chancelarias Portuguesas/D. João I, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, vol. IV, Tomo I, doc.72, p.58). Não houve geração deste segundo casamento.

Quanto aos nascimentos dos filhos naturais de Gonçalo Anes de Sousa proponho que teriam tido lugar entre a morte de D. Filipa Ataíde (ca.1403) e o segundo casamento de Gonçalo Anes de Sousa (fins de 1413), ou seja, durante a sua viuvez, e sendo Gonçalo de Sousa possivelmente o segundo filho, o período plausível para o seu nascimento teria sido entre 1405 e 1410.

Também o epitáfio no seu túmulo, que está no Museu Arqueológico do Carmo desde 1877, trazido de Tomar pelo arquitecto e arqueólogo Possidónio da Silva, fundador do Museu, refere: «...criado e feitura de menino do muito nobre excelente e cumprido de muitas virtudes o Infante D. Henrique...». Estas referências são suficientes para concluirmos que Gonçalo de Sousa, como era costume à época, fora acolhido e educado desde criança, e depois orientado para a vida adulta na Casa do seu parente - o rei D. Afonso III era 4º avô do Infante e 5º avô de Gonçalo de Sousa -, havendo entre eles alguma diferença de idade, que de acordo com a minha proposta seria de 11 a 16 anos (o Infante nasceu no Porto a 4 Março de 1394). Por outro lado, tendo o seu pai falecido no Verão de 1415, «no mar, após a conquista de Ceuta», como diz a crónica de Zurara, e sendo Gonçalo de Sousa ainda criança, foi acolhido à protecção do Infante, que nos seus vinte e um anos, o recebeu e educou na sua Casa.

A reforçar esta proposta está a idade do primogénito de Gonçalo de Sousa, Fernão de Sousa que nasceu cerca 1447, como veremos, quando a idade do seu pai se aproximaria dos quarenta anos. O comendador-mor teve mais sete filhos, seis rapazes e uma rapariga, Leonor, que até poderia ser a mais velha, mas o hábito dos genealogistas de colocarem as raparigas por último nas suas listagens, independentemente da ordem do seu nascimento, nada nos permite concluir. Dada esta idade, de certo modo já avançada para a progenitura, embora não impossível, fica diminuída a probabilidade de outras propostas que aventam datas anteriores para o



nascimento de Gonçalo de Sousa.

## 2. Linha varonil ascendente

Pais:

O pai, Gonçalo Anes de Sousa, 3º senhor de Mortágua, a que deu foral em 21 de Agosto de 1403, foi buscar, por certo, o seu nome ao bisavô materno, Gonçalo Anes de Briteiros, e é o primogénito, legitimado, do casamento de Martim Afonso de Sousa, o da Batalha Real, com sua prima Maria de Briteiros, cujo nome vem rasurado no documento de legitimação, já referido, de Novembro de 1400. Este casamento teria ocorrido cerca de 1380, mas Gonçalo Anes terá nascido antes da união oficial, já que os primos não terão esperado pela autorização papal, e daí a posterior legitimação.

Do mesmo casamento houve mais três filhas: Inês, Briolanja e Catarina de Sousa.

A carta de D. Afonso V, de 25.6.1451, abona a proposta de data para o casamento dos pais. Nela é confirmada aos herdeiros de D. Inês de Sousa, mulher que foi de Pedro Peixoto (seu segundo marido), a dispensa do pagamento de rendas e direitos das courelas da granja de Silvela, concedida por D. João I a Martim Afonso de Sousa (MH, vol. XI, doc.56, p.74). D. Inês teria morrido por esta data, com cerca de 70 anos, idade avançada para a época. D. Briolanja de Sousa também é ainda documentada em Janeiro de 1450 (IT- Ch. D. Afonso V, Lº34, fl.130v. e fl.195).

Gonçalo de Sousa, assim como os seus irmãos João de Sousa e Cid de Sousa são, de acordo com a minha proposta, filhos naturais de Gonçalo Anes de Sousa, desconhecendo-se quem foi a mãe, ou mães.

Avós:

Martim Afonso de Sousa, avô paterno de Gonçalo de Sousa, foi 2º senhor de Mortágua, senhor do couto e torre de Sto. Estevão, teria nascido cerca de 1350, e falecido entre 1405 e 1410. Casou, como referimos, com a sua prima Maria de Briteiros. Este Martim Afonso, o da Batalha Real, teve ainda filhos da abadessa de Rio Tinto, Aldonça Rodrigues, após a dita Batalha de Aljubarrota, tendo legitimado um deles, outro Martim Afonso de Sousa, em 22.1.1405 (IT- Lº III Legitimações, fl.66v.) e o neto deste, Pedro de Sousa, é feito 1º conde do Prado, em 1526, ou seja, é o primeiro titulado como Sousa do Prado.

Bisavós:

Vasco Martins de Sousa, pai de Martim Afonso de Sousa, 1º senhor de Mortágua, por carta de D. João I em 3.4.1385, (Chancelarias Portuguesas, D. João I, Vol. I, tomo 2, doc.840), senhor do couto e torre de Sto. Estevão e rico-homem, vassalo e chanceler-mor do rei D. Pedro, após este ter subido ao trono (1357) e em cuja proximidade se movia, também pelo parentesco. Teriam idade aproximada, já que Vasco Martins teria nascido cerca de 1320.

D. Pedro, ainda infante, foi inclusive fiador do contrato de casamento, documentado



em Coimbra, a 6.12.1341, entre Vasco Martins e D. Inês Dias Manuel, e testemunhado pelo próprio D. Afonso IV (TT- Ch. D. Afonso IV, L<sup>o</sup>4, fl.84v). D. Inês era prima co-irmã da rainha D. Constança Manuel, mulher de D. Pedro, e bisneta, por varonia, do rei D. Fernando III de Leão e Castela, tendo nascido cerca de 1328 e falecido cerca de 1366.

| 101

Em 1357, quando sobe ao trono, D. Pedro atribui ao «primo», como é tratado na carta de 10.10.1357 os bens móveis e de raiz que tinham pertencido a Pêro Coelho (TT-Ch. D. Pedro I, L<sup>o</sup>1, fl.15v.), um dos matadores de D. Inês de Castro, doação confirmada, mais tarde, por D. Fernando em 29.6.1367 (TT- Ch. D. Fernando, L<sup>o</sup>1, fl.13v.), ano em que subiu ao trono.

As dúvidas que existiram no passado sobre se Martim Afonso seria filho ou irmão de Vasco Martins, terão sido completamente dissipadas pela “descoberta” da “Lista dos naturais do Mosteiro de Grijó”, de 1365, que vem no denominado “Livro das Campainhas” (“Os Patronos do Mosteiro de Grijó”, José Augusto P.de Sotto Mayor Pizarro, Edições Carvalhos de Basto,Lda-1995), e onde indubitavelmente Martim Afonso surge como filho de Vasco Martins. Este foi o primeiro varão a recuperar o apelido Sousa, vindo da sua bisavó materna, Maria Mendes de Sousa, e que estava extinto por quebra de varonia em Gonçalo Mendes de Sousa III, irmão de Maria Mendes de Sousa e de Constança Mendes de Sousa. Estas irmãs transmitem o apelido às linhagens dos Sousa de Mortágua e do Prado, comumente Sousa Chichorro, e aos Sousa de Arronches, respectivamente.

Vasco Martins de Sousa após a morte da mulher, ainda casou segunda vez com Estevaínha (ou Estevaninha) Garcia, conforme se documenta numa carta régia de D. Duarte com data de 11.3.1438, confirmada por D. Afonso V a 24.3.1439 (TT - Ch. D. Afonso V, L<sup>o</sup>18, fls.77v.e78). Esta carta régia também documenta Martim Afonso como filho de Vasco Martins, assim como a existência de geração deste segundo casamento. Vasco Martins de Sousa ainda esteve presente nas Cortes de Coimbra de 1385, vindo a morrer em 1386.

Terceiros avós:

Martim Afonso Chichorro II, pai de Vasco Martins de Sousa, nasceu c.1275 e foi senhor do couto e da torre de Sto. Estevão, rico-homem na corte de D. Dinis, seu tio, que em 1321 dá ao «sobrinho» o direito sobre um casal no Lordelo. Em 1322 faz também uma doação ao mosteiro de Pombeiro, fundado por um seu avoengo, D. Gomes Echigues, cerca de 1040, do qual os Sousas eram padroeiros, e ele era natural.

Não casou, tendo tido o filho, Vasco Martins, da abadessa de Arouca, Aldonça Anes de Briteiros, irmã do anteriormente referido Gonçalo Anes de Briteiros.

Quartos avós:

Foram pais de Martim Afonso Chichorro II, Martim Afonso Chichorro I e Inês Lourenço, filha de Lourenço Soares de Valadares e da referida Maria Mendes de

Sousa.

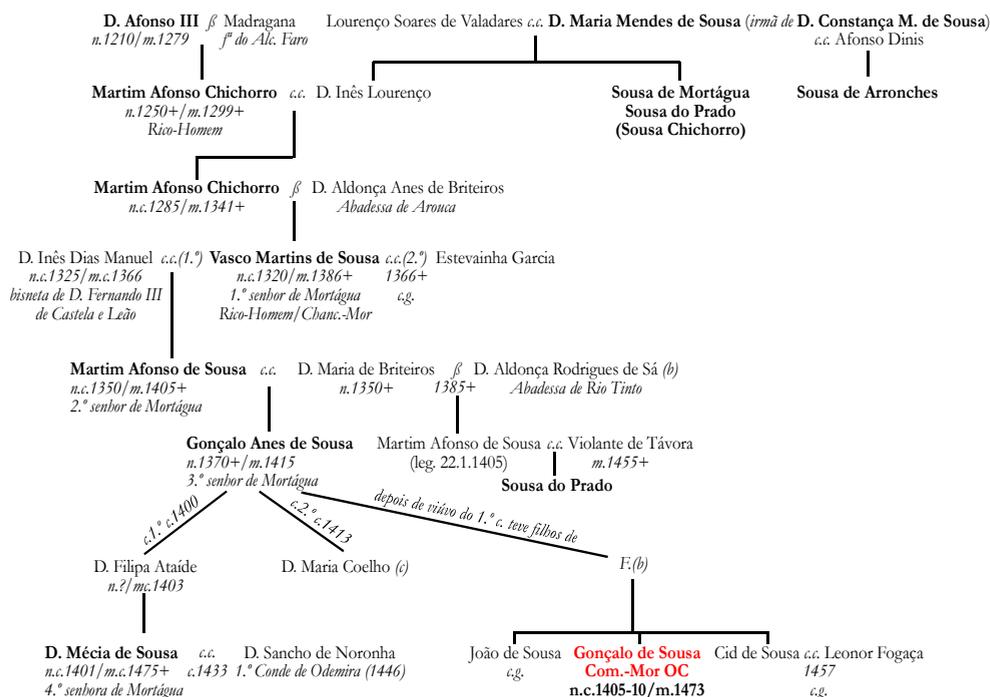
Martim Afonso Chichorro I era filho bastardo do rei D. Afonso III e de uma moura que os Nobiliários dizem chamar-se Mandragana ou Ouroana, filha de Aloandro ben Bekar, alcaide de Faro à data da sua conquista, que cristianizada se chamou Mor Afonso e casou com Fernão Rei. Martim Afonso Chichorro I teria nascido, cerca de 1250, após a conquista de Faro aos mouros em Março de 1249. Recebeu do rei, seu pai, o couto e torre de Sto. Estevão, e em testamento, 1000 libras. Foi rico-homem na corte do seu meio-irmão, o rei D. Dinis.

D. Afonso III foi, portanto, um dos quintos avôs paternos de Gonçalo de Sousa.

Para este resumo da genealogia de D. Frei Gonçalo de Sousa socorri-me também dos seguintes trabalhos: “A origem dos Sousa ditos do Prado”, de Manuel Abranches de Soveral, existente on-line na *net*, e “A família de Martim Afonso de Sousa «o da Batalha Reab»”, de Luís de Mello Vaz de São Payo, Braga 1966, publicado pela revista *Armas e Troféus*.

Seguidamente apresentamos esquematicamente o que acabámos de escrever.

LINHA VARONIL ASCENDENTE DE D. FREI GONÇALO DE SOUSA





### 3. Fontes

Analisemos de forma cronológica algumas das fontes - documentos e livros -, das quais tomámos conhecimento, que referenciam alguns aspectos da vida de D.Fr. Gonçalo de Sousa.

#### 1438 -1441

| 103

(MH, Vol. XII, doc. 20)

Trata-se de uma carta de quitação de D. Afonso V dirigida a Álvaro Dias, almoxarife na cidade de Viseu de 1438 a 1449, com lançamentos relativos ao Infante D. Henrique, a pessoal seu e a Ceuta, entre os referidos anos (IT- Ch. D. Afonso V, Lº13, fl.163v., de 10.9.1454).

A pp.31:

«E deu 5 568 reais a João de Sousa e a Gonçalo de Sousa, de soldo e mantimento deles e dos seus, do tempo que estiveram em Ceuta».

«E deu 2 230 reais a Gonçalo de Sousa, em pagamento de certos mantimentos que deixou em Ceuta, para os que lá estavam».

O documento indica que João de Sousa e Gonçalo de Sousa, e admitindo que eram os irmãos, filhos de Gonçalo Anes de Sousa, estiveram em Ceuta no ano de 1438, quando teriam cerca de 30 anos. Possivelmente teriam lá estado para a falhada conquista de Tânger em 1437.

O ano de 1438 é nevrágico relativamente ao poder português no norte de África. Um ano antes tinha ocorrido o desastre de Tanger, era o primeiro ano da capitania de D. Fernando de Noronha, genro de D. Pedro de Meneses, em Novembro morrera o rei D. Duarte, em Tomar, e é sabida a posição do rei relativamente à praça marroquina lavrada no seu testamento: entregar, caso o seu irmão D. Fernando não pudesse ser resgatado com dinheiro. Estes três factos são, por si só, suficientes para terem sido fonte de alguma instabilidade, que terá levado à presença de um maior número de homens de armas em Ceuta, durante esse ano, já que João e Gonçalo de Sousa, e seus homens, são apenas alguns dentro de uma longa lista.

E a pp.40:

Em 1442 o almoxarife Álvaro Dias deu ao Infante D. Henrique 111 971 reais, em parte de pago dos 106 800 reais que se houveram emprestados para soldo e mantimento de certos escudeiros que foram com D. Duarte de Meneses e com Gonçalo de Sousa a Alcântara/Castela, em Agosto de 1441. Foram então enviados pelo regente D. Pedro, a pedido do Mestre da Ordem Militar de Alcântara, frei Gutierre Sottomayor, para enfrentar os infantes de Aragão, irmãos da rainha D. Leonor de Portugal, juntando-se a D. Álvaro de Luna, Condestável de Castela. Eram 2000 homens sob o comando de D. Duarte de Meneses, com quatro capitães: Gonçalo Rodrigues de Sousa, Martim de Távora, Gonçalo de Sousa, Comendador de



Dornes e Lopo de Almeida, que foi depois vedor da fazenda.

Tratou-se de uma acção também favorável à política de D. Pedro mantendo os irmãos da rainha longe de Portugal, já que D. Leonor, viúva de D. Duarte e sua cunhada, mantinha aspirações à regência do reino português, para o que tinha solicitado auxílio aos irmãos.

Gonçalo de Sousa já seria, portanto, comendador de Dornes cerca de 1441, segundo esta fonte que cita Zurara, na “Crónica do conde D. Duarte de Menezes”.

#### 1443

(MH, Vol. VIII, doc.25)

Refere um acordo feito na Ribeira de Lisboa, entre o Infante D. Henrique, estando ele ali de partida numa caravela, e D. Duarte de Menezes, em que o primeiro tomou o compromisso de pagar ao segundo a tença anual de 25 000 reais brancos e lhe hipotecou a sua vila de Seia, em razão da dívida de 2 500 coroas de ouro, proveniente da compra pelo infante a D. Duarte de quintas, bens e padroados de igrejas de Seia e Covilhã.

Foi a 10 de Abril de 1443 (IT- Ch. D. Afonso V, Lº27, fl.88)

Testemunharam o acto D. Henrique de Castro, Gonçalo de Sousa e Martim Lourenço, comendadores, cavaleiros da Ordem de Jesus Cristo e outros, de acordo com a fonte.

Trata-se de Gonçalo de Sousa, já comendador de Dornes nesta data.

#### 1444

(Documentação Henriquina, Organização de José Manuel Garcia - Castoliva editora, Maia 1995)

A pp.569:

Transcreve uma carta do Infante D. Henrique dirigida a Martim Vasques, escrita em Lagos a 6 de Dezembro de 1444, a quem se dirige como amigo. Acusa recepção da sua carta que relata alguns «fectos do concelho» e diz: «E visto todo per mym com ho comendador E Martim Lourenço E Gonçallo de Sousa criados da dicta Hordem que aquy eram detirmyney.....» (IT- NA 882, fl.8v e 9).

De novo aparecem Gonçalo de Sousa e Martim Lourenço, juntos com o Infante, tal como a 10 de Abril de 1443, desta vez em Lagos.

Martim Vasques deve ser o que foi alcaide-mor e comendador de Tomar desde, pelo menos, 15.4.1426 até 1445 (IT- OC Cód.234 fl.51v e NA 882, fls.1,2v.e 9, citados por Sílvio M. Alves Conde, em Tomar Medieval).

E Martim Lourenço é o comendador de Pinheiro já em 19.5.1426, como tal documentado também em 6.4.1434 (A Ordem de Cristo, 1417-1521, Militarium



Ordinum Analecta, Isabel L. Morgado Sousa e Silva) e sê-lo-ia ainda, quando testemunha do referido contrato entre o Infante D. Henrique e D. Duarte de Meneses, a 10.4.1443.

#### 1454

(MH, Vol. XI, doc.227)

| 105

Esta fonte refere um alvará do infante D. Henrique dirigido a Pedro Anes ouvidor da sua vila de Tomar, a ordenar-lhe que não se meta nos assuntos que dizem respeito à alcaidaria do castelo da dita vila, como estava agora a fazer, já que o alcaide Gonçalo de Sousa, seu vedor, do seu Conselho e seu alferes-mor se queixara dessa intromissão. Diz mais que o D. Prior ajuizasse conforme achasse, e ordena que os juizes da vila façam cumprir as decisões. E caso houvesse apelação ou agravo de alguma das partes, ele, Infante, tomaria o assunto entre mãos.

O alvará foi expedido de Olalhas, também comenda da Ordem, no termo de Tomar, a 14 de Fevereiro de 1454 (TT- Col. Especial, parte 1, Cx. 72).

Em Fevereiro de 1454 Gonçalo de Sousa já era, portanto, alcaide de Tomar, tinha a sua comenda, além de ter as funções de vedor e alferes-mor na Casa do Infante. A fonte dá-nos portanto a entender que as relações entre o ouvidor Pedro Anes e o alcaide Gonçalo de Sousa não seriam as melhores.

Não sabemos a data exacta em que se tornou alcaide-mor de Tomar, apenas que o seu antecessor, possivelmente, Martim Vasques ainda o é como tal documentado em 1445, e que Gonçalo de Sousa enquanto comendador de Dornes, quando reedificou a igreja local em 1453, já é alcaide-mor. Assim Gonçalo de Sousa terá sido nomeado alcaide-mor de Tomar desde, algures no tempo, depois de 1445 até 1453, sabendo nós que em 1455 já o infante D. Henrique tinha nomeado Antão Gonçalves para o cargo.

#### 1456

(MH, Vol. IX, doc.67)

Esta fonte trata de uma carta da rainha D. Maria de Aragão ao cónego da Sé de Vich, Gabriel Cogolls, com data de 18 de Dezembro de 1445, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea pague ao escudeiro português Cid de Sousa, familiar e doméstico servidor que foi da rainha D. Leonor de Portugal, 70 florins de ouro de Aragão, para ajuda da viagem que ele vai fazer à corte do rei aragonês (ACA-Arquivo da Coroa de Aragão, Cancilleria Real, Registro 3194, fl.119v.).

Em nota apensa a este documento é referido o seguinte:

Por este documento comprova-se a ida de Cid de Sousa a Aragão, em data anterior a 18.12.1445 ao serviço de D. Leonor, viúva do rei D. Duarte, de quem tinha sido servidor.

Cid de Sousa é o irmão mais novo de Gonçalo de Sousa que em 2 de Setembro de



1456 passou uma procuração, em Jaen, a seu irmão Gonçalo de Sousa e a seu primo Rui de Sousa, para tratarem do seu casamento com Leonor Fogaça, filha de Rui Gonçalves, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e de Cabrela, e de sua mulher Violante Fogaça, donzela da infanta D. Brites, mulher do infante D. Fernando, o filho adoptivo do infante D. Henrique. O rei D. Afonso V confirma este contrato de casamento em 26 de Janeiro de 1457, data em que o monarca português se refere a Cid de Sousa como «fidalgo de nossa casa e vedor e contador da casa da rainha de Castela – D. Joana – minha muito prezada e amada mulher (erro do escrivão, já que nesta data D. Joana só poderia ser a irmã do rei, e tinha casado em Córdoba, em Maio de 1455, com Henrique IV de Castela)» (TT- Ch. D. Afonso V, L.º.13, fls.84v.).

O Rui de Sousa, referido é o senhor de Beringel e Sagres, vedor da rainha D. Isabel mulher de D. Afonso V, e primo co-irmão de Gonçalo de Sousa, por ser filho de Martim Afonso de Sousa, bastardo de Martim Afonso de Sousa, o da Batalha Real, também avô de Gonçalo de Sousa.

#### 1461

(MH, Vol. XIV, doc.54)

Esta fonte remete para uma carta papal, a *Lettere Religionis zelus* do Papa Pio II (1458-1464) dirigida, em 23 de Junho de 1461, aos abades dos mosteiros de Salzedas, S. Pedro de Águias e de Castro, na diocese de Lamego, a ordenar-lhes que investiguem se são verdadeiras as alegações de Álvaro Caiado, cavaleiro da Ordem de Cristo (OC), com doze anos de profissão e vários combates em guerra contra os infiéis em Ceuta, tendo-lhe ali falecido dois irmãos num só dia. E diz mais que se Álvaro Caiado tiver razão, lhe entreguem a preceptoría ou comenda de Santa Ovaia, na diocese de Coimbra, indevidamente confiada pelo comendador-mor Gonçalo de Sousa a seu filho Fernão de Sousa, de catorze anos de idade, sob pretexto de impedimento existente em Álvaro Caiado, do qual até já fora absolvido pelo papa, em carta anterior, comenda que vagara por morte de Martim Rodrigues (Arquivo Vaticano, Reg. Vat., vol.480, fl.283v.).

Trata-se de um documento com bastante interesse do ponto de vista genealógico já que nos permite determinar a data de nascimento muito aproximada (ca. 1447) do varão primogénito de Gonçalo de Sousa, sendo também este, já em 1461, comendador-mor e governador da Ordem de Cristo, conforme se prova por esta carta papal.

Tratamos o assunto referido com mais detalhe quando analisamos os períodos de governação da Ordem por Gonçalo de Sousa.

**1464**

(Crónica d'el Rei D. Afonso V, Rui de Pina, Biblioteca de Clássicos Portugueses, vol. III, Cap. CLIII, p.41)

D.Fr. Gonçalo de Sousa esteve no infrutífero escalamento de Tânger de 1464: «Mas era hi o conde de Odemira, e o comendador mór de Christus com outros.....»

| 107

**1471**

(TT- Gaveta I, Maço 6, Doc.4)

O documento que vem à leitura é uma cópia feita do original, em 1772. Por ele ficamos a saber que em 4 de Março de 1471, D. Frei Gonçalo de Sousa dirime um conflito sobre direitos entre o Procurador do concelho de Reigada e o comendador local da Ordem.

Gonçalo de Sousa, que assina o documento, é à data comendador-mor da Ordem e Cavalaria de Cristo, e também do Conselho d'El Rei Nosso Senhor, e escreve: «agora tenho o carregamento da governança e regimento da dita Ordem por especial mandado seu até vir provisão do Santo Padre ao senhor Dom Diogo, meu senhor».

**1473**

(TT- OC/CT L°52)

A fls.25v.e 26, com data de 19.8.1473, vem uma provisão d'el rei e da infanta D. Brites para o vigário, D. Pedro Abreu, e para o alcaide-mor de Tomar, Fr. Antão Gonçalves, serem governadores do mestrado, **por falecimento** do comendador-mor e como este a tinha. Já no fl.24, e com data de 20.5.1475, é feita a confirmação real desta nomeação.

D.Fr. Gonçalo de Sousa havia então falecido, admito que pouco antes de Agosto de 1473.

**1475**

(TT- OC/Documentos Particulares, Maço 7, Doc.7)

Trata-se de uma carta de escambo de 1475 de umas casas da Cerca, que nesse ano já são da comenda do Sonegado e começa assim:

«Saibam os que esta carta de escambo virem como aos 26 dias do mês de Setembro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1475 anos em Tomar na Cerca da dita vila de dentro nas casas que foram do comendador mor D. Frei Gonçalo de Sousa que Deus haja onde ao presente mora Fr. Pedro S. Cristóvão do convento da Ordem de Cristo e prior.....»

**1501**

( “MEMORIAL, DO GERAL, DA ORDEM DE CRISTO E DOS RELIGIOSOS DELLA para a Magestade do senhor Rey Dom João o Quarto, que Deos guarde, & os



fundamentos delle, & a resposta, que o dito Geral dá à consulta, que os Deputados da Mesa da Consciencia fizeraõ contra o dito Memorial “.Em Lisboa: Por Manuel da Sylva,1648).

Neste livro é trasladada, a pp.125, uma sentença de D. Manuel com data de 18.4.1501 referente a uma disputa perante o vigário de Tomar, como juiz da Ordem de Cristo, numa ação entre Frei Nuno Gonçalves, D. Prior do Convento de Tomar (CT), em seu nome e da OC e CT, e Frei Duarte Sodré, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Tomar, réu da outra parte.

Trata-se de uma disputa sobre casas térreas que eram de D. Frei Gonçalo de Sousa, na Cerca da Vila, com os seus quintais, as quais partem com o «tavoleiro» (a parte plana) da dita Vila e com a rua pública. Rendiam de aluguer 2 mil reais, por ano, e diz o traslado, a seguir: «que poderia haver ora 24 anos ou o tempo que viesse em verdade, que o dito Gonçalo de Sousa se viera a finir abintestado, sem dispor das ditas casas cousa alguma, pelo que segundo a constituição da Ordem de Cristo, as casas pertencerão à OC e CT».

Gonçalo de Sousa faleceu sem deixar testamento pois só a partir de 1504 os freires são autorizados a fazer testamento dos seus bens móveis e de raiz.

Quanto ao processo constante do documento, a Ordem veio a ganhá-lo e os herdeiros de Fr. Duarte Sodré (este havia falecido entretanto, pois ainda seria vivo em 7.8.1500 de acordo com “A Ordem de Cristo, 1417-1521”, Isabel L. Morgado Sousa e Silva) foram citados para pagar as custas no valor de 517 reais, e a Ordem tomou posse das Casas, na Cerca da vila, a 6.5.1501.

Este documento tem algum interesse pois indica-nos as casas que eram de Gonçalo de Sousa, na Cerca da Vila, o respectivo rendimento, assim como o ano aproximado da sua morte («há 24 anos, ou o tempo que viesse em verdade»), que sabemos ter sido pouco antes de Agosto de 1473.

#### 4. Iconografia

Existem alguns elementos iconográficos relativos a D. Frei Gonçalo de Sousa que nos ajudam melhor a identificar a pessoa e algum percurso da sua vida. Assim, por ordem cronológica:

##### 1453

Em Dornes, na fotografia seguinte, uma localidade pertencente hoje a Ferreira do Zêzere, junto à torre templária numa península sobranceira à actual albufeira de Castelo de Bode resultante da barragem feita ao rio Zêzere, ergue-se uma igreja devotada a Nossa Senhora do Pranto.

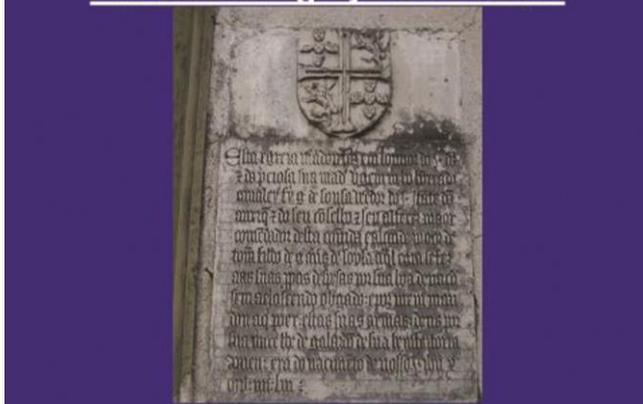
### Dornes c/ Torre Templária e Iq. Pranto



| 109

Esta igreja foi reedificada por Gonçalo de Sousa, em 1453, conforme é assinalado em placa de pedra coeva, na fotografia seguinte, gravada em letra gótica minúscula, e que hoje se encontra encravada na parede exterior do actual templo junto à porta principal, e à direita de quem entra. Sabemos que a igreja foi de novo reedificada ou teve obras, pelo menos, em 1692.

### Letreiro na Igreja de Dornes



Na placa pode ler-se (transcrito em português actual):

*«Esta Igreja mandou fazer em louvor do Senhor Deus e da preciosa sua Madre Virgem Maria o honrado cavaleiro Fr. Gonçalo de Sousa, vedor do Senhor Infante D. Henrique, e do seu Conselho, e seu Alferes Mor, Comendador desta comenda e alcaide-mor de Tomar, filho de Gonçalo Anes de Sousa a qual Igreja se fez às suas próprias despesas por sua boa devoção sem a ele ser obrigado, e por memória mandou pôr aqui estas suas armas. Deus por sua mercê lhe dê galardão da sua benfeitoria. Era do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1453.»*



O Padre Carvalho da Costa (1650-1715), no título referente a Dornes, no Tomo III da sua *Corografia Portuguesa*, editada no início do séc. XVIII, acrescenta ainda que Gonçalo de Sousa está sepultado na matriz de Dornes defronte da capela - mor. Não é certo que assim tenha sido, pois não encontramos qualquer outra documentação que o prove, mas se assim é, o corpo de Gonçalo de Sousa teria sido retirado do túmulo em Santa Maria do Castelo/Tomar, em data anterior à escrita da *Corografia* e levado para Dornes. O Padre Carvalho da Costa, que viveu cerca de duzentos anos após a morte de Gonçalo de Sousa, lá teria as suas informações, até porque era da Sertã, quase paredes meias. Ou existiria um assento do pároco da Igreja de Dornes, que ele não refere, que provasse a sua afirmação e não chegou até nós? Ou seria apenas resultado de uma informação oral, ou escrita, pois sabemos que o padre Carvalho da Costa se suportou, para elaborar a sua obra, em dados recolhidos junto dos párocos, ou outras figuras letradas locais, de facto uma fonte ideal à época? Duvido que o corpo tenha estado alguma vez em Dornes, já que de acordo com a Ordenação de 1503 é dito: «por hũa definição antiga achamos que os comendadores e cavalleiros da ordem se devem sepultar no convento desta villa de Tomar» (*A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média, Espiritualidade, Normativa e Prática*, António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, p.84, in “*As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: A Normativa*” – *Militarium Ordinum Analecta*, 1998), e mesmo que Gonçalo de Sousa tenha falecido em Dornes, pertencente à comenda-mor, teria lá estado pouco tempo até à trasladação do corpo para Tomar, para o sepultar no túmulo já construído em 1469, como referiremos a seguir.

Muito provavelmente as informações sobre a família Sousa, foram colhidas pelo padre Carvalho da Costa junto de Salvador Soares Cotrim, seu contemporâneo, morador na região, e que no intróito do Tomo III (editado em 1712) da *Corografia* escreve uma *Epístola aos Leitores*. Sabemos que Salvador Soares Cotrim, sargento – mor das milícias de Pias (Tomar), escreveu sobre a família Sousa da Câmara, o ramo descendente de Gonçalo de Sousa que viveu na Quinta do Paço e Torre, lugares de Tomar muito cerca um do outro, até fins do séc. XIX, e que esses documentos «estavam nas mãos da família da Quinta do Paço». Hoje nada se sabe deles, infelizmente.

Por curiosidade o ano de 1453 é também a data da queda do Império Romano do Oriente, com a tomada de Constantinopla a 29 de Maio pelo sultão otomano Muhammad II, o que provocou uma grande reacção por parte do mundo cristão. Vejam-se as ofensivas portuguesas em Marrocos com as conquistas de Alcácer Ceguer em 23.10.1458, e de Tânger e Arzila, em Agosto de 1471, assim como a incorporação de soldados portugueses em outros exércitos europeus. Sabemos, como documentámos, que D. Fr. Gonçalo de Sousa esteve no escalamento de Tânger de 1464, pelo menos.



## 1469

O túmulo de Gonçalo de Sousa, mandado construir por ele em sua vida, foi colocado após a sua morte numa capela, mandada por si edificar cerca de quatro anos antes da sua morte, com a invocação de S. Jorge, e mais tarde, durante o séc. XVI, quando o convento passou a seminário, sob Gregório XIII (1572-1585), passou a invocar Santa Catarina (TT-Convento de Tomar, mç.34, pacote 728).

| 111

Sabemos que existia uma capela de S. Jorge, junto à Charola e que depois passou a sacristia, hoje conhecida por Sacristia Velha (actual portaria do Convento). Esta capela fora mandada construir pelo Infante D. Henrique, em 1426, possivelmente, para albergar o túmulo da sua ama-de-leite, Mécia Fernandes e de seu marido Vasco Fernandes de Almeida, e que ainda hoje lá está.

A fonte refere que a Igreja de Santa Maria do Castelo se teria transformado na capela de S. Jorge (o que estaria de acordo com o letreiro do túmulo: «... edificou e mandou fazer esta capela...»), e mais tarde na de Sta. Catarina, apenas conservando a memória da antiga igreja pelo compromisso da respectiva confraria, datado da era 1088 (1050, era cristã) - a mesma fonte lança algumas dúvidas sobre a exactidão desta data - e que é transcrito do pergaminho original encontrado em Outubro de 1738. Nesta data o túmulo de Gonçalo de Sousa ainda se encontrava na então capela de Sta. Catarina, de acordo com a fonte.

Admitimos, também, que poderia ter sido uma capela da dita igreja, pois esta existe como tal, em algumas fontes, posteriores a 1469, data da feitura do túmulo. Assim, em 1470 era paróquia da vigairaria de Tomar (Tomar Medieval, Manuel S. Alves Conde, Cascais-1998); em 5.2.1492 foi incluída nas doações de D. Manuel às igrejas da OC (TT-Gaveta VII, Maço 18, doc.1); e em 1510, quando é feita a visitação da igreja (Visitações da Ordem de Cristo de 1507-1510, Pedro Dias). Ora tendo passado a primitiva capela, dedicada ao culto de S. Jorge, a sacristia, Gonçalo de Sousa teria edificado uma nova capela de S. Jorge, na Igreja de Santa Maria do Castelo, também em memória do Infante, que houvera construído a anterior.

O culto de S. Jorge, padroeiro dos militares, passou a ter mais expressão em Portugal após o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, sendo o próprio grito de guerra português, em Aljubarrota: “ Portugal! S. Jorge!”, em oposição ao castelhano “Castela! Santiago!”.

A igreja, estaria em ruínas e ao abandono, quando o arquitecto e arqueólogo Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) «salva» o túmulo de Gonçalo de Sousa, trazendo-o de Tomar para o Museu Arqueológico do Carmo, em 1877, na fotografia que se segue.



O túmulo de Gonçalo de Sousa consta de uma arca calcária de forma rectangular, estando representada na tampa a figura jacente do comendador-mor, com a cabeça repousada sobre duas almofadas, como era uso à época, e vestido com um manto pregueado, e cintado, até aos pés. Os traços do rosto desapareceram, por degradação ou mesmo mutilação, e apresenta um penteado “em tigela”, quase intacto, que possivelmente correspondia ao corte de cabelo, simples, dos cavaleiros de Cristo.

A ladear a cabeceira estão dois anjos, representação da ordem espiritual, hoje mutilados, cada um com uma das mãos virada para cima sobre as almofadas junto à cabeça, e a outra assente, com a palma para baixo, junto à cruz de Cristo, no peito do jacente, cujo espírito é transportado para junto de Deus pelos anjos, entes espirituais. O jacente segura nas mãos um livro fechado, que representa a ordem intelectual. Por sua vez, o cinto tem pendente uma bolsa de forma trapezoidal, que decai sobre a túnica, representando a ordem material, e os pés juntos, calçados, assentam sobre o dorso do tradicional alão, que tem a cabeça mutilada, cuja simbologia está ligada à fidelidade, à fé necessária para o material se transformar em espiritual, e neste caso, a fidelidade que Gonçalo de Sousa dedicara, em vida, ao Rei e ao Infante D. Henrique, o seu senhor, e sobre quem o ricamente documental letrado do sarcófago tece um completo panegírico nas três linhas de escrita gótica minúscula constantes da bordadura da tampa da arca tumular (Simbologia, Arq. António de Mello).

Cada uma das faces laterais do túmulo está ornamentada por três escudos com as armas dos Sousa Chichorro esquarteladas pela cruz de Cristo, associando indubitavelmente o falecido à Ordem. Do mesmo modo, cada um dos topos possui um escudo igual e cuja descrição heráldica é a seguinte: esquartelado (pela cruz de Cristo), com o I e IV (de prata), cinco escudetes (de azul) em cruz, cada um carregado de cinco besantes (de prata); o II e III (de prata), leão (de púrpura), armado e linguado (de azul).

Diz o epitáfio (transcrito em português actual):

«No ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1469 edificou e mandou fazer esta capela e casas com todo o seu circuito o honrado cavaleiro Dom Frei Gonçalo de Sousa, Comendador Mor da Cavalaria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo do Conselho de el Rei Dom Afonso. o V. Criado e feitura de menino do muito nobre excelente e cumprido de muitas virtudes o Infante D. Henrique, que foi Governador e Administrador da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, o que achou e notificou todas as Ilhas da Madeira e dos Açores com toda a Costa da Guiné até aos Índios, filho do mui nobre Rei Dom João o Primeiro e da Rainha Dona Felipa o qual Comendador Mor foi vedor da Casa e da Fazenda do dito Infante, e seu Chanceler e Alferes Mor. As quais virtudes que em este Infante havia este Comendador Mor as mandou aqui escrever. E são estas: Nunca deu nenhuma coisa ao demo, e quando lhe faziam desprazer tudo dava a Deus, não dizia mal de nenhum nem cobiçava a nenhum, mal. Nem bebia vinho. Nunca jurou por Deus nem pelos Santos. Todas as Quaresmas e festas de Jesus Cristo e de Santa Maria e Apóstolos e outros Santos, jejuava, e pela maior parte a pão e água. Era muito católico e cumpria a todo o ofício da Igreja. Foi muito obediente a seu Pai e Mãe e a seu Rei e a todo.....».

113

(J.M. Cordeiro de Sousa, 'A inscrição tumular de Frei Gonçalo de Sousa, in 'Mundo Português', nº15, Março de 1935).

1469 é também o ano do nascimento do futuro rei D. Manuel.

### 1545

Na igreja de S. Pedro de Alviobeira (Tomar) fixada à parede exterior do lado direito de quem entra pela porta principal, está, desde 2004, a pedra tumular de Fr. Bartolomeu de Sousa, cavaleiro de Cristo, neto de Dom Gonçalo de Sousa, tal como está expresso no seu epitáfio lavrado na parte central da pedra, por baixo das armas dos Sousa Chichorro, esquarteladas pela Cruz de Cristo, tal como no túmulo do seu avô, como a seguir mostramos.





Diz o epitáfio:

«AQUI JAZ BARTOLOMEU DE SOUSA FILHO DE ANRIQUE DE SOUSA NETO DE DOM GONÇALO DE SOUSA COMENDADOR MOR DA ORDEM DE CRISTO COM SUA MULHER DONA ANTONIA».

E a leitura da epigrafia, constante na bordadura da pedra tumular, revela-nos o seguinte:

«FALECEU NO DERRADEIRO DIA DE JULHO AOS 1545 ANNOS».

Bartolomeu de Sousa com este epitáfio pretende reforçar a sua varonia Sousa, ao aludir o seu avô, o que não será muito vulgar encontrar em pedras tumulares, o seu pai Henrique, quinto varão do comendador-mor e D. Antónia Brandão que foi a sua mulher.

Esta pedra tumular, talvez pela sua monumentalidade, deve ter sido a única que resistiu ao camartelo que avassalou a igreja de S. Pedro de Alviobeira, em obras de restauro ocorridas há cerca de dez anos, tendo sido, com certeza, destruídas algumas outras desaparecendo da nossa memória rastros deste ramo dos Sousa antigos, que viveu durante cerca de 400 anos na Quinta do Paço, e que nesta igreja baptizou, casou e enterrou os seus familiares, como é documentado nos seus registos paroquiais.

A pedra que restou, calcária, aguarda agora no exterior, e sujeita a todas as intempéries - atmosféricas e humanas- o seu destino próximo, ou seja, a sua total destruição.

#### **5. D. Fr. Gonçalo de Sousa, a comenda-mor e as teias familiares**

Gonçalo de Sousa foi, com certeza, o comendador-mor que sucedeu a Fernão Lopes de Azevedo, o que procurarei provar referenciando algumas datas relativas à vida deste:

1415 – Esteve na conquista de Ceuta (Crónica da Tomada de Ceuta, Zurara).

1422 (25 Maio) – Testemunha numa procuração do Infante (MH, Vol. III, doc.24).

1426 (19 Maio) – Comendador de Casével (na Reunião do Capítulo, em Tomar).

1434 (1 Abril) – Comendador de Casével, pertence ao Conselho do Rei, ao Conselho do Infante e é embaixador a Roma para as 16 súplicas henriquinas (MH, Vol. IV, doc.128 e doc.145). Este documento refere - o também comendador-mor a esta data, o que não é correcto, na nossa opinião.

1437 (22 Ago.) – Esteve na gorada conquista de Tânger (A Nobreza portuguesa em Marrocos no séc. XV, Abel Santos Cruz, 1995).

1438 – Frei Cavaleiro da OC/Estadia em Ceuta (MH, Vol. XII, doc.20).

1440 (6 Set.) – Carta do infante D. Henrique ao cabido da sé de Coimbra, a responder sobre bens vendidos ao rendeiro do cabido em Soure, que era comenda de Cristo sendo o comendador Fernão Lopes de Azevedo, e ainda sobre a colheita que o



almoxarife do infante não lhe queria pagar. O infante, todavia, manda-a pagar e caso não o fizesse, devia ser excomungado, embora a igreja e terra não fossem interdidadas pois não têm qualquer culpa da negligência do almoxarife (MH, vol. VII, doc.105, 6.9.1440, remete para Arq. Uni. Coimbra, Arquivo do Cabido, sem cota).

Além de comendador de Casével também o foi de Soure.

| 115

1449 (13 Nov.) – Comendador Mor, do Conselho d’el rei e do infante D. Henrique quando faz o emprazamento de terras em uma vida a João Afonso de Morais, morador em Condeixa (MH, Vol. X, doc.91).

Segundo a fonte, Ordem de Cristo (1417-1521), de Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, citando Fr. Jerónimo Roman, na sua história da Ordem de Cristo, Fernão Lopes de Azevedo teria sido comendador-mor durante toda a governação do infante D. Henrique (1420-1460). Não creio que assim fosse, e proponho que, sendo Gonçalo de Sousa já comendador de Dornes em 1453, quando manda restaurar a respectiva igreja, tenha recebido a comenda-mor após Novembro desse ano, já que existe na TT um documento da Chancelaria de D. Afonso V (L<sup>o</sup>4, fl.69, doc.3 de 28.11.1453, exarado em Viseu) pelo qual o rei «nomeia por 5 anos Álvaro Lopes, morador em Aguiar, para o cargo de coudel dessa vila e termo, em substituição de Fernão Lopes de Azevedo, que morrera». Penso tratar-se do mesmo Fernão Lopes de Azevedo, já que à época não referenciei qualquer homónimo, e como estes Azevedo eram senhores de Aguiar (de Pena) desde 15.9.1384 (Chancelarias Portuguesas, D. João I, tomo I, doc. 422), além de S. João de Rei, Jales, Boiro e outras terras, poderá reforçar esta teoria, embora sem a provar, mas fazendo todo o sentido.

É curioso verificar que Fernão Lopes de Azevedo era filho de Lopo Dias de Azevedo, senhor de S. João de Rei, e a quem D. João I doou Aguiar, e de D. Joana Gomes da Silva, e irmão de D. Maria Coelho, a segunda mulher de Gonçalo Anes de Sousa, o pai de Gonçalo de Sousa, portanto seu cunhado, e era tio de Gonçalo de Sousa, então ainda muito jovem. Este facto não será alheio às verdadeiras teias familiares que se constituíam como suporte estratégico do poder, facto comum a todas as épocas da História, e ao qual não se escusaram estes dois últimos comendadores-mor henriquinos.

Fernão Lopes de Azevedo, que segundo Duarte Pacheco Pereira na sua obra “*Esmeraldo situ et orbis*” já era comendador-mor aquando da 2ª embaixada ao Papa em fins de 1441/1442, já o seria desde c.1440 e foi-o até à sua morte em 1453. Morreu sem geração (Livro Linhagens do séc. XVI).

Aprofundemos, brevemente, os relacionamentos familiares existentes entre os três comendadores-mor nomeados pelo infante D. Henrique.

O primeiro comendador-mor nomeado pelo infante foi Gonçalo Vasques Coutinho, não sabemos em que data mas já o era na reunião do Capítulo Geral a 19.5.1426 (MH, Vol. III, doc.60), e teria então cerca de 14 anos, já que os pais casaram ca.1412. Em



28.6.1452 temos notícia do contrato de casamento de Gonçalo Vasques Coutinho, já 2º conde de Marialva, após a recente morte do pai e com cerca de 40 anos, com D. Beatriz de Melo, filha de Martim Afonso de Melo, que havia sido guarda-mor de D. João I, e de D. Briolanja de Sousa (TT- Ch. D. Afonso V, Lº12, fl.62-63v). Ora D. Briolanja de Sousa é irmã de Gonçalo Anes de Sousa, pai de Gonçalo de Sousa que seria assim primo co-irmão de Gonçalo V. Coutinho. Este ao casar-se em 1452, já estava desligado da OC, portanto sem qualquer impedimento para o fazer, mas desconhecemos em que circunstâncias terá saído. Mas por carta régia de D. Afonso V sabemos que já era meirinho-mor em 4.7.1440 (TT- Ch. D. Afonso V, Lº20, fl.70v.) e, porventura, já desligado da OC a essa data. Ou teria só saído c.1445 quando as suas relações com o poder terão atingido um ponto baixo que levaram à sua demissão de meirinho-mor de acordo com carta régia de 21.4.1445, emitida em Coimbra, pela qual o rei nomeia Martim de Távora, fidalgo e vassalo régio, para o cargo de meirinho-mor régio da corte, em substituição de D. Gonçalo Coutinho, que fora destituído (TT - Ch. D. Afonso V, Lº5, fl.70)? Lembremo-nos que nesta data o infante D. Pedro ainda era o regente, e as más relações seriam com este, e eventualmente extensivas ao infante D. Henrique que teria também actuado, demitindo o comendador-mor. A reforçar esta hipótese existe a carta régia de 7.9.1450, ou seja, após Alfarrobeira, pela qual ficamos a saber que Gonçalo Coutinho já é, de novo, meirinho-mor do reino (TT - Ch. D. Afonso V, Lº11, fl.149v), ou seja, o rei restituíra-lhe o cargo após a vitória sobre o tio.

Gonçalo Vasques Coutinho é ainda filho de D. Maria de Sousa, filha legitimada, em 3.1.1398, do Mestre de Cristo D. Lopo Dias de Sousa, um Sousa de Arronches (TT-Lº II Legitimações, fl.167), e terá sido comendador-mor entre c. 1426 e c. 1440/42, seguindo-se-lhe Fernão Lopes de Azevedo por esta data e até Novembro de 1453.

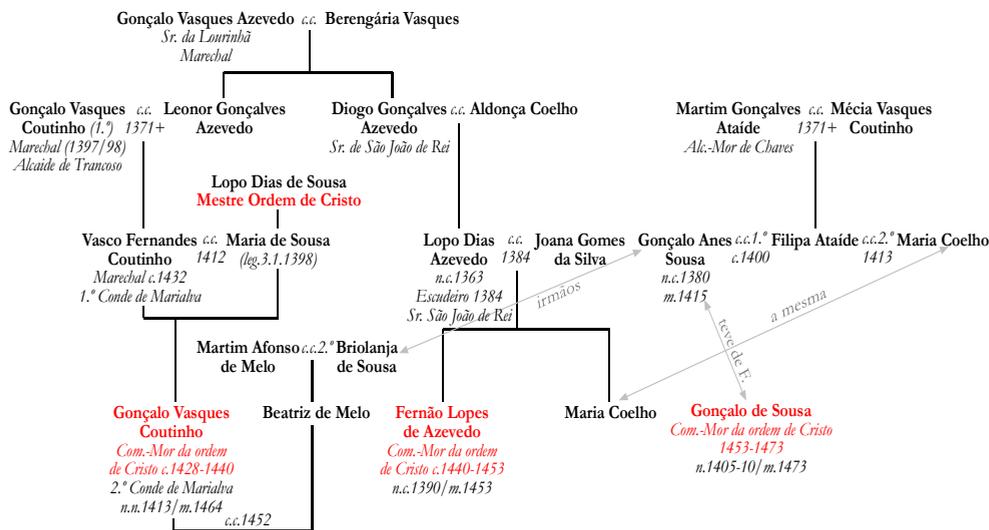
Por outro lado Fernão Lopes de Azevedo era neto de Diogo Gonçalves de Azevedo, irmão de Leonor Gonçalves de Azevedo casada com Gonçalo Vasques Coutinho, avô do comendador-mor homónimo. Quer dizer que Fernão Lopes de Azevedo e Gonçalo Vasques Coutinho, têm um bisavô comum, Gonçalo Vasques de Azevedo, o Marechal, senhor da Lourinhã, e são portanto ainda primos.

Ainda outra ligação interessante é a existente entre os Vasques Coutinho e Gonçalo Anes de Sousa, já que este foi casado com D. Filipa Ataíde, filha de D. Mécia Vasques Coutinho, a aia dos infantes, e irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, que foi Marechal do reino, cargo vindo do seu sogro atrás citado, e avô do comendador-mor homónimo.

E para completar estas teias familiares relembro o parentesco, já referido, entre Gonçalo de Sousa e o infante D. Henrique, que entroncam no rei D. Afonso III.

Mostramos a seguir de forma esquemática estas intrincadas relações.

A TEIA FAMILIAR ENTRE OS COMENDADORES-MOR HENRIQUINOS



6. D. Frei Gonçalo de Sousa, Administrador e Governador da Ordem de Cristo

Gonçalo de Sousa, como comendador-mor, exerceu interinamente as funções de Administrador e Governador da Ordem de Cristo, de acordo com a Ordenação de 1326, durante dois períodos, que analisamos de seguida.

- O primeiro período

Quando o Infante D. Henrique morreu no barlavento algarvio, «na sua Vila», a 13 Novembro de 1460, sucede-lhe o sobrinho e seu filho adoptivo D. Fernando, 1º Duque de Beja (desde 1453), irmão de D. Afonso V, que irá administrar a Ordem nos dez anos seguintes, até à sua morte em 18 de Setembro de 1470.

Mas teria ele assumido de imediato a governação da Ordem?

Segundo a norma em vigor - Ordenação de 1326 -, na ausência ou falta do Mestre, era o comendador-mor que a assumia o governo do Mestrado da Ordem, até nomeação do novo Mestre, pelo que Gonçalo de Sousa passou a governar a Ordem desde a morte do Infante. E até quando?

O governador era nomeado pelo rei, sendo depois confirmado pelo Papa, e para podermos situar essa data no tempo chegaram até nós alguns documentos, que analisaremos de seguida, e nos permitirão suportar a nossa proposta. Vejamos:

Após a morte do Infante D. Henrique, em Novembro de 1460, D. Afonso V tem dúvidas na entrega do governo da Ordem a seu irmão, dúvidas essas expressas em carta ao arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, logo em Dezembro seguinte,



pelo que havia solicitado ao Papa o governo para si. O arcebispo responde apelando ao bom senso e conciliação entre os irmãos, mas entretanto com data de 25 de Janeiro de 1461, o Papa Pio II (1458-1464) pela *Lettere Dum tua* entrega vitaliciamente aos reis portugueses a administração da Ordem de Cristo (“Estudos Henriquinos”, vol. I, pp.248-252, A. Dias Dinis, Coimbra-1960), em cuja esfera de influência já se encontrava de facto, desde o início da administração do Infante. Todavia, sabe-se que o rei D. Afonso V não assumiu essa administração, mantendo-se o comendador-mor Gonçalo de Sousa no cargo, interinamente, como também se deduz do texto seguinte, constante da *Lettere Religionis zelus* do mesmo Papa, com data de 23 de Junho de 1461: «... tamen, dilectus filius Gundissaluus de Sosa, maior commendatarius eiusdem milicie et illius tunc vacantis magistratus, gubernator per nos, donec de dicto magistratu aliter prouisum foret, specialiter deputatus...» , documento dirigido aos abades dos Mosteiros de Serzedas, S. Pedro de Águias e de Castro, na diocese de Lamego, que envolve uma decisão tomada pelo comendador-mor. Assim os abades deveriam investigar sobre a razão da reclamação do cavaleiro da Ordem de Cristo, Álvaro Caiado, sobre o seu direito à comenda de Sta. Ovaia, indevidamente atribuída pelo comendador-mor Gonçalo de Sousa a seu filho Fernão de Sousa, de catorze anos, a pretexto de impedimento de Álvaro Caiado (MH, Vol. XIV, pp.151-155 que remete para AV, Reg. Vat., vol.480, fl.283v.), como já havíamos referido.

D. Afonso V, não tendo então assumido a governação, deposita nas mãos do Papa a decisão sobre quem sucederia ao Infante D. Henrique, indicando, com certeza, o nome do irmão, por intermédio do notário apostólico e arcediogo da Sé de Braga, Mestre João Gomes de Abreu (Ordem de Cristo 1417-1521, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado Sousa e Silva), facto ao qual a intermediação apaziguadora de D. Fernando da Guerra não deve ter estado alheia, relembando os acontecimentos recentes que haviam levado a Alfarrobeira. Dezoito dias mais tarde, a 11 de Julho de 1461, pela *Lettere Repetentes animo*, o mesmo Papa atribui o cargo de administrador da Ordem de Cristo, vitaliciamente, a D. Fernando, 1º Duque de Beja, então com 28 anos. Teve assim a autorização de Pio II, para acumular este cargo com a administração da Ordem de Santiago, que lhe fora concedida pelo Papa Eugénio IV (1431-1447) pela *Bula Suscepti Regiminis* de 23.5.1444, a solicitação do regente D. Pedro. Após a sua morte em 18 de Setembro de 1470 sucede-lhe, na Ordem de Santiago, D. João, o seu primogénito, que morreu após 3 de Julho de 1472, quando ainda lhe é doada Anafé (IT-Ch. D. Afonso V, Lº30, fl.122) sucedendo-lhe ainda em 1472 o príncipe D. João, o futuro rei.

D. Fr. Gonçalo de Sousa teria sido, portanto, governador e administrador da Ordem de Cristo, oficial e interinamente, desde a morte do Infante D. Henrique, a 13 de Novembro de 1460 até à nomeação papal de D. Fernando, datada de 11 de Julho de 1461.

- O segundo período



Após a morte do Infante D. Fernando, Gonçalo de Sousa volta a assumir, e por algum tempo, a governação da Ordem. Vejamos:

D. Fernando veio a morrer a 18 de Setembro de 1470, no regresso do saque a Anafé (hoje Casablanca) no norte de África (Ordem de Cristo, 1417-1521- *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado Sousa e Silva), sucedendo-lhe vitaliciamente na administração temporal da Ordem o filho D. Diogo, que teria apenas cerca de 8 anos. A gestão ficava, todavia, a cargo do rei D. Afonso V, na menoridade do sobrinho.

| 119

Este acto de sucessão é confirmado pelo Papa Paulo II (1464 - Julho 1471), só a 1 Fevereiro de 1471, pela *Bula Dum regalís* (TT-Bulas, cx.27,nº149, citado por A. Dias Dinis em “Estudos Henriquinos”, vol. I, p.262) dirigida a D. Diogo, e a pedido do rei D. Afonso V, pelo que o comendador-mor tinha assumido a governação interina da Ordem, desde a morte de D. Fernando e até á data da bula papal, durante cerca de quatro meses e meio.

Todavia, Gonçalo de Sousa exerceu a governação, de facto, durante mais algum tempo como é comprovado por um documento de 3 de Março de 1471, cerca de três meses depois da referida bula, quando dirime um conflito sobre direitos entre o procurador do concelho de Reigada e o comendador local (TT - Gaveta I, Maço 6, Doc.4).

E até quando terá estado à frente da governação da Ordem? Analisemos:

O Papa Sisto IV (1471-78) sucede a Paulo II após a morte deste em Julho de 1471, e confirma a Bula do seu antecessor por um *Breve* que dá a D. Afonso V poderes mais latos dos que houvera recebido anteriormente, e até a maioria de D. Diogo (Estudos Henriquinos, vol. I, p.263, A. Dias Dinis, Coimbra-1960).

Muito possivelmente o rei não terá todo o tempo necessário para a governação da Ordem, ocupado que estava com as campanhas marroquinas - conquistas de Arzila e Tanger nos fins de Agosto de 1471 -, e mantém a situação que vinha do antecedente, isto é, Gonçalo de Sousa continua interinamente a governar. Doutra modo não se explica, porque só cerca de dois anos depois, por alvará de 19.8.1473 (TT- OC/CT Lº52,fls.25v.,26), e com concordância de D. Beatriz, tutora do filho, o rei delega o poder da governação em Fr. Pedro Abreu, vigário de Tomar e posteriormente capelão-mor de D. Diogo (só o foi em 14.12.1474, a pedido de D. Beatriz,...cit. Lº52, fl.23v.), e em Fr. Antão Gonçalves, alcaide-mor e comendador de Tomar (foi-o em 1455, conforme carta do infante D. Henrique de 5.3.1456, de acordo com a MH, Vol. XII, doc.131, e tê-lo-ia sido até o infante D. Diogo assumir o governo da OC em fins de 1482,início de 1483, já que tinha essa delegação), anterior escrivão da puridade do Infante D. Henrique e provedor das suas capelas.

Por morte do comendador-mor como refere a fonte (cit.Lº52 da OC/CT), e que teria ocorrido pouco antes de 19.8.1473, D. Afonso V passa a desempenhar o cargo, através dos seus dois delegados, e praticamente até Abril de 1475 quando se ausenta, e



deixa a regência do reino a seu filho, o príncipe D. João então com 20 anos, por carta de 6.4.1475. O rei vai a Castela defender os direitos que ele admitia ter a sua sobrinha D. Joana, a Beltraneja, filha de sua irmã D. Joana casada com o rei D. Henrique IV de Castela, que havia falecido em 11 Dezembro de 1474.

Nove dias depois o rei numa carta de 15.4.1475 (TT- Ch. D. Afonso V, Lº30,fl.132v.), feita em Évora, reitera que o papa Sisto IV dera a administração da Ordem de Cristo a D. Diogo, mas que seria ele o Governador enquanto o sobrinho fosse menor. Mas como não tinha disponibilidade (ia para Castela) delegava esse poder em Fr. Pedro Abreu e Fr. Antão Gonçalves, que melhor saberiam cumprir, o que é comunicado em carta régia de 24.4.1475, em Portalegre (TT- Ch. D. Afonso V, Lº30,fl.122) «a requerimento da infanta D. Beatriz» (“Estudos Henriquinos”, vol. I, p.501, A. Dias Dinis, Coimbra-1960). A mesma delegação é referida, com data de 20.5.1475, numa comissão da infanta D. Brites e confirmação do rei (TT – OC/CT Lº52, fl.24).

Em virtude da ausência do rei, e por solicitação deste, o Papa Sisto IV emite, dois meses mais tarde o *Breve Nuper Carissimo*, de 19 Junho de 1475, no qual pede a D. Beatriz que assuma a regência e administração temporal do Mestrado da Ordem de Cristo, até à maioridade de D. Diogo (TT- Ch. D. Afonso V, Lº30,fl.118v.), sendo a governação exercida na prática, tanto no temporal como no espiritual pelos dois freires delegados.

D. Diogo só assume a governação da Ordem em fins de 1482, início de 1483 (TT-Ch. D. João II, Lº27, fl.38v.), mais tarde do que o previsto, já que tinha atingido a maioridade (teria nascido c. 1462) e porque tinha ido para Castela como refém, durante um ano, aquando da questão das terçarias.

Voltando a D. Fr. Gonçalo de Sousa, ele terá governado a Ordem de Cristo, neste segundo período, entre 18 de Setembro de 1470 e a data da sua morte, pouco antes de 19 de Agosto de 1473, durante cerca de três anos.

### **7. Inês de Roges, mãe do filho primogénito de Gonçalo de Sousa**

Segundo as normas da Ordem de Cristo os freires cavaleiros não tinham autorização para casar, mas muitos tinham filhos, da mesma ou de várias mulheres, o que à época não era tão invulgar, como se pode ver nas listas de legitimações dos filhos dos freires de Cristo, inclusive dos conventuais (A Ordem de Cristo, 1417-1521, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado Sousa e Silva).

Só mais tarde, e a pedido do rei D. Manuel, como governador e administrador da Ordem de Cristo, o Papa Alexandre VI (1492-1503), pela *Bula Romani Pontificis Sacri Apostolatus* (Roma, 20 Junho 1496), consentia que todos os cavaleiros das Ordens de Cristo e de Avis, pudessem contrair matrimónio, sem embargo do voto de castidade conjugal e qualquer estatuto da mesma Ordem (TT-Gaveta VII, mç. 3, nº32).

Por esta época vivia em Roma o Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa (de 1479 a 1508, e portanto contemporâneo dos Papas Sisto IV, Inocêncio VIII, Alexandre VI,



Pio III e Júlio II, sobre os quais, diz a História, teria exercido poderosa influência), e que foi uma arma importante na estratégia diplomática de Portugal junto da Santa Sé. Morreu em Roma em 1508, com 102 anos!

Gonçalo de Sousa não fugiu à regra e teve oito filhos, sete rapazes e uma rapariga – Fernão, Duarte, Pedro, Nuno, Henrique, Cristóvão, Simão e Leonor. Esta, sempre citada pelos Nobiliários em último lugar poderia não ter sido a última da numerosa prole, já que os seus autores nomeavam sempre em último lugar os varões que seguiam a vida monástica e as raparigas. Quanto à ordem pela qual foram nascendo os varões os Nobiliários apresentam-nos pela ordem indicada acima. Mas quem teria sido a mãe, ou mães, destes filhos?

121

Dos documentos consultados, até agora, nos fundos da Torre do Tombo, conseguimos identificar Inês de Roges no tombo da comenda de Dornes feito em 13.8.1505 (TT- OC/CT, Lº308, fl.102), como mãe do primogénito Fernão de Sousa, quando é referido (fl.128v.) que era proprietária de uma casa em Dornes: «... e abaixo da mesma praça tem (a Ordem) outras casas..... que partem ao poente com casas próprias de Inês de Roges madre do comendador mor...».

Segundo o mesmo tombo (fl.128), Henrique de Sousa, apontado como o quinto varão entre os irmãos de Fernão, também possuiria uma casa em Dornes que confinava com uma casa da Ordem existente na praça da vila: «...e ao levante com outra que foi de Henrique de Sousa...». Não podemos garantir que este seja o filho de Gonçalo de Sousa, já que não é identificado como tal, mas sendo, conjuntamente com Cristóvão, o único filho que ficou a viver na região de Tomar (foi comendador da Torre na OC a partir de 21.3.1501) é de admitir que aí tivesse bens. Mas se ele também seria filho de Inês de Roges nenhum documento, até agora, no-lo permite afirmar, apesar da proximidade das propriedades na vila de Dornes.

Inês de Roges que proponho ter cerca de 20 anos, ou menos, quando foi mãe de Fernão de Sousa (ca.1447, como vimos), ainda seria viva à data do Tombo (... «casas próprias de Inês de Roges...»), com cerca de 75 anos, e terá morrido ca. 1513 de acordo com o designado Livro Novíssimo das Capelas (TT - OC/CT Lº252, fl.88) quando refere a capela de Inês de Roges, no ano de 1513, com ónus de 36 missas em cada ano com o dote das fazendas deixadas no termo de Dornes no dito ano de 1513, aforando « o D. Prior, D. Diogo da Gama aos filhos da mesma Inês de Roges como diz o livro de mão das capelas a fl.22v. e o aforamento se acha no mesmo livro a fl.20 e a verba do testamento em Pedro Alvares no Tombo do Convento a fl.70 e do rendimento fala o Livro dos Foros a fl.261».

O tombo da comenda de Dornes vem descrito noutra fonte (TT – OC/CT nº303, fl.16), com pequenas variantes na escrita, mas conclui-se perfeitamente que o documento de origem utilizado pelos dois diferentes copistas foi o mesmo.



Outro documento que nos refere Inês de Roges é a lista de Aniversários do Convento de Tomar (TT - OC/CT Mç.5, nº104, fl.42), quando, em 1804, foram revistas as capelas de 23 aniversariantes, entre as quais as de Martim Gil (1º Mestre da OC), do Infante D. Henrique e de Inês de Roges, às quais foram aplicadas reduções. Este facto pode conferir a Inês de Roges algum estatuto na hierarquia social, mais que não seja ter sido “mulher” e mãe de comendadores-mor.

Este documento refere desconhecer-se a data de instituição da capela, cujos bens têm descrição detalhada em TT- OC/CT Lvº3, fl. XX, mas fica-se a saber que obrigava a 36 missas anuais, acto esse suportado por um foro de 2600 reais em dinheiro (ca.72 rs./ missa), «conforme consta no Livro Mostrador, fl.276». Dada a desvalorização da moeda e valendo, à altura (1804), cada missa 960 rs., as 36 missas transformavam-se em duas, restando 680 rs., pelo que arredondado, as 36 missas do início do séc. XVI (suposta data da morte de Inês de Roges) passaram a 3 missas de tenção anuais, ou seja um real valia cerca de 12 vezes menos, 300 anos depois.

Esta redução foi executada pelo D. Prior em 1803, na sequência de controvérsia gerada por um Breve do papa Bento XIII (1724-1730), de 17 de Novembro de 1727, atendendo aos rendimentos do Convento de Tomar para cumprimento das capelas instituídas. O papa absolveu ainda o Convento pelas missas que deixou de dizer, mas com a obrigação de no Oitavário dos Santos se fizesse um ofício «Aniversarium» anual pelas almas dos quais se deviam aplicar missas perpétuas.

Esta redução teria princípio em 1 de Janeiro de 1805 e iria até 31 de Dezembro de 1815, portanto com uma validade de dez anos, conforme Breve de Pio VII (1800-1823), de 26 de Fevereiro de 1804.

António Bayão, no seu livro “A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere”( Imprensa Nacional de Lisboa, 1918), a pp.42, refere ainda um vasto conjunto de bens pertencentes a Inês de Roges tombados em 1542. As rendas destes bens constituídos em capela financiavam o aniversário instituído por Inês de Roges e estavam então aforados a Pedro Ferreira.

Inês de Roges foi portanto a mãe de Fernão de Sousa, o varão primogénito de D.Fr. Gonçalo de Sousa e seu sucessor na comenda de Dornes e na comenda-mor, mas o mesmo não podemos deduzir quanto aos restantes filhos que teriam nascido após Fernão, com eventual excepção de Leonor, pela razão apresentada.

## **8. Os filhos, o «ramo de Tomar» e o morgadio da Quinta do Paço**

Como iremos constatar é grande a ligação dos filhos de D. Fr. Gonçalo de Sousa à Ordem de Cristo.

Assim Fernão de Sousa, o varão primogénito, sucedeu a seu pai na comenda-mor da Ordem de Cristo, após Agosto de 1473 e antes de Abril de 1475, primeira data em que aparece documentado como tal.



1. **Fernão de Sousa**, nasceu ca. 1447, foi comendador-mor da Ordem de Cristo, em data anterior a 6.4.1475, comendador de Dornes e da Ega, e ainda era vivo em Março de 1508, quando esteve presente durante a visitação à comenda da Ega, de 26 de Fevereiro a 3 de Março de 1508 (“Visitações da Ordem de Cristo, 1507-1510”, Pedro Dias).

Teve descendência.

1. **Duarte de Sousa** foi comendador de Mogadouro na Ordem de Cristo, referenciado em documentos de 26.1.1493 e 13.11.1507, este relatando a visitação à comenda feita pelos freires João Pereira e Diogo do Rego, à qual esteve presente (“A Ordem de Cristo, 1417-1521”, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado Sousa e Silva).

Em Março de 1515 o comendador de Mogadouro é Álvaro Pires de Távora, pelo que já teria falecido entre Nov. 1507 e Nov.1515.

Teve descendência.

1. **Pedro de Sousa** foi comendador de Idanha-a-Nova, tal como aparece documentado em 6.4.1475 e 26.1.1493 (“A Ordem de Cristo, 1417-1521”, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado Sousa e Silva). Ainda vivo em 1499, quando esteve nas Cortes Manuelinas, na Igreja de S. Domingos (Lisboa), onde o Príncipe D. Miguel foi jurado herdeiro das Coroas de Portugal, Castela-Leão e Aragão, em representação própria e de seu filho Jorge.

Teve descendência.

1. **Nuno de Sousa**, vedor da Casa da rainha D. Leonor, mulher do rei D. João II. Casou com D. Mécia, filha de João de Albuquerque e de sua mulher D. Leonor Lopes. Tiveram descendência.

1. **Henrique de Sousa** é o genearca do «ramo de Tomar» e foi comendador da Torre (Tomar) na Ordem de Cristo, desde 21.3.1501, aquando da criação das Comendas Novas por D. Manuel. Proponho que tenha nascido ca.1455 e teve de Isabel Ferreira, filha legitimada, em 10.8.1471, de Álvaro Ferreira, comendador da Póvoa, Vila de Rei e Puços, na mesma Ordem (TT- Lº II Legitimações, fls.209-209v.), pelo menos:

2. **Bartolomeu de Sousa**, cavaleiro da Ordem de Cristo, que proponho tenha nascido entre 1480 e 1485, e morreu a 31.7.1545, de acordo com a sua pedra tumular, hoje, incompreensivelmente, no exterior da igreja de S. Pedro de Alviobeira a deteriorar-se e até desaparecer, com as armas dos Sousa Chichorro, esquarteladas pela Cruz de Cristo. Bartolomeu de Sousa casou depois de 1496 (os frei cavaleiros puderam casar a partir desse ano) com D. Antónia Brandão, filha do almoxarife de Tomar (já em 1525), Dario Brandão (referido em Cartas de Quitação de D. Manuel, TT- Ch. D. João III, Lº4 Doações, fl.74v.), de quem teve, pelo menos:



3. **Simão de Sousa** (n. ca.1520, m.1591+), FCR como vem citado na carta de legitimação da filha, sem geração em 1560, 1º administrador do morgadio da Quinta do Paço (Alviobeira), instituída pelo seu tio Nicolau de Sousa. Casou com D. Guiomar (tal como vem citada na carta de legitimação da filha do marido), de quem não teve filhos.

Teve uma filha bastarda de Maria Nunes, que segue:

4. **D.Mécia de Sousa** (n.c.1560/70, m.1620+), legitimada em 29.8.1586 (TT-Ch. D. Filipe/Perdões e Legitimações, Lº1,fl.197v.) que casa com Manuel Gomes, admito que ca.1586, e ainda viva quando a filha Antónia casou (1620). Tiveram, pelo menos:

5. **D.Antónia de Sousa** n. ca. 1590, casou com Pedro Azevedo, a 25.4.1620 na igreja de S. Pedro de Alviobeira (TT-RP Alviobeira, Lº C 1, fl.17), e tiveram, entre outros, muito provavelmente como varão primogénito:

6. **Francisco Azevedo e Sousa**, natural de Olalhas/Tomar onde n. ca. 1626, casou 1ª vez com Isabel Lobo Serrão de quem enviuvou em 1655, voltando a casar com Francisca de Sousa em 14.8.1659 (TT- CEL-Justificação Sumários Matrimoniais, M.668, Pº14) e (TT- RP Sta. Engrácia/Lisboa, Lº1 C, fl.264v.). Não sabemos se houve geração destes dois casamentos. Voltou a enviivar, e casa pela 3ª vez (antes de Julho 1676) com Inácia Arruda (n.ca.1655). Foi contador das custas da vila de Tomar, cargo herdado do sogro João de Arruda Taca, por alvará do regente D. Pedro II de 14.7.1676 (TT- RGM, Lº10, fl.176). Torna-se morgado da Quinta do Paço a partir de 1687, quando morre o primo António de Sousa da Câmara, sem geração, e o deixa por herdeiro universal. Morreu em 16.5.1697 (TT-RP Alviobeira, Lº1 O, fl.59v.).

Deste terceiro casamento houve descendência que viveu na Quinta do Paço e na Torre, até fins do séc. XIX.

3. **D.Isabel de Sousa** casou com o seu primo co-irmão João de Sousa Câmara, filho de Manuel de Sousa, irmão de Bartolomeu. Ver descendência em 2. Manuel de Sousa.

2. **Nicolau de Sousa**, frei clérigo na Ordem de Cristo, tendo recebido ordens em 18.9.1512 (TT - OC, mç.66, nº3, fl.13) foi capelão do Cardeal Infante D. Afonso, filho do rei D. Manuel, que nasceu a 23 de Abril de 1509 e foi-lhe concedida a dignidade de Cardeal por Leão X (1513-1521) sucessor de Júlio II (1503-1513) que favorecia D. Martinho da Costa, meio-irmão do cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa. O Concílio de Latrão proibiu que se desse catedral a alguém com menos de 30 anos, e se não dispensasse quem tivesse menos de 27, pelo que Júlio II se opunha às pretensões do rei D. Manuel de tornar seu filho Cardeal.

Leão X (1513-1521) para retribuir as dádivas da embaixada de D. Manuel, por Breve de 26 de Julho de 1515 dispensa D. Afonso (tinha seis anos!!) para poder ter



qualquer igreja ou catedral em administração, e em 10 de Setembro de 1516 obtém o bispado da Guarda.

Nicolau de Sousa ainda documentado como tendo sido capelão do Cardeal Infante D. Afonso e Fidalgo de sua Casa, teve uma provisão, em 7 de Março de 1538, dada em Lisboa, para lhe pagar 2376 reais de vestimenta. Ainda está vivo a 14.6.1551 quando ainda recebe novas ordens (Cavaleiros da Ordem de Cristo do séc. XVI, António Machado de Faria), admitindo que se trata do mesmo Nicolau de Sousa.

Instituiu um morgadio ao qual vinculou a Quinta do Paço/Alviobeira juntamente com outras fazendas.

2. **Manuel de Sousa**, frei cavaleiro da Ordem de Cristo, recebeu ordens a 18.9.1512 (TT - OC, mç.66, n°3, fl.13), tal como seu irmão. Casou na Ilha Terceira com D. Inês de Ornellas da Câmara, filha de Antão Martins Homem, 2º capitão donatário da vila da Praia e de D. Isabel de Ornellas.

Manuel de Sousa foi Fidalgo Escudeiro com 1600 reais de moradia, passou à Índia na nau Cirne e lá morreu em combate (in “Memórias dos Duques Portugueses”, Sanches de Baena e Castelo Branco e Torres). A nau Cirne consta da “Relação das Nãos e Armadas da Índia”, ed. Biblioteca Geral da Uni. Coimbra-1985, como tendo feito viagem em 1533, 1535 e 1538.

Deste casamento nasce esta linhagem Sousa da Câmara. Tiveram, pelo menos:

3. **João de Sousa da Câmara**, casou com D. Isabel de Sousa, sua prima coirmã, acima referida e para ele passou a administração do morgadio da Quinta do Paço. Tiveram, pelo menos:

4. **Bernardo de Sousa da Câmara**, que se tornou o morgado casou com D. Brites de la Penha, antes de 5.11.1600, quando são documentados na TT nos RP de Casais/Tomar (Lº 1 M, fl.56v.) e m.1634+, mas antes de 12.1.1642, quando já surge o sucessor nos RP, estando sepultados na Igreja de S. João Baptista, em Tomar, com a pedra tumular, no chão, ao centro da Igreja sobre o lado do Evangelho, à frente antes do altar-mor, sendo apenas visível a seguinte epigrafiagem, que transcrevemos:

«SEPULTURA DE BERNARDO DE SOUSA DA CÂMARA FIDALGO DA CASA DEL REI NO (sso senhor) E DE SUA MULHER DONA BRITES DE LA PENHA E SEUS DESCENDENTES .....».

Tiveram:

5. **João de Sousa da Câmara**, o morgado seguinte, surge como padrinho em vários RP de Alviobeira (na TT), junto com seu pai desde 6.5.1617 até 29.1.1634, mas em 12.1.1642 já surge sozinho e em 6.6.1654 já o seu sucessor é referido nos RP pelo que deve ter morrido antes desta data. Não sei se casou mas teve geração:

6. **António de Sousa da Câmara**, não casou, não teve geração e m.



28.10.1687(TT- RP Alviobeira, Lº1 O, fl46), passando a administração do morgadio para o seu primo Francisco Azevedo e Sousa, seu herdeiro universal e testamentário, conforme o seu testamento existente no Arq. Distrital de Santarém- Testamentos de Alviobeira, Igreja Nova e suas anexas (1658-1821), Cx.4.

6. **D. Inês de Sousa**, documentada com seu irmão António, como padrinhos de baptismo a 31.8.1653 (TT-RP Casais/Tomar, M3, fl.154), sem mais notícia.

5. **Gabriel de Sousa da Câmara**, nasceu antes de 1628, casou com D. Catarina de Magalhães (m.23.9.1676). Surge como padrinho em RP de Alviobeira, pela 1ª vez com o seu sobrinho António a 6.6.1654, pelo que o seu irmão João já teria morrido. Morreu em 14.8.1677 (TT-RP Alviobeira, Lº1 O, fl.30v.). Não teve geração.

5. **D. Leonor de Sousa**, nasceu antes de 10.1630 e m. 29.1.1681 (TT-RP Alviobeira, Lº1 O, fl.35), sem geração (Arq. Dist. Santarém, fonte cit.).

4. **D. Maria de Sousa**, documentada junto com seu irmão Bernardo, como padrinhos de baptismo a 16.12.1601 (TT-RP Casais/Tomar Lº1 M, fl.62), sem mais notícia.

1. **Cristovão de Sousa** foi casado com Isabel Carolas, filha de Lopo Dias, que foi alcaide de Lisboa (in vol II do Archivo Histórico Português, pp.102, “Tenças atribuídas por D.João III em 1523”, diz: em Santarém, « a Isabel Carrolas mulher que foi de Crisptovaão de Sousa enquanto for mercê delRey pêra sua mantemça, 10:000 reais.- e em Tomar, a ela mais em quanto for merçe delRey de trigo, 4 moios». Tiveram descendência.

1. **Simão de Sousa**, que morreu em 1488 cerca de Ceuta de acordo com a Croniqua Delrey Dom Joham II, Ruy de Pina, Cap. XXXV, pp87-88, Atlântida-Coimbra, 1950: « E neste anno de mil quatrocentos, e oitenta, e oito.....Dom Antonio filho segundo de Dom Pedro de Meneses primeiro Marques de Villa Real, que estava entam por Capitam em Cepta, em huma entrada que fezera na terra de Mouros.....e assy alguns outros Christãos em que morreram alguns principaaes, antre os quaees foi Chistovam de Mello, Alcaide Moor d’Evora, e Symão de Sousa filho do Comendador Moor que foy de Christos.....»

Os Nobiliários dizem que teria morrido sem geração, todavia o Frei Bernardo de Brito, o da Monarquia Lusitana, diz ser seu descendente por varonia.

1. **Leonor de Sousa**, mulher de Artur da Cunha, 5º Senhor de Pombeiro, bisneto de João Lourenço da Cunha e de D. Leonor Teles, e de quem descendem os condes de Pombeiro (Castelo Branco e Cunha).

Fr. Nicolau de Sousa, filho de Henrique de Sousa, instituiu um morgadio ao qual vinculou bens com cabeça na Quinta do Paço, do qual Simão de Sousa, seu sobrinho



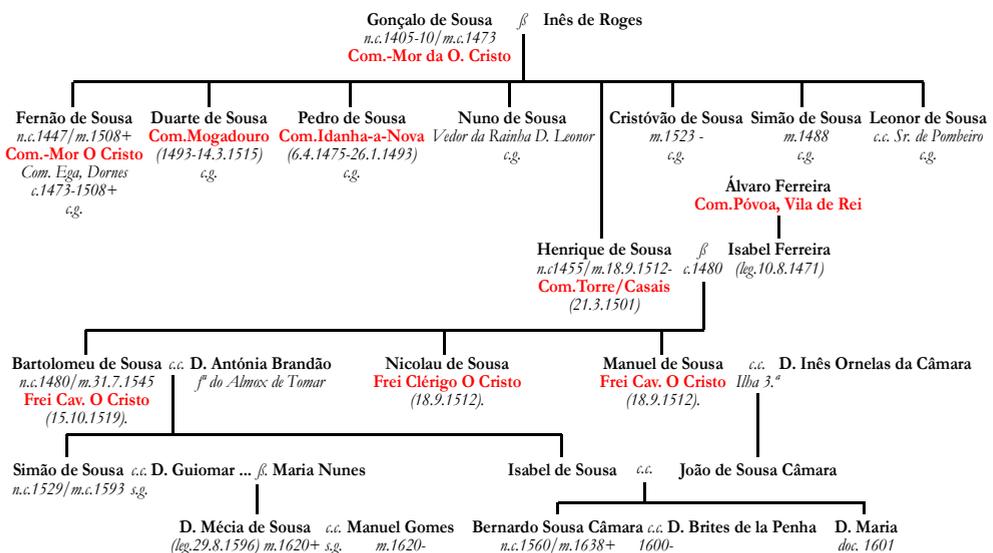
foi o primeiro Administrador, e tendo este uma filha bastarda, embora legitimada, o morgadio passou para o seu primo co-irmão e cunhado, João de Sousa da Câmara, em cuja linha se manteve até à morte de António de Sousa da Câmara, em 28.10.1687, falecido sem geração.

O morgadio passa então, cerca de 1687, para a linha da filha legitimada de Simão de Sousa, Mécia de Sousa, na pessoa de Francisco Azevedo e Sousa, bisneto de Simão de Sousa, e em cuja descendência se vai manter até à sua extinção, em data que não conseguimos ainda documentar, mas que coincidirá com o reinado de D. José, quando se procedeu à extinção dos morgadios. Os descendentes manterão o apelido Sousa Câmara, que chega, pelo menos, até meados do séc. XX, por clausulado do morgadio, embora não o documentemos será a única justificação, apesar de os actuais descendentes desta linhagem apenas tenham o sangue dos Sousa, dos antigos Sousa da pré-nacionalidade.

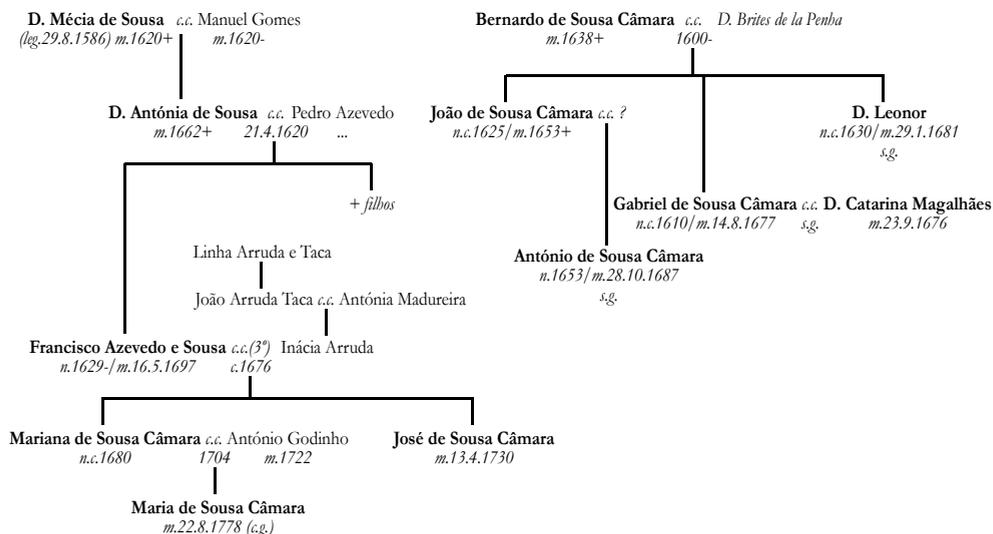
O último varão Sousa (Câmara) a morrer na Quinta do Paço foi Manuel de Sousa Câmara, filho de outro João de Sousa Câmara e Maria do Carmo, com 28 anos e sem geração, no dia 20.8.1881 (TT-RP Alviobeira, L<sup>o</sup>9-Óbitos), terminando a ocupação da Quinta por esta família que aí viveu durante cerca de 400 anos.

Nos dois quadros que se seguem representamos de forma mais visível, o que acabámos de escrever sobre a linha descendente de D. Fr. Gonçalo de Sousa, do ramo da Quinta do Paço.

## LINHA GENEALÓGICA DESCENDENTE DE D. FREI GONÇALO DE SOUSA (Qta. do Paço) 1



LINHA GENEALÓGICA DESCENDENTE DE D. FREI GONÇALO DE SOUSA (Qta. do Paço) 2



9. Data do falecimento de D. Frei Gonçalo de Sousa

Pelo que propusemos anteriormente Gonçalo de Sousa já não seria vivo em 19 de Agosto de 1473 quando a governação da Ordem é delegada em Fr. Pedro Abreu e Fr. Antão Gonçalves.

Também na mesma data D. Afonso V doa a Pero Dias, criado do comendador mor, filho de Diogo Eanes, clérigo que foi da vila de Dornes, certos bens móveis e de raíz que seu pai comprara na dita vila e seu termo, em sua vida, mas sem licença régia e que por isso os perdera (IT- Ch. D. Afonso V, Lº33, fls.170-170v.). A compra teria tido conviência do comendador-mor e o rei com esta carta, e após a morte de D. Fr. Gonçalo de Sousa, confirmou a transacção.

Também sabemos que em 6 de Abril de 1475 o seu filho primogénito, Fernão de Sousa, é já comendador-mor, como referido na carta pela qual o rei lhe dá o privilégio de poder arrendar as suas comendas por três anos, desde que autorizado pelo Duque de Viseu, D. Diogo, de cuja Casa era fidalgo (IT - Ch. D. Afonso V, Lº30, fl.177).

10. As confusões entre D.Fr. Gonçalo de Sousa e Fr. Gonçalo Rodrigues de Sousa

Gonçalo de Sousa é também confundido, com alguma frequência, com Gonçalo Rodrigues de Sousa, seu parente, embora do ramo dos Sousa de Arronches, e contemporâneo, mas mais velho. Este era filho de Rui de Sousa, como indica o



patronímico, alcaide do castelo de Marvão, e terceiro neto de Afonso Dinis, bastardo do rei D. Afonso III, em quem os primos entroncam.

Referiremos alguma documentação que nos ajuda a um melhor esclarecimento.

Sabemos ter sido fidalgo da Casa do Infante D. Henrique, esteve na conquista de Ceuta em 1415 (Zurara) e também com o seu pai na falhada conquista de Tanger, em 1437 (Crónica de D. Duarte, Rui de Pina). | 129

No início de 1441, durante as lutas entre os partidários da rainha D. Leonor e do infante D. Pedro, tomou o partido deste e por tal recebeu pela carta régia de 21.2.1441, os bens móveis e de raiz, em Elvas, de Fernão Rodrigues, criado de D. Leonor (TT-L<sup>6</sup> de Odiana, fls.152,152v.). Em Agosto do mesmo ano esteve em Castela com D. Duarte de Meneses, em auxílio do mestre de Alcântara na sua luta contra os infantes de Aragão, juntamente com Gonçalo de Sousa, como já anteriormente documentámos.

Mais tarde, no mesmo ano, a 16 de Novembro, foi nomeado alcaide de Marvão (TT-Ch. D. Afonso V, L<sup>2</sup>, fl.47), muito provavelmente a seguir à morte do seu pai.

Em 12.12.1445 e 15.12.1448, fez preito e menagem ao condestável D. Pedro pelo castelo de Marvão, que estava sob a jurisdição da Ordem de Avis (TT-Ordem de Avis, doc.704, fl.1 e fl.3v., respectivamente).

Existem também duas cartas de legitimação relativas a duas filhas, já que era cavaleiro de Cristo e, segundo o regimento à época não podia casar.

Segundo uma dessas cartas, de 16.8.1460, é legitimada Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodrigues de Sousa, conselheiro régio, capitão-mor dos ginetes d'el-rei, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de Nisa, Montalvão e Alpalhão (já em 22.8.1437 tinha as três comendas – A Ordem de Cristo, 1417-1521, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado de Sousa e Silva), e de Catarina Gonçalves, mulher solteira (TT - Livro II, Legitimações, fls.219-222).

Segundo a outra carta, de 12.2.1462, D. Afonso V legitima Guiomar de Sousa, mulher de Rui de Sequeira, fidalgo da casa régia, filha de Gonçalo Rodrigues de Sousa, conselheiro régio e capitão-mor dos ginetes, e de Catarina de Casada, mulher solteira (TT- Ch. D. Afonso V, L<sup>1</sup>, fl.28v.).

Gonçalo Rodrigues de Sousa vem a morrer, pouco tempo depois, entre 26.3.1462, quando recebe do rei todos os bens móveis e de raiz de Jorge Martins, morador em Portalegre (TT - Ch. D. Afonso V, L<sup>1</sup>, fl.24v., doc. n<sup>o</sup> 3, em Santarém), e 27.7.1462, quando o rei nomeia Vasco Martins Chichorro, fidalgo régio, para o cargo de capitão-mor de todos os ginetes do reino, em substituição de Gonçalo Rodrigues de Sousa, que morrera (TT- Ch. D. Afonso V, L<sup>9</sup>, fl.75, doc. n<sup>o</sup>2, no Porto). Uma transferência de cargo entre Sousas, de um Arronches para um Chichorro.

Foi ainda comendador da Idanha, para o que está documentado em 22.8.1437 e



23.10.1458 (A Ordem de Cristo, 1417-1521, *Militarium Ordinum Analecta*, Isabel L. Morgado de Sousa e Silva).

Esperamos que as confusões entre os dois cavaleiros de Cristo fiquem definitivamente erradicadas, e que cada um dos primos, quase homónimos, seja colocado com as respectivas honras no seu devido lugar da História de Portugal.

### **Siglas utilizadas**

Arq. – Arquivo

ca./c. - cerca

CEL – Câmara Eclesiástica de Lisboa

Ch. – Chancelaria

CT – Convento de Tomar

Doc. – Documento

m. – morreu

mç. – maço

MH – Monumenta Henricina

n. – nasceu

OC – Ordem de Cristo

RGM – Registo Geral de Mercês

RP – Registos Paroquiais

TT – Torre do Tombo

Uni. – Universidade



## REGISTOS PAROQUIAIS DE CARTAGENA, MURCIA

*por Francisco Montanha Rebelo*

Um dia, andando a passear pelos alfarrabistas, encontrei um pequeno opusculo do Instituto Salazar y Castro (C.S.I.C.) com o seguinte título “Hidalguías de Cartagena”, escrito por Enrique de Ocerín, Conde de Abásolo (Hidalguia, Madrid 1968).

| 131

O seu conteúdo era o seguinte:

“Una de las mayores dificultades con que tropiezan los investigadores y aficionados en materias genealógico-nobiliarias es la obtención de las pruebas de nobleza de determinadas familias que, manteniendo por tradición el recuerdo de la Hidalguía de sus mayores, no conservan documentos probatorios ni tienen idea de dónde podrán encontrarse los originales que la acreditaban.

En estos casos, el investigador, que va "a ciegas" después de establecer la genealogía (si tiene la suerte de lograrlo porque existan archivos parroquiales en los lugares donde nacieron los antepasados), indaga en Chancillerías, Audiencias, Archivos Generales, etc., y... no encuentra nada, salvo en los casos que se trate de familias que "pasaron a la Historia" o que hayan dejado huella en las Ordenes Militares, que eran las menos numerosas.

En general, para el resto de la "pequeña nobleza", la huella hay que buscarla en el lugar o lugares de residencia y, concretamente, en los Ayuntamientos en los que teóricamente deberían conservarse los Padrones de Estado (donde se hacían) y las nóminas de cargos concejiles o "de República" que pudieran demostrar su calidad.

Desgraciadamente, en los Municipios de la inmensa mayoría de los pueblos españoles no existen archivos antiguos. Exceptuamos a las capitales de provincia (no a todas). No es cosa de repetir aquí, pues son sobradamente sabidas las causas de la desaparición de tantos y tantos interesantes papeles. Pero la verdad es que, en general, no hay nada.

Por eso, cuando alguno de nosotros, en sus búsquedas a lo largo y a lo ancho de la geografía española, tropieza con un archivo municipal completo, tiene, a mi juicio, el deber de comunicarlo a sus colegas de aficiones para una mutua ayuda en la investigación.

En realidad, esto ya lo hacen bastantes estudiosos que periódicamente, en esta revista, nos transcriben padrones, nos airean archivos y nos dan a conocer listas de esa "pequeña nobleza" que tal vez no dejó otra huella documental de su hidalguía que la que se publica.

Influido por ese espíritu de mutua ayuda y a riesgo de "descubrir el Mediterráneo" (para unos pocos), escribimos estas líneas para dar a conocer un rico archivo donde, con independencia de su valiosa y antigua documentación municipal, se guarda un pequeño tesoro nobiliario. Nos referimos al Archivo del Ayuntamiento de Cartagena.



Recientemente hicimos allí una investigación para la que no disponíamos más que de dos días, pero al ver que en los legajos que en aquel archivo se guardan con el título de "Hidalguías" (siete en total) había tal cantidad de apellidos nobles, que afectaban no sólo a familias cartageneras, sino a gentes de toda España, se nos ocurrió anotar "a vuela pluma" y a medida que pasábamos los expedientes los nombres que iban apareciendo. Y no estamos seguros de haber anotado todos, pues la idea nos vino cuando casi habíamos pasado el legajo 1º y no teníamos tiempo de volver atrás.

Claro está que en éste hay muchos apellidos que se repiten en los restantes, y por eso la relación que publicamos al final está bastante completa, pero no es exhaustiva.

Los expedientes son muy variados. Hay ejecutorias (algunas encuadradas y voluminosas), informaciones, certificaciones, pleitos, retazos de padrones, etc., etc. Calculamos que podrían catalogarse unos 700 de los siglos XVII, XVIII y XIX.

El desorden de los legajos es total. Los documentos no siguen orden alfabético ni cronológico. Por eso el que quiera buscar algo tendrá que repasar los siete legajos. El 7º es casi todo de minutas y borradores y de transcripción fragmentada de Padrones.

Por cierto, que estos últimos no existen. Existían no hace muchos años, pero por una desdichada circunstancia una "limpiadora" acabó con ellos.

Como es natural, la mayoría de los expedientes se refieren a las antiguas familias de Cartagena (Ros, Rosique, Sánchez-Ossorio, Martínez-Fortún, García de Cáceres, Conesa, Ardieta, Tacón, Angosto, Garre, Galinsoga, Ejea, Otón, Cobacho, etc.) y se repiten en sucesivas generaciones y ramas. Pero hay muchos otros de personas que por acercarse allí, procedentes de otras regiones españolas y aun del extranjero, tuvieron que probar su nobleza ante aquel Ayuntamiento o exhibir sus ejecutorias para que se les guardasen "las exenciones, privilegios, franquicias, preeminencias y demás distinciones" que como a tales correspondía.

!Qué estupenda labor sería la de ordenar y catalogar los repetidos expedientes! La brindamos a aquellos aficionados que vivan o puedan pasar quince días en Cartagena.

Por parte de la Directora del Archivo y Jefe de Sección del Ayuntamiento, la culta y diligente Srta. Amelia Portela, encontraría toda clase de facilidades. Desde aquí la reiteramos nuestra gratitud por lo que nos permitió revolver.

Y para terminar este largo exordio, añadiremos que hace años estuvo allí un Catedrático anotando aquellas hidalguías, pero ni las dejó ordenadas ni publicó el resultado de su trabajo.

Vayan, pues, aquí alfabéticamente clasificados los apellidos que nosotros anotamos, con la esperanza y el deseo de que mientras no se haga una catalogación más completa, esta lista pueda ser de alguna utilidad.



ABARCA	CARNERO	GONZÁLEZ GALINSOGA
ABELLA	CARRETERO	GRAGITENA
AGUERA	CARRIÓN	GUZMÁN Y ZAQUETTI
AGUIRRE	CASANOVAS	HEREDIA
ALARCÓN	CASARES	HERNÁNDEZ
ALBADALEJO	CERVANTES	HERNÁNDEZ ARDIETA
ALBERT Y LA RIVA	CERRATÓN	HUERTAS
ALCALÁ	CERRETTO	IBARRA
ALCARAZ	CIFUENTES	IMPERIAL Y DIGUERI
ANDREU	COBACHO	INGLÉS
ANGELER	COGHEN	IRISARRI
ANGOSTO	CONESA	JIMÉNEZ
ANRICH	CORONEL	JOFRE
ARDIETA	COSTA	JORQUERA
ARIZMENDI	CHACÓN	LAPISBURU
ASCANIO	DUEÑAS	LAUGIER
AVILA	DUMOULIN	LAVAÑA
AVILÉS	EJEA	LEÓN
BALANZA	ESPADERO	LERÍN Y VAREJO
BALART Y MARQUET	ESPARZA	LESCANO
BALZA	ESPÍN	LESCURA
BALZA DE BERGANZA	ESPINOSA DE LOS	LIZANA
BALLESTER	MONTEROS	LÓPEZ
BARADO	FAQUINETO	LÓPEZ LLANOS
BARRIOLO	FERNÁNDEZ	LORENTE
BASTIDA	FERNÁNDEZ	LLOBREGAD
BELTRANO DE BESART	HENAREJOS	LLANIELLA
BENSAL	FERNÁNDEZ DE	MACANAS
BERMÚDEZ	TEJEDO	MADRID
BERNABEU	FERRATER Y	MAESTRE
BERNAL	BARRENECHE	MARCO
BERRI	FERRO	MARENGO
BERRIZO	FONT	MARENGO DE GÉNOVA
BIENVENGUT	FRANCO	MARTÍ
BOCAR	GALINSOGA	MARTÍNEZ
BOLEA	GALLEGRO	MARTÍNEZ CERVANTES
BONET	GÁMEZ	MARTÍNEZ-FORTÚN
BRACO	GARCÍA	MARTÍNEZ GALINSOGA
BREGANTE	GARCÍA ALARCÓN	MARTÍNEZ POZUELO
BUGEDA	GARCÍA DE CÁCERES	MARTOS
BUTRAGO	GARRE	MARZ
CAMPERO	GARRO	MEJÍA
CANONGE	GERES	MÉNDEZ DE BASTIDA
CAÑAVATE	GINER	MIR
CARBÓN	GIRÓN	MOLAR



MOLERA	POTESTÁ	SERÓN
MOLLA	QUADRADO	SERRA
MONTANARO	QUERCO	SERRANO
MONTENGÓN	RAMOS E INGUANZO	SICILIA
MONTESINOS	RANSE	SIVILA O SEVILLA
MORENO	RATO	SIXTO
MUÑOZ DE ARJONA	REYLLO	SOLANO
NARVÁEZ	RISUEÑO	SOLER
NAVARRO	RIVADENEIRA	SOTELO
NIETO	ROBY	TACÓN
O'DALY	ROCA	TAPIA
OJANGUREN	RODÓN	TEULÓN
OTÓN	ROLANDI	TIBURCIO DE TORRES
PADILLA	ROQUEROLS	TORRES
PAJARES Y BELANDO	ROS	VALDIVIESO
PALACIOS	ROSIQUE	VIDAL
PANÉS	RUIZ DE GUZMÁN	VILLAR Y LOZANO
PAREDES	SÁEZ	VINENT
PEDROÑO	SÁINZ Y NESTOSA	XIMÉNEZ DE CISNEROS
PÉREZ	SÁIZ DE BEDOYA	YESTE
PÉREZ-COSSÍO	SÁNCHEZ	ZEREZUELA
PÉREZ DE TUDELA	SÁNCHEZ GALINSOGA	ZUBIELA
PINTÓ	SÁNCHEZ-OSSORIO	
PLIEGO	SARTORIO	

NOTA - algunos de estos apellidos son compuestos (Sánchez-Ossorio, Garcia de Cáceres, Espinosa de los Monteros, etc.). Otros no lo son (Pajaresy Belando, Balart y Marquet, Ferrater y Barreneche, etc.), pero ponemos los dos apellidos por figurar así en los expedientes y facilitar la identificación.”

Como a varonia de minha Mãe é Sanches-Osório, da cidade de Cartagena, reino de Murcia, comecei a investigar, com o inexcédível apoio do meu amigo Edmundo Vieira Simões, os registos paroquiais e municipais (padrones e hidalguias) de Murcia no site dos mórmons ([beta.familysearch.org](http://beta.familysearch.org)).

Como diz Enrique de Ocerín, Conde de Abásolo, no seu opúsculo, “junto aqui todos os dados da região de Murcia que estudei até agora, com a esperança e o desejo que enquanto não se faça uma catalogação mais completa, esta lista possa ser de alguma utilidade”.



## Cartagena 1746-1751 matrimônios

imagem	noivo		noiva	
1	Bernardo	Sales	Josefa	Marin
1	Isidoro	Anduxar	Josefa	Alcaraz
2	Jose	Chale	Maria	Coronado
2	Jose	Alcaraz	Teresa	Faz
2	Antonio	Froylan de Morales	Josefa	Sanchez
2	Antonio	Fernandez	Catalina	Zapata
3	Julian	Martinez Grande	Manuela	Cañalexa
3	Juan	Galan	Maria	de Moya
3	Antonio	Puchi	Teresa	Villalba
3	Bartolome	Ros	Catalina	Jorquera
3	Miguel	Babolet	Francisca	Sanchez
4	Andres	Fernandez	Juana	Alonso
4	Francisco	Martinez de Casas	Catalina	Martinez
4	Fernando	Ruiz	Fulgencia	Martinez
4	Andres	de Frias	Ignacia	Ximenez
5	Ramon	Pasqual	Maria Rosa	Quebel
5	Juan	de Mena	Ana	Felices
5	Antonio	Bonet	Fulgencia	Sanchez
5	Anton	Marturia	Francisca	Marquet
5	Anton	Cavaller	Teresa	Garcia
6	Jacome	Oliver	Teresa	Fernandez
6	Antonio	Rodriguez	Isabel	Ruiz
6	Juan	Sanchez	Catalina	Sanchez
6	Juan	Pastor	Teresa	Perez
7	Tomas Jose	de la Rosa	Rita	de Arias
7	Gabriel	de Avila	Juana	Martinez
7	Francisco	Ros	Maria	Espin
7	Luis	Vibillas	Geronima	Rosique
8	Manuel	Garcia	Teresa	Avillon
8	Juan	de Oliva	Manuela	Perales

imagem	noivo		noiva	
8	Agustin	Montoya	Josefa	Heredia
8	Antonio	Drubandi	Maria	Perez y Lucena
9	Rafael	Alfonso	Mariana	Chornet
9	Juan Jose	de los Santos	Josefa	Balle
9	Leandro Carlos	Roca	Maria	Tarria
9	Jose	Ojados	Teresa	de Torres
10	Jose	Palomares	Maria	Ros
10	Francisco	Cicilia	Rita	Martinez
10	Francisco	de Campos	Rita	Rodriguez
10	Francisco	Zaragoza	Manuela	Ruiz
11	Jose	Vidal	Maria	Cicilia
11	Sebastian Duarte	Villafuerte	Maria Xaviera	Sartor
11	Francisco	Arroyo	Catalina	Rosique
11	Juan Baptista	Ferrer	Maria	Matheo
11	Jose	Hernandez	Catalina	Carrillo
12	Salvador	Lopez	Florentina	Sanchez
12	Pedro Antonio	de Solica (?)	Isabel	Diaz
12	Julian	de Sierra	Ana	Garcia
12	Salvador	Diaz	Beatriz	Serrano
13	Salvador	Garcia	Josefa	Frasquet
13	Francisco	Sanchez	Maria	Gutierrez
13	Salvador	Lopez	Josefa	Martinez
13	Juan	Martinez	Maria	Manzanares
14	Francisco	Quilez	Antonia	Hernandez
14	Simon	Conesa	Rita	Socoli
14	Diego	Sanchez	Isabel	Socoli
15	Juan	de Ortega	Manuela	Sabatin
15	Fulgencio	Palomares	Juana	Mendez
15	Jose	Gamero	Josefa	Tacon
16	Antonio	Perez	Josefa	Matheo
16	Antonio	Garcia	Josefa	Sancho



imagem	noivo		noiva	
16	Jose	Alcaraz	Lucia	Hernandez
16	Juan Luis	Auran	Maria	Benesech
17	Fulgencio	Ibañez	Clara Maria	García
17	Juan	Garcia Montero	Marta	Belando
17	Vicente	Marin	Michaela	Cabrera
17	Jose	Solano	Josefa	de Soto
18	Antonio	Hernandez	Florentina	de Xea
18	Francisco	Jil	Catalina	de Ciesar
18	Francisco	Guerrero	Ana Maria	Martinez
19	Pedro Jose	Romero	Maria	Perez
19	Jayme	Riquero	Ana Maria	Garrido
19	Gabriel	Sancho	Lucia	Moreno
19	Dionisio Antonio	de Trebica	Mariana	Portillo
20	Andres Nicolas	de Cuño	Juana	Martinez
20	Gines	de Rueda(?)	Josefa	Taormina (?)
20	Jose	Matamoros	Maria	Fernandez
21	Julian	Iguanzo	Nicolasa	de Meca
21	Cristobal	Perez	Josefa	Lopez
21	Juan	Vidal	Josefa	Cerbantes
21	Jose	Saorin Melgarexo	Rita	Sanchez
22	Bartolome Alonso	Figuroa	Tomasa	de Castro
22	Antonio	Alberte	Maria	Domeneca
22	Francisco	Ortiz	Flora	Ros
22	Pedro Sebastian	Chaparo	Michaela	Hernandez
23	Fulgencio	de Soto	Juana Maria	Ojados
23	Manuel	Toto	Josefa	Villalba
23	Antonio Miguel	Riaño	Ana Maria	Perez Cardillo
23	Diego	Quilez	Ginesa	Hernandez
24	Francisco	Martinez	Josefa	Martinez
24	Juan	Conesa	Lucia	Zamora

imagem	noivo		noiva	
24	Jose	Ambulodi	Juliana Ines	Tacon
24	Jose	de Meca	Ginesa	de Aguera
25	Jose	Canales	Geronima	de Casas
25	Antonio	Hernandez	Antonia	Lopez
25	Francisco	Montalbo	Ana Maria	Lopez
26	Francisco	Sanchez Solis	Ines	Vidal
26	Jose	Gomez	Josefa	Guillen
26	Francisco	Martinez	Josefa	Mendez
27	Juan	Mendez	Maria	Colas
27	Felix	Carrion	Josefa	Hernandez
27	Jose	Ros	Isabel	de Aguera
27	Fulgencio	Pastor	Ana Maria	Albaladexo
28	Manuel	Sanguineto	Marta Feliciana	Basso
28	Pedro	Ferrer	Maria	del Aguila
28	Pedro	Saura Bernal	Josefa	Ximenez
29	Jayme	Rosellon	Juana	Sanchez
29	Jose	de Sola	Catalina	Martinez
29	Fernando	Fernandez	Maria	Usero
29	Bartolome	Gamundi	Josefa	Buenacasa
30	Gabriel	Espejo	Paula	Navarro
30	Francisco	Sergado	Maria	Polborosa
30	Geronimo	del Castillo	Flora	Cantos
31	Pablo	Florido	Francisca	Montoya
31	Benito	Tabuada	Maria Ana	Beltrana
31	Francisco	de Lema	Maria	Sanchez
32	Pedro	Portocarrero	Francisca	Barbudo
32	Sebastian	Sanchez Belmonte	Maria	Minguez
32	Fernando	Cerezuela	Maria Florentina	Gonzalez
32	Manuel	Leon	Beatriz	Martinez
32	Pedro	Marin	Maria	Martinez



imagem	noivo		noiva	
33	Ignacio	Sala	Rosa	Moragull
33	Agustin	Garcia	Francisca	Cartea
33	Juan Baptista	Terol	Josefa	Garcia
33	Antonio	Turon	Estefania	de la Portella
34	Antonio	Planillas	Maria	Martinez
34	Andres	Pipo	Florentina	Calderon
34	Lazaro	de Leyba	Antonia	de Salas
34	Jose	Molero	Florentina	de Aguera
35	Felipe	de los Santos	Francisca	Castellanos
35	Francisco Xavier	Guillen	Isidora	Sanchez
35	Andres Felipe	Lopez	Juana	Garcia Leon
35	Antonio	Vega	Pasquala	Lintener
36	Juan Baptista	Peregalo	Maria Teresa	Martinez Fortun
36	Jayme	Borras	Maria	Basquez
36	Juan	del Rio	Florentina	Cerbantes
37	Sebastian	Rodriguez	Ana	Caba
37	Salvador	Vidal	Antonia	Rebollo
37	Francisco	Manzanares	Catalina	Martinez
37	Blas	Esteban	Florentina	Manzanares
38	Lazaro	Martinez Sanchez	Rosa	Carrillo
38	Jose	Martinez	Agustina	Perez
38	Fernando	Calatayud	Ana	Garcia
38	Geronimo	Herrante	Maria	Navarro
39	Alonzo	Bazco	Francisca	del Campo Truyol
39	Francisco	de Roa	Catalina	Espluga
39	Alonso	Perez	Ana	Garcia
40	Geronimo Antonio	de Argomedo	Maria Antonia	Garcia Ibarguen
40	Diego	Cesar	Maria	Hernandez
40	Jose	Ros	Catalina	Ruiz
40	Jacinto Antonio	Otero	Gregoria	Soler

imagem	noivo		noiva	
41	Diego	Saura	Tomasa	Martinez
41	Juan	Campillo	Catalina	Rodriguez
41	Juan	de Rivera	Ana	Morales
41	Felipe	de Rueda	Josefa	Robles
42	Bartolome	Vidal	Maria Ramona	Rodriguez
42	Antonio	Fusate	Ginesa	Alberola
42	Miguel	de Villa	Isabel	Rubio
42	Juan	Espadero y Torres	Maria	Tardi
43	Gines	Romero	Juana Maria	Ignosa(?)
43	Fulgencio	Martinez	Catalina	Hernandez Garrote
43	Cristobal	Mazon	Catalina	Buzague
43	Pedro Jose	Belasco	Maria Francisca	Poli
44	Barnabe	Pedrosa	Maria	Galindo
44	Fulgencio	Rosique	Magdalena	Contreras
44	Francisco	Vidal	Catalina	Conesa
44	Juan	Aznar	Salbadora	Ros
45	Blas	Palacios	Antonia	Escarnes
45	Juan	Sanchez	Rita	Martinez
45	Felix	Monge	Isabel	Ortigosa
45	Pablo	Mendez	Catalina	Manzanares
46	Manuel	Ramos	Alexandra	de Ana
46	Pedro	de Burgos	Josefa	Zepes (?)
46	Matias	Sanchez Pacheco	Ana	Martinez Ortega
46	Carlos	Botella	Florentina	Navarro
47	Francisco	Martinez	Maria	Martinez
47	Benito	Saez	Isabel	Granados Lardin
47	Fernando	Diaz	Josefa	Carrasco
47	Juan	Lobato	Maria	Coronado
48	Juan Jose	Pabon	Rosa Antonia	Sanchez
48	Domingo	Cavello	Catalina	Alcaraz



imagem	noivo		noiva	
48	Sebastian	Ibañez	Maria Florentina	Garcia
48	Alfonso	Ruiz	Ana	Garcia
49	Jose	Guillen	Maria	Diaz
49	Onofre	Rabasas	Sebastiana	Santos
49	Jose	del Piño	Josefa	Jil Altamirano
49	Martin	Frances	Leandra	Espin
50	Mariano	Pradas	Florentina	de Lara
50	Lorenzo	Pastor	Paula	Martinez
50	Francisco	Cordial	Luisa Antonia	de Perea
50	Mateo	Rodriguez	Maria Florentina	Rodriguez
51	Tadeo	Figueroa	Josefa	de Hiria(?)
51	Sebastian	Santa Cruz	Mariana	Hornillos
51	Francisco	de Lina y Igueri	Florentina	Garcia Leon
51	Juan	Perez	Fulgencia	Garcia
52	Juan	Franco	Margarita	Bas
52	Francisco	Alcaraz	Maria	de Torres
52	Nicolas	Fernandez	Sebastiana	Fernandez
52	Juan	Galindo	Francisca	Garcia
53	Antonio	Ramon Barbolla	Florentina	Sanchez Villar
53	Vicente	Martinez	Josefa	Garcia
53	Mateo	Sisillia	Catalina	Moreno
53	Antonio	Rubira	Francisca	Sanchez
54	Antonio	Campoy	Josefa	de Torres
54	Juan	Ortega y Arellaria	Francisca Xaviera	Junco
54	Manuel	Padilla	Eulalia	Mari
54	Pedro	de la Barrera	Maria	de Murcia
54	Antonio	Lazidonia	Isabel	Lopez de Lara
55	Jose	Martinez	Maria	Paredes
55	Matias	Molina	Nicolasa	Ferrer
55	Bartolome	Monete	Mariana	Sanchez



imagem	noivo		noiva	
55	Jose	Barrientos	Maria	Rato
56	Francisco	Ximenez	Catalina	Ximenez
56	Francisco	Ros Garcia	Catalina	Revollo
56	Alonso	Diaz	Antonia	Navarro
56	Ramon	Cabrer	Rita	Santos
57	Miguel	Rebollo	Ana	Izquierdo
57	Pedro Antonio	Sarabia	Antonia	Maller
57	Roque	Pelles	Felipa	Fernandez
57	Alonso	Nuñez	Josefa	Vivas
57	Bartolome	Medina	Isabel	Sanchez Arangui
58	Felipe	Zerolla	Ana	Garcia
58	Bartolome	Garcia	Rosa	Heredia
58	Jacinto	Guillen	Ana Maria	Hernandez
58	Salvador	Vidal	Isabel	Gallego
59	Jose	Martinez	Maria	Perez
59	Sebastian	Lopez	Maria	Calderon
59	Francisco	Garcia	Maria	Lopez
59	Jose	Garcia	Magdalena	Robles
60	Pedro	Diaz	Juana Maria	Roman
60	Juan	Martinez	Josefa	Sanchez Plomer
60	Jose	Felices	Nicolasa	Mexia
60	Jose	Martinez	Catalina	Gonzalez
61	Andres	Diaz	Sebastiana	Ruiz
61	Andres	de la Peña	Teresa	Ferrer
61	Blas	Domino(?)	Maria	Saura(??)
61	Jose Pasqual	Moreno	Antonia	Diaz
61	Miguel	Magran (?)	Josefa	Tomas(??)
62	Francisco	Guerrero	Ana Maria	Lorente (?)
62	Jose	Morales	Francisca	Esplina(?)
62	Juan Antonio	Calbo	Isabel	Muso
62	Diego	Gil Reyes	Maria	Martinez



imagem	noivo		noiva	
62	Fulgencio	Diaz(?)	?	Vidal
63	Pedro	Madrid	Isabel	Perez
63	Francisco	Anduxar	Rosa	Guillen
63	Jose	Alcaraz	Manuela	Robles
63	Jose	Guillen	Sebastiana	Paredes
64	Gines	Zegarra	Florentina	Sanchez
64	Vicente	Gordo	Nicolasa	Rubina
64	Pedro	Pastor	Juana	Gil
64	Diego	Soares	Juana	Sanchez
65	Carlos	Pastor	Catalina	Sanchez de la Cruz
65	Manuel	Alvarez	Ana	Jordan
65	Pedro Jose	Fonseca	Vicenta	Ruiz
65	Juan	Ruiz	Rosa	de Briega
66	Jose	Berniel	Francisca	Gordillo
66	Agustin	Sanchez	Ana	Gonzalez
66	Antonio Jose	Bravo	Josefa	Hernandez
66	Juan	Espin	Isabel	Gonzalez
67	Pablo	Garcia	Maria	Espin
67	Antonio	Vitoria	Francisca	Rosique
67	Isidoro	Garcia Rostigo	Ana Luisa	del Royo
67	Vicente	Bonada	Juana	Rami
68	Pablo	Patricio	Juana Maria	de Sierra
68	Jose	Ruiz	Maria Antonia	Sanchez
68	Matheo	Ruiz	Antonia	Anduxar
68	Nicolas	Barrilla	Catalina	Gomez
69	Agustin	Garcia	Juana	Garcia
69	Manuel	Burzon	Rosa	Nicolas
69	Fulgencio	Bonet	Ana	Garcia
69	Bartolome	Martinez	Felipa	de Miras
69	Jose	de Soto	Ana	Martinez
70	Francisco	Peralta	Maria Josefa	Echinique

imagem	noivo		noiva	
70	Pasqual	Molero	Juana	Perez
70	Agustin	Canales	Teresa	Martinez
70	Martin	de Lerma	Mathea	Moreno
71	Pedro	Martinez	Olaia	Mendez
71	Miguel	Giralt	Francisca	Brosta
71	Jose	Rosique Ximenez	Isabel	Espin
71	Lucas	Chacon	Francisca	Vizera
71	Gines	Martinez	Maria	Ros
72	Gaspar	Espinosa	Florentina	Vidal
72	Juan	de Mora	Teresa	Martinez
72	Bartolome	Ros	Luisa	Baso
72	Jose	Sanchez	Francisca	Segul
73	Nicolas Antonio	Gomez	Juana	Estrada
73	Jose Antonio	del Rio	Maria Florentina	Riso
73	Luis	Ximenez	Josefa	Galindo
73	Pedro	Espin	Maria	Carrida
74	Benito	del Pozo	Antonia	Martinez
74	Bartolome	Arbona	Juana	Graz
74	Bartolome	Pla	Maria	Martinez
74	Jose	Pou	Manuela	Fuerte
75	Jose	Carrion	Antonia	Martinez
75	Gines	Cañabate	Maria	Espin
75	Fulgencio	Lopez	Catalina	Madrona
75	Antonio	Bergallo	Maria	Pallomares
75	Jose	Moreno	Antonia	Leon
76	Manuel	Garcia	Juana	Diaz
76	Sebastian Francisco	Perez	Maria	Lopez
76	Juan Geronimo	de Vegara	Ana Maria	Romero
77	Jose	Viñas	Mariana	Ferrer
77	Francisco	Hernandez	Mariana	Molina



imagem	noivo		noiva	
77	Manuel	Ferriz	Michaela	Bertolo
77	Jayme	Sebe	Margarita	Hernandez
78	Francisco	Garcia	Isabel	Segura
78	Jose	Badia	Josefa Maria	Gispert
78	Juan	Ibañez	Maria	de Murcia
78	Jose	Quiroga	Rosa	Manso
79	Vicente	Lescura	Vicenta	la Ru
79	Antonio	Capo	Maria Florentina	Zabala
79	Jose	Blasquez	Juana	Frances
79	Manuel	del Balle	Maria	la Xara
80	Bernardo	Villalba	Ginesa	Franco
80	Gabriel	Sanchez	Ana	Blasquez
80	Juan	de Alcala	Rosa	Buenrostro
80	Luis	Alarcon	Ana	de Fez
81	Bartolome	Jordan	Bernardina	Franco
81	Bernardino	de Sena Gomez	Catalina	Abril
81	Manuel	Gutierrez	Manuela	Robles
81	Salvador	Nin	Rosa	Cauña
81	Gines	de Arroyo	Josefa	de Soto
82	Juan Jose	Martinez	Raymunda	Preche
82	Antonio	Barriollo	Catalina	Pitanilla
82	Xabier	de Montoya	Margarita	Diaz
82	Manuel	Seco Bustamante	Maria	Cordon
83	Tomas Juan Jose	de la Victoria	Antonia	Villanueva
83	Juan Miguel	Ariza	Maria	Ramis
83	Francisco	Espin	Catalina	Rabal
83	Jose	Babilonia	Maria	Gonzalez
84	Juan Baptista	Mendal Martinez	Angela	Bendieta
84	Antonio	Vives	Juana	Lopez
84	Gaspar	Bonet	Josefa	Chacon
84	Bartolome	de Castro	Rita	Ortiz

imagem	noivo		noiva	
84	Jayme Antonio	Gonzalez	Ana	Pastor
85	Francisco	Picholi	Catalina	Villalba
85	Pedro	Perez	Juana	Saura
85	Juan	Ramirez	Maria	Martinez
85	Francisco Jose	de Aguilar	Lucia	Hernandez
86	Tomas	Leon	Juana	Martinez
86	Dionisio Antonio	Roxo	Tomasa Maria	Gonzalez
86	Jose	Urrutia	Florentina	Soler
86	Jose	Marin Merote	Ursola	Baesa
87	Antonio	Barcansel	Maria	Vela Martinez
87	Miguel	Galisteo	Maria Ana	Leon
87	Agustin	Templado	Josefa	Peregalo
87	Sebastian	Portillo	Isabel	de Lara
88	Juan	Martinez Escobar	Ginesa	Mercader
88	Jose	Ximenez	Ana Maria	Pina
88	Alonso	Mendez	Florentina	de Heredia
88	Juan	de A	Isabel	Lopez Melgar
88	Benito	Martinez	Antonia	Marin
89	Luis	Garcia	Josefa Antonia	Polborosa
89	Domingo	Rabay	Luisa	Sanchez
89	Mariano	Sanchez	Maria Teresa	Guillen
89	Juan Jose	Carcaño	Tomasa	Garcia Nadal
90	Juan	Ibañez	Rita	de Torres
90	Pedro Antonio	Villa Gomez	Tomasa	Guillen
90	Justo	Soto(?) Franco y Riquelme	Maria	Rosique
90	Jose	Hernandez Garrote	Maria	Ballester Ros
91	Bernardo	de Ruedas	Maria	Garcia
91	Vicente	Guasch	Paula	Ortuño
91	Juan	de Villa Berde	Isabel	Martinez
91	Manuel	Torisa	Clara	Lopez



imagem	noivo		noiva	
92	Patricio	Navarro	Maria	Ximenez
92	Juan	Ferrer	Bernarda	Rodriguez
92	Jose	de Mora	Francisca	Cazorla
92	Francisco	Manito	Pasquala	Grozo
92	Pasqual	Ros	Maria Florentina	Vazo

## Cartagena 1751-1753 matrimonios

imagem	noivo		noiva	
1	Francisco	Martin Baraona	Maria	Vicenta
1	Agustin	de Lara	Maria Antonia	Fernandez
2	Diego	Ros	Salvadora	Madrid
2	Alonso	Ortiz	Rita	Navarro
2	Pedro	de Mula	Bibiana	Gonzalez
2	Luis	Miralles	Josefa	Ibernon
2	Sebastian	Gonzalez	Ana	Guillen
3	Antonio	Garcia Rosillo	Vicenta	Vilar
3	Juan Jose	Jil	Francisca	Poveda
3	Francisco	Belasco	Isabel	Muñoz
4	Jose	Martinez Lopez	Francisca	Sanchez Hernandez
4	Francisco	Guzman	Tomasa	de Sola
4	Tomas	Martinez	Maria	Perez
4	Fulgencio	Ros	Francisca	Miralles
5	Ramon	Ferrel	Juana	de Alcalá
5	Jose	Everra	Lucia	Romero
5	Juan	Ruiz	Juana	Canteli
5	Pedro	Moreno	Francisca	Bonet
6	Pedro	Puertas	Josefa Maria	Cordoba
6	Miguel	Cicales	Maria	Galan
6	Domingo	Rodriguez	Geronima	Medina
6	Antonio	Arroyo	Josefa	Ros

imagem	noivo		noiva	
7	Nicolas	Thomas	Antonia	Lopez
7	Julian	Perez	Josefa	Martinez
7	Pedro	Garcia	Ana	Sanchez
8	Leandro	Garcia	Juliana	Galego
8	Benito	Garau	Maria	Anton
8	Pablo	Estremes	Rosa	Moreno
8	Antonio	Gonzales	Josefa	Ibanez
9	Manuel	Trabieso	Rosalia	Conesa
9	Francisco	de Torres	Maria	Sevilla
9	Juan	Garrido	Maria	Silguensa(?)
9	Tomas	Sanchez Crus	Maria	Morales
10	Jose	Revoló	Maria	Franco
10	Jaime	de Mora	Francisca	Marin
10	Gines	Martinez	Juana	Estevan
10	Alonso	Ruiz	Antonia	Estevan
11	Francisco Antonio	Sola	Francisca Antonia	Idalgo
11	Antonio	de la Cruz	Basilía	Perez
11	Gines	Seldran	Teresa	Garcia
11	Jose	de Novas(?)	Antonia	Roca
11	Diego	Franco	Sebastiana	de Céspedes
12	Fulgencio	Ros	Maria	Vidal
12	Juan	Romero	Juana Maria	servate(?)
12	Fernando	Volacin	Isabela	Martinez
13	Sebastián	Damiano	Magdalena	Maestre
13	Jose	Alcaraz	Maria	Ruiz
13	Antonio	Muñoz	Estefania	Tudela
13	Diego	Garcia	Florentina	Martinez
14	Gines	Matheo	Mariana	Diaz
14	Jose	Vidal	Maria	Guillen
14	Juan	de Soto	Josefa	de Soria
14	Juan	Bosque	Antonia	Senera



imagem	noivo		noiva	
15	Bernardo	Freyra	Maria Antonia	Montenegro
15	Alonso	Cerbantes	Catalina	Muñoz
15	Sebastian	Garcia	Beatriz	Franco
15	Lazaro	Bares	Maria Magdalena	Guillen
16	Antonio	Diaz	Ana	Conesa
16	Antonio	Conesa	Maria Antonia	Conesa
16	Miguel	Cordon	Mariana Rosalia	Villalobos
17	Salbador	Garcia	Antonia	Guillen
17	Juan	Perez	Magdalena	Gastardo
17	Pedro	Cerbantes	Barbara	Bienbengud
17	Roque	Requena	Josefa	Sanchez
18	Blas	Perez	Magdalena	Lorente
18	Juan	Ros	Florentina	Montesinos
18	Jose	Zamora	Geronima	Aranda
18	Alonso	Montesinos	Maria	Garcia
19	Francisco	Anrrich Torres	Florentina	Garcia de Caceres
19	Andres	Orzo	Antonia	Selma
19	Francisco	Lopez	Fulgencia	Meca
19	Jose	Conesa	Juana	de Vera
20	Nicolas	Torcheli	Maria	Garcia
20	Luis	Martinez	Antonia	Badesa
20	Vicente	Liso	Josefa	Lopez
20	Pelegro	Masa	Isabel	Escuserra
21	Juan	Catalan	Teresa	Martinez
21	Jose	Garcia	Maria	Vidal
21	Juan	Crespo	Ursula	Zamora
21	Diego Bernardo	Ramirez de Arellano	Maria Josefa	Gil
22	Pedro	Ros	Francisca Maria	Sanchez
22	Juan	de Mesas	Josefa	Ruiz
22	Juan	de Peralta	Juana	Canabate

imagem	noivo		noiva	
22	Pedro	Ruiz	Tomasa	Muñoz
23	Juan	Navarro	Juana	Rosique
23	Juan de Dios	Anrrich y Trabega	Agustina	Anton
23	Pedro Jose	Angarrea	Andrea	Faquincto
24	Juan	Ferrer	Maria	Gilabert
24	Juan Francisco	Carrasco	Antonia	Martinez
24	Francisco	Guindulein	Ana	Paredes
24	Pedro	de Bas	Rosa	Mateo
24	Francisco	Ruiz	Isabel	Ferrer
25	Juan	Rosse	Rita	Saura
25	Pedro	Portes	Engracia	Urrutia
25	Jose	Ferrer	Maria Eulalia	Colomina
26	Francisco	Martinez	Feliciana	Ignosa
26	Juan	Chaurenno	Maria Pasquala	de la Rubia
26	Francisco	Valdez	Isabel	Garcia
26	Matias	Osete	Ginesa	Ballester
27	Segismundo	Malat	Maria Gracia	Velez
27	Lucas	Serrano	Leonor	de Medina
27	Antonio	Espin	Maria	Saura
28	Felipe	Morales	Juana Maria	Hernandez
28	Juan	Pagan	Antonia	del Rio
28	Lorenzo	Gonzalez	Josefa	Miralles
28	Manuel	Borras	Maria	Sastre
29	Pedro	Saldaña	Mariana	Cicilia
29	Tomas	Corubay	Ermenegilda	Cazorla
29	Juan Martin	de Iturburva	Teresa	Sarrion
29	Andres	Perez	Francisca	Palomares
30	Jose	Lopez	Josefa	Espin
30	Antonio	Morales	Antonia	Martinez
30	Juan	Sanchez	Maria	de Cuenca Roxas
31	Jose	Gomez	Rosa	Garcia



imagem	noivo		noiva	
31	Pedro	Figueroa	Josefa	Mosquela
31	Pedro Francisco	Torres Reylo	Isabel	Hernandez Reylo
31	Jose	Diaz	Ginesa	Garcia
32	Francisco	Garcia	Paula	Pinteño
32	Bartolome	Colomo	Rita	Hernandez
32	Bartolome	Sanpol	Maria Florentina	Hernandez
33	Pedro	Conesa	Maria	Navarro
33	Miguel	de Torres	Maria	Guerrero
33	Antonio	Diaz	Josefa	Montaño
34	Tomas	Perez	Ginesa	Ros
34	Jose	Perez	Catalina	Lopez
34	Pedro	Hernandez	Antonia	Villalba
35	Salvador	Coronado	Maria	Guerrero
35	Antonio	Cerbantes	Eugenia	Martinez
35	Pedro	Gonzalez	Florentina	Garcia
35	Alonso	Cañabate	Maria	Martinez
36	Domingo Diego	Riesgo	Luisa	Toledano
36	Santiago	de La Cruz	Maria Manuela	Galindo
36	Juan	Tabenas	Nicolasa	Bragel
36	Juan	Gines	Lucia	Garcia
37	Antonio	Lopez	Maria	Martinez
37	Pio	de Clos	Florentina	Franco
37	Francisco	Ortuño	Fulgencia	Perez
37	Jose	Perteguer	Fabiana	Figueroa
38	Joaquin	Martinez	Magdalena	Saura
38	Pedro	Fernandez	Ana	Martinez
38	Juan	Fuentes	Juana	de Bas
39	Lucas	Calsia	Mariana	Beltrana
39	Geronimo	Perez	Maria	Leon
40	Francisco	Alvareda	Maria	Mercader
40	Jose	Ortega	Olaya	Bernal

imagem	noivo		noiva	
40	Jose	Farragud	Isabel	Aleman
40	Francisco	Menchon	Lucia	Hernandez
41	Gines	Frances	Geronima	Rodenas
41	Juan	Gandulla	Catalina	Mateus
41	Gines	Martinez	Mariana	Ruiz
41	Juan	Franco de la Torre	Josefa	Blanco
42	Antonio	Martinez	Magdalena	de Roxa
42	Francisco	Martinez	Josefa	Baptista
42	Fulgencio	Lopez	Vicenta	Jover (?)
43	Jose	Garcia	Isabel	Guillen
43	Jose	Paredes	Rita	Canales
43	Sebastian	Ruiz	Leocadia	Valero
43	Valentin	Diaz	Geronima	Hernandez
44	Diego	Cesar	Juana	Ros
44	Felipe	Martinez	Florentina	Sanchez
44	Jose	Chearino de la Espada	Maria Luisa	Paladas
45	Isidoro	Martinez	Maria	Garcia
45	Pedro	Garcia Aguilar	Feliciana	Nicolas
45	Pedro	Zamora	Nicolasa	Martinez
45	Francisco	Cazorla	Josefa	Parreño
46	Luis	Miralles	Ursula	Zamora
46	Fernando	Soclo	Florentina	Vidal
46	Agustin	Gomez	Maria	Ruiz
46	Benito	Alexos	Manuela	Gonzalez
47	Manuel	Crespo	Antonia	Asdal
47	Pasqual	Lopez	Josefa	Cobacho
47	Francisco	Baella	Melchora	de Vera
47	Fulgencio	Ros	Isabel	Diaz
48	Francisco	Alcaraz	Catalina	Marin
48	Julian	de Alcaraz	Florentina	Martinez



imagem	noivo		noiva	
48	Juan	Mendoza	Micaela	Zeldran
48	Antonio	Cazorla	Jacinta	Beltran
49	Juan	de Plana	Florentina	de Meca
49	Jose	Clavesa	Josefa	Ortiz
49	Pasqual	Roxa	Maria	Hernandez
49	Lucas	Rodriguez	Maria Jacinta	Zapata
50	Jacinto	Tay	Teresa	Martorel
50	Fulgencio Matias	Figueroa	Rosa	Hurtado
50	Geronimo	Nates	Mariana	Carrasco
50	Gines	Bermexo	Maria	Lopez
50	Jose	Corcoles	Magdalena	Gonzalez
51	Jose	de San Juan	Maria	Ruiz
51	Juan	Sanchez	Francisca	Pico
51	Pedro	Talavera	Antonia	Martinez
51	Miguel	Martinez	Catalina	Rosa
52	Agustin	Espinosa	Laura	Mingot
52	Gines	Martinez	Francisca	Conesa
52	Antonio	Perez	Francisca	Hernandez
52	Francisco	de Soto	Josefa	Sevilla
53	Juan Miguel	Irigoven	Maria de los Dolores	Faba
53	Jose	Tauriz	Antonia	Sanchez
53	Luis	Pelegrin	Mariana	Barca
54	Gines	Martinez	Maria	Diaz
54	Francisco	Escalona	Andrea	Navarro
54	Juan Vicente	Martinez	Teresa	de Meca
54	Martin	Romero	Gertrudis	Mendoza
55	Fulgencio	Martinez	Ana	Lopez
55	Juan	Chese	Maria	de Serres
55	Juan Jose	Otaso	Teresa	Lopez Valladares y Calistro
55	Diego	Martinez	Isabel	Vallejos

imagem	noivo		noiva	
56	Miguel	Romero	Josefa	Ferrer
56	Fernando	de Torres	Lucia	Muñoz
56	Carlos	Colon	Florentina	Vicente
57	Sebastian	Alfonso	Teresa	Navarro
57	Juan	Linares	Maria	Diaz
57	Jose	Bocalandro	Maria	Torrente
57	Leandro	de Cañas	Victoria	Gandulla
58	Juan	Sanchez	Catalina	Fernandez
58	Salvador	Ros	Beatriz	Ardid
58	Jose Antonio	Sanchez	Maria Rita	Ibañez
58	Juan	Lopez	Josefa	Rodriguez
58	Juan	Ros	Maria	Castellano
59	Jose	Rigoll	Josefa	Coloma
59	Jose	Pastor	Maria	Camacho
59	Juan Fernando	Curvero	Ana Maria	Alamo
60	Juan	Cortes	Lorenza	de Casas
60	Cristobal	Conesa	Josefa	Bienbengud
60	Gines	de Torres	Florentina	Rosique
60	Francisco	Sanchez Villar	Antonia	Planillas
61	Francisco	Soclo	Antonia	Espin
61	Antonio	Franco	Isabel	de Burgos
61	Jose	Maltes	Ignacia	Ramos
61	Jose	Gonzalez	Maria	Martos
62	Pedro	de Soto	Juana	Sanchez
62	Pedro Juan	Sardo	Josefa	Sanchez
62	Bartolome	Herrera	Josefa	Carrer
62	Cayetano	Monteoca	Mariana	Cevedo
63	Juan	Rodriguez	Teresa	Pallares
63	Martin	Garcia	Rita	Martinez
63	Blas	Fernandez	Catalina	Ardid
63	Antonio	Jorge	Antonia	Caveson



imagem	noivo		noiva	
64	Salvador	de Arias	Maria	Guillen
64	Pedro Jose	Urias	Isodora	de Burgos
64	Juan	de la Xara	Olaya	Villalba
64	Antonio	Garre	Antonia	Valdibieso
65	Fulgencio	Madrona	Maria	Abril
65	Agustin	Garcia	Maria	Garcia
65	Jose	Almagro	Antonia	Ximenez
65	Fulgencio Antonio	Rosique	Maria Catalina	Tacon
65	Joaquin	Corona	Maria Ana	Anton
66	Martin	de Vilena	Francisca	Vidal
66	Juan	Navarro	Josefa	Rebollo
66	Francisco	Po	Catalina	Chereguini
67	Ambrosio	Rodulfo	Juana	Ruiz
67	Jose	Ros	Isabel	Chumillas
67	Jose	Alberto	Josefa	Parreño
67	Francisco	Marcer	Francisca	Roberte
68	Domingo	Lopez	Beatriz	Estevan
68	Agustin	Poey	Luisa	Eusancia
68	Alonso	Lopez	Maria Julia	Diana
69	Lorenzo	Arnero	Josefa Geronima	Castillo
69	Jose	Garcia	Maria	Ojados
69	Bartolome	Vicente	Antonia	Zamora
69	Jacome	Oliver	Ana	Perez
70	Diego	Ruiz	Javiera	Zerezueta
70	Juan	Rodriguez	Maria	Gofre
70	Jose	Soler	Salbadora Maria	Alba(?)
70	Francisco	Martinez	Catalina	Mexias
71	Francisco	Marengo	Florentina	Zabala
71	Antonio	Garcia Rosillo	Catalina Maria	Martinez
71	Francisco	Molina	Nicolasa	Espin

imagem	noivo		noiva	
71	Martin	Nacle	Teresa	Meca
72	Diego	Rodriguez	Maria	Garcia
72	Bentura	Sancho	Catalina	Benesui
73	Luis	Marcena	Maria	Diaz
73	Bartolome	Cardona	Magdalena	Fullana
73	Antonio	Roxo	Tomasa	de Empra(?)
73	Isidoro	Solano	Josefa	Solano Perez
74	Francisco	Morales	Maria	Villalta
74	Jose	Lisana	Josefa	Sanchez
74	Gerardo	Canalete	Antonia	Beltran
74	Francisco	Vieto	Rita	Alcaraz
75	Manuel	Hernandez	Antonia	Ferrer
75	Manuel	Gutierrez	Nicolasa	Sanchez
75	Antonio	Sevilla	Rosa	Alonso
75	Jose	Martinez	Francisca	Sanchez
76	Andres	Vidal	Rosa	Guillen
76	Nicolas	Escalona	Margarita	Barcelo
76	Gines	Mexia	Rosalia	Mexia
77	Juan	Martinez	Maria	Barrios
77	Francisco	Lasarca	Francisca	Rodriguez
77	Francisco	Carreda	Josefa	Molina
77	Jose	de Torres	Josefa	Francosina
78	Jose	Hernandez	Flora	Galon
78	Jose	Cordon	Maria	Garcia
78	Juan	Roche	Josefa	Guzman
78	Gines	Martinez	Maria	Perez
79	Mariano	Serviola	Francisca	Garcia
79	Antonio	Carreras	Teresa	Bonet
79	Felipe	Andres	Maria	Torregrossa
79	Francisco	Perez	Josefa	Belasco
80	Jose	Ruiz	Maria	Zamora



imagem	noivo		noiva	
80	Antonio	Capel	Leonor	Lopez
80	Francisco	Lafuente	Maria	Perez
81	Jose	Teral	Maria	Velez
81	Ramon	Alonso	Ignacia	Anduxar
81	Francisco	Perez	Estefania	Treviño
82	Antonio	Najara	Maria	Saez
82	Jose	Nieto	Ana	Nieto
82	Tomas	Hernandez	Ursula	Ximenez
82	Jose	Manzanares	Fulgencia	Estevan
82	Jose	Vallejo	Gertrudis	Garrido
83	Miguel	Perez	Rita	Jorge
83	Jose	Garcia	Maria	Celdran
83	Cristobal	Casanoba	Maria	Sanchez
83	Juan	Martinez	Catalina	Simon
84	Blas	Callejas	Maria	Marin
84	Antonio Fernando	Hort	Maria Florentina	de Murcia
84	Andres	Llanusa	Francisca	Sanchez
84	Bartolome	Gallardo	Laurencia	Chisan
85	Pedro	Martinez	Francisca	Navarro
85	Jose	de Novega	Maria	Cagilla
85	Francisco	Gomez	Juana Maria	Mangronigue(?)
85	Jose	Agraz(?)	Antonia	Marin
85	Francisco	Muñoz	Catalina	Frances
86	Bernardo	Lizana	Ana	Arroyo
86	Jose	Valero	Ana Maria	Peñarrubia
86	Jose	Puis	Ignacia	Ferrer
86	Melchior	Calvino Montenegro	Catalina	Gil Altamizano
87	Joaquin	Martinez	Rita	Serrano
87	Antonio	de la Xara	Teresa	Aranda
87	Jose	Gil	Juana	de Lara

imagem	noivo		noiva	
87	Pedro Jose	Baella	Lucia	Caparros
88	Felipe	Linares	Geronima	Baso
88	Fulgencio	de los Derramadores	Isabel	Martinez
88	Jose	Toledano	Maria	Gomez
88	Ignacio	Panuzio	Maria Magdalena	Lentes
89	Fulgencio	Solano	Catalina	de Soto
89	Manuel	Castellanos	Catalina	Sierra
89	Fernando	Garcia	Antonia	Ruiz
89	Juan	Martinez	Rosa	Cobacho
90	Diego Alejo	Ruiz	Lucia	Gonzalez
90	Miguel	Rebollo	Ana Maria	Manzanares
90	Marcos	Menton	Rosa	Perez
90	Jose	Hernandez	Florentina	Hernandez
91	Pedro	Guillen	Juana	de Aguera
91	Felipe	Sorrola	Maria Francisca	Serrano
91	Alonso	Sanchez	Salbadora	Aledo
91	Antonio	Rosi	Ignacia	Lopez
92	Lorenzo	Hurtado	Juana	Sanchez
92	Ramon	Barroca	Juana	Collados
92	Jose	Hernandez	Juana	Sanchez
92	Agustin	Celdran	Petronila	Velando
93	Diego	de Bas	Rosa	Terol
93	Francisco	la Rosa	Antonia	Cano
93	Jose	Salinas	Josefa	Estevan
93	Gines	Martinez	Antonia	Perez
94	Tomas	Suarez	Ana Maria	Conesa
94	Julian	Hernandez	Catalina	de la Torre
94	Jose	Garcia	Isabel	de Bas
94	Juan	Solicofre	Francisca	Rodriguez
95	Juan	de Oliva	Antonia	Molera



imagem	noivo		noiva	
95	Estevan	Hernandez	Juana	Molina
95	Manuel	Ramirez	Maria Teresa	Fernandez
95	Vicente	Pino	Ana Maria	de Salas
96	Pedro	Ros	Francisca	Sanchez del Bosque
96	Juan	Santos	Maria Josefa	Romero
96	Cristobal	Mulero	Catalina	Cavaleiro
96	Clemente	Vidal	Catalina	Martinez
97	Antonio	Loyacono	Catalina	Riquena
97	Gaspar	Paredes	Catalina	Vidal
97	Francisco	de Torres	Florentina	Ros
98	Agustin	Garcia	Margarida	Usi (?)
98	Jose	Lozano	Catalina Maria	de Moya
98	Gabriel	Balles	Florentina	de Canobas
98	Jose	Fernandez	Isabel	Perez
99	Miguel	Ramirez	Catalina	Vallejos
99	Juan	Sanchez	Maria	Lopez Cano
99	Vicente	Santillana	Maria	Sanchez
99	Juan Antonio	de la Torre Bleber	Manuela	Sanchez
100	Juan	de Herrera	Ignacia	Garcia Campero
100	Nicolas Valentin	Fontela	Maria	Leon
100	Pedro	Melendes Odon	Josefa	Castilla
100	Juan	Conesa	Maria	Roxo
101	Juan	de la Villa	Maria	Saez
101	Leonardo	Sober	Sebastiana	del Castillo
101	Jose	Marin	Lucia	de Vera
101	Domingo	Ximeno	Matea	Quilez
102	Juan	Espin	Manuela	Pelegrin
102	Jose	Ruviro (?)	Florentina	Ramis
102	Mateo	Solano	Josefa	Solano
102	Juan Miguel	Valero	Isabel	Navarro

imagem	noivo		noiva	
103	Bartolome	de Costa	Juana	Martinez
103	Pedro	Ramos	Ana	Montesinos
103	Jose	de Sendra	Maria	Dominguez
104	Manuel	Mata	Juana	de Oliva
104	Tomas	Garcia	Maria	Guillen
104	Francisco	Navarro	Juana Antonia	Monge
104	Juan	Montoya	Maria	Lopez
105	Manuel	Hernandez	Maria	Castillo
105	Jose	Fuentes	Ana Maria	Valero
105	Jose	Gonzalez	Isabel	Gomez
105	Joaquin	de Villasis	Maria Teresa	Melendez
106	Santiago	Rodriguez	Maria Teresa	Mexias
106	Jose	Conesa	Antonia	Romero
106	Fulgencio	de Gea	Josefa	Moreno
107	Pedro Geronimo	Conches	Francisco	Rizo
107	Juan Batista	Baso	Isabel	Sanchez
107	Asencio	Martinez	Maria	Contreras
108	Roque	Martinez	Francisca	Vitoria
108	Alonso	Zamora	Juana	Garcia
108	Juan Jose	Romero	Maria	Ruiz
108	Miguel	Moranta	Melchora	Perigalli
109	Agustin	Garcia	Maria	Franco
109	Ignacio	Morte	Manuela	Cotado
109	Jose	Hernandez	Clara	de Huerras
110	Joaquin	Bonet	Tomasa	Rubio
110	Marcos Antonio	Pujadas	Maria	Andujar
110	Cristobal	Marin	Juana	Torrecilla
110	Juaquin	Carbonel	Florentina	Guadamuro
111	Jose	Cazorla	Inez	Perez
111	Antonio	Usain (?)	Maria	Martinez
111	Juan Bautista	Malvasia	Ana	Alcaraz



imagem	noivo		noiva	
112	Jose	Gonzalez	Josefa	Soto
112	Lorenzo	Rio	Maria Cristina	Brunda
112	Diego	Perez Garcia	Josefa	Sanchez Mula
112	Luis	Romero	Margarida	Franco
113	Juan	Martinez	Mariana	Ros
113	Andres	Sanchez	Antonia	Martinez
113	Antonio	Merlano	Isabel	Gomez
113	Juan Manuel	de Cuenca	Angela	Teruel
114	Antonio	Espin	Josefa	Martinez
114	Salvador	Franco	Maria	Paredes
114	Pablo	Hernandez	Antonia	Lozano
115	Juan	San Pedro	Lucia	Lizana
115	Geronimo	Saez	Antonia	Ruiz
115	Fulgencio	San Martin	Josefa	Zerezuela
115	Juan	Sanchez	Maria	Soroche
116	Pedro	Lopez	Maria	Roche
116	Juan	Treviño	Manuela	Cerbantes
116	Francisco	Noya	Maria Xaviera	Calatayud
116	Juan	Caballero	Antonia	Serrano
117	Jose	Garcia	Maria Angela	Compan
117	Alonso	Mendoza	Ginesa	Gil
117	Jose	Santos	Francisca	Franzes
117	Jose	Domingo	Antonia	Olmedo
118	Domingo	Pastoril	Florentina	Martinez
118	Francisco	Roxas Moreno	Catalina	Martinez
118	Miguel	de Guzman	Ana	Escrivano
118	Jose	Franco	Juana	Guillen
119	Juan	Gutierrez	Francisca	Rodriguez
119	Salvador	Mendez	Florentina	Lozada
119	Manuel	Santos	Maria	Nausa
120	Juan	Prados	Antonia	de Torres

imagem	noivo		noiva	
120	Antonio	Sanchez	Tomasa	Seba
120	Jaime	Saura	Catalina	Zamora
120	Pedro Antonio	Checlas	Maria Teresa	Lopez
121	Francisco	Alvarez	Juana	Roman
121	Pedro	Martinez	Alfonsa	Fuentes
121	Bartolome	de Blaya	Rita	Martinez
122	Juan Antonio	Delfin	Angela	Ros
122	Francisco	Lopez	Maria	Saez
122	Juan	Carretero	Maria	Serrano
122	Domingo	Fernandez	Francisca	Sevilla
123	Juan	Ruiz	Florentina	Zeldran
123	Francisco	Perez	Antonia	Perez
123	Domingo	Astoll	Maria Antonia	Mauri
124	Angel	Tison	Lucia	Hernandez
124	Alexandro	Martinez	Isabel	San Pedro
124	Macien	Zuiles	Antonia	Sanchez
124	Jose	Perez	Josefa	Martinez
125	Juan	Araes	Francisca	Marin
125	Santiago	del Castillo	Ana Maria	Camiño
125	Fernando	Meca	Catalina	Soto
125	Antonio	Sanchez	Florentina	Llanos
126	Miguel	Ripoll	Rosa	Iboleon
126	Felix	Rosique	Leonor	Olibares
126	Francisco	Toledo	Maria	Garcia
127	Benito	Pico	Rita	Raymunda
127	Bartolome	Arenjo	Maria	Olivares
127	Pedro	Lopez	Jacinta	Garcia
127	Jose	Lopez	Isabel	Hernandez
128	Sebastian	Gonzalez	Juana Baptista	Sola
128	Jaime	Molina	Luisa	Cabrera
128	Francisco	Hernandez	Agustina	Gomez



imagem	noivo		noiva	
128	Jaime	Gilbert	Maria	Rodenas
129	Francisco	Martinez	Antonia	Roca
129	Roque Isidro	Albarez	Francisca	Gordillo
129	Alonso	de Bas	Juana	Gonzalez
129	Antonio	Roca	Maria	Pastor
130	Domingo	Velez	Petronila	Clemares
130	Jose	Tui	Barbara	Martinez
130	Gines	Martinez	Maria	Martinez
130	Pasqual	Moliner	Rosa	Garcia
131	Juan	Terol	Juana	Casanova
131	Martin	Romero	Rosa	Sanchez
131	Jose	Parrilla	Maria Teresa	Alarcon
132	Pedro Antonio	Callejas	Antonia	Ortiz
132	Blas	de Vera	Juana	Martinez
132	Jose	Martinez	Rita	Romero
132	Bartolome	Gilbert	Rita	Morales
133	Blas	Guillen	Juana	Galego
133	Andres	Ballester	Ana	Miralles
133	Juan	Ruiz Melgarejo	Florentina	Santos
133	Blas	Ros	Mariana	Martinez
134	Juan	Martinez	Catalina	Sanchez
134	Domingo	Pizano	Josefa	Martinez
134	Juan	Roxo	Maria	Sambazar
135	Gines	Frances	Magdalena	Oller
135	Joaquin	Lopez	Joaquina	Martinez
135	Miguel	Bueno	Mariana	Arellano
135	Calixto	Vacas	Florentina	Roca
136	Juan	Lopez	Juana	Galvan
136	Jose	Calderon	Maria	San Martin
136	Diego	de Aguera	Florentina	de Aguera
136	Nicolas	Aycardo	Ginesa	Calbo

imagem	noivo		noiva	
137	Juan	de Oliva	Antonia	de Caceres
137	Jose	Ros	Maria	Ros
137	Francisco	Roca	Isabel	Coronado
137	Juan	Albaladexo	Magdalena	Arbues
137	Francisco	Artero	Josefa	Oribe
138	Agustin	Sigaudó	Florentina	Rosique
138	Blas	Lopez	Maria	Balanza
138	Diego	Romero	Juana	Minarete
138	Francisco	Molina	Anastasia	Ibarra
139	Francisco	de Bargas	Antonia	de Burgos
139	Diego	Carmona	Maria	Campos
139	Juan	Perez	Maria	Matias
139	Francisco	Cata	Isabel	Mas
140	Manuel	Rodriguez	Catalina	Asnar
140	Esteban	Rubin	Lucia	Fernandez
140	Jose	Martinez	Florentina	Martinez
140	Francisco	Garcia	Josefa	Espin
141	Antonio	Connelas	Juana	Andriona
141	Antonio	Hernandez	Antonia	Gomez
141	Francisco	Martinez	Francisca	Victoria
141	Jose	Cano	Manuela	Bonet
142	Juan Alonso	Francisco	Antonia	Domingo
142	Alonso	Gallego	Angela	Leon
142	Pedro	Promonton	Petronila	Tacon y Cardenas
143	Bernardo	Lizano	Josefa	Martinez
143	Martin	Peres Carrillo	Prudenciana	Vacas
143	Nicolas	Barcelote	Matilde	Ortiz
144	Joaquin	Fernandez	Gertrudes	Vidal
144	Francisco	Perez	Angela	Hernandez
144	Mateo	Reyes	Juana	Martinez
144	Alonso	Baganer	Ana Maria	Fransosina



imagem	noivo		noiva	
145	Lazaro	Fernandez	Maria	Oton
145	Jose	Martinez	Magdalena	Martinez
145	Jose	Peres	Isabel	Garcia
145	Juan	Ceballos	Ana Maria	de Huertas
146	Juan	Garcia	Antonia	Garcia
146	Juan	Ortega	Sebastiana Maria	Alvarez
146	Jose	Peres	Maria	Martinez
146	Tomas	Martinez Seydo	Gertrudes	Tison
147	Miguel	Palacios	Florentina	Vidal
147	Blas	Franco	Ana Maria	Reyna
148	Antonio	de la Cruz	Florentina	Martinez
148	Juan Francisco	Calatayud	Maria Florentina	Marquez
148	Pedro	Mulero	Maria	Arazil
148	Francisco	Busquet	Maria Antonia	Arteson
149	Jose	Peres	Francisca	Ventura
149	Miguel	Martinez	Josefa Polonia	Martinez
149	Ventura Juan	Linteres(?)	Polonia	Rodriguez
149	Manuel	de Pusa	Francisca	Lopez
150	Francisco	Arazil	Maria Florentina	Ornillos
150	Jose	Robles	Juana	Vidal
150	Diego	Celdran	Ursola	Perez
150	Pedro	Orta	Maria	Avilez
151	Juan	Palomares	Teresa	Escalfet
151	Juan	Villar	Manuela	Lopez
151	Juan	Pieti (?)	Antonia	Montesinos
151	Juan	Garcia	Josefa	Ros
152	Antonio	Martinez	Francisca	Espeligueta Portocarrero
152	Jose	Ojados	Maria	Arroyo
152	Marcos	Pagan	Antonia	Perez

imagem	noivo		noiva	
152	Sebastian	Martinez	Ursola	Perez Solano
153	Antonio	Espin	Ana Maria	Frances
153	Hermenegildo	Perez	Melchora	de Torres
153	Francisco	Oliver	Ana Maria	Lopez
153	Pedro	Ballester	Isabel	Paredes
153	Dionisio	Telles	Isabel Maria	de la Concha
154	Vicente	Lopez	Maria	Zabala
154	Jose	Martinez	Juana	Sanchez
154	Jose	Guirao	Magdalena	Sanchez
154	Andres	de Molina	Agustina	Estevan
155	Jose	Garcia	Antonia	Gallejo
155	Pedro	de Vera	Juana	Ortiz
155	Jose	Garcia Valiente	Biolanta	Toledo
155	Juan	Franco	Maria	Lopez
156	Bartolome	Garzeran	Maria	Ximenez
156	Lorenzo	Anelo	Maria	Martinez
156	Geronimo	Sanchez	Michaela	Sentin
157	Simon	Madrid	Antonia	Marin
157	Gines	Cañavate	Maria	Sanchez
157	Andres	Angel	Francisca	Saura
157	Pedro	Musò	Catalina	Ricomán
158	Juan	Lopez	Rosalía	Nieto
158	Diego	Ruiz	Paula	Belando
158	Juan	de Cuevas	Engracia	Baset
158	Cristoval	Hernandez	Maria Catalina	Fernandez
159	Fulgencio	Hernandez	Antonia	Caba
159	Pedro	Moll	Ginesa	Ros
159	Juan Antonio	Cespedes	Maria	Saura
159	Pedro	Albaladejo	Catalina	de Mora
159	Pedro	Munuera	Josefa	Fernandez
160	Jose	Ojados	Francisca	Garcia



imagem	noivo		noiva	
160	Jose	Sanz	Ana Maria	Culibert
160	Andres	de Molina	Teresa	Leon
161	Diego	Barcelona	Pasquala	Carrasco
161	Agustin	Lopez	Maria	Ortega
161	Juan	Prieto	Florentina	Maria
161	Antonio	Gonzalez Ribas	Francisca	Fresnada
162	Fernando	Martinez	Maria	Hernandez
162	Juan	Balevela	Isabel Maria	Hernandez
162	Jose Tomas	de la Victoria	Teresa	Marin
162	Tomas	Galbes	Francisca	Zapata
163	Antonio	Molina Ponze	Maria Agustina	Venzal
163	Jose	Rosique	Antonia	Hernandez
163	Matias	Torres	Catalina	Sanchez
163	Jose	Blasco	Rita	Garcia
164	Jose	Garcia	Isabel	Martinez
164	Bernardo	Navarro	Maria	Balaguez
164	Francisco	Callejas	Maria	Garcia
164	Jose	Leon	Maria	Menchon
165	Miguel	Gonzalez	Catalina	Peres
165	Jose	Alabastro	Ana	Cabrera
165	Genaro	Manesca	Isidora	Moreno
166	Pedro	Berenguel	Maria	Gomez
166	Juan Antonio	Magaz	Antonia	Beltran
166	Juan	de Sala	Maria	Masi
166	Juan Antonio	del Corral	Lucia	Saenz de Censano
167	Melchior	Toribio de Huarte(?)	Maria Ignacia	de la Pedrosa
167	Jose	Marti	Josefa	Zeldran
167	Juan	Sanchez Escudero	Josefa	Gomez
168	Gabriel	Campamar	Ana Antonia	Moreno
168	Alfonso	Sanchez	Josefa	Martinez

imagem	noivo		noiva	
168	Salvador	Martinez	Josefa	de Soto
168	Matias	Grande	Teresa	Belasquez
169	Francisco	Aznar	Florentina	Vidal
169	Salvador	Espin	Geronima	Sanchez
169	Francisco	Comas	Manuela	Sanchez
170	Antonio	Vicenti	Manuela	Carbonel
170	Barnabe	Garcia	Ana	Sanchez
170	Fernando	Sanchez	Maria	Espinosa
170	Alonso	Gallego	Maria	Peres
171	Francisco	Martinez	Maria	Gomez
171	Cristoval	Cosi Brazo	Josefa	Soler
171	Sebastian	Roche	Francisca	Marthorel
171	Tomas	Montenegro y Pelazan	Josefa	Angosto
172	Bartolome	Trebiño	Catalina	Frances
172	Ramon	Piza	Francisca	Oliva
172	Manuel	Garcia	Antonia	Osete
172	Vicente Manuel	Montabes	Maria	Martinez
173	Sebastian	Gomez	Maria	Triviño
173	Antonio Crispin	Rosique	Lucia	Sanchez
173	Jose	Gil	Magdalena	Herrante
173	Miguel	Martinez	Josefa	Vidal
174	Gines	Espin	Catalina	Martinez
174	Fulgencio	Modena	Florentina	Lembertos
174	Ramon	Alarcon	Agueda	Sanchez
174	Diego	Tudela	Eugenia	Carrillo
175	Pedro	de Bas	Maria	Martinez
175	Pedro	Begaria	Maria	Segura
175	Felipe	Matheos	Nicolasa	Navarro
175	Esteban	Martinez	Josefa	Espin
176	Onorato	Oto	Catalina	Duran
176	Manuel	Meca	Ana Maria	Escabues



imagem	noivo		noiva	
176	Lorenzo	Miza	Maria	Valero
177	Sebastian	Masot	Juana	Ros
177	Francisco	Escalona	Mariana	Barcelote
177	Antonio	del Rio	Agustina	Ros
177	Salvador	Matheos	Teresa	Ortiz
178	Domingo	Mosi	Antonia	Fernandez
178	Francisco	Lopez	Juana	Sanchez
178	Diego	Ximenez	Maria	Jordan
178	Gines	Ximenez	Sebastiana	Portero
179	Manuel	Escalona	Ana Maria	Lopez
179	Jose	Riso	Maria Antonia	Moreno
179	Manuel	Carreras	Francisca	Faquineto
179	Juan	Arumi	Maria	Marta
180	Juan	Muñoz	Juana	Martinez
180	Blas	Martinez	Paula	Ros
180	Juan	Luengo	Maria	Josefa
180	Francisco	Buñi	Justa	Nabarro
181	Salvador	Balanza	Ana	Hernandez
181	Pedro	de Soto	Florentina	de Soto
181	Matias	Torrijos	Josefa	Carbonel
181	Juan	Martinez	Rosa	Berenguel
182	Fulgencio	Albezana	Isabel	Martinez Illescas
182	Tomas	de Torres	Ginesa	Menchon
182	Marcos Antonio	Quesada	Josefa	Lopez
182	Francisco	Gil	Manuela	del Pino
183	Sebastian	Sanchez	Maria	Garcia
183	Miguel	Cantalapiedra	Victoria	Matheo
183	Pablo	Arteaga	Maria	Rodriguez
183	Domingo	Garabato	Magdalena	Fermento
184	Jose	Menchon	Ursula	Zamora
184	Jose	Anton	Maria	Cortez

imagem	noivo		noiva	
184	Antonio	Dorca	Francisca	Sanz
185	Julian	Herrera	Tadea	Zamora
185	Miguel	Melgares	Nicolasa	Muñoz
185	Miguel	Gilbert	Josefa	Soler
186	Juan	Gamboa	Catalina	Gomez
186	Antonio	Martinez	Lucrecia	Cesar
186	Juan	Martinez	Maria	Ruiz
186	Antonio	Garcia	Josefa	Palomares
187	Francisco	Pomareda	Ana	Gallardo
187	Juan	Rallo	Petronilla	Rosello
187	Lorenzo	Almenara	Josefa	Estrella
187	Jayme	Martinez	Florentina	Ruiz
188	Jose Felix	Guitard e Sancho	Josefa	Garcia
188	Domingo	Tudela	Maria	Lopez
188	Luis	Garcia	Josefa	de Vera
188	Jose	Boñasco	Francisca	Robles
189	Miguel	Prados	Maria	Maestre
189	Gines	de Jea	Juana	Garcia
189	Antonio	Sambabar(?)	Vicenta	Gilbert
189	Pedro	Sanchez	Maria	Gineva
190	Juan	Castillo	Maria	Zapata
190	Joaquin	Ros	Juana	Martinez
190	Jose	Hernandez	Agustina	Jimenez
190	Andres	Martinez	Ignacia	Andujar
191	Genaro	Sotola	Maria	Blanco
191	Jose	de Casas	Manuela	Lator
191	Manuel	Solis	Teresa	Jurado
192	Tomas Francisco	Corredor	Josefa Maria	Navarro
192	Pedro	Najara	Maria Florentina	Abril
192	Jose	Ferrer	Catalina	Frances
192	Salvador	Lopez	Antonia	Sanchez



imagem	noivo		noiva	
193	Tomas	Galindo	Ana Maria	Riso
193	Vicente	Molina	Luisa	Brull
193	Ramon	Dumulins	Raymunda	Cazorla
193	Pedro	la Fuente	Luisa	Joanes
194	Jose	Espin	Maria	Perez
194	Juan	Berenguel	Ignacia	Cañales
194	Francisco	Ayala	Ana Maria	Soclo
194	Jose	de la Vega	Francisca	Martin
195	Benito	Calbet	Catalina	Martinez
195	Gines	Guillen	Florentina	Lambertos
195	Jose	Miguel	Laura	de Vilchez
195	Jorge	Morillas	Ana	Gonzalez
196	Fernando	Martinez	Isabel	Sanchez
196	Francisco	Rodriguez	Pasquala	Mengual
196	Alfonso	de Meca	Catalina	Sevilla
196	Miguel	Osete	Florentina	Espin
197	Alfonso	Garcia	Savina	Vidal
197	Jose	Sanchez	Maria	Guevara
197	Antonio	de Muro	Leonor	Albaladexo
198	Juan	de Alcaraz	Florentina	de Bas
198	Cristoval	Moreno	Agustina	Barcelona
198	Jose	Mexias	Catalina	Fradias
198	Salvador	Martinez	Antonia	Gineba
199	Gines	Vidal	Maria Dorotea	Fernandez
199	Alfonso	Angui	Josefa	Gomez
199	Pedro	Mauri	Francisca	Oliver
199	Jose Antonio	Ramon	Francisca	Martinez
200	Ramon	Martinez	Juana	Calderon
200	Francisco	Garceran	Ana Maria	Bocalandro
200	Leonardo	Requeña	Maria	Leon
200	Diego	Segarra	Antonia	Vidal

imagem	noivo		noiva	
201	Agustin	Llisbert	Maria	Llener
201	Jose	Sanchez	Ginesa	Mulero
201	Jose	Barbio	Josefa	Sarlie (?)
202	Andres	Victoria	Catalina	de Ayala
202	Juan	Sanchez	Maria	Casanova
202	Juan	Gomez	Juana Maria	Cantero
202	Jose Miguel	Faba	Paula	Pliego
203	Guillermo	Antiquet	Maria	Sanchez
203	Pedro	Quirao	Maria	Aledo
203	Lazaro	Ruiz	Maria	Ramos
203	Francisco	Diaz	Juana	Jorquera
204	Jose	Contreras	Jesualda	Segado
204	Jose	Collado	Rita	Mendes
204	Francisco	Vidal	Teresa	Alcaraz
204	Isidoro	Ayala	Antonia	Gomez
204	Jose	Dufresne	Ines	Moscoso
205	Lucas	Chacon	Maria Catalina	Rico
205	Andres	Vicente	Josefa	Zamora
205	Antonio	Berrajo	Margarita	de Jesus
206	Cayetano	de Mora	Antonia	Sanchez
206	Cristoval	Garcia	Quiteria	Espin
206	Jose Bartolome	de la Mar	Ana	Iboleon
206	Pedro	Frabegas	Manuela	de Abila
207	Constanso	Fusate	Polonia	Marian
207	Jose Antonio	Perez	Rosalia	de Lara
207	Miguel	Madrid	Elvira	Gavaldon
207	Bartolome	Roca	Maria	Ballester
208	Ramon	Muñoz	Ramona	Rodenas
208	Tomas	Ruiz	Rosa	Galiano
208	Francisco	Sanchez Carrion	Maria Ignacia	Solis Garcia
209	Benito	Diaz Pimenta	Maria Francisca	Felices



imagem	noivo		noiva	
209	Francisco	Delgado	Ana	Martinez
209	Jose	Marin	Agustina	Zamora
209	Juan	Guardiola	Agueda	Garcia
210	Jose	Perez	Florentina	Callexas
210	Manuel	Pastor	Clara	Gilabert
210	Mateo	Alvarez	Maria Francisca	de Mendoza
210	Juan	Marin	Rita	Vidal
211	Pedro	Ortiz	Josefa	Rosique
211	Miguel	de Gea	Maria Josefa	de Murcia
211	Nicolas	Hernandez	Maria	Alfosea
211	Matias	Lopez	Juana	Martinez
212	Bernardo	Millan	Antonia	Bienbengut
212	Juan	Bigat	Maria Francisca	Baltasar
212	Jose	Leon	Clara	Moreno
212	Roque	Romero	Barbara Maria	Ruiz
213	Miguel	Bastia	Maria	Fernandez
213	Miguel	Martinez	Catalina Antonia	Olivares
213	Francisco	Martinez	Antonia	Có
213	Fernando Antonio	de Villalva	Catalina	Ximenez
214	Salvador	Martinez Fortun	Narcisa	Chornel
214	Agustin	Cerezuela	Catalina	Gomez
214	Francisco	Garcia	Magdalena	Felix
214	Pedro	Gallegos	Teresa	Contreras
215	Pedro	Diaz	Florentina	Garcia
215	Antonio Jose	Lorente	Maria Teresa	Alberola
215	Antonio	Gonzalez	Isabel	Muñoz
216	Jose	Andujar	Antonia	Cerezuela
216	Juan	Montenaro	Ana	Ibernon
216	Simon	Conesa	Damiana	Cervantes
216	Agustin	Monlaur	Ana	Escario

imagem	noivo		noiva	
216	Francisco	Garcia	Josefa	Sanchez
217	Andres	Rodriguez	Maria Manuela	Mulet
217	Juan	Compay	Cecilia	Beñer
217	Gines	Garcia	Josefa	Ardit
217	Antonio	Muñoz	Maria	Marin
218	Antonio	Berenguel	Isabel	Garcia
218	Francisco	Parrilla	Josefa	Sanchez
218	Juan	Carreras	Catalina	Ferrer
218	Alfonso	Cubero	Ana	Gomez
219	Pedro	Maestre	Ana	Gimenez
219	Francisco	Franco	Juana Maria	Garcia
219	Francisco	Reynosa	Teresa	Jil
220	Gregorio	Soler	Josefa	Garcia
220	Gabriel	Morales	Isabel	Martinez
220	Pedro	Moratalla	Maria	Antero
220	Francisco	Leon	Josefa	Rodriguez
221	Domingo	Martinez	Juliana	Martinez
221	Diego	Balanza	Juana Maria	Hernandez
221	Joaquin	Lison	Maria Josefa	Irusta
221	Antonio	Bustamante	Magdalena	Casanova
222	Juan	Martinez	Lucia	Cesar
222	Juan	Sarabia	Ana Maria	Alfonso
222	Antonio	Diaz	Maria Teresa	Alonzo
222	Vicente	Torres	Rosa	Casanova
223	Juan	de Bautista	Ana	Garcia
223	Antonio Roque	Ruiz	Ana Maria	de Exea
223	Jose	Fernandez	Maria	Molina
223	Jose	de Unibarbra	Joaquina	Tacon
224	Francisco	Celdran	Eugenia	Valles
224	Juan	Rolan	Maria Ana	Legran
224	Antonio Jose	Lopez	Leonarda	Leon



imagem	noivo		noiva	
225	Juan	Mares	Rosolea	Garcia
225	Juan	Cambiazo	Josefa	Balanza
225	Damian	Fuentes	Ursula	Serrate
225	Diego	Perez	Juana	Galdo
226	Jose	Cervantes	Ginesa	Segado
226	Pablo	Batlla	Francisca	Dumenech
226	Diego	Peres	Josefa	Martinez
226	Juan	Covian	Maria	Ramirez
227	Juan	Follana	Josefa	Fuente
227	Antonio	Rodriguez	Maria Catalina	Manito
227	Ramon	Mexia	Catalina	Cervantes
227	Ramon	Navarro	Florentina	Cervantes
228	Miguel	de la Rosa	Josefa Maria	de la Concepcion
228	Juan	Lorenzo	Isabel	Gonzalez
228	Ramon	Gomez	Florentina	Ruiz
228	Antonio	Brache	Maria Rosa	Riera(?)
229	Domingo	Cazorla	Michaela	Colmena
229	Fulgencio	Martinez	Catalina	Martinez
229	Gines	Vidal	Maria	Balanza
229	Antonio	de Nieva	Florentina	Duro
230	Francisco	Riera	Josefa	Lopez
230	Pedro	Rebollo	Ana	Mengual
230	Ramon	Campos	Alfonsa	Peran
230	Pedro	Garcia	Catalina	Ximenez
231	Antonio	Machao	Geronima	Hernandez
231	Diego	Pastor	Juana	Belmonte
231	Marcos	Gomez	Maria	de Avila
231	Jose	Sanchez	Antonia	Luengo
232	Alexandro	Sanchez	Olaya	Perez
232	Jose	Garcia	Maria	Olivares
232	Domingo	Ruberto(?)	Ana Maria	Sanchez

imagem	noivo		noiva	
232	Bartolome	Garcia	Isabel	Perez
233	Juan	Molas	Teresa	Perera
233	Joaquin	Rubio	Manuela	Hernandez
233	Sebastian	Perez	Maria	Garcia
233	Francisco	Vidal	Maria	Perez
234	Jose	Soto	Ginesa	Mendes
234	Miguel	de Arebalo	Catalina	Gonzalez
234	Juan	Monsalve	Rosa Maria	Mulet
234	Francisco	Jordan	Florentina	Campillo
235	Juan Jose	Gonzalez	Josefa	Escalona
235	Jose	Ambel	Feliciana	de Gea
235	Fulgencio	Carrasco	Maria Magdalena	Gonzalez
235	Pedro	Balanza	Manuela	Franco
235	Diego	de Bas	Teresa	Plomer
236	Diego Roman	Segudo	Catalina	Esgaeche
236	Jose	Tornero	Josefa	Rodriguez
236	Juan	Rieras	Florentina	Gandulla
236	Jose	Castillo	Isabel	Rodriguez
237	Diego	Guzman Peñalvez	Catalina	Ros
237	Pedro	Garcia Aguirre	Luisa	Henriquez
237	Juan Jose	Escuserra	Juana	de Lara
237	Juan Ipolito	de los Reyes	Rosa	Planellas
238	Juan Antonio	Rentero	Florentina	Andujar
238	Andres	Perez	Catalina	Lopez
238	Marcos	Sanchez	Angela	Manzanares
238	Ramon	Marin	Ana Florentina	Vidal
239	Roque	Martinez	Catalina	Capel
239	Pedro	Criado	Maria	Jubies
239	Bartolome	Castill	Tomasa	Gonzalez
240	Inocencio	del Moral	Ana	Jase



imagem	noivo		noiva	
240	Francisco	Mariano	Ana Maria	Sanchez
240	Antonio	Garaute	Maria	Quadrado
240	Francisco	Rodriguez	Isabel	Ruiz
241	Melchior	Meriño	Josefa	Guifarro
241	Antonio	Mercador	Magdalena	de Melle
241	Pedro	Mayner	Mariana	Ferrer
242	Angel	Zamora	Francisca	Martinez
242	Juan	Bonet	Luisa	Martinez
242	Francisco Jose	de la Torre	Florentina	de Santa Cruz
242	Miguel	de Tapia	Josefa	Rivera
243	Jose	Oliver	Josefa	Camachos
243	Lorenzo	Rato	Josefa	Iturburna (?)
243	Jose	Amador	Josefa	Rentero
244	Fulgencio	Perez	Florentina	Roman
244	Antonio	Navarro	Angela	Hernandez
244	Miguel	Garcia	Ana	Perez
245	Jose	de Palos	Maria	Aleman
245	Gines	Galindo	Teresa	Guzman
245	Jose	Viñas	Maria Angela	Bayser
245	Alexandro Jose	de Luesma	Isabel	Sanchez
246	Francisco	Lopez	Francisca	Pasqual
246	Jose	Ruiz	Maria	Saura
246	Francisco	Sanchez	Juana	Martinez
246	Julian	Sanchez	Angela	Carrasco
247	Jose	Perez	Catalina	Sanchez
247	Fulgencio	Garcia Campero	Luisa	Casal Imperial Garcia Campero
247	Diego	Vallester	Maria Florentina	Huerto
248	Francisco	Casellas	Rosa	Amat
248	Gines	Madrid	Josefa	Cobacho
248	Lucas	Fernandez	Sebastiana	Guirao

imagem	noivo		noiva	
249	Diego	Gomez	Francisca	Rebollo
249	Ramon	Sanchez	Ana Maria	Perteguer
249	Jose	Sanchez	Ginesa	de Mula
249	Juan	Perruca(??)	Antonia	Martin
250	Jose	Martinez	Magdalena	Martinez
250	Pedro	Zaragoza	Magdalena	Osete
250	Juan	Ximenez	Teresa	de Torres
250	Vicente	Cheillan	Ana	de Montemad
251	Juan	Aguado	Rita	Torres
251	Antonio	Fernandez	Maria	de Pina
251	Jose	Guillen	Isabel	Alonso
251	Pedro	Solano	Magdalena	Martinez
252	Juan	Roca	Maria	Garcia
252	Juan	Benites	Antonia	Ruiz
252	Tomas	Anducha	Francisca	Rieras
252	Cayetano	Sanchez	Maria Antonia	Oliva
253	Vicente	de Soto	Manuela Rosa	Cañaleja
253	Jose Antonio	Garcia	Rita	Garcia
253	Jose	Diaz	Maria	Franco
253	Francisco	Garcia	Isabel	Garcia
254	Mariano	Gonzalez	Agustina	Argues
254	Jose	Martinez	Beatriz	Franco
254	Pedro	Torrens	Francisca	Sanz
254	Jose	Mengual	Maria Francisca	Matamoros
255	Agustin	Salgado	Maria	Cañavate
255	Andres	Soler	Francisca	Martinez
255	Manuel	de la Vera	Josefa	Domingo
255	Salbador	Sanchez	Isabel	Ros
256	Miguel	Vila	Nicolasa	Montaño
256	Jose	Parras	Mariana	Lopez
256	Fulgencio	Pastor	Mariana	Ripoll



imagem	noivo		noiva	
257	Jose	de Huertas	Antonia	Cerbantes
257	Jose	Cañadas	Josefa	Llanos
257	Antonio	Tudela	Maria	Alcaraz
258	Jose	Bengua	Maria	Forcaya
258	Jose	Baso	Francisca	Montoya
258	Manuel	Sanchez	Maria	Martinez
259	Jose Antonio	Hernandez	Josefa	Coronado
259	Juan	de Garatia	Josefa	Martinez
259	Antonio	Pasqual	Ana Maria	de Perea
260	Juan	Blazcos	Maria	Garcia
260	Jose	Navarro	Lorenza	Romeo
260	Vicente	Monar	Mariana	Osch
260	Joaquin	de Miras	Isabel	Ojados
261	Pedro	Hernandez	Isabel	Rivera
261	Dionisio	Vidal	Isabel	Peñalbea
261	Francisco	Asencio	Maria	Ximenez
262	Francisco	Lazaro	Rosalia	Ramada
262	Antonio	Sesagarra	Catalina	Garcia
262	Antonio	Ruiz	Ines	Vilches
262	Pedro	Perez	Margarita	Aullon
263	Diego	Carlón	Gabriela	Rivertte
263	Miguel	Billote	Clara	Martinez
263	Vicente	Toledo	Maria	Roca
264	Fulgencio	Hernandez	Juana	Garcia Rosillo
264	Antonio	Marquez	Rosalia	Gimenez
264	Francisco	Ramos	Isabel	Bonet
264	Jose	Garcia	Maria Ana	Cañavate
265	Ramon	Segobia	Maria	Cortez
265	Pedro	Briasco	Fabiana	Baso
265	Bartolome	Diaz	Maria	Martinez
265	Mateo	del Vale	Maria Florentina	Quiuse (?)

imagem	noivo		noiva	
266	Alonso	de Canobas	Agustina	Cecilia
266	Jose	Vidal	Antonia	Pastor
266	Juan de Dios	Perez	Josefa	Martinez
266	Juan	Conesa	Maria	Ros
267	Pasqual	Coronado	Maria	Ruiz
267	Jose	Melodio Mora	Maria Antonia	Martinez
267	Francisco	Espejo	Rosa	Franco
267	Jose	Mico	Francisca	Salas
268	Jayme	Morrey	Rosa	Rubio
268	Carlos	Brufal	Maria Teresa	Nabarro
268	Antonio	Martinez Fortun	Maria	Sanchez
269	Geronimo	Barreto	Francisca	Solano
269	Norberto	Manzanera	Florentina	Ruiz
269	Andres	Culebras	Maria	Rubio
270	Luis	Sanchez	Nicolasa	Rebollo
270	Fulgencio	Saura	Francisca	Martinez
270	Pedro	Martinez	Candida	Seba
270	Francisco	Salmeron	Sebastiana	Lopez
271	Juan	Ruiz	Maria	Ballester
271	Jose	Hernandez	Tomasa	Rosique
271	Juan	Zaplana	Antonia	Perez
271	Juan	Zamora	Maria Antonia	Cordon
272	Francisco	Ambel	Maria	Ros
272	Cristoval	Ximenez	Rosa	de Torres
272	Joaquin	Ramos	Maria Florentina	Rodriguez
272	Salvi	Vilar	Francisca	Mache
273	Pedro Juan	Cabret	Maria	Villegas
273	Pedro	Rodenas	Joaquina	Viguera

(Continua)



*Brasão de armas dos Sanchez Osório, de Murcia, Família da Mãe do autor destas notas, cuja descrição é a seguinte: “dividido en 4 cuarteles: 1 – una cruz de Calatrava; 2 – un castillo; 3 – dos lobos con la lengua fuera (Osorio); 4 – una banda engolada con dos cabezas a los extremos de dragones en ademán de tragarla; orla alrededor con ocho cruces de Santiago”.*

*PT/TT/ Espólio António da Rocha Madabil, n.º 9 (documentação doada à Torre do Tombo pelo Dr. António Sampaio Madabil, seu filho); Título: Genealogia da Família Sanchez Osório; datas de produção: 1773/1775; dimensão e suporte: 1 liv. 120 f. (322 x 217 x 25 mm), papel; Documentos comprovativos da fidalguia dos Sanchez Osório. Inclui o Brasão de Armas da família a aguarela, e a árvore genealógica. Notas: Encadernação em pele com dois laços. Tem na lombada um rótulo em pele entre dois nervos gravado a ferros secos.*

## A LIGAÇÃO GENEALÓGICA DOS TENREIRO AO TERMO DE FORNOS DE ALGODRES

por *Oscar Caeiro Pinto*



Em 2011, publicámos um pequeno livro intitulado “Genealogia da família Tenreiro da Casa da Rua da Capela (Casa dos Pinto Tenreiro) em Sebadelhe da Serra”. Este estudo traça documentalmente a linha ascendente da família Pinto Tenreiro, de Sebadelhe da Serra (Trancoso), por via dos Figueiredo Tenreiro, de Carapito (Aguiar da Beira), por sua vez descendentes dos Tenreiro da Quinta da Aveleira, em Maceira e *da antiga e nobre* Casa de Sobral Pichorro, situadas já no atual concelho de Fornos de Algodres. No referido livro tentamos ainda propor a ligação destes Tenreiro de Fornos aos de Viseu (tronco desta linhagem), que aqui vai reformulada com novos e importantes elementos apresentados na obra “Os Soveral da Beira”, de Luís Soveral Varella, publicada em 2013. Aproveitamos também para rever a ascendência do “tronco” dos de Viseu, acrescentando mais uma geração que foi possível documentar e corrigindo assim as genealogias manuscritas desta família, que fundiam pai e filho homónimos numa só pessoa!

### TENREIRO, da Galiza em Viseu

*(descrição genealógica)*



*Gravura do século XVII com as armas dos Tenreiro: em campo de azul, um pinheiro de verde, enroscada no tronco uma serpe alada de ouro (outros dizem de prata). Timbre, a serpe.*



1 – **GARCIA TENREIRO**. Natural da Galiza, segundo uma genealogia, era irmão de Maria Tenreiro, casada com Pedro Fernandes Pinheiro<sup>1</sup>, fidalgo de Viseu, e de Vasco Tenreiro, todos filhos de Diogo Lopes Tenreiro<sup>2</sup>, alcaide-mor da Corunha, senhor (?) de Villalba, Flôr de Betanzos e vila de Andrade (tudo terras da família de sua mulher) e de Aldara Fernandes de Andrade, esta da poderosa família Freire de Andrade da Galiza.<sup>3</sup> Garcia Tenreiro, passou a Portugal por volta de 1369, fugindo à perseguição que Henrique de Trastâmara “o Bastardo” (este matou o irmão usurpando assim o trono de Castela) movia aos que haviam sido partidários de seu irmão, o rei D. Pedro, “o Cru”. Nesta altura muitos foram os fidalgos que tomaram o partido do rei D. Fernando I, que declarou guerra a Castela por ser o pretendente legítimo mais chegado à coroa de Castela. Entre os que tomaram voz pelo rei português estava Garcia Tenreiro, parece que já era viúvo quando trouxe com ele os filhos. Foi fidalgo honrado, teve assento no livro dos moradores da casa do rei D. Fernando que o fez alcaide-mor da vila de Monforte, dando-lhe em tença juntamente com o dito castelo 150 libras e com outras rendas impostas na dita vila (por carta feita em Lisboa, a 4/2/1419, ano de Cristo de 1381). Também lhe deu para pagamento das suas moradias, todas as rendas das Sarzedas e Sobreira Formosa, conjuntamente com as rendas que os moradores da Vila de São Vicente da Beira eram obrigados a dar cada ano ao rei (por carta passada em Lisboa, a 8/9/1411, ano de Cristo de 1373). Garcia Tenreiro, aparece documentado numa procuração do concelho de Castelo Branco, feita a 21/7/1421 (ano de 1383), onde aparecem como testemunhas presentes “*garçia tenreiro e Lourenco [sic] Aijras e joham fernandez seus escudeiros*”<sup>4</sup>. Filhos:

2 – **Afonso Tenreiro**, que segue

2 – Gonçalo Tenreiro. Nomeado várias vezes nas Crônicas de Fernão Lopes. Foi mordomo-mor (1362) e chanceler do (seu primo pelos Freire de Andrade) mestre da Ordem de Cristo, D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade, de acordo com uma inscrição<sup>5</sup> existente nos Paços da Ordem, em Ferreira de Zêzere (Anais do município de Tomar, Vol VIII). Por carta de doação de 21/7/1373, foi senhor de

<sup>1</sup> Foram pais de Leonor de Andrade, casada com Martim Afonso Coelho, comendador da Ordem de Cristo (Felgueiras Gaio, costado 25v.) e Catarina Pires de Andrade, casada com João Lourenço Homem (outros dizem Francisco Martins Homem), cavaleiro, natural de Viseu.

<sup>2</sup> Segundo o “*Título de Tenreiros conforme foi deduzido do Escrito pello Fr. António Rouçado, Eremita de Santo Agostinho*”. Felgueiras Gaio, nos costados (25v), diz que se chamava “*Pedro Lopes Tenreiro, alcaide-mor da Corunha*”.

<sup>3</sup> Sobre esta família, vide a obra “*A casa de Andrade 1160-1560 Nobreza, mentalidade e ideologia na Galiza baixomedieval*”, de José Francisco Correa Árias. Editorial Toxosoutos, 2009.

<sup>4</sup> “*Cortes Portuguesas reinado de D. Fernando I (1367-1383)*”, p.88.

<sup>5</sup> “*Estes passos fês o Mestre de Christo D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade, filho de Rey Freire de Andrade e de D. Ignes Gonçalves de Soutto Maior. Forão começados em cinco dias de Julho era de 1400 annos quando era do seu mestrado quatro, sete meses e seis dias reynando em Portugal o myn nobre Rey D. Pedro o primeyro, sendo andado de seu reynado cinco annos e desanove dias. Estas letras pintou Gonçalo Tenreiro, Mordomo mor e Chanceler mor do dito Mestre*”.



Algés<sup>6</sup>, de juro e herdade com a sua ribeira e lugares de Outorela, Neiço-a-Velha e Caselas, com os seus termos, rendas, direitos e jurisdições, excepto as apelações criminais e o direito de correição, que el-rei reservava para si. Muito documentado<sup>7</sup>, a 21/7/1373 o rei fez-lhe doação vitalícia de umas casas em Lisboa, a 27/2/1375, o rei empraça em 3 vidas umas casas na Rua Nova, pela renda anual de 100 libras. Nesse mesmo ano, a 19 de Dezembro foi feito outro empraçamento de 3 vidas de umas casas em Lisboa a par de S. Tomé, pela renda anual de 2 libras (em 27/6/1396, estas casas estavam embargadas e foram doadas a Rui Freire de Andrade, cavaleiro da Ordem de Santiago que recebeu “*todollos beens assy movees como de Raiç que gonçalo tenreiro auja pertenciam a nos por desserviço que fez a nos e contra estes regnos*”). A 25/12/1378, nova doação régia das casas onde ele habitava e trazia aforadas por 20 libras anuais, em remuneração dos muitos serviços prestados ao rei. Foi capitão-mor do reino da armada portuguesa participou na infeliz batalha do cabo de Saltes em 17/6/1380, onde os portugueses foram derrotados. Gonçalo Tenreiro e o irmão da rainha, D. João Afonso Telo, foram capturados e levados à presença do rei de Castela. Gonçalo Tenreiro foi casado com Maria Fernandes e tiveram uma filha única:

3 – Maria (ou Francisca) Tenreiro. Casou com Vasco Perez de Camões<sup>8</sup>, fidalgo galego, que tinha passado a Portugal juntamente com a família da sua mulher e pelas mesmas razões. Foi grande fidalgo na Corte, era ele quem dava o braço à rainha D. Leonor Teles quando esta saiu imprudentemente da alcáçova de Santarém a receber a filha e o genro, D. João de Castela. Tal motivo mostra a alta hierarquia deste nobre que estando ao serviço da rainha, recebeu importantes mercês régias. A 15/3/1373 foi-lhe doada a Quinta do Judeu no termo de Santarém, no mesmo dia e mês do ano a seguir doaram-lhe uns bens em Chão de Couce. A 15/4/1378, foi-lhe concedido de juro e herdade a Quinta de Gestação, casais e herdades em Évora-Monte, Aviz e Estremoz, que tinham pertencido à infanta D. Beatriz. A 7/6/1380, foi nomeado alcaide-mor de Portalegre; em 1383 é feito alcaide de Óbidos, depois de já ter sido agraciado com o senhorio do castelo de Alcanene, vilas do Sardoal, Punhete (actual Constância), Marvão e Amêndoa. Após a morte do rei D. Fernando e

---

<sup>6</sup> Algés e não Algoz como aparece (por erro de leitura da documentação primária) nas obras “Portugal Antigo e Moderno”, de Pinho Leal, “Monografia de Algoz”, de Francisco Xavier Ataíde Oliveira, e ainda “O Algarve e os Descobrimentos”, de Alberto Iria. Como já demonstrei em “Será que Garcia Tenreiro foi senhor de Algoz?” (I Seminário de Estudos Históricos sobre o Algarve, 2006) a má leitura documental induziu em erro vários autores ao longo de 132 anos, chegando ao ponto de a freguesia de Algoz adoptar na sua heráldica (publicada em Diário da Republica, III Série de 30/10/2001) as armas da família Tenreiro.

<sup>7</sup> “Descobrimientos Portugueses”, Vol.I, pp.147-148, 302, 409-410, 422, 443, 483.

<sup>8</sup> Vide artigo “Vasco Perez de Camões: origem e identidade”, de Fiamma Hasse Pais Brandão, in Revista História, N°32, 1981.



possivelmente após Aljubarrota, passou Vasco Perez de Camões<sup>9</sup>, para o lado de Castela, juntamente com o seu sogro Gonçalo Tenreiro e o irmão deste Afonso Tenreiro. O rei D. João I, sendo ainda defensor do reino, deu-lhe a capitania de Lisboa. Mais tarde intitulou-se mestre de Cristo e tomou o partido da rainha D. Beatriz. Por essa razão o rei D. João I, confiscou-lhe todos os bens que possuía. Com geração na família Camões, sendo antepassados do grande poeta Luís Vaz de Camões.

¶2 – Rui Tenreiro. A 8/2/1366, o rei D. Pedro I fez-lhe mercê da igreja de S. Salvador de Bulhete.

2 – **AFONSO TENREIRO**. Foi cavaleiro e depois mestre da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Miranda do Douro<sup>10</sup> (1384-85), acompanhou o seu irmão no exílio em Castela. A 10/6/1383, o rei D. Fernando manda Afonso Tenreiro, Comendador de Mogadouro, alcaide do castelo de Penas Róias, ou a outro, que entregue aquele castelo a Fernando Afonso, senhor de Valença, seu vassalo. Afonso Tenreiro foi promovido a mestre por escolha do verdadeiro mestre de Cristo D. Lopo Dias de Sousa. Tenreiro, aparece na documentação fiscal castelhana juntamente com o mordomo da rainha D. Beatriz<sup>11</sup>, João Rodrigues de Portocarrero, pois ambos recebem as terças de Zamora. Em 1396 recebe<sup>12</sup> 15.000 maravedis das terças de Zamora, em compensação dos seus trabalhos e perdas. A 26/6/1397 obtém de Henrique III a legitimação dos seus dois filhos com Mencia Fernandez, nascidos depois de ter deixado a Ordem de Cristo. Em 1418 renuncia a favor de seu filho Nuno. Teve relacionamento com (1) Mencia Fernandez, da qual nasceram os referidos filhos legitimados. Segundo uma genealogia, acabada a guerra voltou para Portugal onde casou com a sua prima direita (2) **MARIA TENREIRO**, que dizem ser filha do seu tio Vasco Tenreiro. Filhos:

3 – (1) Nuno, legitimado juntamente com seu irmão Garcia, a 26/6/1397 por carta de D. Henrique III, em Salamanca. A 1/3/1420, em Toro, o alcaide notifica por pregão a doação feita por Afonso Tenreiro a seu filho Nuno, das terças reais da igreja de Santo Tomás, Santo Tomé, las Tuecas e Santa Maria la Nueva, Lera.

3 – (1) Garcia.

3 – (2) Vasco Afonso Tenreiro, que segue.

4 - **VASCO AFONSO TENREIRO**. Viveu na vila de Fronteira, onde casou com uma senhora cujo nome se ignora. Filhos:

<sup>9</sup> Foi depois “*governador da vila de Bayona de Miñor*” (1386). De notar que a origem do apelido Camões, parece ser um lugar da província de Bayona, que surge em documentos antigos como “Camones” ou “Camues”. Vasco Perez, figura também em 1391 no caderno de assentos das Cortes de Madrid.

<sup>10</sup> Vide a obra “A Batalha de Trancoso”, de Salvador Dias Arnaut, p. 84.

<sup>11</sup> Vide a obra “Beatriz de Portugal la pugna dinástica Avis-Trastámara”, de César Olivera Serrano, in Cuadernos de Estudios Gallegos, Santiago de Compostela, 2005.

<sup>12</sup> Ver “La emigración de nobles portugueses”, de Mitre Fernandez, p. 520.



4 – **Lourenço Vaz Tenreiro**, que segue

¶4 – Mendo Afonso Tenreiro. Participou numa briga em Lisboa em 1438, dando uma pedrada a um Garcia Rodrigues que o deixou desmaiado. O sobrinho deste Garcia, um mercador de nome Diogo Rodrigues pensando que o tio estava morto logo matou o dito Tenreiro. Por estes motivos, Diogo Rodrigues pediu perdão ao rei alegando que *“a mãe do dito morto e dous seus irmãos beendo como a dita morte fora asy per cajam lbe perdoaram”*, recebendo carta de perdão a 21/2/1439<sup>13</sup>.

¶4 – João Afonso Tenreiro. Na carta de privilégio dada pelo rei D. Pedro e datada de 18/8/1445, vem referido como besteiro da câmara do infante D. Henrique e residente em Felgar, termo de Torre de Moncorvo<sup>14</sup>.

4 – Gonçalo Vaz Tenreiro. Segundo a genealogia manuscrita desta família, *“casou mas não sabemos com quem”*. Filhos:

5 – Vasco Tenreiro. Foi reitor da igreja de S. Pedro de Torres Novas e mestre pedagógico dos filhos do rei de Portugal. Bacharel em Decretos, pregador e estudante de teologia durante muitos anos. A 27/4/1462, a infanta D. Filipa faz uma súplica a seu favor, e em 1470 recebe carta de mercê do rei D. Afonso V.

5 – Afonso Vaz Tenreiro. Nascido na vila de Fronteira, viveu na vila de Moura onde casou e foi criado do infante D. Fernando, pai de D. Manuel. Filhos<sup>15</sup>:

6 – Jorge Tenreiro. Fidalgo da Casa do infante D. Duarte, feitor da Mina e traficante de escravos.

6 – Manuel Tenreiro. Viveu na vila de Moura, onde instituiu um morgado, teve fazenda em Beja e na vila de Aviz. Alcançou o reinado de D. Manuel e D. João III. Casou e teve por filhos:

7 – Garcia Gonçalves Tenreiro. Viveu na vila de Fronteira onde casou. Com descendência nos Tenreiros da vila de Fronteira.

7 – Afonso Vaz Tenreiro. Nascido em Moura, foi moço fidalgo da Casa do Sr. D. Duarte, e ouvidor das suas terras, cavaleiro na ordem de Cristo, desembargador dos agravos em 1582, corregedor da corte na pretensão de D. Catarina à coroa, dando o seu voto a favor dela, pelo que não foi bem visto por Filipe II. Teve alvará de mercê para se

---

<sup>13</sup> Documentos das Chancelarias reais, anteriores a 1531 Relativos a Marrocos, Tomo I (1415-1450).

<sup>14</sup> Monumenta Henricina, p.61.

<sup>15</sup> Provavelmente foram ainda pais de um Vasco Tenreiro, que teve o cargo de Besteiro, dado pelo rei D. João II a 17/6/1487 e talvez de um Rui Tenreiro, escudeiro e almoxarife em Fronteira, quando a 3/11/1478 recebe uma tença de 3.300 reais Brancos. Neste documento apresenta uma carta inclusa de D. João, príncipe herdeiro e administrador perpétuo da ordem de Avis, concedendo a tença ao beneficiado então seu escudeiro e almoxarife em Fronteira, (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 40).

aposentar concedido por D. Filipe I (Chancelaria de D. Filipe I, liv. 17, f. 471v.). Casou a primeira vez com Leonor de Andrade da Costa, filha de Manuel da Costa de Andrade, com geração. Casou segunda vez com Violante (ou Vitória) da Costa, com descendência nos Tenreiro de Melo, da Quinta de Luzinde (Penalva do Castelo) e vila de Torre de Moncorvo.



*Pormenor das armas dos Tenreiro, no 3º quartel da pedra de armas do solar dos Tenreiro em Torre de Moncorvo*

4 – **LOURENÇO VAZ TENREIRO**. Nasceu na vila de Fronteira, casou com uma senhora cuja genealogia manuscrita que seguimos não refere o nome. Filho:

5 – **JOÃO LOURENÇO TENREIRO**, foi morador em Viseu e tinha já morrido a 21/7/1445 quando o Rei D. Afonso V nomeia para o substituir nos cargos de tabelião das notas e contador dos feitos da dita cidade um Martim Gonçalves (PT/TT/CGR/D. Afonso V, L.15 f.165). Mas, logo a 23/7/1455 João Lourenço, “o Moço”, morador na cidade de Viseu, por carta de eleição dos homens bons da cidade é nomeado por D. Afonso V para o cargo de tabelião das notas da cidade de Viseu e seu termo, em substituição de seu pai João Lourenço que morrera. Como bem refere o tit. de “Tenreiro” nas “Ascendências Visienses”, as genealogias dizem-no erradamente casado com a mulher que se documenta ser de seu homónimo filho. Filhos:

6 – **João Lourenço Tenreiro**, que segue

6 – Pedro Lourenço Tenreiro, “o Velho”. Foi juiz em Viseu onde viveu, sendo “chamado o Velho por distinção de algum neto do mesmo nome”. Por ter ferido o escudeiro João de Albuquerque<sup>16</sup> da vila da Igreja (Sátão), recebeu uma carta de perdão da

<sup>16</sup> Este documenta-se como escrivão da Câmara do Sátão e escrivão dos Órfãos do Sátão e Rio de Moinhos, cargos que renunciou por público instrumento a 5/2/1496, a favor de (seu genro) Pedro Vaz, escudeiro, morador nas terras de Penalva (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 104 v.). Este Pedro Vaz, foi pai de Diogo de Albuquerque, casado com Isabel Saraiva, filha de Pedro Saraiva da Fonseca (ou Pedro



justiça real a 26/4/1481, após perdão das partes (instrumento público de 23/3/1481) e o pagamento de 1.5000 reais para a arca da piedade. Alão de Moraes, no seu tit. de “Tenreiros”, refere ainda que *“foi irmão de João Tenreiro que, sendo julgador, o mataram os Zuçartes, junto a Almeirim, por lhe mandar degolar um seu irmão, na cidade do Porto, por provisão del-Rei, por ser pirata do Mar”*. Casou com Catarina Rodrigues Cardoso, filha de Domingos Rodrigues Cardoso *“fidalgo principal de Viseu”* e de Catarina de Figueiredo, neto paterno de Diogo Pais Cardoso e de sua parenta Maria Rodrigues do Amaral. Filhos:

7 – Lic. Gaspar Lourenço Tenreiro. Foi *“letrado”*, licenciado em letras. Casou com Filipa de Mesquita, filha de João de Mesquita e de Genebra de Figueiredo, filha de Luís Anes do Loureiro. Entre outros foram pais de um Pedro Lourenço de Mesquita Tenreiro. Com descendência.

7 – Belchior Lourenço Tenreiro. Casou com Briolanja de Almeida. Com descendência em Viseu.

7 – João Lourenço Tenreiro, *“filho 3º de Pedro Lourenço Tenreiro, serviu nos lugares de letras”*, também referido por Felgueiras Gaio (tit. Cardoso§74). Deve ser o João Tenreiro, escudeiro, morador em Nespera (Povolido, Viseu), que foi tabelião do público e judicial por carta de 8/8/1501. Neste documento aparece uma subscrição autógrafa de João Tenreiro e registo do seu sinal público (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 1, fl. 42). Desconhecemos com quem casou, mas teve os seguintes filhos<sup>17</sup>:

8 – Lic. Gaspar Lourenço Tenreiro. É certamente o Gaspar Lourenço, natural de Viseu, filho de João Lourenço, que matriculou-se em Leis na Universidade de Coimbra em 1540. Como Licenciado Gaspar Lourenço teve a 13/11/1548 o prazo de umas casas no Soar e foi presente a uma reunião da Câmara de Viseu em 1534. Teve o foro de escudeiro-fidalgo, com 600 reis de moradia em 1550.

8 – Maria Tenreiro. Casou com o bacharel Rui Gonçalves de Carvalho, de Lamego, primo do Dr. Cristovão Mendes de Carvalho, desembargador do Paço. Viveram em Viseu, no Arco e tiveram:

9 – Catarina Cardoso. Casou com Lopo de Barros, filho de Rui Lopes Cardoso.

9 – Maria Cardoso Tenreiro. Casou com João de Loureiro “o Gago”, filho de Pedro Rodrigues Cardoso e de Maria Cardoso.

9 – Joana Cardoso. Casou com Luís de Almeida, senhor de Mossamedes.

---

Saraiva Tição), abade da igreja de Aguiar da Beira que renunciou a esta igreja a favor de um Simão da Fonseca (confirmado a 29/4/1516).

<sup>17</sup> Referidos, no fôlio 242 vº, do referido *“Título de Tenreiros”*.



9 – Pedro Rodrigues de Carvalho. Casou duas vezes, a primeira com Isabel de Soveral e a segunda com Isabel Borges.

78 – Beatriz Tenreiro, casou com Manuel Cardoso “o Facho” (Felgueiras Gaio tit. de “Cardosos” § 93), ou Manuel Vaz Tenreiro (segundo a obra Ascendências Visienses), filho de Pedro Afonso “o Tocha” (ou o Facho), natural de Viseu, escudeiro do rei D. João II e de Susana Cardoso. Filho:

| 189

9 – Heitor Tenreiro. Foi juiz ordinário da Vila Cova de Tavares, viveu na freg. de Chãs de Tavares (Mangualde), onde casou (segundo se confirma no “Rol dos Casados”, mencionado nos livros Paroquiais das Chãs), com Isabel de Albuquerque, filha de Manuel Ribeiro e de Ângela Nunes de Albuquerque<sup>2</sup>. Heitor Tenreiro, morou nas Chãs, onde o encontramos com frequência a testemunhar casamentos, nos anos de 1568 a 1598. C.g.

7 – Maria Rodrigues Cardoso. Casada com Manuel de Almeida, filho de Mateus Fernandes de Almeida. Com descendência.

6 – **JOÃO LOURENÇO TENREIRO**<sup>18</sup>, “o moço”. Morador em Viseu, tabelião a 3/7/1455 como já ficou dito em substituição a seu pai que morrera. Foi confirmado no cargo a 8/1/1482 por D. João II. Deve ser o João Lourenço, escudeiro e vassalo da Casa de D. Afonso V, morador em Viseu, a quem o rei concede a 18/2/1473 licença para andar de besta muar de sela e freio por todo o reino. Alão de Moraes no seu Tit. de Tenreiros, diz que “*não pude averiguar se era o irmão de Pêro Lourenço Tenreiro, mas tenho por muito verosímil que o seja*”, mas também refere que “*foi irmão de João Tenreiro*”. Serviu a “*El Rey, sendo formado na Universidade, em muitos lugares de letras, foi Juíz de fora da cidade do Porto. Mataram os Zusartes de Montemor-o-Velho*”. Este é certamente o João Lourenço, escudeiro da Casa de D. Afonso V, casado com Catarina Afonso, moça da Câmara da infanta D. Joana, que daquele rei teve a 20/3/1473, por seu casamento, uma tença anual de 10 000 reais de prata. Segundo as genealogias, casou com uma **CATARINA AFONSO DE ANDRADE**, também referida como “*Catarina Afonso, q era dos Andrades*”. Filhos:

7 – João Anes de Andrade, com descendência.

7 – Jorge Lourenço Tenreiro<sup>19</sup>. Que casou na cidade de Viseu com Brites Pais do Amaral, filha de Fernão Vaz do Amaral, de Pindo (Viseu) e de Leonor do Amaral. Com descendência.

---

<sup>2</sup> “Albuquerque da Beira”, de Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos, p.113.

<sup>18</sup> Felgueiras Gaio, tit. de “Andrades” §46, refere que se chamava “Afonso Lourenço Tenreiro”.

<sup>19</sup> Foi pai do Lic. Belchior Lourenço Tenreiro, que viveu em Viseu, casado a primeira vez com Maria de Queiroz Castello-Branco. Este casal não tendo filhos resolveu fundar em 1592 o mosteiro feminino do Bom Jesus de Viseu que pertenceu à Ordem de São Bento.



7 – Lic. Afonso Anes de Andrade. Licenciado, desembargador do Paço, do conselho do rei D. Manuel. Casou com Brites de Mariz, filha de Heitor de Mariz e de Guiomar ou Isabel de Oliveira. Esta Brites de Mariz, herdou um morgado em Évora e viveu algum tempo com seu marido na vila de Arruda. A 23/3/1557, já estava viúva quando fez uma procuração para arrendamento de um casal em Coruche que era de seus netos. Com descendência.

7 – **Gil Afonso Tenreiro**, que segue.

7 – **GIL AFONSO TENREIRO**, escudeiro, que foi morador no termo de Sernancelhe e depois tabelião do público e judicial de Penaverde por carta de 29/10/1522<sup>20</sup> e ainda tabelião de Matança. Segundo Luís Soveral Varela (in Os Soveral da Beira, p.150) é muito provável que fosse filho do escudeiro João Lourenço Tenreiro e de sua mulher Catarina Afonso, do tronco genealógico dos Tenreiro de Viseu. Deve ser este e não seu homónimo filho (como refere o manuscrito de "Tenreiros" do Paço de Fraguas) que *“viveo na Beira, dizem q. era parente de D. Pº a quem chamarão o Antigo, q o tratava como tal, e se prezava delle”*. Filhos:

8 – **Gaspar Tenreiro**, que segue.

8 – João Tenreiro, casou com Leonor de Queiroz, filha de Diogo de Queiroz e de Isabel de Albuquerque (in Albuquerque da Beira, p. 177).

8 – Gil Afonso Tenreiro<sup>21</sup>, que *“viveu em Goige, freguesia de Pena Verde, no lugar de Mosteiro”*. Nas genealogias manuscritas desta família vem referido como filho de Afonso Tenreiro (referido aqui no nº3) o que é cronologicamente impossível. Casou com Joana (ou Ana) de Figueiredo, natural de Santar, também filha de Diogo de Queiroz e de Isabel de Albuquerque (in Albuquerque da Beira, p. 177). Segundo o manuscrito do Paço de Fraguas, Tit. de Tenreiros, casou com Joana de Figueiredo, e foram pais de:

9 – Diogo de Queiroz Tenreiro, nascido no lugar de Mosteiro, Pena Verde (Aguiar da Beira), onde foi escrivão dos Orfãos *“homem nobre e dos melhores do Conselho”*. Casou com Catarina Saraiva de Albuquerque, *“mulher muito nobre e honrada”*, falecida a 6/10/1622 na Quinta de Gôje, em Penalva do Castelo, filha de Pedro de Albuquerque, de Esmolfe (Penalva do Castelo) e de sua mulher e prima Margarida de Albuquerque, de Penalva, neta paterna de Jorge Gonçalves e de Francisca de Albuquerque, neta materna de Pedro de Albuquerque, 1º morgado da Ínsua, senhor da Quinta do Outeiro e de Antónia de Andrade, natural de Lisboa. C.g. que segue no artigo “Os Albuquerque, de Queiriz – Subsídios para a sua genealogia”, in “Beira Alta” Vol. LXIV, 2005, p.377.

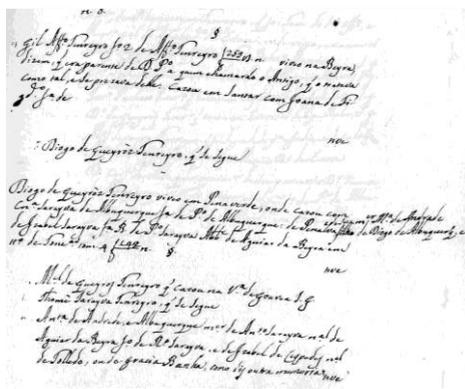
<sup>20</sup> PT/TT/CHR/D. JOÃO III, L.46 f.198v.

<sup>21</sup> Vide Felgueiras Gaio, “Ramos de Albuquerque”, §11.

9 – António de Queiroz Tenreiro, nascido no lugar de Mosteiro, Pena Verde, viveu em Vila da Igreja. Casou Maria de Albuquerque, natural de Mesquitela. C.g.



| 191



Passagem do manuscrito “Título de Tenreiros conforme foi deduzido do Escrito pello Fr. António Rouçado, Eremita de Santo Agostinho” que refere a descendência do 2º Gil Afonso Tenreiro; e passagem do manuscrito do Paço de Fraguas, “Título de Tenreyros”, da autoria de Agostinho Pacheco Telles, que refere a descendência do 2º Gil Afonso Tenreiro.

### TENREIRO, de Fornos de Algodres



8 – GASPAR TENREIRO, documentado como “cavaleiro da casa de D. Fernando de Noronha” a 23/7/1533 quando recebe a mercê do ofício de tabelião de Matança (Fornos de Algodres) em substituição de seu pai<sup>22</sup>, Gil Afonso [Tenreiro], que morrera, escudeiro que fora morador no termo de Sernancelhe e que havia tido esse ofício junto com o de tabelião do público e judicial de Penaverde por carta de 29/10/1522<sup>23</sup>. Provável filha:

<sup>22</sup> PT/TT/CHR/D. João III, L.19 f.148v.

<sup>23</sup> PT/TT/CHR/D. JOÃO III, L.46 f.198v.



?9 – **BEATRIZ VAZ TENREIRO**<sup>24</sup>, nome apenas mencionado na obra *Ascendências Visienses*. Segundo a obra “Os Soveral da Beira”, a mulher de Simão de Soveral, podia ser uma “*J<sup>a</sup> Lopes*” que D. Flamínio apenas refere que foi mulher de um Simão de Soveral, mas sem indicação da naturalidade. Inicialmente propusemos que a mulher de Simão de Soveral seria filha do casal Beatriz Tenreiro e de Manuel Cardoso (ou Manuel Vaz Cardoso), de Viseu (referidos neste texto com o n.º 8), mas atendendo aos novos e importantes elementos apresentados no livro “Os Soveral da Beira”, parece mais aceitável que seja filha de Gaspar Tenreiro que viveu precisamente no termo de Fornos de Algodres. Casou com **SIMÃO DE SOVERAL**, nascido em 1520, em Fornos de Algodres. Com 18 anos de idade embarcou para a Índia com o foro de escudeiro (1538), partindo na nau de S. António. Era filho de Gonçalo Afonso e de Catarina de Soveral<sup>25</sup>, oriunda da linhagem Soveral, descendentes dos senhores de Sobral Pichorro (Fornos de Algodres). Pela cronologia e pela localização geográfica, foram certamente pais de:

10 – **Jerónima Tenreiro**, que segue.

10 – Helena de Soveral. Casou com Simão Lopes (de Tovar?). Filhos:

?11 – Miguel de Pina Tenreiro. A 16/2/1587 foi escrivão das Sisas das vilas de Carapito e Penaverde, sucedendo a um Pedro de Andrade.

?11 – Ana de Tovar<sup>26</sup>. Casada com António Nunes. Foram moradores em Fornos de Algodres. Filho:

12 – Dr. António de Pina Tenreiro. Nasceu em Fornos de Algodres, lente substituto de cirurgia na Universidade de Coimbra, desde 1621. Tirou o bacharelato em Medicina em Salamanca, e depois em Coimbra tirou a licenciatura a 26/7/1629 e o doutoramento a 4/10/1630. Casou com Isabel da Costa, natural de Campo Maior, filha de António de Araújo e de Maria Lopes da Costa, naturais de Campo Maior. Filhos:

13 – Lic. Belchior Tenreiro de Pina. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra a 23/7/1648). Como médico “*passou-se com sua mãe para a Ilha Terceira*” (Alão de Moraes). Casou com Maria Machado. Com descendência.

13 – Miguel de Pina Tenreiro. Nascido em Fornos de Algodres. Foi provedor em Portalegre. Alão de Moraes, em tít. de “Tenreiros” que era natural de Fornos de Algodres. Casou com Mariana Cotrim de Abreu, natural de Lisboa, filha de um torneiro que foi provedor de Lamego. Com descendência.

<sup>24</sup> Não documentamos este nome nem sabemos qual a fonte consultada pelo autor das *Ascendências Visienses*.

<sup>25</sup> Vide “Os Soveral da Beira”.

<sup>26</sup> TT, leitura de Bacharéis, letra M, maço 6, n.º9 - Miguel de Pina Tenreiro.

11 – Simão de Soveral Tenreiro. Nascido em Fornos de Maceira Dão, casou a 24/2/1582 em Linhares da Beira com Leonor Botelho, irmã herdeira do desembargador Dr. Marcos Botelho Furtado (instituidor do morgadio de Nossa Senhora da Esperança em Fornos que nomeou para administrador Miguel de Pina Tenreiro). Filhos:

| 193

12 – Simão de Soveral Tenreiro. Natural de Fornos, foi frade Agostinho, missionário na América, nomeadamente no Peru, donde trouxe especial devoção a Nossa Senhora de Copacabana. Foi padre em Figueiró da Granja, onde instituiu o morgadio e capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Copacabana, com a obrigação de nove missas anuais. Foi sepultado nesta capela em 1652. Está sepultado na dita capela com lápide e inscrição.



*Capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Copacabana<sup>27</sup>, da família Soveral Tenreiro*

12 – Miguel de Pina Tenreiro. Nascido em Fornos de Algodres, cavaleiro fidalgo da C.R. (22/5/1603).

12 – Mécia Botelho, bapt. a 4/11/1583 casada com António Pacheco de Carvalho, natural de Linhares (Celorico da Beira). Com descendência.

12 – Madalena Botelho, bapt. a 19/2/1600.

12 – Catarina de Soveral. Casada com António de Vasconcelos. Com descendência nos Albuquerque Pimentel de Vasconcelos e Soveral, sucessores no dito morgadio, que vieram a ser barões de Fornos de Algodres.

---

<sup>27</sup>Monsenhor José Pinheiro Marques, na sua monografia “Terras de Algodres (Concelho de Fornos)”, p. 241 dá a seguinte explicação: “este misterioso nome de Copacavana se tomou do lugar em que é venerada, que é uma vila do Império Peruano, onde é venerada num Convento dos Agostinhos com grande devoção pelos muitos prodígios. Encontrando-se aí um Clérigo chamado Simão de Soveral, natural da Vila de Fornos, e adoecendo gravemente, prometeu à Senhora que, se ela lhe desse vida e o levasse à sua Pátria, lhe edificaria nela uma casa em que colocasse uma imagem sua. Foi para cumprimento desta promessa que o Padre Simão Soveral Tenreiro a mandou edificar...”.



10 – Maria de Soveral. Casou com Filipe da Veiga, filhos:

?11 – Filipe da Veiga. Casou com (sua prima?) Maria Tenreiro, filha de José Mendes e de Maria Tenreiro (esta possível filha de Ana Tenreiro e Jorge Soveral, referidos em baixo).

11 – Maria da Veiga.

11 – António da Veiga. Foi Padre em Sobral Pichorro.

11 – Isabel de Andrade.

10 – Manuel Vaz Tenreiro<sup>28</sup>. Padre beneficiado na igreja matriz de Fornos de Algodres, onde viveu e faleceu a 7/1/1624, nomeando por testamenteiro seu cunhado Filipe da Veiga. De seu relacionamento com Beatriz Francisca, moça solteira de S. João da Fresta, teve:

11 – Maria de Albuquerque. Casou a 17/7/1639 com Francisco Botelho, nascido em Vila Cova de Tavares a 2/8/1610. Com descendência nos Cabral de Albuquerque Sacadura.

?10 – Ana Tenreiro. Casou com (seu primo?) Jorge Soveral<sup>29</sup>. Filhos nascidos em Sobral Pichorro:

11 – Ana Tenreiro. Casada em Sobral Pichorro a 10/10/1599 com Pedro Francisco.

?11 – Isabel Tenreiro. Casada em Sobral Pichorro com Francisco Luíz, tiveram pelo menos um filho chamado Jorge, bapt. em 1606.

?11 – Maria Tenreiro. Casada com José Mendes, tiveram por filhos:

12 – Nicolau Tenreiro. Em solteiro, teve de uma Maria, moça solteira, uma filha chamada Maria, bapt. em Carapito a 12/4/1636, “*foram padrinhos António Pinheiro e Lianor Tenreira*”. Casou em Carapito a 5/12/1655, com Inocência de Figueiredo, natural da dita freguesia.

12 – Maria Tenreiro. Casou em Sobral Pichorro a 1/4/1630 com Felipe da Veiga, provável filho de Felipe da Veiga e de Maria de Soveral. Filhos:

13 – António da Veiga. Padre de Sobral Pichorro.

13 – Maria, bapt. a 4/3/1640, “*padrinhos Lourenço do Amaral e Maria da Veiga irmã do dito Filipe da Veiga*”.

13 – Brites, bapt. a 7/4/1642, morreu criança.

13 – Francisca, bapt. a 3/8/1650, “*foram padrinhos seu irmão António da Veiga e Domingas João mulher de Manuel Francisco deste lugar*”.

<sup>28</sup> Vide “Ascendências Visienses, vol. II, p.180.

<sup>29</sup> Vide “Os Soveral da Beira”.

13 – Ana, bapt. a 14/10/1672, “padrinhos Lourenço do Amaral morador em Maceira e Maria Tenreira deste lugar”.

13 – Isabel, bapt. a 19/7/1677, ”foram padrinhos Lourenço do Amaral moradores na Maceira e Isabel de Andrade”.

13 – Beatriz, bapt. em Junho de 1690, “foram padrinhos Padre António da Veiga cura nesta Igreja e sua irmã Isabel de Andrade”.

?11 – Manuel Soveral. Natural de Cortiçô, casou com Brites Gil. Filhos:

12 – Domingos Fernandes. Casou em Maceira a 22/1/1619, com Filipa Rodrigues, filha de Bernardo Fernandes e de Ana Murzella, naturais de Maceira. Filhos nascidos em Maceira:

13 – Ana, bapt. a 16/3/1631. Padrinhos João Cerveira e Isabel Soveral de Cortiçô, irmã do dito Domingos Fernandes.

13 – João, bapt. a 8/7/1635

12 – Isabel Soveral, sem mais notícia.

12 – João Tenreiro. Casou em Maceira a 26/11/1624, com Catarina Maria Lourenço, filha de João Lourenço. Foram testemunhas João Cerveira e Lourenço de Amaral. Filhos nascidos em Maceira:

13-Maria, bapt. a 10/6/1635. Padrinhos, Lourenço do Amaral e Catarina Soveral de Cortiçô, mulher de Domingues Fernandes.

?10-Ventura Tenreiro. Faleceu em Sobral Pichorro a 4/9/1611, “ficou por testamenteiro Lourenço Fernandes”. Solteiro.

### TENREIRO, da Casa de Sobral Pichorro e Quinta da Aveleira



*Pórtico medieval em arco da “antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro”, hoje em ruínas, casas de morada dos Senhores dessa vila, os Soveral, de Algodres, encimado pelas suas armas*



¶10 – **JERÓNIMA TENREIRO**<sup>30</sup>, referida por Felgueiras Gaio, no costado 118. Segundo o manuscrito genealógico do Padre Manuel Cabral, esta era proveniente da “*antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro*”<sup>31</sup>. Faleceu a 13/9/1626, na Quinta da Aveleira em Maceira. Casou com o capitão-mor de Algodres **LOURENÇO FERNANDES ANES**<sup>32</sup> (ou NETO), que morou na “*sua Quinta da Veleira*” (Aveleira), situada na freg. de S. Sebastião da Maceira (Fornos de Algodres), onde ele faleceu, a 9/3/1609 com testamento a sua mulher. Jaz sepultado dentro da igreja. Filhos:

¶11 – João Fernandes. Que morou em Infias (Fornos de Algodres). Filho:

12 – Manuel Tenreiro de Pina<sup>33</sup>. Natural de Infias que em 1680 foi “*escudeiro logo acrescentado a cavaleiro com 700 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, indo à Índia onde será armado cavaleiro*”. Teve por filho bastardo Lourenço Tenreiro do Soveral<sup>34</sup>, também nascido em Infias, que teve o foro de moço da Câmara.

11 – Maria Tenreiro. Que casou na dita Quinta da Aveleira com Manuel Cabral, natural da freguesia de Nabais, termo de Gouveia. Este faleceu em Nabais a 26/3/1608 e sua mulher a 27/11/1610. Este ramo, usou das armas dos Cabral aliadas com as dos Tenreiro. Filhos:

12 – Simão Tenreiro Cabral. Que voluntariamente embarcou para a Índia. Sem mais notícia. Este, deve ter recebido o nome de Simão em honra do avô materno de sua mãe, Simão de Soveral.

12 – Lourenço Tenreiro Cabral. Casou em Nabais, com Maria de Almeida de Gouveia. Com descendência na família Sacadura Cabral<sup>35</sup>.

12 – Clara Tenreiro Cabral. Casou três vezes, a primeira com Francisco Gonçalves, a segunda com António Francisco Caldeira e a terceira com Manuel do Amaral. Com descendência<sup>36</sup>.

<sup>30</sup> Referida na obra “Raízes da Beira”, vol.II, p. 656.

<sup>31</sup> “Cabrais da Freguesia de Nabais”, p. 14.

<sup>32</sup> Referido no artigo “Os Carvalhos Manueis de Celorico da Beira Subsídios para o seu estudo” que é uma transcrição do manuscrito da Torre do Tombo, maço nº 1, nº 328, doc. 161, da Real mesa Censória.

<sup>33</sup> A 9/3/1680, alvará de escudeiro logo acrescentado a cavaleiro com 700 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, indo à Índia onde será armado cavaleiro, a Manuel Tenreiro de Pina, natural de Infias, comarca de Viseu filho de João Fernandes.

<sup>34</sup> A 9/3/1680, alvará de moço da Câmara com a moradia e cevada ordinária e condição do número a da Índia, a Lourenço Tenreiro do Soveral, natural de Infias, comarca de Viseu, filho bastardo de Manuel Tenreiro de Pina.

<sup>35</sup> Deste casal descende muita gente, nomeadamente o famoso piloto-aviador Sacadura Cabral (Artur de Sacadura Freire Cabral), o falecido genealogista Armando de Sacadura Falcão, que usava um brasão esquartelado com as armas dos 1º Cabral, 2º Tenreiro, 3º Freire, 4º Côrte-Real (vide “Anuário da Nobreza Portuguesa”, tomo II, edição 1985, p.851, título “Freire Cabral de Sacadura Falcão”) e ainda os conhecidos políticos Miguel Portas e seu irmão Paulo Portas (Paulo Sacadura Cabral Portas).

<sup>36</sup> Ver obra “Cabrais da Freguesia de Nabais” de Armando de Sacadura Falcão.



12 – Maria Tenreiro Cabral. Que, segundo os nobiliários, casou com Cosme de Sequeira, homem dos mais nobres de Melo, por descender dos Marechais de Pinhel. Sem geração.

11 – Gaspar Tenreiro. Possivelmente recebeu o nome de Gaspar em homenagem ao provável avô de sua mãe, Gaspar Tenreiro (este referido no nº 8 do 1 §) que foi tabelião em Matança (Fornos de Algodres).

| 197

11 – Leonor Tenreiro. Nasceu em Maceira, filha de Jerónima Tenreiro e do capitão Lourenço Fernandes Anes, casou com Cristóvão de Figueiredo<sup>37</sup>, morador em Carapito, onde faleceu com testamento a 15/3/1645. Com geração nos Figueiredo Tenreiro, de Carapito, destes nos Pinto Tenreiro, da Casa da Rua da Capela, em Sebadelhe da Serra. Vide o livro “Genealogia da família Tenreiro da Casa da Rua da Capela (Casa dos Pinto Tenreiro) em Sebadelhe da Serra”, p.44.

11 – Ana, referida em 1605 como “*Ana filha de Jeronima Tenreira*”.

11 – Luíza Tenreiro. Faleceu na freg. Sobral Pichorro, com testamento, a 1/8/1671. Casou na freg. de Maceira a 1/10/ 1614 (sendo seu pai já defunto), com João Nunes da Fonseca, natural de Sobral Pichorro, moraram na freg. de Juncais.

11 – Paula Tenreiro. Casou em Maceira a 19/11/1617 com António Velloso.

11 – Francisco. Nasceu em 1597 e faleceu a 20/11/1613, com 16 anos, referido como “*filho de Jeronima Tenreira*”.

11 – Maria, bapt. em Sobral Pichorro, a 14/12/1598, foram padrinhos Francisco do Amaral e Maria da Fonseca.

11 – Lourenço Fernandes, bapt. em Sobral Pichorro, a 26/4/1603.

11 – Maria, bapt. em Sobral Pichorro, a 15/6/1606, foram padrinhos Gaspar da Fonseca e Violante Fernandes.

11 – Francisca Tenreiro. Falecida em Maceira a 10/4/1668. Casou em Maceira a 8/8/1627 com Inácio Ferreira, filho de Domingos Manoel de Carvalho e de Catarina Ferreira, da Quinta da Lavadeira, sendo os pais de ambos já defuntos. Neto paterno de Afonso Manoel de Carvalho e de Domingas Martins Frazão, do Sabugal, neto materno de João Ferreira e de Mécia Vaz. Viveram na Quinta da Aveleira, Maceira, falecendo ela a 10/4/1668 com testamento. Filhos:

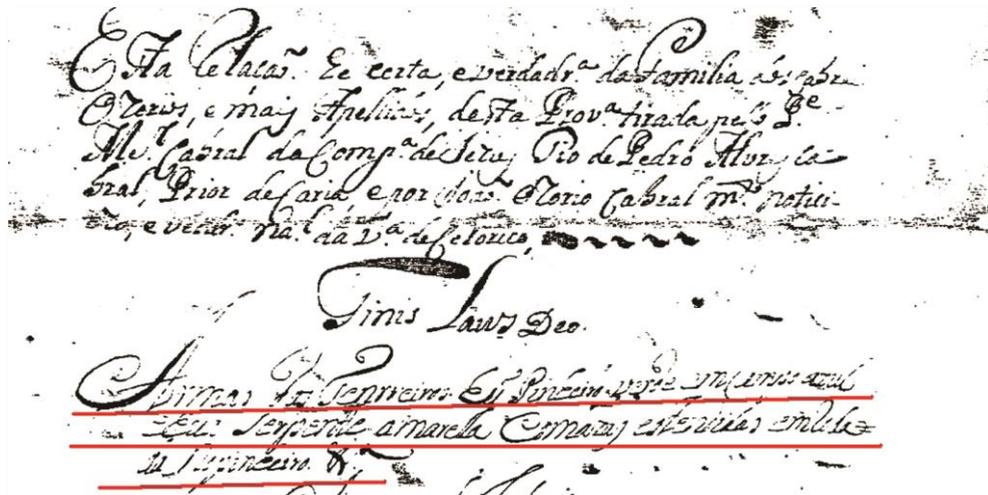
12 – Fr. Inácio. Frade da 3ª Ordem de S. Francisco.

12 – Maria Tenreiro, bapt. em Maceira a 11/6/1628, faleceu com testamento a 8/10/1706. Filha herdeira da casa de seu pai. Casou na Quinta da Aveleira com

---

<sup>37</sup> Por lapso de leitura aparece referido como João de Figueiredo, no artigo “Os Albuquerque, de Queiriz – Subsídios para a sua genealogia”, p 387. Este Cristóvão, deve ser irmão de uma Maria de Figueiredo, mulher de Francisco Serrão (pais de um António Serrão), moradores em Carapito.

João Cerveira da Cunha, senhor do morgado e Quinta dos Telhais<sup>38</sup>, em Maceira, sargento-mor e ouvidor dos condes de Linhares. Entre outros filhos religiosos, tiveram por filho Pedro Cerveira da Cunha, capitão-mor de Algodres, casado 1º com sua prima Mariana de Haro, e 2ª vez com Isabel de Albuquerque, natural de Cortiçô<sup>39</sup>. Com descendência nos Cerveira da Cunha da Quinta dos Telhais.



Descrição das armas dos Tenreiro no manuscrito do Padre Manuel Cabral – hũ Pinheiro verde em campo azul e hua serpente amarela com azas estendidas enrolada no pinheiro

### Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Eduardo Manuel Abreu Cerveira de. “O Carvalhos Manueis de Celorico da Beira Subsídios para o seu estudo”, in revista Beira Alta, 1997, Vol. LVII N°3 e 4.
- CABRAL, Padre Manuel. “Relação verdadeira que veio da Casa da Lagiosa trº da v.ª de Celorico e da hi passarão a d.ª v.ª e varias terras desta Prov.ª da Br.ª” (manuscrito datado de 1723).
- FALCÃO, Armando de Sacadura. “Cabrais da Freguesia de Nabais, termo de Gouveia – Subsídios Genealógicos. Revista Beira Alta, Viseu, 1967.
- GONÇALVES, Eduardo Osório. “Raízes da Beira Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego”, Vol. II, 2006.

<sup>38</sup> Na capela desta quinta existe uma pedra de armas esquartelada, 1º Cerveira (simplificadas), 2º Cunha, 3º N...?, 4º Cerveira (simplificadas).

<sup>39</sup> Deste segundo casamento, descende Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, autor do artigo “Os Carvalhos Manueis de Celorico da Beira Subsídios para o seu estudo”, publicado na revista Beira Alta, 1997, Vol.LVII N°3 e 4.

MORAES, Cristovão Alão. “Pedatura Lusitana” (tit. de Tenreiros), vol.V.

PINTO, Óscar Caeiro. “Os Albuquerque, de Queiriz – Subsídios para a sua genealogia”, in “Beira Alta” Vol. LXIV, 2005.

PINTO, Óscar Caeiro. “Será que Garcia Tenreiro foi senhor de Algoz?”, in Actas do I Seminário de Estudos Históricos sobre o Algarve. Edição da Câmara Municipal de Tavira, 2006. | 199

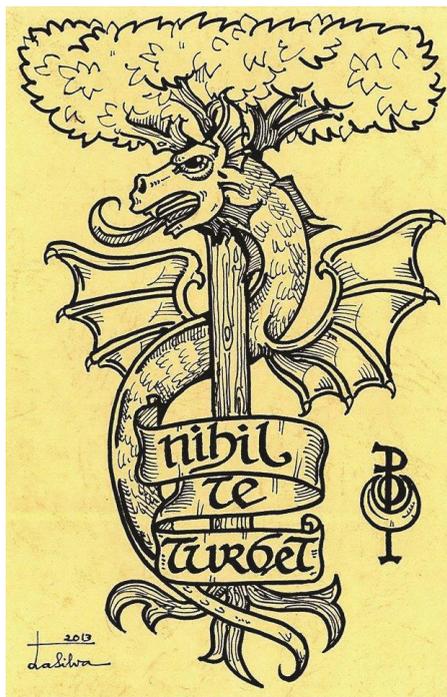
PINTO, Óscar Caeiro. “Genealogia da família Tenreiro da Casa da Rua da Capela (Casa dos Pinto Tenreiro) em Sebadelhe da Serra”. Edição Guarda-mor. 2011.

ROUÇADO, Frei António. “*Título de Tenreiros*” (genealogia manuscrita da Torre do Tombo) 21-F-19, rolo 607.

SOVERAL, Manuel Abranches de. “Ascendências Visienses. Ensaio sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII”. Porto, 2004.

TELES, Agostinho Pacheco. “*Título de Tenreyros*” (genealogia manuscrita do Paço de Fráguas).

VARELLA, Luís Soveral. “Os Soveral da Beira”, Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, Porto, 2013.



*Ex Libris baseado nas armas dos Tenreiro, com o lema “nihil te turbet” e as iniciais “ÓCP”, da autoria de David Fernandes Silva e oferecido ao autor*



## LEVANTAMENTO DOS CASAMENTOS DE ALCANTARILHA

*por Nuno de Campos Inácio*

O ano de 2015 começou com a apresentação de um novo trabalho relacionado com a Genealogia do Algarve, o “Índice Geral de Casamentos do Algarve”, que será organizado por freguesias, sendo o primeiro volume publicado, o relativo à freguesia de Alcantarilha (1606-1905. No total serão 72 volumes que organizam os casamentos celebrados no Algarve por ordem alfabética do primeiro nome do cônjuge marido, contendo o nome completo de ambos os cônjuges, a data de casamento, a freguesia de naturalidade de cada cônjuge, no caso de viuvez quem era o cônjuge anterior e se houve dispensa por consanguinidade ou afinidade. Contém ainda um índice onomástico por apelidos e um índice de freguesias. Já depois de divulgar a existência deste trabalho decidi complementá-lo com um capítulo de história da freguesia que, neste caso de Alcantarilha, contém 150 páginas com dezenas de documentos e imagens inéditas. O trabalho completo terá mais de 400 páginas e terá uma edição máxima de 200 exemplares.

O referido índice não contém todos os matrimónios celebrados entre 1606 e 1905, mas sim aqueles cujos livros e documentos sobreviveram à passagem dos anos. Faltam, assim, todos os casamentos celebrados entre 1621 e 1692, entre 1694 e 1701 e entre 1818 e 1820. Ainda assim sobreviveu a informação relativa a 4182 casamentos.

A informação disponível permite-nos identificar 8362 nubentes (um dos registos não identifica os cônjuges), sendo que 1096 celebraram matrimónio já na condição de viúvos por anteriores casamentos celebrados, tendo essa celebração ocorrido na freguesia de Alcantarilha ou noutras paróquias. Deste modo, 7266 celebraram o seu primeiro matrimónio na freguesia de Alcantarilha, objecto dessa obra.

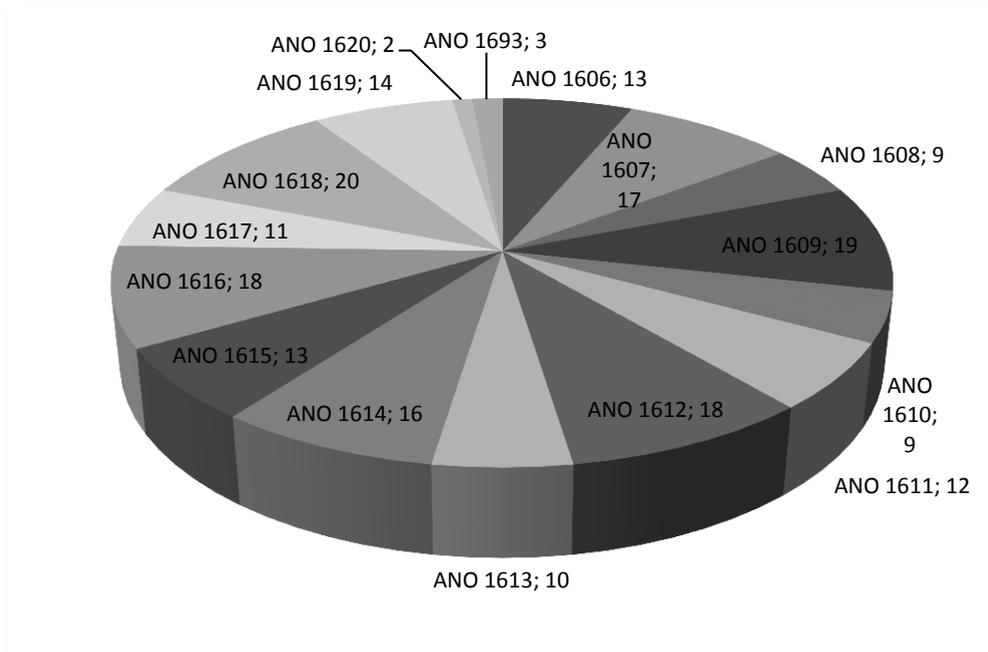
Dos 4182 matrimónios celebrados 87 tiveram dispensa por parentesco, 18 dos quais por afinidade e os restantes por consanguinidade. Estas são as dispensas que constam dos registos paroquiais, mas é certo que existiram muitos mais, que não chegaram a ser declarados ou detectados em termos documentais.

Dos 8362 nubentes identificados, 2353 eram naturais de outras freguesias.

As freguesias com maiores ligações matrimoniais com indivíduos de Alcantarilha são: Pêra (433), Silves (389), Porches (213), São Bartolomeu de Messines (194), Lagoa (189), Algoz (165), Albufeira (142) e Guia (114).

O maior número de ligações é, como se vê, com indivíduos das freguesias envolventes. No entanto, há indivíduos naturais de locais longínquos, como o Brasil (5), Espanha (6), Gibraltar (2), Açores (2), Guimarães (1), Valença do Minho (1), Vila Real (1), Porto (4), Coimbra (2), Alcobaça (1) e Lisboa (4).

## TRATAMENTO GRÁFICO DA INFORMAÇÃO



201

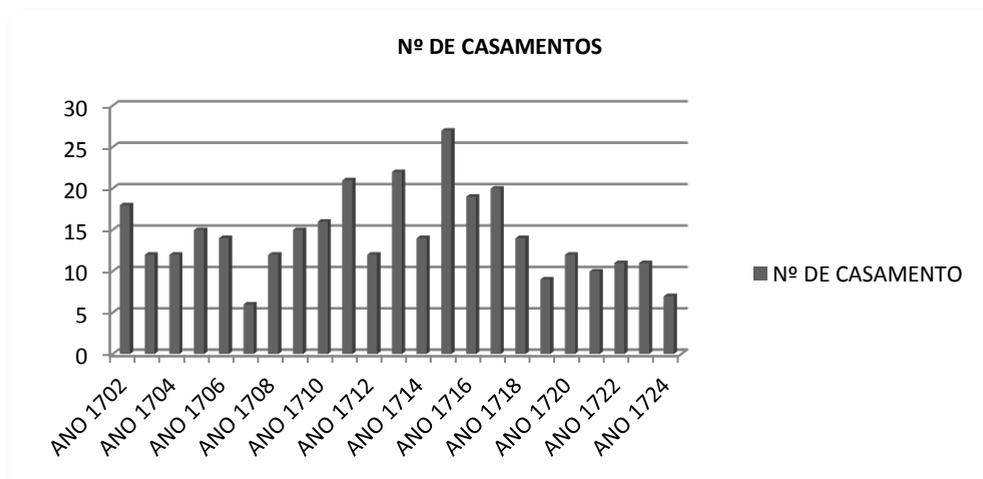
*Gráfico do número de casamento/ano do Século XVII*

Não sendo a amostra relativa ao Século XVII muito significativa permite-nos, no entanto, ter uma ideia da dimensão populacional da freguesia.

Nesta amostra de 16 anos foram celebrados 204 matrimónios, uma média 12,75 casamentos/ano. No entanto, o número de casamentos não é constante ao longo dos anos. Varia entre um mínimo de 9 (nos anos de 1608 e 1610) e um máximo de 20 (de 1618), considerando que os registos de 1620 e de 1693 não correspondem a anos completos.

A um ano com reduzido número de casamentos sucede outro com elevado número de matrimónios que, em alguns casos, ascende ao dobro. A esmagadora maioria destes registos é omissa quanto à naturalidade dos nubentes sendo, por isso, de supor que ambos fossem naturais dessa freguesia.

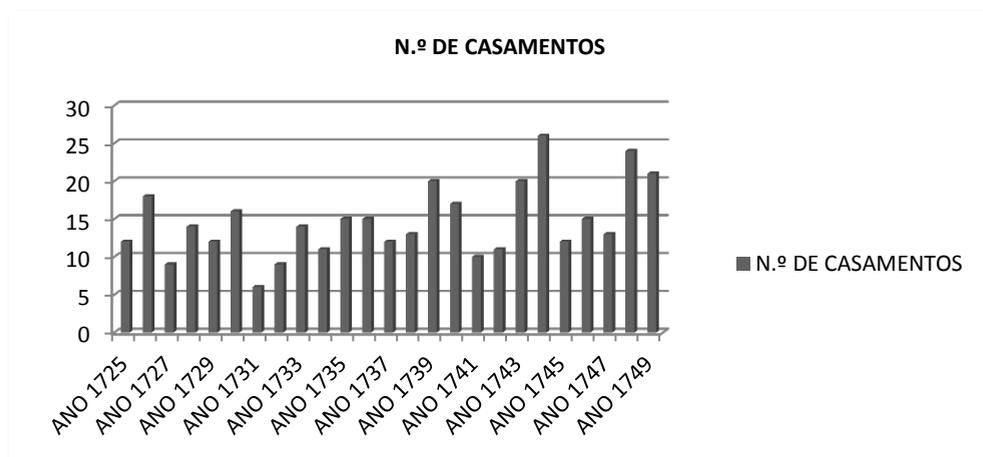
Importa salientar que, no Século XVII, a freguesia de Alcantarilha compreendia o território correspondente ao das actuais freguesias de Alcantarilha, de Pêra (criada em 1683) e de Armação de Pêra (criada em 1933). Temos, assim, uma reduzida população, tendo em atenção a dimensão territorial da freguesia nesse século.



*Gráfico do número de casamento/ ano do 1º Quartel do Século XVIII*

Os dados do Primeiro Quartel do Século XVIII referem-se a um período em que a freguesia de Alcantarilha já tinha perdido o território correspondente à actual freguesia de Pêra. Ainda assim temos um notável incremento populacional neste início de século pois, apesar de ter perdido uma freguesia, apenas em 3 anos o número de casamentos celebrados ficou aquém da dezena, sendo o ano de 1715 aquele que teve maior número de celebrações, com 27 matrimónios.

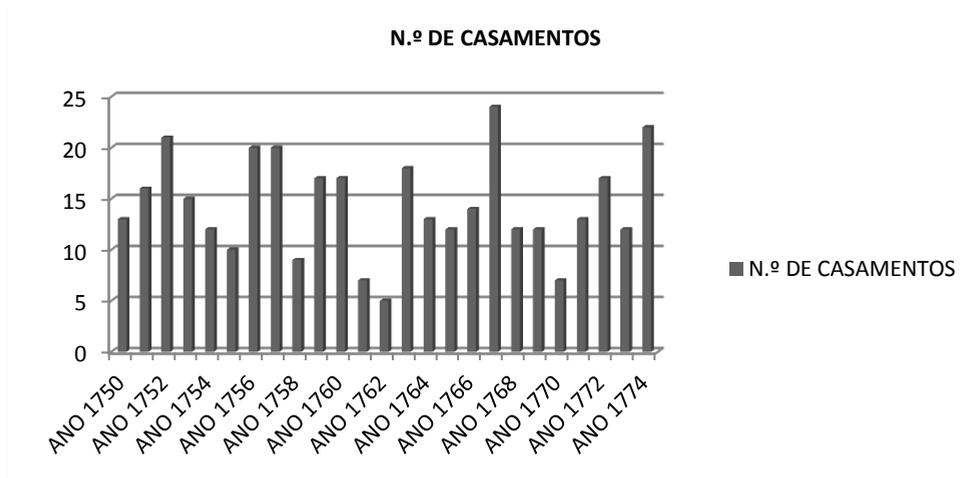
Neste período de 23 anos foram celebrados 329 casamentos, uma média de 14,30 casamentos/ano.



*Gráfico do número de casamento/ ano do 2º Quartel do Século XVIII*

Neste período de 25 anos foram celebrados 365 matrimónios, numa média de 14,6 casamentos/ano.

A média de casamentos celebrados, em relação ao Primeiro Quartel do Século, tem um aumento irrelevante, o que denota um pequeno incremento na população residente.

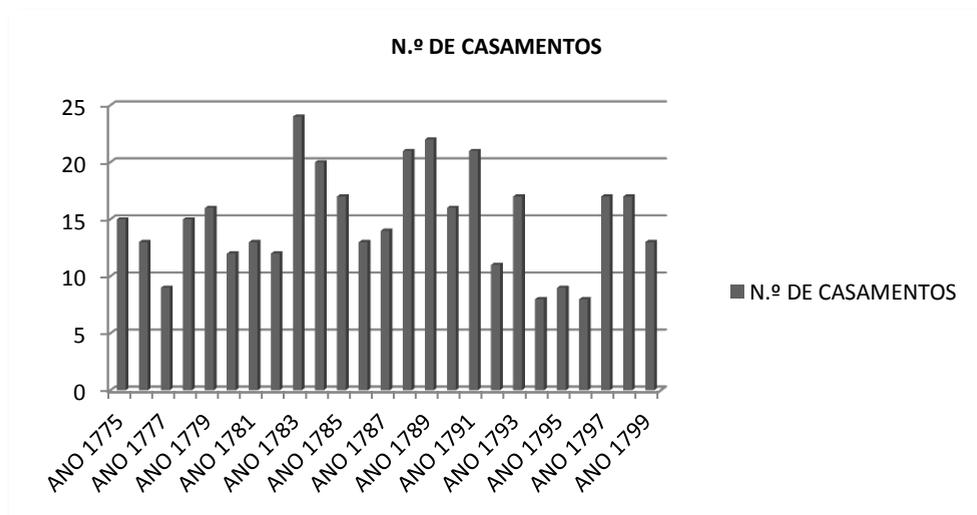


*Gráfico do número de casamento/ano do 3º Quartel do Século XVIII*

Neste período de 25 anos foram celebrados 358 matrimónios, numa média de 14,32 casamentos/ano, ou seja, regressa à média existente no início do Século XVIII. Poderíamos supor que esse decréscimo se devesse ao sismo de 1755, mas tal não corresponde à verdade pois, nos anos seguintes verifica-se um aumento no número de matrimónios, verificando-se o primeiro decréscimo apenas em 1758.

Os anos com menor número de casamentos são 1761 (7 casamentos) e 1762 (5 casamentos), sendo 1767 o ano com maior número de matrimónios celebrados (24 casamentos).

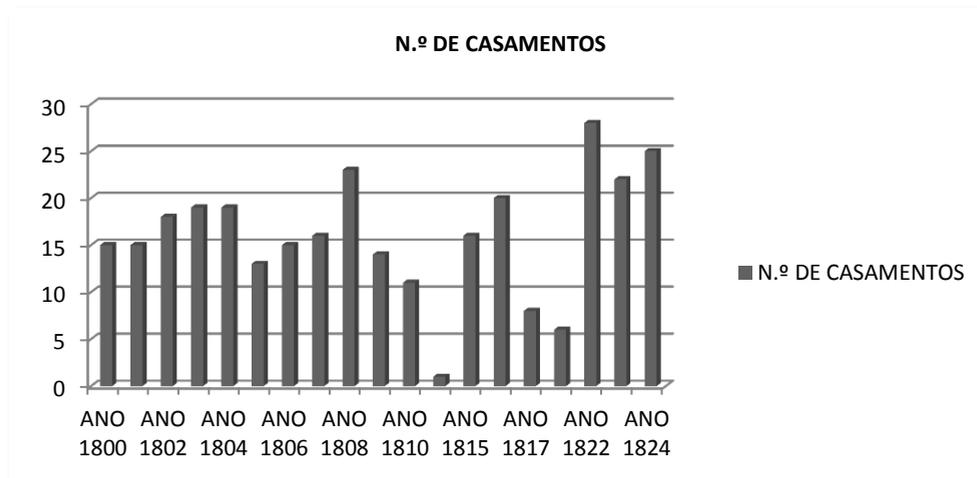




*Gráfico do número de casamento/ano do Último Quartel do Século XVIII*

Neste último quartel do Século XVIII foram celebrados 373 matrimónios, numa média de 14,92 casamentos/anos.

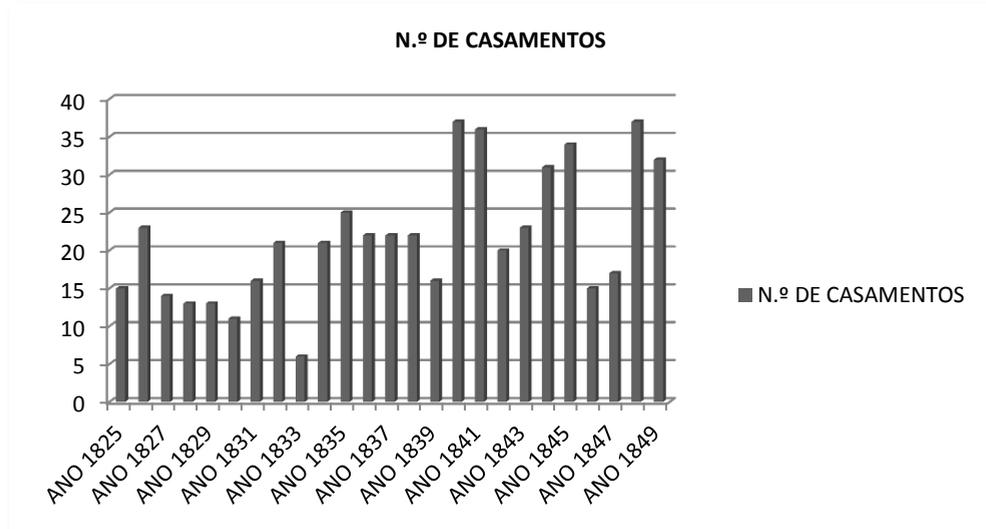
A divisão de número de casamentos por ano passa a ser mais homogénea, com menos subidas e descidas abruptas. Os anos de 1794, 1795 e 1796 têm o menor número de celebrações, que não atinge a dezena, enquanto o ano de 1783 é o que possui maior número de matrimónios, com 24.



*Gráfico do número de casamento/ano do 1.º Quartel do Século XIX*

Do Primeiro Quartel do Século XIX faltam os documentos relativos aos anos de 1811 a 1814. Apesar desta falta chegaram aos nossos dias os registos de 304 matrimónios, com uma média de 16 casamentos/ano.

Este período de ausência de registos corresponde ao tempo das Invasões Francesas, não se sabendo se os documentos desapareceram ou se não foram celebrados matrimónios em Alcantarilha durante esse período.

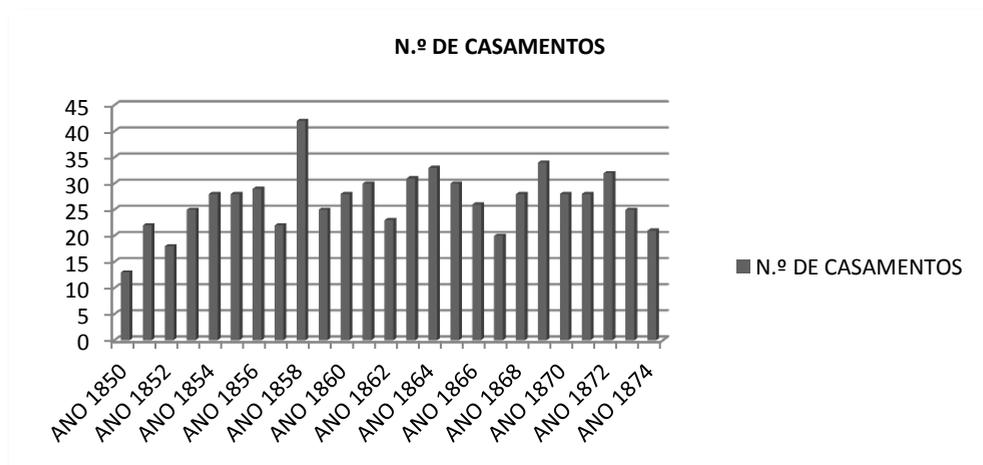


*Gráfico do número de casamento/ano do 2.º Quartel do Século XIX*

O Segundo Quartel do Século XIX ficou marcado pelas Guerras Liberais de 1828-1834, que tiveram forte impacto na região do Algarve e, particularmente, em Alcantarilha.

Este período, apesar de conturbado, evidencia um forte crescimento demográfico. Nestes 25 anos foram celebrados 542 matrimónios, numa média de 21,68 casamentos/ano.

É possível que o número exagerado de casamentos celebrados em 1840 e 1841 se deva a uma acalmia social, depois do período conturbado da guerra civil, onde o número de celebrações foi manifestamente inferior, principalmente em 1833, ano particularmente sangrento. Sabemos que a guerrilha algarvia manteve-se activa durante mais alguns anos depois da Capitulação de Évoramonte, a 26 de Maio de 1834, o que explica, em parte, o reduzido número de casamentos.

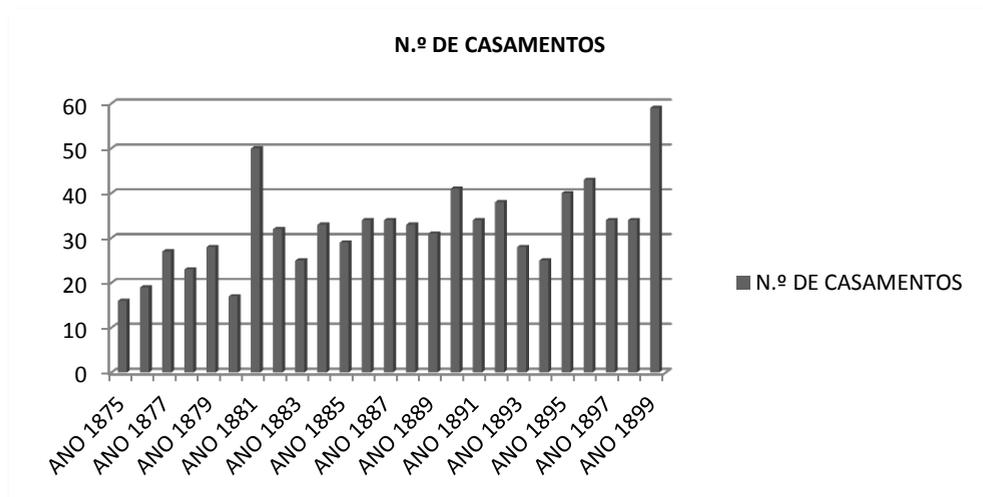


*Gráfico do número de casamento/ano do 3.º Quartel do Século XIX*

Os 25 anos que compõem o Terceiro Quartel do Século XIX mostram uma quase duplicação do número de casamentos em comparação com o Primeiro Quartel do mesmo século. Pelos documentos percebe-se um aumento considerável da população, neste período, no lugar de Armação de Pêra.

A população, até então predominantemente agrícola, passa a conter uma percentagem cada vez mais significativa de marítimos.

Foram celebrados 669 casamentos, numa média de 26,76 casamentos/ano.



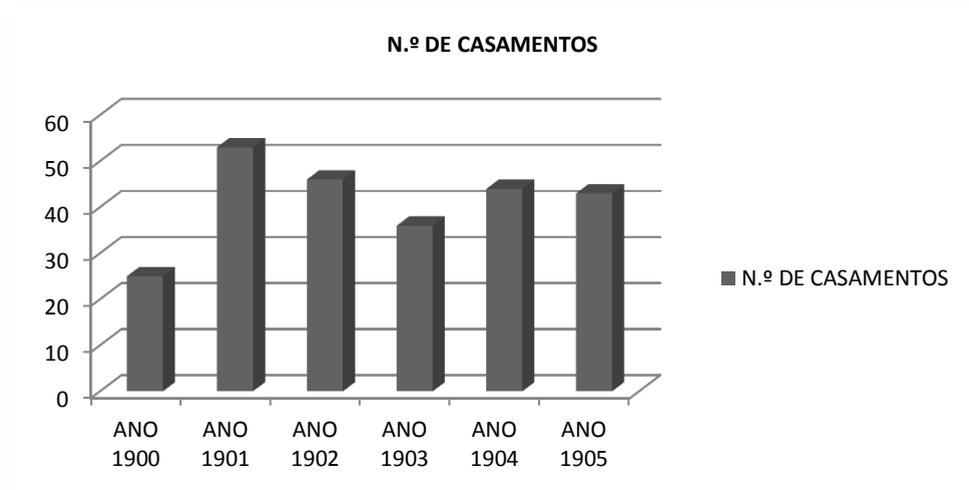
*Gráfico do número de casamento/ano do Último Quartel do Século XIX*

Com um crescimento abrupto do número de casamentos com indivíduos de outras freguesias, o Último Quartel do Século XIX representa o auge populacional da freguesia, com 807 celebrações e uma média de 32,28 casamentos/anos.

Para este crescimento populacional terá contribuído, não só o aumento da taxa de natalidade, como a diminuição da taxa de mortalidade infantil, factores que se juntam a uma melhoria das vias de comunicação, que favorece o contacto com indivíduos de outras freguesias.

| 207

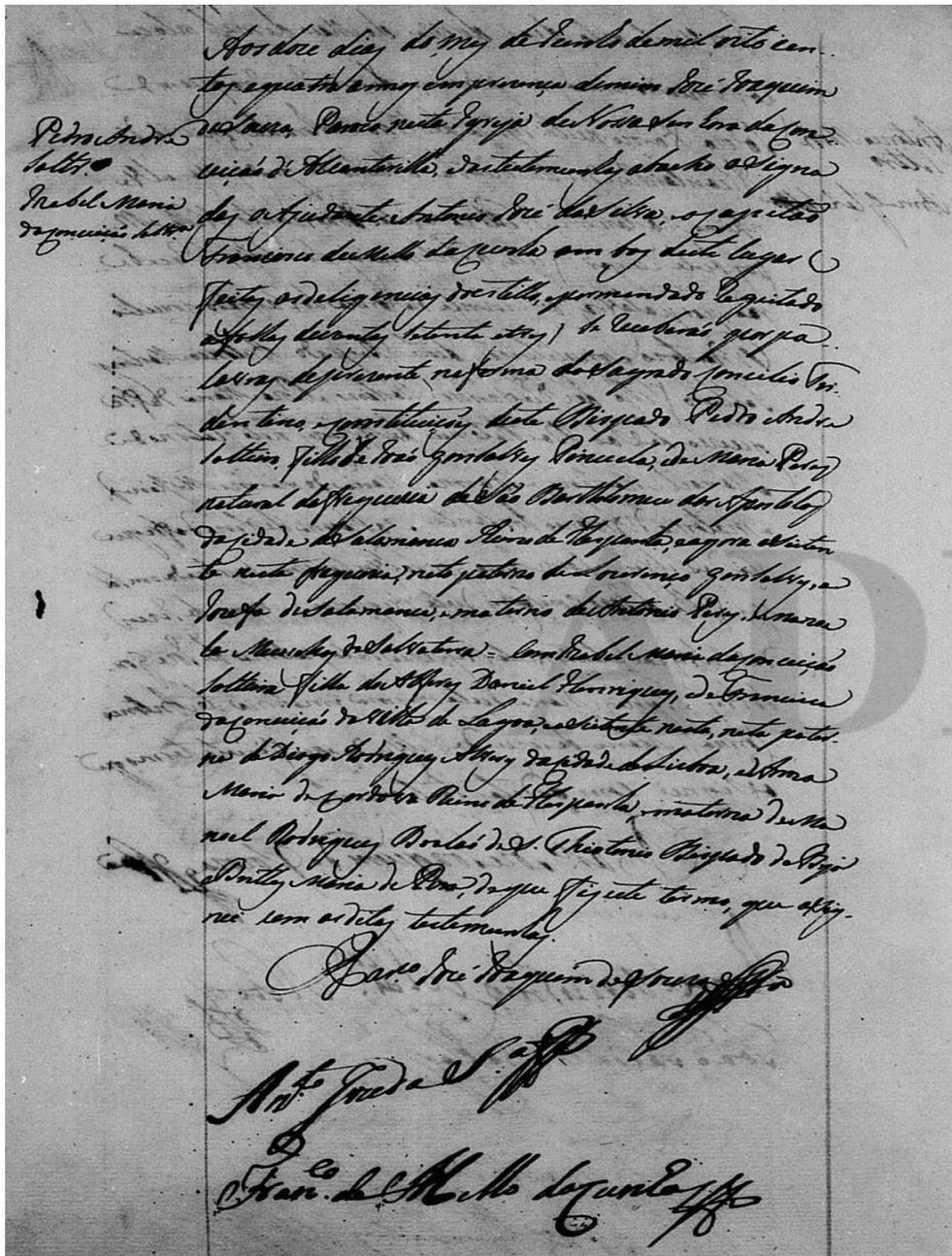
O último ano do Século XIX assistiu a 59 celebrações, um número notável comparado com outros anos desse mesmo século.



*Gráfico do número de casamento/ano do início do Século XX*

Em linha com o final do Século XIX, os primeiros anos do Século XX manifestam uma subida do número de matrimónios celebrados. Nestes 6 anos foram celebrados 247 casamentos, numa média de 41,16 casamentos/ano.

Mais uma vez o número de casamentos de nubentes de Armação de Pêra é significativo, notando-se que esse lugar, já neste período, conhecia um crescimento constante, que viria a justificar a divisão da freguesia de Alcantarilha em 1933, com a criação da freguesia de Armação de Pêra.



Assento de casamento de Pedro André, natural da cidade de Salamanca  
(6º Avó do autor do presente artigo)

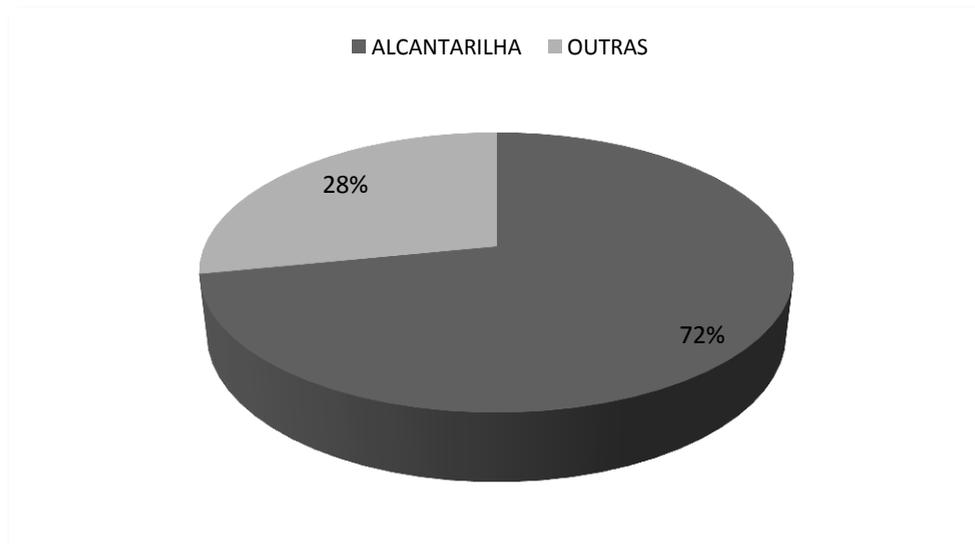
Como já avançamos, dos 8362 indivíduos que contraíram matrimónio na freguesia de Alcantarilha, 2353 eram naturais de outras localidades.

Para efeitos de atribuição de naturalidade, no presente trabalho, assumimos que o nubente é natural de outra localidade quando o documento o afirma directamente ou, quando não refere a naturalidade do cônjuge, indica que ambos os progenitores são naturais de outra freguesia ou, ainda, quando não dizendo de onde é natural, identifica um dos cônjuges como morador noutra localidade.

Poderemos dividir esses 2353 indivíduos por 96 localidades específicas. Para este efeito colocamos como uma localidade, por exemplo, a cidade de Lagos, a cidade de Faro e a cidade de Tavira, todas com mais do que uma freguesia. Quer isto dizer que temos menos localidades de origem do que teríamos se essa divisão fosse feita por freguesias.

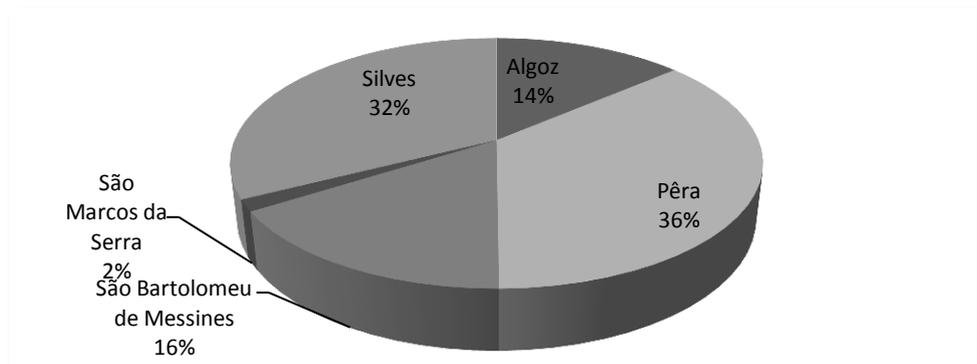
Analisemos, então, as ligações matrimoniais de indivíduos de Alcantarilha com indivíduos de outras freguesias:

Em termos gerais, o número de nubentes de Alcantarilha corresponde a 72% da totalidade.



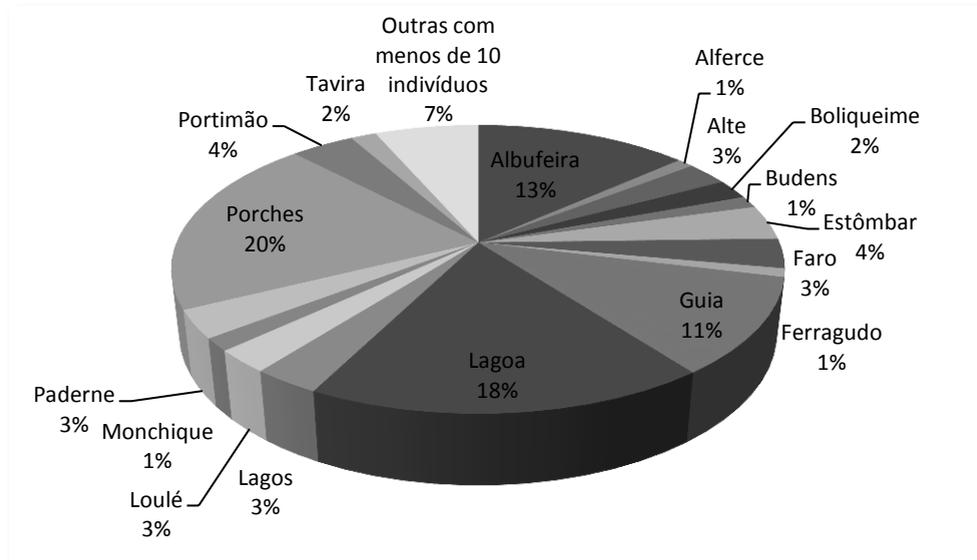
*Gráfico percentual da naturalidade dos cônjuges*

Dos 2353 indivíduos de outras localidades, 1199 (50,96%) eram naturais de outras freguesias do concelho de Silves: Algoz – 165; Pêra – 433; São Bartolomeu de Messines – 194; São Marcos da Serra – 18; Silves – 389 (as freguesias de Armação de Pêra e de Tunes ainda não existiam nesta época).



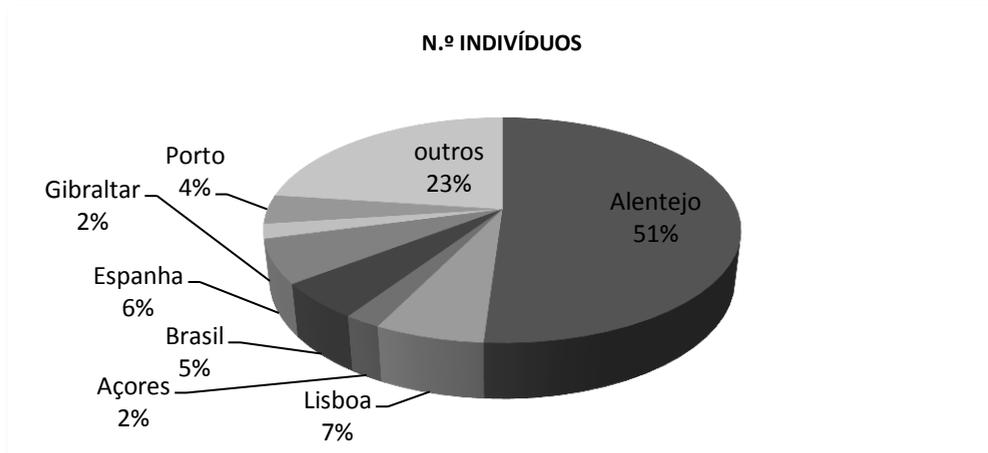
*Gráfico percentual dos naturais do concelho de Silves*

Dos 1154 indivíduos restantes, 1058 (91,68%) eram naturais de outras localidades algarvias: Albufeira – 142; Alferce – 11; Aljezur – 4; Almancil – 1; Alte – 28; Alvor – 7; Ameixial – 1; Bensafrim – 3; Boliqueime – 23; Bordeira – 2; Budens – 14; Carrapateira – 2; Castro Marim – 2; Estói – 1; Estômbar – 41; Faro – 35; Ferragudo – 10; Guia – 114; Lagoa – 189; Lagos – 32; Loulé – 27; Luz (Lagos) – 3; Marmeleite – 1; Martim Longo – 3; Mexilhoeira Grande – 8; Moncarapacho – 3; Monchique – 15; Odiáxere – 1; Olhão – 2; Paderne – 33; Porches – 213; Portimão – 42; Raposeira – 1; Salir – 7; Santa Bárbara de Nexe – 3; São Brás de Alportel – 4; São João da Venda – 2; Senhora do Verde – 4; Tavira – 17; Vila do Bispo – 2; Vila Real de Santo António – 2.

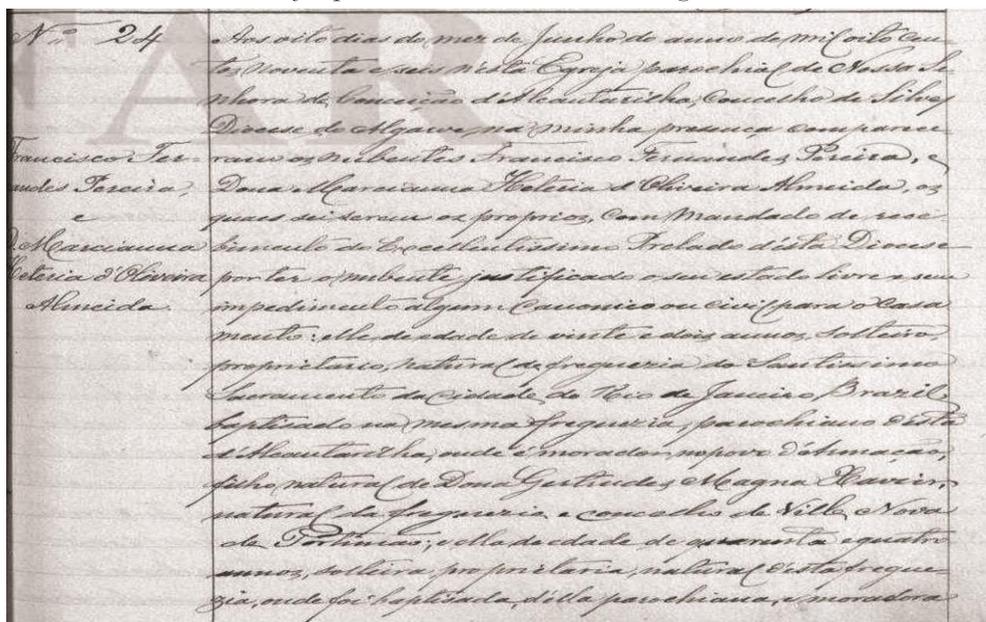


*Gráfico percentual dos naturais da região algarvia*

Concluímos, assim, que apenas 96 dos 8362 indivíduos que casaram em Alcantarilha (1,14%) não eram algarvios. Não será então de estranhar o cunho vincadamente algarvio que esta freguesia ainda apresenta na actualidade, herdado ao longo de sucessivas gerações enraizadas nesta região. De onde eram naturais estes 96 indivíduos?



*Gráfico percentual dos naturais de outras regiões*



*Assento de Casamento de Francisco Fernandes Pereira, natural do Rio de Janeiro*



## OS HEREDIA

por *Luis Soveral Varella*  
(Continuação)

## § 4.º

CONDES DE FUENTES DE EBRO, GRANDES DE ESPANHA,  
E SENHORES DE MORA DE RUBIELOS

1. don **LORENZO FERNÁNDEZ DE HEREDIA**, que alguns chamam don García, foi senhor de Zorita e de Fayos. Com ele Rafael Fantoni y Benedí inicia a sua dedução genealógica sobre os Heredia<sup>1</sup>. Nasceu cerca de 1265 e já tinha morrido em 1323. Em 1301 recebeu do Rei Don Jaime de Aragão a alcaidaria-mor do castelo de Ródenas (Teruel) e em 1316 era mordomo da infanta Dona Leonor de Aragão. Em 1340 era alcaide-mor deste castelo o seu filho don Gonzálo Fernández de Heredia que o era provavelmente já desde a sua morte. Conforme ficou registado acima, quando da biografia de Juan Fernández de Heredia *referido no 1* nas várias linhas desentroncadas apresentadas no final do § 2.º e antes do início do § 3.º, poderia efectivamente ser filho de don García Fernández de Heredia, senhor e alcaide-mor do castelo de Ródenas, como aí serefere, em cuja qualidade recebe 1.000 soldos pela sua tenência em 1300, e neto paterno de don Gonzalo Fernández de Heredia, que o era também em 1294, em cuja qualidade recebe também 1.000 soldos pela sua tenência e outros 1.000 soldos por duas cavalarias<sup>2</sup>, nascido por volta de 1200. Poderá ainda tratar-se do mesmo Lorenzo de Heredia, que em 1296 esteve presente na concórdia feita em entre o Rei Don Jaime II de Aragão e Juan Núñez de Lara, Señor de Vizcaya e de Albarraçín (que em 1255 pertencia a Diego López de Haro), e que a 29 de Junho de 1300 na igreja de San Salvador de Albarraçín prestou homenagem perante o este Rei reconhecendo-o como senhor desta vila, que assim a elevou a cidade, juntamente com o juiz, oficiais, cavaleiros e escudeiros, clérigos e cónegos, nomeadamente dos cavaleiros Pero Jiménez de Iranzo, Ferrant ou Fernán Lopez de Heredia, Iñigo López de Heredia, García Joanes de Heredia e Martín López de Heredia<sup>3</sup>. Casou com doña **Violante de Buyl**<sup>4</sup>. *Foram seus filhos:*

1.1. Mosén **Blasco I Fernández de Heredia**, nasceu por volta de 1300. Foi senhor de los Fayos e de Zorita, e Justiça Maior de Aragão (1360-1362), cargo que

<sup>1</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>2</sup> *Gea en el Tiempo*, disponível em [www.geadealbarraçin.com](http://www.geadealbarraçin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>3</sup> BENAVIDES, Antonio (1860), *Memorias de D. Fernando IV de Castilla*, Vol.2, referindo Archivo Real de la Corona de Aragon, reg. secretorum Jacob. II. de 1292 ad 1300, f.231.

<sup>4</sup> ES/PARES/ACZ-FCZ (Archivo de la Casa de Zavala – Fondo de la Casa de Zavala)/Sección 6, Heredia-Zuloaga, Heredia, Heráldica, 329.5 – Casa de Heredia, legajo 10, nº 5.



é referido nos livro dos foros de Aragão, edição datada de 1576, onde se refere que era irmão do mestre *espítal de Hierusalém*. Casou com doña **Toda Ruiz**, filha de Lope Ruiz de Castilblanque, senhor de Tormón, Cuervo, Cascante e outras vilas, e mulher doña María García de Albornoz. *Foram seus filhos*:

1.1.1. Mosén **Blasco II Fernández de Heredia y Ruiz**, nasceu cerca de 1340. | 213  
Foi senhor de Aguillón, termo de Zaragoza, los Fayos e Justica Mayor de Aragão (1395), cavaleiro armado no dia da coroação do Rei Don Martín de Aragão em 1395. Defendeu a cidade Barbastro contra o Conde de Foix. Deu 60.000 florins ao Rei Don Martín para a Armada que formou 1398 contra os rebeldes da Sicília. A 22.1.1368 e a 27.5.1370, respectivamente, doou a seu sobrinho Juan Fernández de Heredia, o castelo e lugar de Mediana, no termo de Fuentes, e o lugar de María (doação confirmada a 29.9.1369 em Valencia pelo Rei Don Pedro IV de Aragão<sup>5</sup>), e os castelos e vilas de Mora de Rubielos e Balbona. A 15.11.1374 surge numa escritura como tutor de seu sobrinho Juan, *referido adiante*<sup>6</sup>. Casou com doña **Violante de Buyl** (ou Boil)<sup>7</sup>. *Foram seus filhos*:

1.1.1.1. Mosén **Blasco III Fernández de Heredia y Buil**, nasceu cerca de 1371. Foi senhor de Botorrita, Aguillón e los Fayos. A 22.10.1388 entrou em partilhas com Gil Ruiz de Lihori, *referido no 4 deste § 4.º*, relativamente aos testamentos e doações de seus antepassados, que sendo menor de 22 anos de idade, as partilhas foram interrompidas e retomadas apenas em 1393, sendo firmado documento público a 14.4 desse ano e novamente em 1396. Foram-lhe atribuídas nas partilhas as vilas de Fuendetodos, Acañicejo de Huerva, Ayles, Jaulín, Tosos, María, Mediana, com as quais instituiu um vínculo com a condição de, se morresse sem descendência, passasse o dito vínculo ao ramo do referido Gil Ruiz de Lihori. Surge a 23.3.1396, quando num documento em Zaragoza, como senhor de Aguillón em que dá conta a seu primo Juan Fernández de Heredia, senhor de Mora de Rubielos, das homenagens que lhe foram prestadas<sup>8</sup>. Foi governador de Aragão cuja governação alternou entre 1414 e 1416 com o mesmo Gil Ruiz de Lihori<sup>9</sup>. Ainda era vivo a 12.3.1435 quando surge em Tosos, Zaragoza, num escritura

<sup>5</sup> ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES, CP.1, D.6.

<sup>6</sup> ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.2.2.199/CLERO-SECULAR\_REGULAR,CAR.2924, NÚM.8.

<sup>7</sup> Rafael de Fantoni y Benedí termina com este Mosén Blasco II esta linha genealógica referindo que este é tronco dos diferentes ramos desta linhagem que se estenderam pelo espaço geográfico de Aragão, Astúrias e Castela, nomeadamente é o tronco dos López-Fernández de Heredia, condes e senhores de Bureta desde o séc. XVIII até aos nossos dias, remetendo esta nota para a *Árbol de la Sucesión al Condado de Fuentes – Zaragoza*, AHP, *Casas Nobles*.

<sup>8</sup> ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1, D.8.

<sup>9</sup> MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*; e *Cronologia desde la aparición de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracín por Felipe II (1161-1592)*, disponível em [www.geadcalbarracin.com](http://www.geadcalbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).



de venda e hipoteca, como senhor de Tosos e Aguillón (Zaragoza) e dos concelhos de ambos os lugares, a favor de Gaspar Ruiz, mercador, de Daroca<sup>10</sup>. Casou com doña **Isabel Larraz**. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1. **Juan Fernández de Heredia y Larraz**, senhor de Botorrita e do vínculo instituído por seu Pai, nasceu cerca de 1406. Casou com doña **Isabel de Palomar**. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.1. **Juan Fernández de Heredia y Palomar**, falecido sem descendência. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.2. **Blasco Fernández de Heredia y Palomar**, que depois se chamou **Juan Fernández de Heredia y Palomar**, senhor de Botorrita e de Aguillón e do vínculo instituído por seu avô. Era vivo em 1515 quando esteve nas cortes. Casou com doña **Catalina de Villalpando**. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.2.1. **Juan Fernández de Heredia y Villalpando**, último senhor de Botorrita, Aguillón e Tosos por ter instituído estas vilas em vínculo no qual sucedeu seu tio Pedro Fernández de Heredia y Palomar *referido no 1.1.1.1.1.4 deste § 4.º*. Casou com doña **Isabel de Francia** (a). Teve ainda pelo menos uma filha fora do casamento de [...] (b). *Foram suas filhas:*

1.1.1.1.1.2.1.1. (a) doña **Juana Fernández de Heredia y Francia**, que se crê tenha sido abadessa do mosteiro de Casbas de 1522 a 1541.

1.1.1.1.1.2.1.2. (b) doña **Catalina Fernández de Heredia**. Casou com **Juan Pérez de Almazán**, senhor de Maella.

1.1.1.1.1.2.2. doña **Beatriz Fernández de Heredia y Villalpando**.

1.1.1.1.1.2.3. doña **Jerónima Fernández de Heredia y Villalpando**.

1.1.1.1.1.2.4. **Gonzalo Fernández de Heredia y Villalpando**.

1.1.1.1.1.3. **Ramón Fernández de Heredia y Palomar**, morreu sem descendência.

1.1.1.1.1.4. **Pedro Fernández de Heredia y Palomar**, nasceu cerca de 1450. Foi morador em Calatayud, sucedeu no vínculo instituído

---

<sup>10</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.2.1.3.31./PARCENT,C.42, D.18.



por seu sobrinho Juan Fernández de Heredia y Vallalpando, e fez testamento a 10.11.1529. Casou com doña **Constança Muñoz**.

*Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.4.1. **Francisco Fernández de Heredia y Muñoz**, morador em Epila, termo de Saragoça. Poderá ser o mesmo que em 1519 era governador de Aragão<sup>11</sup>. | 215

1.1.1.1.1.4.2. **Gonzalo Fernández de Heredia y Muñoz**, morador em Calatayud.

1.1.1.1.1.4.3. **Trillos Fernández de Heredia y Muñoz**.

1.1.1.1.1.4.4. doña **Ana Fernández de Heredia y Muñoz**, nasceu cerca de 1500. Sucedeu a seu Pai e fez testamento a 17.12.1553 em Teruel onde refere querer ser sepultada na capela de San Jerónimo na igreja de São Pedro de Los Francos de Teruel, de seu marido. Casou em Janeiro de 1529 com **Fernando López de Villanova**, morador em Teruel. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.4.4.1. **Juan López de Heredia**, nasceu cerca de 1525. Foi morador em Calatayud, e fez testamento a 10.7.1587 referindo dever ser sepultado na capela de Santa Juliana na igreja de San Pedro de los Francos. Casou por escritura de 6.12.1560 com doña **Ana de Sayas**, filha de Gaspar de Sayas, *cuyas capitulaciones matrimoniales se hicieron el 6 de Diciembre de 1560*. *Foram seus filhos:*

1.1.1.1.1.4.4.1.1. **Hernando Fernández de Heredia y Sayas**, herdou o vínculo de seu tio Juan Fernández de Heredia e Vallalpando com a imposição de usar o nome e as suas Armas. Morreu sem descendência e sucedeu-lhe seu irmão Gonzalo.

1.1.1.1.1.4.4.1.2. **Gonzalo Fernández de Heredia y Sayas**, sucedeu a seu irmão. Casou a 16.9.1609 em Calatayud com doña **Francisca Sánchez de Mendoza**. Deste casamento nasceu **José Fernández de Heredia y Sánchez de Mendoza**, casado a 23.12.1642 em Calatayud com doña **Petronila Liñán**, de quem foi filho **José Fernández de Heredia y Liñán**, que testou em 1703 e

---

<sup>11</sup> ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/8.6.6.0./PARCENT,C.116, D.31 – *Cuenta que da el sastre Jorge Ferrera a Francisco Fernández de Heredia, actual Gobernador de Aragón, del gasto en telas y hechura de trajes ocasionado por la muerte y traslado a Fuen de Todos (Zaragoza) del anterior gobernador de Aragón.*



casou a 20.2.1679 com doña **Antónia Contín**. Deles foi filho **José Fernández de Heredia y Contín**, que outorgou o seu testamento a 17.4.1758 nomeando como seu herdeiro universal a seu filho, e casou em 1708 com doña **María López Galbán**, sendo seu filho e herdeiro universal **José Fernández de Heredia y Galbán**, casado em 1729 com doña **María Bernarda Esmir y Caverro**.

1.1.1.1.1.4.4.1.3. **Trujillos Fernández de Heredia y Sayas**.

1.1.1.1.1.4.4.1.4. **Jerónimo Vicente Fernández de Heredia y Sayas**. Foi doutor em direitos e professor catedrático de Vésperas na universidade de Huesca em 1612 e reitor da universidade e estudo geral de Zaragoza, em cuja qualidade outorga em Zaragoza a 1.12.1617 o título de doutor em direito pontífico a favor de Ildefonso Moles.<sup>12</sup>

1.1.1.1.1.4.4.1.5. doña **Teresa Fernández de Heredia y Sayas**.

1.1.1.1.1.4.4.1.6. doña **Constanza Fernández de Heredia y Sayas**, foi monja no convento de Trasobares.

1.1.1.1.1.4.4.1.7. doña **Manuela Fernández de Heredia y Sayas**, foi religiosa no mosteiro de Zayda, em Valencia.

1.1.1.1.1.4.4.2. **Pedro López de Heredia**.

1.1.1.1.1.4.4.3. **Fernando López de Heredia**, foi padre da Companhia de Jesus.

1.1.1.1.1.4.4.4. **Francisco López de Heredia**.

1.1.1.1.1.4.4.5. **Alfonso López de Heredia**.

1.1.1.1.1.4.4.6. **María López de Heredia**. Casou com **Juan Miguel Lôpez de Tolosa**, morador em Saragoça.

1.1.1.1.1.4.5. **Petronilha Fernández de Heredia y Muñoz**, foi religiosa no mosteiro de Zaida, em Valencia.

1.1.1.1.1.5. **Jacobo Fernández de Heredia y Palomar**.

1.1.1.1.2. **Isabel Fernández de Heredia y Larraz**.

---

<sup>12</sup> ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/8.2.6.0./PARCENT,C.41, D.17.



### 1.1.1.2. Violante Fernández de Heredia y Buil.

### 1.1.1.3. Aldonza Fernández de Heredia y Buil.

1.1.2. **García Fernández de Heredia y Ruiz**, nasceu em Munébrega, no termo de Calatayud, Zaragoza, e foi assassinado a 1.8.1411 no parlamento por mandado de Pedro de Luna<sup>13</sup>, sendo sepultado no mesmo dia em Almonacid de Zorita, de donde foi trasladado para a vila de Almunia de doña Godina, donde foi novamente trasladado para Teruel por ordens da Rainha Doña Violante, mulher do Rei Don Juan I, aí sendo finalmente sepultado no convento de San Francisco por ele fundado. Foi bispo de Vich e arcebispo de Zaragoza em 1386.

| 217

## 1.2. don **Juan Fernández de Heredia**, *com quem se continua*.

1.3. don **Gonzalo Fernández de Heredia**, nasceu cerca de 1300 e em 1340 surge como alcaide do castelo de Ródenas, tal como o fora seu pai. *Foi seu filho provável*:

1.3.1. ? **Fortún González de Heredia**, nasceu cerca de 1335. A 26.3.1382, como procurador de sua mulher, e em Calatayud, permuta com Juan García de Torrijo, prior, Alfonso Pérez Benavent, sacristão-mor, e os cónegos da igreja de Santa María de la Peña de Calatayud, um terreno situado nos Cañizares, termo de Alhama, por outro situado na Pexcada de la Veguilla, no termo do mesmo lugar. Casou com **Gracia Fernández**. *Foi seu filho*:

1.3.1.1. **Sancho González de Heredia**, nasceu cerca de 1365 e a 2.11.1385 em Munébrega adquire por compra pelo preço de 125 *sueldos jaqueses* a Pedro Diaz Balestero e a sua mulher Olalla a quarta parte de uma torre situada entremuros do castelo de Munébrega que havia pertencido a Martín de Loba, e a Ferrant Sánchez de Sogo como tutor de Romea e Bartolomea, filhas de de Martín de Lobera, notário, e mulher Olalla, e com o poder que é dado por Garci Gabasa, *justicia* de Calatayud, adquire ainda pelo preço de 375 *sueldos jaqueses* umas casas e torre situadas no mesmo castelo<sup>14</sup>.

2. don **JUAN I FERNÁNDEZ DE HEREDIA**, nasceu nos finais do séc. XIII, por volta de 1295 em Valencia ou em Munébrega<sup>15</sup>, junto de Calatayud, província de Zaragoza,

<sup>13</sup> ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.2.2.176/CLERO-SECULAR\_REGULAR,CAR.2917, NÚM.10 – Documento datado de 23.9.1412 em Zaragoza.

<sup>14</sup> ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.2.2.219/CLERO-SECULAR\_REGULAR,CAR.3611,NÚM.19.

<sup>15</sup> Até há pouco tempo atrás a generalidade dos genealogistas davam-lhe o nascimento em Munébrega em 1310, porém Rafael de Fantoni y Benedí, di-lo errado (BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90).



e morreu centenário em Março de 1396 em Avignon<sup>16</sup>, sendo sepultado no convento dos religiosos hospitalários na herdade de Caspe, que fundou. Grande guerreiro e erudito, serviu o Rei Don Pedro IV de Aragão em 1339 e foi seu conselheiro em 1341. A 5.10.1328 era já frei da ordem dos hospitalários. A 26.8.1346 esteve na batalha de Crécy onde salvou a vida ao Rei Filipe IV de França que perdeu essa batalha contra o Rei Eduardo III de Inglaterra, e em 1356 na batalha de Poitiers ao lado dos franceses. Foi cavaleiro da ordem de São João, comendador de Villel, Aliaga y Alfambra, alcaide-mor e *castelan* ou grão-prior de Amposta (1346), prior de São João de Castela (1354), de Saint Gilles, em França (1356) e de Catalonia (1396). Grande chanceler do reino de Aragão, embaixador a Navarra em 1351 e em França em 1356, grão-mestre de Rodes e de São João de Jerusalém (1377-1396), capitão-geral e governador do condado e da cidade de Avignon, em França. Foi senhor de Zorita, do castelo de Bleuca, Vicien, Fraella, Torre de Montes na província de Huesca, e Fuendetodos, em Aragão, por doação do Rei Dom Pedro IV de Aragão por carta dada em Zaragoza datada de 29.9.1348<sup>17</sup>, que foram confiscados a Gombaldo de Tramacet e a Elvira López; senhor da jurisdição civil e criminal de Fuendetodos por mercê do mesmo Rei dada em Barcelona a 25.1.1361<sup>18</sup>; e de Balacroche, em Teruel, senhor de María de Huerva, Zaragoza, a 6.10.1369, e ainda por compra em 1392, da baronia de Fuentes de Ebro, em Zaragoza, e da vila de Mora de Rubielos, pela quantia de 70.000 soldos a doña María Pérez de Lozano, mulher de mosén Pedro de Sessé, senhor de Samper de Calanda y Calanda, em Teruel; e senhor do palácio e herdades de Caspe. Após a sua eleição para grão-mestre de Rodes, comandou um exército Papal e de aliados contra os turcos e os albaneses que ocupavam a costa oeste da Grécia, tendo sido capturado pelos albaneses e mais tarde resgatado. Em 1392, durante o cisma Papal, segue o partido de Clemente VII sendo excomungado pelo Papa Urbano VI, passando a residir em Avignon, onde construiu uma excelente biblioteca e traduziu muitos dos clássicos gregos. Está amplamente documentado, e ainda a 22.5.1360<sup>19</sup> e entre 1377 e 1379 quando é referido no *Libro de los Decretos nº 1 o Deliberaciones de fray Guillermo de Guimerá, lugarteniente del castellán de Amposta, fray Juan Fernández de Heredia*<sup>20</sup>. Casou, para uns, e não casou, para outros, mas teve pelo menos 4 filhos legitimados a 1.5.1360<sup>21</sup>

<sup>16</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90 – Conforme se refere na bula papal *centesimum aetatis sue annum excedens* de Benedicto XIII datada de 7.7.1395.

<sup>17</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.2.

<sup>18</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.5.

<sup>19</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1, D.5 – *Posesión y pleito homenaje del lugar y castillo de Fuendetodos por Juan Fernández de Heredia*.

<sup>20</sup> ES/PARES/ACA (Archivo de la Corona de Aragón)/ES.08019.ACA/1.6.9.4.25/ACA. ORM, Gran Priorato, núm. 0537.

<sup>21</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90, referindo Archivo de la

de doña **Toda Jiménez de Urrea** (a), filha dos senhores de Alcatén, el Bayo y Biota, e de doña **Teresa Centeles** (b), sobrinha da sua cunhada doña Violante Centeles.<sup>22</sup>



| 219

*Detalhe da sepultura e estátua jacente de don Juan I Fernández de Heredia, disponível na internet em [http://www.escultor-arabal.es/dumoarte/juan\\_fernandez\\_de\\_heredia.html](http://www.escultor-arabal.es/dumoarte/juan_fernandez_de_heredia.html) (consulta: Janeiro 2014)*



*Pedra de armas de don Juan I Fernández de Heredia na Coleção do Museu Arqueológico de Rodés. Disponível na internet em [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coats\\_of\\_arms\\_of\\_Juan\\_Fernandez\\_de\\_Heredia.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coats_of_arms_of_Juan_Fernandez_de_Heredia.jpg)*

---

Corona de Aragón: – *hijos ilegítimos de Joan Fernández de Heredia, señor del lugar de Zorita, procesados de ilícito coito, de padre religioso y madres sueltas no casadas.*

<sup>22</sup> A generalidade dos genealogistas dão-no casado as duas vezes e com filhos dos dois casamentos. BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90, e García Ciprés, num estudo publicado na revista *Linajes de Aragón*, dão-lhe as duas filhas referidas em 2.2 e 2.4, mas Gacia Ciprés afirma que todos os filhos e filhas foram da primeira mulher. Pedro Vitales y A. de Burgos dá-lhe filhos das duas mulheres distribuindo-os da seguinte forma: 2.2, 2.4, 2.5 e 2.6 para a primeira mulher e 2.1, 2.3 e 2.7 para a segunda. Rafael de Fantoni y Benedí, *op.cit.*, dá-lhe apenas os 5 filhos referidos em primeiro, legitimados e sem referência à respectiva mãe.



*Foram seus filhos:*

2.1. (b) **Teresa Fernández de Heredia y Centeles**, *com quem se continua*.

2.2. (b) **Francisca Fernández de Heredia y Centeles**, que a 23.7.1370 é representada por seu irmão Blasco, como seu procurador na ratificação do testamento de seu pai. Casou com mosén **Luís Sánchez**, morador em Calatayud.

2.3. (b) Mosén **Juan II Fernández de Heredia y Centeles**, nasceu cerca de 1345 e morreu a 20.10.1368 em vida do seu Pai, com testamento datado de 4.7.1367, testamento este que viria a ser alterado por seu pai a 8.11.1388 em Avignon, França. Foi senhor de Zorita (1359), de Fuendetodos, Bleuca e Fraella. Surge como **Francisco Fernández de Heredia** no seu contrato matrimonial, nome pelo qual devia ser nomeado antes do seu casamento. Casou por contrato de 29.7.1359 com doña **Constanza Tramaced** ou **Constanza Ramaçet**<sup>23</sup>, que levou como dote o senhorio de Fundetodos<sup>24</sup>, que a 15.11.1374 compra a seu filho Juan o acordo de 2.500 soldos jaqueses sobre o lugar de Mora, e ao dito concelho com o consentimento do tutor de seu filho o seu tio Blasco Fernández de Heredia, pelo preço de 30.000 soldos jaqueses<sup>25</sup>. *Foi seu filho:*

2.3.1. **Juan III Fernández de Heredia y Tramacet**, *el póstumo* ou *el noble*, nasceu nos primeiros dias de Janeiro de 1369 já depois da morte do Pai. Foi senhor de Zorita e Fuendetodos, e de um vínculo instituído com as vilas de María, Mediana, Mora de Rubielos y Balbona por seu tio mosén Blasco II Fernández de Heredia y Centellas, seu tutor. Instituiu juntamente com sua mulher vínculos onde determinou que os seus sucessores teriam de ser filhos legítimos, chamar-se Juan Fernández de Heredia, e usar as suas armas em pendão, escudo e selos, determinando ainda que não sendo cumpridas as condições estipuladas para sucessão, todos os bens dos vínculos reverteriam a favor da ordem de San Juan de Jerusalém. Testou a 2.10.1388 em Zaragoza<sup>26</sup> nomeando seu herdeiro universal seu primo Gil Ruiz de Lihori, *referido no 4 deste § 4.º*, que por isso mudou o nome para Juan Fernández de Heredia<sup>27</sup>. Casou com doña **María Jiménez de Buil**, de quem não teve descendência, extinguindo-se a varonia do ramo principal dos Heredia ou Fernández de Heredia.

<sup>23</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.102.61.

<sup>24</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.102.61.

<sup>25</sup> ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.2.2.199/CLERO-SECULAR\_REGULAR,CAR.2924,NÚM.8.

<sup>26</sup> ES/PARES/ACA/ES.08019.ACA/1.9.37.1/ACA,DIVERSOS,SÁSTAGO,NÚM. 082 (LIG 002/025).

<sup>27</sup> Desde esta altura todos os herdeiros da Casa de Heredia neste ramo mudaram o nome para Juan Fernández de Heredia para nela poderem suceder.



2.4. (b) doña **Donosa Fernández de Heredia y Centeles**.

2.5. (a ou b) doña **Toda Fernández de Heredia**.

2.6. (a) **Dionisio Fernández de Heredia y Urrea**.<sup>28</sup>

2.7. (b) **Blasco Fernández de Heredia y Centeles**<sup>29</sup>, nasceu cerca de 1345. Foi senhor de Foyos, capitão da guarda de Saragoça nomeado em 1411, e governador geral de Aragão em 1412. Adquire por compra pelo valor de 160.000 soldos a vila de Medina a Juan Martinez de Luna e a sua mulher doña Teresa Gómez de Albornoz, que doa a seu sobrinho Juan *el Póstumo* a 22.1.1369, aprovada pelo Rei Don Pedro IV a 29.9 do mesmo ano. A 23.5.1370, como procurador de sua irmã Francisca, ratifica o testamento de seu pai Juan Fernández de Heredia, e a 27 do mesmo mês e ano doa o castelo e lugar de Mediana<sup>30</sup>. | 221

3. doña **TERESA FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y CENTELES**<sup>31</sup>, nasceu cerca de 1345 e foi legitimada a 1.5.1360 pelo Rei Don Pedro IV de Aragão. A 26.4.1401 surge em documento emitido em Zaragoza relativo a compras que lhe fez o concelho de Tormon<sup>32</sup>, e ainda noutro documento emitido neste concelho relativo a uma compra que faz a Juan Fernández de Heredia<sup>33</sup>. Casou com **Gil Ruiz de Lihori**, governador e *justicia* maior de Aragão, senhor de Cascante, em Navarra, e de Bechi, que tomou o partido do príncipe Luís de Anjou ao trono de Aragão até don Pedro de Luna assassinar no parlamento o arcebispo de Zaragoza don García Fernández de Heredia. A 17.7.1397 surge em Tormon como procurador de Juan Fernández de Heredia a vender uns pastos aos moradores de El Cuervo<sup>34</sup>, e no dia seguinte, a 18 do mesmo mês e ano, surge noutro documento a conceder a esse concelho o usufruto dos pastos e da madeira duns montes nos termos do concelho em troca do pagamento de 300 soldos anuais<sup>35</sup>. *Foram seus filhos*:

3.1. **Juan IV Fernández de Heredia** que também se chamou **Gil Ruiz de Lihori**, *com quem se continua*.

<sup>28</sup> Não referido por BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>29</sup> Não referido por BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>30</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.102.61.1.1/TORRELAGUNA,C.891.

<sup>31</sup> CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (1658-1734), refere-a erradamente como filha de seu irmão Blasco Fernández de Heredia, Señor de Foyos.

<sup>32</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.12.

<sup>33</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.11.

<sup>34</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.9.

<sup>35</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1,D.10.



3.2. **Sancho Ruiz de Lihori y Fernández de Heredia**, senhor de Cascante, visconde de Gayano (1408), camareiro do Rei Don Martín I *el humano*. Casou com doña **Ramoneta de Centeles**.

4. don **JUAN IV FERNÁNDEZ DE HEREDIA** que antes se chamou **GIL RUIZ DE LIHORI**<sup>36</sup> tendo mudado o nome para poder suceder na Casa de Heredia<sup>37</sup>. Nasceu cerca de 1371 e morreu depois de 15.9.1423. A 22.10.1388 entrou em partilhas com seu primo mosén Blasco III Fernández de Heredia y Buil, *referido no 1.1.1.1 deste § 4.º*, relativamente aos testamentos e doações de seus antepassados, mas sendo menor de 22 anos de idade, os acordos foram firmados apenas a 14.4.1393 e em 1396, ficando a linha divisória das suas possessões o eixo da Serra de Cariñena, e ficando para si Mora de Rubielos, sendo o primeiro que surge documentado como senhor desta baronia comprada por seu bisavô, Balbona, Alcalá de la Selva, Tormón, Elcuervo, Balacroche, Mierla, Alhambra, a Casa e herdade de Alfambra, chamada la Cañada, com todas as casas e herdades que estavam no rio Alhambra, Moínhos de Sarrión e as casas e herdades de Teruel, chamadas Sebastián, Escoriguela e Perales. Em 1411 era senhor de Gea de Albarracín quando, após o assassinato de seu primo o arcebispo de Zaragoza García Fernández de Heredia y Ruiz, combateu o duque de Urgel tendo tomado Albarracín e o seu castelo que tinha Juan Ruiz de Moros seguidor de Álvaro de Luna, pretendente ao trono aragonês<sup>38</sup>, e que lhe foi confirmada por carta do Rei Don Alfonso V, *el Magnánimo*, datada de 20.4.1423<sup>39</sup>, em agradecimento pelos serviços prestados na Sardenha, Bonifacio e Calvi, durante a campanha italiana (que a retirou à linha de seus parentes López de Heredia). Foi ainda senhor da baronia de Fuentes de Ebro, das vilas de Mediana, Santa María, Botorríta, Fuendetodos, Acailla, Alcanizello, Aguillón e de Ayora (assim documentado a 15.9.1423)<sup>40</sup>, e de Chera y Sot de Chera

<sup>36</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), no seu estudo *Los Condes de Fuentes in Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, dá-o como filho de outro Juan Fernández de Heredia (ou Gil Ruiz de Lihori) e de sua mulher doña Marquesa de Heredia, nome da sua mulher, e bisneto de don Gil Ruiz de Lihori, señor de Cascante e camareiro do Rei, e mulher doña Teresa Fernández de Heredia, a qual era filha do mestre frei Juan Fernández de Heredia, o que não é cronologicamente possível. Efectivamente coloca uma geração acima do biografado com os nomes dos pais iguais ao seu e ao de sua mulher e dá-o erradamente como bisneto da que efectivamente era sua mãe.

<sup>37</sup> A 10.11.1569, no contrato de casamento de doña Ana Fernández de Heredia e Híjar, filha do 4.º conde de Fuentes, com don Martín Abarca de Bolea y Castro Pinós, referidos adiante, estabelecem-se definitivamente as obrigações para sucessão no estado de Fuentes e seus termos, nomeadamente que para neles suceder os seus senhores terão de chamar-se Juan Fernández de Heredia. Esta obrigação, embora definida neste contrato de casamento era por certo muito mais antiga, dado que anteriormente os seus titulares mudavam também o nome para nele poderem suceder.

<sup>38</sup> *Cronología desde la aparición de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracín por Felipe II (1161-1592)*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>39</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES, CP.1, D.13.

<sup>40</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.130.43./FERNANDEZ DE HEREDIA, CP.375, D.8.



que herdou de seu pai. A 11.6.1417 outorga uma carta de pagamento de 50.000 florins de ouro que o Rei de Aragão devia ao seu pai e devolve à Rainha Doña Leonor a vila de Puebla de Montalbán que tinha como penhor pelo dito pagamento<sup>41</sup>. Ferveroso partidário do Infante Don Fernando de Antequera, regente de Castela, contra don Álvaro de Luna, desafiou o duque de Anjou em nome do Rei Don Alfonso V de Aragão. Foi governador de Aragão cuja governação alternou entre 1414 e 1416 com seu primo Blasco Fernández de Heredia<sup>42</sup>. Combateu na batalha de Muviedro, foi representante no parlamento de Alcañiz, e em 1449 assistiu à concórdia com o Príncipe Don Enríque de Castela. Casou três vezes: a primeira com doña **María Jiménez de Arellano** (a), de quem não teve descendência; casou segunda vez com doña **Toda López de Gurrea** (b), *com descendência*; e casou terceira vez com doña **Marquesa de Heredia** (c). *Foram seus filhos do terceiro casamento*:

4.1. (c) **Juan Fernández de Heredia y López de Gurrea el de Gelbes**, nasceu cerca de 1402 e morreu a 2.9.1432 na batalha da Ilha de Gelbes. Foi senhor de Chera y Sot de Chera depois de 1423 e até á sua morte. Casou com contrato de 26.12.1425 em Almoda, com doña **Isabel de Bardají**, reconhecendo a 5.12.1431 em Ayora (Valencia) o recebimento de 1.000 florins de ouro como dote de casamento, a qual era filha de Juan de Bardají e de Beatriz de Pinós; e neta paterna de Berenguer de Bardají, *Justicia de Aragón y Señor de la Baronía de Antillón*, e mulher Isabel Ram<sup>43</sup>. *Sem descendência*.

4.2. (c) **Gonzalo Fernández de Heredia y Heredia**, *com quem se continua*.

4.3. (c) **Francisco Fernández de Heredia y Heredia**, nasceu cerca de 1405.

4.4. ? (c) **Pedro Fernández de Heredia**, *filho do biografado no 4 e irmão dos anteriores, foi-o provavelmente também do terceiro casamento*, nasceu cerca de 1410. Foi bailio de *Cantavieja* e embaixador do grão mestre de Rodes em cuja qualidade recebe a 20.10.1480 em Medina del Campo alvará para se aposentar<sup>44</sup>.

5. **JUAN V FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y HEREDIA** que se chamou antes **GONZALO FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y HEREDIA**, tendo mudado o nome para suceder a seu irmão na Casa de Heredia e no senhorio de Mora de Rubielos, qualidade em que é identificado, embora já falecido, no contrato de casamento de seu filho Juan, nasceu cerca de 1403 e morreu em 1446 com testamento datado de 9.9 desse ano em

<sup>41</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/2.5.1.2.12.0/FRIAS, C.126, D.5.

<sup>42</sup> *Cronología desde la aparición de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracín por Felipe II (1161-1592)*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>43</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.130.43.1.1/FERNANDEZ DE HEREDIA, CP.375, D.8.

<sup>44</sup> ES/PARES/AGS (Archivo General de Simancas)/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1127.3/RGS,148010,14.



Nápoles, no qual estabelece como seu herdeiro seu filho Juan Gil e por sua tutora sua mãe, Juana, por ele ser menor. Foi senhor de Fuentes de Ebro, de Mora de Rubielos e mais lugares, e de Chera y Sot de Chera de 1432 a 1446, capitão da fronteira de Teruel e governador de Aragão, que mandou a Martín Pertusa, jurado de Zaragoza. Casou cerca de 1426 com doña **Juana de Bardají y Pinós**, filha de Juan Bardají (ou Juan de Bardaxí y Ram), *señor* das baronias de Antillón y la Almoda e dos lugares de Castellflorit, Pertussa, Osso, Zaidín, Bospén, Abiego, Ponzano, Letux y las Cellas, camareio do Rei Don Alfonso V de Aragão<sup>45</sup>, e mulher, doña Beatriz de Pinos (ou Beatriz de Pinos y de Milany<sup>46</sup>), a qual, na qualidade de senhora de Gea arrenda os dízimos da vila pelo período de três anos o que dá lugar a problemas sérios com o bispo de Albarracín<sup>47</sup>. *Foram seus filhos:*

5.1. **Juan Gil Fernández de Heredia y Bardají**, *com quem se continua.*

5.2. **Diego Fernández de Heredia y Bardají**, nasceu cerca de 1428 e morreu antes de 13.9.1485. De acordo com frei Luis de Ariz<sup>48</sup>, foi viver para Castela onde foi mestre-sala da Rainha Doña María (nascida cerca de 1420 e falecida em 1445), mulher do Rei Don Juan II (nascido em 1405 e falecido em 1454). Casou em Segovia com doña **María de Lama** ou **de Alhama** que 13.9.1485, sendo já viúva, é notificada junto com outros, para, a pedido de Pedro Árias de Ávila, devolverem o gado que havia sido roubado das terras do queixoso<sup>49</sup>. *Foram seus filhos:*

5.2.1. **Juan Fernández de Heredia y Alhama**, nasceu cerca de 1450. Foi morador em Segóvia de cuja cidade era regedor e nessa qualidade é referido em todos os documentos em que surge. Casou antes de 23.2.1480, data em que já é referido como *señor* de Puebla de Almenara, senhorio que teve por sua mulher, com doña **María de Peralta**, senhora de la Puebla de Almenara, em la Mancha, e moradora em Segóvia, falecida antes de 6.9.1494, filha de Pedro de Peralta, e bisneto do doutor Pedro Sánchez de Peralta e mulher doña Maria Sánchez, fundadores do morgadio que incluía a vila e fortaleza de Puebla de Almenara, para as quais Juan de Heredia e sua mulher doña Maria de Peralta obtiveram autorização para venda, ainda que pertencentes ao dito morgadio, por carta de 30.7.1487 dada no Palácio Real de Málaga<sup>50</sup>. Nessa data de 23.2.1480 é referido em documento em que Alfonso Munõz, morador em Corral de Almaguer, requer que ele lhe devolva as 80 éguas que por sua ordem foram roubadas em

<sup>45</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), *Los Condes de Fuente*, Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía.

<sup>46</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), *Los Condes de Fuente*, Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía.

<sup>47</sup> *Gea en el Tiempo*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>48</sup> ARIZ, Luis de, padre frei benedito (1607). *Historia de las Grandezas de Ávila*.

<sup>49</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1122.4/RGS,148509,170.

<sup>50</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1120.6/RGS,148707,1.



terras do Mestre da ordem de Santiago<sup>51</sup>, e nesse mesmo ano, a 11.2, é-lhe ordenado que, não obstante os acordos firmados, dê liberdade para que os moradores da vila de Villamayor que junto a ele se refugiaram em Puebla de Almenara quando a sua vila caiu em poder do marquês de Villena, voltem às suas casas<sup>52</sup>. A 14.6.1488 é avisado por documento emitido em Murcia em resposta à petição dos moradores de Villamayor para proceder ao pagamento de todos os ganhos que Pedro Peralta, seu sogro, lhes havia tomado<sup>53</sup>. A 9.8.1497, ele e seu filho Diego são referidos em documento em que é ordenado a Gonzalo de Villasante e a outros moradores em Segovia que compareçam perante os alcaides de Corte como testemunhas no processo-crime entre eles e António Abendaño, cavaleiro e fidalgo morador em Segovia, por por eles ter sido ter sido atacado, ele e um seu criado<sup>54</sup>. A 31.10 do mesmo ano Antonio de Abendaño é intimado a responder à apelação por eles feita ante o conselho por uma transação ditada pelos alcaides da corte nesse processo<sup>55</sup>, e a 16.8.1497, a comissão dos alcaides da Casa e Corte é instruída para tomar decisão sobre o caso<sup>56</sup>. António Abendaño acaba por ganhar esta demanda, e ainda em 1497, em documento emitido em Valladolid, é ordenado para que se cumpra a sentença dada a seu favor<sup>57</sup>, e é executada a dita sentença nesse mesmo ano<sup>58</sup>. Ainda nesse ano, a 8.11, tem nova demanda entre Francisco de Herrera, contínuo d'el-Rei, sobre a devolução de um cavalo que Juan de Heredia lhe tinha comprado indevidamente<sup>59</sup>. A 20.7.1499, a seu pedido, obtém uma ordem contra Pedro Arias de Avila, aí também morador e regedor, com quem tinha uma desavença por causa de umas terras anexas à cidade e à sua defesa<sup>60</sup>. *Foram seus filhos:*

5.2.1.1. **Diego Fernández de Heredia y Peralta**, nasceu cerca de 1472. É referido em documentos junto com seu pai acima referidos. Casou, tendo recebido seguro Real a 22.11.1495 em Almazán para cumprimento do contrato de casamento feito na Corte, com doña **Manuela de Mansilla**, filha de Rodrigo de Mansilla *mi criado* (da Rainha), e também regedor de

<sup>51</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1127.11/RGS,148002,144.

<sup>52</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1127.11/RGS,148002,148.

<sup>53</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1119.7/RGS,148806,141.

<sup>54</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1110.5/RGS,149708,287.

<sup>55</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1110.3/RGS,149710,169.

<sup>56</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1110.5/RGS,149708,193.

<sup>57</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1110.3/RGS,149710,60.

<sup>58</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1110.3/RGS,149710,131.

<sup>59</sup> ES/PARES/ARCHV (Archivo de la Real Chancillería de Valladolid)/ES.47186.ARCHV/1.1.7.2/REGISTRO DE EJECUTORIAS,CAJA 116,6.

<sup>60</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1108.6/RGS,149907,76.



Segovia<sup>61</sup>. A mesma Rainha Doña Isabel dá-lhe mercê pelos seus serviços na guerra de Granada e em Itália, de que se lhe deviam pagamentos em 1505 e que ele nessa data requer em Segovia que lhe sejam pagos<sup>62</sup>.

5.2.1.2. **Gómez Fernández de Heredia y Peralta**, nasceu cerca de 1485. Casou em Ávila on doña **Juana de Rivera**, filha de Juan de Ávila e mulher doña María de Rivera. *Foi seu filho conhecido:*

5.2.1.2.1. **Juan de Heredia Peralta**, nasceu cerca de 1525 em Segovia. Casou com doña **Beatriz de Vivero**, natural de Ávila. *Foi seu filho conhecido:*

5.2.1.2.1.1. **Diego de Heredia y Vivero**, nasceu cerca de 1560. Casou com doña **Jerónima Dávila**, natural de Madrid. *Foi seu filho conhecido:*

5.2.1.2.1.1.1. **Juan de Heredia y Dávila**, nasceu cerca de 1600 em Segovia. Entrou na ordem de Alcântara a 26.3.1626.

5.2.2. doña **María de Lama** ou **de Alhama**, nasceu cerca de 1460. A 6.9.1494 estava casada com o comendador de Peralta quando este apresenta em Segovia uma petição aos alcaides da Casa e Corte reclamando a seu cunhado Juan, então viúvo de sua irmã doña María Peralta, uma herdade lhe foi adjudicada mediante o pagamento de certa quantia<sup>63</sup>.

5.2.3. ? **Diego de Heredia**, *filho provável do cast biografado no 5.2*, nasceu cerca de 1461. Casou antes de 12.8.1495, com **Catalina Sánchez de Norueña**, filha do licenciado Juan Ruiz de Norueña e mulher Catalina Sánchez, data em que, estando a servir em Nápoles na capitania de don Luis de Acuña, o corregedor, alcaides e juízes eclesiásticos de Segovia, por documento emitido em Burgos são instruídos para que julguem a demanda de seu cunhado o bacharel Pedro Ruiz de Norueña contra a mulher do biografado, e até ao regresso do seu marido<sup>64</sup>. Dessa demanda, a propósito dos bens da herança de seus sogros, já falecidos, o dito seu cunhado Pedro Ruiz de Norueña obtém provisão para que se lhe faça justiça a 8.9.1499 por documento emitido em Granada<sup>65</sup>. A mesma Catalina Sánchez de Norueña junto com seu marido, o biografado, requerem a 19.9.1499 os 20.000 maravedis que lhe foram a ela prometidos por Pedro

---

<sup>61</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.37.2.1/CCA,CED,2-1,158,5.

<sup>62</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.33/CRC,674,1.

<sup>63</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1113.4/RGS,149409,329.

<sup>64</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1112.5/RGS,149508,43.

<sup>65</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1109.4/RGS,149809,241.



Gómez de Porras, a quem ela tinha servido, para ajuda do seu casamento e que o dito não queria pagar<sup>66</sup>.

5.3. **Gonzalo Fernández de Heredia y Bardají**, nasceu cerca de 1430. Foi bispo de Barcelona, arcebispo de Terragona (1490-1511), embaixador do Rei Don Juan II de Castela à Santa Sé, capitão da guarda da Santa Sé no conclave de 1492 que elegeu o Papa Alexandre VI (de 1491 a 1503 e que antes se chamou Roderico de Borja), e prefeito do Vaticano em 1503.

6. don **JUAN VI GIL FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y BARDAJÍ**, *el Mayor*<sup>67</sup>, nasceu cerca de 1430, sendo menor à data da morte do seu pai, e morreu a 1.9.1508 com testamento feito a 7.8 do mesmo ano em Zaragoza<sup>68</sup>. Foi o 1.º conde de Fuentes de Ebro por carta de 18.2.1508 passada em Burgos do Rei Don Fernando II *el Católico*<sup>69-70</sup>, senhor das baronias de Fuentes de Ebro, Mora de Rubielos, Fuendetodos, María, Alcalá, Balbona, Olba, Casconte, Balacroche, Tramacastiel, Elcuervo, Tormón, Gea de Albarracín (que a 1.7.1483 através do seu concelho lhe reconhece os privilégios e concessões Reais a ele outorgadas sobre a sua jurisdição e senhorio<sup>71</sup>), Chera y Sot de Chera (1485-1508), Fuentes, Mediana, e das casas de seus pais em Zaragoza. Serviu o Rei Don Juan II de Aragão em 1461 (Rei de 1425-1479), que o nomeou cavaleiro da guarda do Príncipe Don Carlos de Viana, seu filho, depois deste ter sido preso, e que a 26.10.1464 lhe doou os lugares de Alasquer e Masalaves, em Valencia<sup>72</sup>. Foi

<sup>66</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1108.4/RGS,149909,368.

<sup>67</sup> Assim chamado no contrato de casamento de seu filho.

<sup>68</sup> BALLESTER, Maria José Casaus (2004), *Acumulación de Posesiones y Títulos Nobiliarios de la Casa de Híjar (Ternel) Siglos XIII-XVIII*, Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, N.º. 8, 1, p. 213-250. Dá-lhe erradamente como data da sua morte 28.6.1494, ou seja, antes mesmo da concessão do título de conde de Fuentes de Ebro.

<sup>69</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99./FUENTES,CP.1, D.15. Porém, BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (1999), *Caballeros Aragoneses en la Orden Militar de Calatrava, 1530-1702*, Hidalguía, número 276 Ano XLVII, Setembro-Outubro 1999; CARRAFA, Arturo García (1919). Enciclopedia heráldica y genealógica hispano-americana. Vol.43; de entre muitos autores referem que o primeiro conde de Fuentes foi seu pai o que não é possível pois à data da criação do título (18.2.1508) já seu pai tinha morrido (28.6.1494). Assim, a numeração dos titulares neste trabalho difere da apresentada pelo autor referido nesse seu trabalho. CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (1658-1734). *História Genealógica da Casa de Lara* (INBL – HG 2958<sup>A</sup>-60<sup>A</sup>), refere que o título de conde de Fuentes foi acrescentado de marquês de Mora de Rubielos a 20.1.1643. Nessa mesma obra consta a ascendência de doña Teresa Fernández de Heredia [y Centellas] que era irmã de Mosen Blasco Fernández de Heredia, senhor de Foyos e progenitor dos senhores de Botorrta.

<sup>70</sup> ES/PARES/ACA/9.1.5.10/ACA,CANCILLERÍA,Registros,NÚM.3571 - *Diversorum Aragonum*, VIII, f.CLXXIIv.

<sup>71</sup> *Cronología desde la aparición de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracín por Felipe II (1161-1592)*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>72</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.3.2.12.0/OSUNA, C.1926, D.1.



governador de Aragão concedendo em 1471 salvaguarda ao mosteiro de Casbas, cujo cargo manteve no reinado do Rei Don Fernando *el Catolico*, *regente del oficio de la gobernación de Aragón* que o nomeou seu lugar-tenente em 1481 nas côrtes de Calatayud. Em 1467 surge com sua mulher em documentos como tutor de suas cunhadas como se refere adiante a propósito de sua mulher. A 25.3.1492 estipula um acordo com o concelho de Mora vendendo-lhe pastos nos termos dos concelhos de Mora e de Valbona pelo preço de 200 soldos, e um moinho por 100 soldos<sup>73</sup>. Casou antes de 22.9.1464 com contrato outorgado a 30.12 do mesmo ano em Mora de Rubielos (Teruel) com sua prima co-irmã doña **Francisquina Bardají y Moncayo**, senhora das baronias de Antillón y de la Almoda, e do lugares de Castellflrit, Pertrusa, Osso, Zaidín, Bospén, Abiego, Ponzano, Letux e las Cellas, filha de Juan de Bardají (ou don Juana de Bardaxí y Pinos<sup>74</sup>), senhor do lugar de Çaydi (Zaydin), (e das baronias de Antillón y la Almoda, e dos lugares de Castellflorit, Pertrusa, Osso, Ziadín, Bospén, Abiego, Ponzano, Letux e las Cellas<sup>75</sup>), já falecido à data do referido contrato de casamento, e mulher Serena de Moncayo (ou Serena de Moncayo y Sacosta<sup>76</sup>), baronesa de Albalate<sup>77</sup> (e senhora de San Felices<sup>78</sup>); neta materna de Juan de Moncayo (ou Juan de Bardaxí y Ram, senhor das baronias de Antillón y la Almoda, etc.<sup>79</sup>), governador de Aragão<sup>80</sup>, e de doña Beatriz de Pinos y de Milany; e neta paterna de don Juan de Moncayo y Coscón, senhor de Ráfales y Albalate, e de doña Serena Sacosta<sup>81</sup>. A 22.9.1464 Francisquina Bardají e Moncayo obtém sentença arbitral a seu favor em Mora de Rubielos, termo de Teruel, em processo que moveu contra sua filha Francisquina e seu genro por causa da herança de seu pai<sup>82</sup>. Surge ainda em documento emitido em Alborge a 8.2.1467<sup>83</sup>, e no dia seguinte, a 9 do mesmo mês e ano em documento emitido em Zaragoza com sentença arbitral acerca do senhorio de várias vilas e lugares como Antillón, termo de Huesca, entre Berenguer de Bardají, e

<sup>73</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/45.99.99.0/FUENTES, CP.1, D.14.

<sup>74</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>75</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>76</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>77</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.2.8.3.21./PARCENT,C.34, D.11.

<sup>78</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>79</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>80</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.2.8.3.40./PARCENT,C.41, D.20.

<sup>81</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>82</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.2.8.3.40./PARCENT,C.41, D.20.

<sup>83</sup> ES/PARES/ACA/ES.08019.ACA/3.20.1/ACA,DIVERSOS,Sástago,Pergaminos,CARPETA 05, PERGAMINO N° 224 (LIG 018/017) – *Francisco Sánchez de Cutanda y Antón Bernuz*. *Serie: Ligarças de Aragón. Acuerdo en los pleitos pendientes otorgado entre Berneguer de Bardají, señor de la baronía de Esteruel, Juan Fernández de Heredia, hijo de Juan fernández de Heredia, difunto, señor de la baronía de Mora de Rubielos, tutor y curador de Constança y Beatriz de Bardají, hijos de Juan de Bardají y Serena de Moncayo, Serena de Moncayo, y Francisquina y Esperanza bardají, hijas de los citados Juan de Bardají y Serena de Moncayo.*

Francisquina de Bardají e Juan Fernández de Heredia (y Bardají), como tutor de suas cunhadas Beatriz e Constanza de Bardají<sup>84</sup>.



| 229

*Pintura mural em Alfambra, província de Teruel, em Aragão, representando o 1.º conde de Fuentes de Ebro, disponível na internet em [http://alfambrinos.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=200&Itemid=2](http://alfambrinos.com/index.php?option=com_content&task=view&id=200&Itemid=2) (consulta: 23.3.2009)*

*Foram seus filhos:*

6.1. don **Juan Gil Fernández de Heredia**, *com quem se continua.*

6.2. don **Gonzalo Fernández de Heredia y Bardají**, nasceu cerca de 1467. Casou com doña **Catalina de Torrellas**, baronesa de Antillón. *Foi seu filho conhecido:*

6.2.1. don **Juan Fernández de Heredia y Torrellas**, nasceu cerca de 1510. Foi senhor de Almolda e da baronia de Antillón, em cuja qualidade assina uma escritura de venda a Miguel de Gurrea y Borja, XI senhor da baronía de Gurrea, e a seu irmão Francisco, escritura essa que vem a ser anulada por instrumento público datado de 1.6.1620<sup>85</sup>. Casou por contrato datado de 1546 com doña María Sánchez de Toledo. *Foram seus filhos:*

<sup>84</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.2.8.2.41./PARCENT, C.123,D.11.

<sup>85</sup> ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/8.4.3.33./PARCENT,C.41, D.2 – *Escritura otorgada por Alfonso Martínez de Marçilla a favor de Pedro Luis de Gan, cancelando la venta de la mitad de una comanda depositada por Miguel de Gurrea y Borja, [XI] señor de la Baronia de Gurrea y su hermano Francisco, en manos de Juan Fernández de Heredia Torrellas y Bardají, señor de Antillón. Comanda: Depósito de dinero consignado en escritura pública. Se usa en ocasiones como escritura de deuda para asegurar la primacia en el pago.*



6.2.1.1. don **Martín Fernández de Heredia y Sánchez de Toledo**, que também de chamou **Martín de Torrellas Bardají**, nasceu cerca de 1547. Casou com doña **María de Mendoza y Maúl**. *Foi seu filho conhecido:*

6.2.1.1.1. don **Juan Fernández de Heredia y Mendoza**, que também se chamou **Juan de Torrellas**, nasceu cerca de 1577 e morreu *sem descendência*.

6.2.1.2. don **Luis Fernández de Heredia y Sánchez de Toledo**, também chamado **Luis de Torrellas Bardají**, nasceu cerca de 1550. Casou com doña **Violante de Luna**. *Foi seu filho conhecido:*

6.2.1.2.1. don **Martín Fernández de Heredia y Luna**, nasceu cerca de 1580. Casou com doña **María de Santa Cruz**. *Foi seu filho conhecido:*

6.2.1.2.1.1. don **Juan Bernardino Fernández de Heredia y Santa Cruz**, que também se chamou **Juan Bernardino de Torrellas y Bardají**, nasceu cerca de 1610. Foi o 13.º conde de Fuentes de Ebro em sucessão a seus primos, e conde de Castellflorit. Morreu solteiro e *sem descendência*, passando a sucessão do título a seu primo Jorge de Híjar e Fenández de Heredia.

6.2.1.3. doña **Catalina Fernández de Heredia y Sánchez de Toledo**. Casou com **Juan Jiménez Cerdán**.

6.3. don **Francisco Fernández de Heredia**. Foi governador de Aragão<sup>86</sup>. Casou com **Martina López de Lanuza**, irmã de João de Lanuza, *Justicia de Aragão*. Muito documentado<sup>87</sup>. *Foi seu filho conhecido:*

6.3.1. don **Lorenzo Fernández de Heredia y Lanuza**.

6.4. don **Lorenzo Fernández de Heredia**, documentado nomeadamente a 28.8.1521 em Zaragoza<sup>88</sup>. Foi alcaide-mor do Castelo de Manfredonia sendo

---

<sup>86</sup> MARTON, Leon Benito Marton (1750). Sallent, cabeza de el valle de Tena, sus antiguedades y varones.

<sup>87</sup> ES/SNAE (Sistema Nacional de Archivos de Euskadi)/Índice de la Colección de D. Luis de Salazar y Castro. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005).

<sup>88</sup> ES/SNAE/ICDLSC/K-47, f.13-24, o f.24 v. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005) – *Registro de los actos comunes de los diputados del reino de Aragón del año 1521. Intercalados con sus noticias, se copian las siguientes cartas y documentos: Carta de los diputados del reino de Aragón Otra de los diputados de Aragón al emperador Carlos V comunicándole cómo Francisco Fernández de Heredia, gobernador de dicho reino, estaba gravemente enfermo, y le suplican que provea para dicho cargo, en caso de que vacare, en Lorenzo Fernández de Heredia, su hermano.*



identificado nessa qualidade em carta enviada por seu irmão o 2.º conde de Fuentes ao secretário Miguel Pérez de Almazán<sup>89</sup>.

6.5. ? don **Hernando Fernández de Heredia**, nasceu cerca de 1470, *filho proposto mas não documentado do biografado no 6 sustentado no facto de em processo de habilitação de seu bisneto referido no 6.6.1.2 se referir esta linha como primos do Conde de Fuentes*. Foi senhor do Palácio e Casa de Heredia, na vila de Heredia, em Álava, nas Astúrias Casou com doña **Teresa Hernández de Ascuran**. *Foi seu suposto filho:*

| 231

6.5.1. ? don **Hernando Fernández de Heredia**, nasceu cerca de 1500 e morreu a 30.11.1549, sendo sepultado em sepultura mandada fazer por seu filho don Juan. Foi senhor do Palácio e Casa de Heredia na vila de Heredia, em Álava, nas Astúrias. Fidalgo, *cavallero principal en Aragon* identificado na habilitação de seu neto don Hernando, referido adiante, e primo do conde de Fuentes de Ebro, como aí se documenta<sup>90</sup>. Casou com doña **Teresa Sáez de Vicuña**, nascida na Casa de Vicuña, em Álava, devidamente referida nesse documento, filha de Hernán Sáez de Vicuña, senhor da casa de deste apelido e capitão na conquista de Navarra. *Foram seus filhos:*

6.5.1.1. don **Juan González de Heredia y Sáez de Vicuña**, nasceu cerca de 1530 no Palácio de Heredia e morreu antes de 1588 em Cenicero (La Rioja), sendo sepultado na igreja matriz de Heredia em campa armoriada com o seu brasão de armas. Foi senhor do Palácio e Casa de Heredia, fidalgo cavaleiro cujo cavalo lhe fora oferecido por seu primo o conde de Fuentes, Palácio que frequentava, se hospedava e onde morou muito tempo. À época o conde de Fuentes era Christóbal Fernández de Heredia y Cuevas ou um dos seus irmãos que lhe sucederam no título. Em 1549 mandou fazer sepultura para seu pai, e a 3.12.1556 mandou fazer exéquias por seus irmãos mortos nesse ano, don Hernán, morto em Sevilha, e don Diego, morto em Flandres as serviço do Rei<sup>91</sup>. Casou cerca de 1559 com doña **Cathalina de Zamudio**, nascida em Cenicero, na província de Logroño, lugar vizinho da vila de Heredia, que morou no Palácio de Heredia, filha de Juan de Zamudio *el viejo*, nascido e morador em Cenicero, *bijodalgo notorio* documentado a 30.11.1520 num processo do concelho, justiça e regimento de Cenicero

---

<sup>89</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-13, f.17. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005). – *Carta de Juan Gil Fernández de Heredia, II conde de Fuentes, al secretario Miguel Pérez de Almazán, rogándole interesara a Fernando el Católico en la petición que tenía hecha su hermano Lorenzo Fernández de Heredia, alcaide del castillo de Manfredonia, sobre restauración de dicha fortaleza.*

<sup>90</sup> Manuscrito original datado de 4.8.1588 propriedade do autor destas notas composto por 11 folios todos numerados de 471 a 482 faltando o folio 473.

<sup>91</sup> PORTILLA, Micaela Josefa Portilla (1978). *Torres y casas fuertes en Alava*. Obra Cultural de la Caja de Ahorros Municipal.



sobre fidalguia<sup>92</sup>, senhor de Zamudio e seu alcaide, que surge num documento de reconhecimento e posseção desse ofício por mercê real juntamente com Martín Sáez de Zamudio, morador em Bilbao (Vizcaya) a 29.7.1520<sup>93</sup>, e mulher María Pérez, nascida em Laguardia, em Álava, todos identificados no documento adiante referido. *Foram seus filhos:*

6.5.1.1.1. don **Juan González de Heredia y Zamudio**, nasceu cerca de 1560 em Cenicero. Foi senhor do Palácio e Casa de Heredia. Casou com doña **Isabel Gutiérrez de Amaya y Urrieta**, nascida em Santo Domingo de la Calzada, em la Rioja. *Foram seus filhos:*

6.5.1.1.1.1. don **Lorenzo de Herrera y Gutiérrez de Amaya**, nasceu cerca de 1600 em Santo Domingo de la Calzada. Foi senhor do Palácio e Casa de Heredia, e cavaleiro da ordem de Alcántara em 1631<sup>94</sup>.

6.5.1.1.1.2. doña **Prudencia González de Heredia y Gutiérrez**, herdou a casa e palácio de Heredia. Casou com **Diego de Moreda**, filho de Juan de Moreda e mulher Ana Sánchez de Navarrete. *Foi sua filha:*

6.5.1.1.1.2.1. doña **Ana de Moreda y Heredia**, nasceu em Navarrete. Casou com **Francisco de Anguiano y Barrón**, nascido em Logroño<sup>95</sup>. *Com descendência* <sup>96</sup>.

6.5.1.1.2. don **Hernando González de Heredia y Zamudio**, nasceu em 1560 em Cenicero como se prova da inquirição feita a 4.8.1588 nessa vila para poder passar à Índia e registada em Madrid a 7.9 do mesmo ano, na qual se documenta a sua filiação, a filiação de seus pais, e outros parentescos, nomeadamente com os conde de Fuentes<sup>97</sup>.

---

<sup>92</sup> ES/PARES/ARCHV/ES.47186.ARCHV/1.7.2./REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0347.0083. Era irmão de Martín de Zamudio, morador em Cenicero documentado na mesma data num processo igual (ES/PARES/ARCHV/ES.47186.ARCHV/1.7.2./REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0347.0084).

<sup>93</sup> ES/PARES/ARCHV/ES.47186.ARCHV/1.7.2./REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0345.0009 1520-07-29 REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0345.0009.

<sup>94</sup> BALLESTER, Vicente Vignau y (1903) e GUARDAMINO, Francisco Rafael de Uhaçón y Guardamino, Marquês de Laurencin (1903). Índice de pruebas de los caballeros que han vestido el hábito de Calatrava. Madrid.

<sup>95</sup> A 6.3.1499, por carta passada em Ocaña, um Diego Barrón, morador em Logroño, obtém perdão por ter morto Juan de Heredia (ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1108.10//RGS,149903,104).

<sup>96</sup> *Revista de estudios históricos* (1971), Instituto Chileno de Investigaciones Genealógicas, ed.16-19.

<sup>97</sup> Manuscrito original datado de 4.8.1588 propriedade do autor destas notas composto por 11 folios numerados de 471 a 482 faltando o folio 473 no qual se inicia o interrogatório a Juan Jiménez, morador



6.5.1.1.3. don **Diego González de Heredia y Zamudio**, nasceu em Cenicero cerca de 1560. Entrou na ordem de Santiago a 14.3.1614 com cerca de 54 anos de idade.

6.5.1.2. don **Christóbal de Heredia**, foi clérigo e é identificado no manuscrito acima referido.

| 233

6.5.2. ? doña **Juana de Heredia**, nasceu cerca de 1435, viveu em Segovia e morreu antes de 1499.

6.5.2.1. doña **Juana de Heredia**, nasceu cerca de 1460. Casou com **Juan de Cáceres**, o qual teve demanda com suas cunhadas por causa da herança de sua sogra, e que perdeu, tendo a 1.8.1499 em Valladolid sido avisado o corregedor de Segovia para que nomeie uma pessoa que ajude o licenciado Juan de Heredia e o licenciado Contreras a determinar as dívidas dessa sentença dada a favor das suas cunhadas<sup>98</sup>.

6.5.3. doña **Elvira de Heredia**, que a 1.8.1499 junto com Francisca de Peñalosa e restantes herdeiros de Juana de Heredia, pede e obtém em Valladolid provisão para Diego de Castro, Diego de Vicuña y Gonzalo de Herrera, moradores em Segovia dividam e liquidem os bens e herança de Juana de Heredia o mais depressa possível, na demanda que tinha com seu cunhado Juan de Cáceres<sup>99</sup>.

*Nas páginas seguintes: Reprodução integral do manuscrito original datado de 4.8.1588 referente à habilitação de don Hernando González de Heredia y Zamudio referido no 6.5.1.1.2 deste § 4.º, para passar à Índia, documentando a genealogia desta linha da Família. Manuscrito composto por 11 folios todos numerados de 471 a 482 faltando o folio 473, do arquivo do autor.*

---

em Cenicero, de 74 anos de idade pouco mais ou menos, que declara ser parente em 3.º grau da mãe do suplicante, doña Cathalina Zamudio. O manuscrito refere características físicas e perfil psicológico de don Hernando nomeadamente que *principia a barbar y tiene en la cara y carrillo derecho dos lunares pequeños y una herida pequeña sobre la cesa yzquierda* e era *moco libre soltero [...]* e *persona de notoria calidad y nobleza [...]* *quieto pacífico virtuoso e bonrado*. Refere ainda que é de limpo sangue e não descende nem é parente das linhagens dos *Piçarros* nem dos *Caravajales*.

<sup>98</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1108.5//RGS,149908,58. – *Que el corregidor de Segovia nombre a una persona para que ayude a los licenciados Heredia y Contreras a determinar dudas y capítulos de una sentencia dada a favor de las hijas de Juana de Heredia sobre su herencia contra Juan de Cáceres, marido de una de sus hijas.- Consejo marido que fue de la dicha Juana de Heredia.*

<sup>99</sup> ES/PARES/AGS/ES.47161.AGS/1.1.31.1.1108.5//RGS,149908,159 – *Que Diego de Castro, Diego de Vicuña y Gonzalo de Herrera vecinos de Segovia partan y liquiden los bienes y herencia para lo que fueron comisionados lo más brevemente posible. A petición de Elvira de Heredia y Francisca de Peñalosa y herederos de Juana de Heredia que tienen pleito con 1499-08-01, (Valladolid).*

471

Lo primero digan del condeim<sup>to</sup> del dho Don fernando y de los dho<sup>s</sup> suppadres y sea seles el  
pedim<sup>to</sup> p<sup>ri</sup>ntado y general<sup>e</sup> el dho.

ii Si saben que los dho<sup>s</sup> Ju<sup>h</sup> Gon<sup>z</sup> de Heredia J<sup>o</sup> del dho<sup>o</sup> Palacio y casa de Heredia y la dha<sup>a</sup>  
Dona Cathalina de Carrudo fueron casados y belados abendicion de las<sup>as</sup> madre y g<sup>ra</sup>  
y durante entre ellos el dho<sup>o</sup> matrimonio entre, otros sus hijos Encomieron y procrearon  
por su hijo legitimo al dho<sup>o</sup> Don fernando Gon<sup>z</sup> de Heredia, y por tal le criaron criaron  
y nombraron el qual al p<sup>ri</sup>nte es de edad de diez y nueve años y es de buena persona  
tiene dos lunares en el carrillo derecho y en la frente del lado y izquierdo Vna herida y se  
apunta el bozo, como la bre porcafaa de notoria calidad mucha nobleza y quietud  
bondad y virtud y por tales hauido y tenido comunmente

iii Si saben que los dho<sup>s</sup> Ju<sup>h</sup> Gon<sup>z</sup> de Heredia y Dona Cathalina de Carrudo sumos  
padres del dho<sup>o</sup> Don fernando Gon<sup>z</sup> de Heredia y sus dhos<sup>os</sup> ascendientes y pasados todos  
y cada uno de ellos antes por linea yacendencia de padre como de madre y de los de mas  
sus mayores fueron y son antiquisimos Christianos viejos limpios de todo mala  
raza y sea de judios moros y rifeles, ni convertidos nueva<sup>te</sup> de lencientes de tal  
y de noble buena y limpia generacion y ellos ninguno de ellos ni el dho<sup>o</sup> Don fernando  
ni antes ni fueron, ni son denuncados condenados, ni castigados por el dho<sup>o</sup> Ofi<sup>o</sup>  
de la Inquisicion, ni tuvieron ni tienen, ni fama alguna. Son y  
fueron nobles cavalleros hijos de las personas de las mas principales y de notoria  
calidad desta Comarca y tierra y del dho<sup>o</sup> lugar y por tales fueron y son hauido  
y tenidos y comun<sup>te</sup> reputados y tal estado y es dello la publica voz y fama  
y comun, o opinion sin haver cosa en contrario

iiii Si saben creen y tienen por cierto que el dho<sup>o</sup> Don fernando y los dho<sup>s</sup> suppadres y  
pasados ascendientes antes de parte de padre como de madre y de los demas lineas  
yacendencias no son denuncados, ni lo fueron parientes, ni descendientes de los Picardos  
ni Caravanjales, ni de, otros a quienes prohibido pasar en francia,

Y tiene ofi<sup>o</sup> y fama el dho<sup>o</sup> J<sup>o</sup> Javel

Presentacion de preguntas

En el lugar de Lemiero a quatro dias del mes de Mayo de mil y quatro y ochenta y ocho  
años ante mi Diego Ximenez Escrivano del Rey nro S<sup>o</sup> parecio presente el dho<sup>o</sup>

Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia y pnto este interrogatorio de preguntas de fuso al tenor  
 de las quales pidio ante el dho Soriano examinase los t<sup>os</sup> por su p<sup>te</sup> presentados  
 en Razon de lo contenido en el dho pedim<sup>to</sup> y pnto con la comision del s.<sup>o</sup> aldo  
 mayor con que me barua requerido y estan firmadas de una firma, que se dice  
 El fr.<sup>o</sup> Jarez las quales yo el dho Soriano vbi por presentadas t<sup>o</sup> de la dha pntacion  
 Diego Jimenez y Felipe de Villalva vez<sup>tes</sup> restantes en el dho <sup>lugar</sup> ante mi D<sup>o</sup> Jimenez  
 Presentacion y juram<sup>to</sup> de testigos,

V En el lugar de Cenicero a quatro dias del mes de Agy<sup>to</sup> de mill y quito yo cuenta y oho  
 años por ante mi Diego Jimenez Sorio del Rey nro s.<sup>o</sup> y t<sup>o</sup> de ayuto sorio  
 parecio pnte Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia natural del dho lugar de Cenicero  
 y para inform<sup>on</sup> de lo contenido en el pedim<sup>to</sup> inserto en la comision del s.<sup>o</sup> aldo  
 mayor am dirigida presento por t<sup>o</sup> al fr.<sup>o</sup> Christoval Martinez clero y vnet.  
 en las r<sup>as</sup> del dho lugar y comisario del s.<sup>o</sup> off.<sup>o</sup> de la Inquisicion del qual yo el  
 dho Soriano tome y Receui juram<sup>to</sup> en forma de d<sup>o</sup> por Dios nro s.<sup>o</sup> y por los  
 ordenes de s.<sup>o</sup> Pedro y s.<sup>o</sup> Pablo so cargo del qual puesta la mano en su pecho y orona  
 dixo si juro y amen t<sup>o</sup> Miguel Marin y P.<sup>o</sup> Estevan estudiantes vez<sup>tes</sup> del dho  
 lugar ante mi Diego Jimenez

V Despues de lo suso dho ante mi el dho Soriano y t<sup>o</sup> en cinco dias del dho mes de  
 Agy<sup>to</sup> del dho año parecio pnte el dho Don Hernando de Heredia y p<sup>te</sup> la dha  
 informacion pnto por t<sup>o</sup> a su Jimenez vez<sup>tes</sup> del dho lugar de Cenicero del  
 qual yo el dho Soriano tome y Receui juram<sup>to</sup> en forma de d<sup>o</sup> por Dios  
 nro s.<sup>o</sup> y por s.<sup>ta</sup> maria su madre y por una señal de cruz tal como esta  
 so cargo del qual prometio de decir verdad y ala fuerza y conclusion del dho juram<sup>to</sup>  
 n<sup>o</sup> dixo y respondio si juro y amen t<sup>o</sup> Sancl Ju de la Rauecuca y Pedro  
 de Binegra vez<sup>tes</sup> del dho lugar en se dello lo firme ante mi Diego Jimenez

V Despues de lo suso dho ante mi el dho Sorio y t<sup>o</sup> parecio este dho dia cinco de Agy<sup>to</sup>  
 del dho año el dho Don Hernando de Heredia y para informacion de lo contenido  
 en el dho pedim<sup>to</sup> y pnto ante mi presentadas pnto por testigo a Antonio  
 Martinez Heredia vez<sup>tes</sup> del dho lugar de Cenicero del qual yo el dho Sorio tome  
 y Receui juram<sup>to</sup> en forma de d<sup>o</sup> segun y de la manera q de los t<sup>os</sup> de suso, t<sup>o</sup> Ju Jimenez  
 y Christoval Ruiz de Vbago clero y vnet.  
 del dho lugar ante mi D<sup>o</sup> Jimenez

472

Y despues del suso dho este dho dia mes y año suso dho ante mi el dho dho serui<sup>do</sup> y si parecio ante el dho seruiario y si parecio ante el dho Don Hernando Gon<sup>z</sup> de Heredia y para la dha informacion pnto por testigo a Martin de la Corcana vez del dho lugar del qual yo el dho seruiario tome y receui juram<sup>to</sup> en forma de de<sup>o</sup> por Dios nro s<sup>o</sup> y por s<sup>ta</sup> Maria su madre y por vna xenal de cru<sup>s</sup> tal como esta. E segun que de los t<sup>s</sup> de suso se cargo del qual prometio de decir verdad y dize si juro y amen t<sup>s</sup> el Bachiller Martin de Camudio clerigo y Ant<sup>o</sup> Montinez herederos vez del dho lugar ante mi Diego Ximenez

Y despues del suso dho este dho dia mes y año suso dho ante mi el dho serui<sup>do</sup> y si parecio ante el dho Don Hernando de Heredia, y para en prueba de lo contenido en el dho supedi<sup>o</sup> y preguntas pnto por t<sup>s</sup> a Ju<sup>o</sup> de Vago de la Buena vez del dho lugar digo Ju<sup>o</sup> Ruiz de Vago del qual yo el dho serui<sup>do</sup> tome y receui juram<sup>to</sup> por Dios nro s<sup>o</sup> y por s<sup>ta</sup> Maria su madre segun y de la manera que de los t<sup>s</sup> antes de este se cargo del qual yo el dho seruiario tome y receui juram<sup>to</sup> en forma de de<sup>o</sup> por Dios nro s<sup>o</sup> y por s<sup>ta</sup> Maria su madre segun y de la manera que de los t<sup>s</sup> antes de este se cargo del qual prometio de decir verdad y dize y respondio si juro y amen t<sup>s</sup> Miguel Ruiz de Bagan y Domingo Diaz clerigo vez del dho lugar ante mi Diego Ximenez

Y despues del suso dho este dho dia mes suso dho ante mi el dho seruiario y si parecio ante el dho Don Hernando Gon<sup>z</sup> de Heredia, y p<sup>o</sup> en prueba de lo contenido en el dho pedim<sup>to</sup> y preguntas presento por t<sup>s</sup> a Christoval Ruiz de Vago clerigo y benef<sup>o</sup> entero en la igr<sup>a</sup> de s<sup>ta</sup> Martin del dho lugar del qual yo el dho serui<sup>do</sup> tome y receui juram<sup>to</sup> por Dios nro s<sup>o</sup> y por s<sup>ta</sup> Maria su madre y por vna xenal de cru<sup>s</sup> tal como esta. E se cargo del qual dize y respondio si juro y amen puesta la mano en sospecho y corona t<sup>s</sup> Pedro de Brimegan y P<sup>o</sup> Dominguez vez del dho lugar de Cuenca ante mi Diego Ximenez

Y lo que los dho t<sup>s</sup> y cada vno d'ellos dixer<sup>on</sup> y respondieron cada vno secreta y apartada m<sup>te</sup> al tenor del dho pedim<sup>to</sup> y preguntas por parte del dho Don Hernando de Heredia ante mi presentadas al tenor siguiente

ante mi Diego Ximenez

Prouança

1º El dicho Christoval Martinez, cleroigo benef<sup>do</sup> en la iglesia de S.<sup>t</sup> Martin del lugar de Cenicero comisario del d.<sup>no</sup> offi.<sup>o</sup> de la Inquisicion de Nau.<sup>ta</sup> e. presentado por el d.<sup>no</sup> Don Hernando de Heredia Sany<sup>do</sup> jurado en forma de testado de d.<sup>no</sup> y si endo preguntado por el tenor del interrogatorio y preg.<sup>tas</sup> presentadas ante mi el d.<sup>no</sup> scriuano y al tenor del pedim<sup>to</sup> hecho ante el Sr.<sup>o</sup> Greg.<sup>o</sup> de Estrada y Bocal al d.<sup>no</sup> mayor deste adelantam<sup>to</sup> d.<sup>no</sup> y de puse lo siguiente.

1 La primera preg.<sup>ta</sup> dize q<sup>ta</sup> este t.<sup>o</sup> conoce de vista trato y comunicacion al d.<sup>no</sup> Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia que es moço de buena disposicion de hasta diez y ocho, o diez y nueue años q<sup>ta</sup> prinapiu abandon<sup>o</sup> y viene en la cota y carrillo derecho dos lunares pequeños y una herida pequeña sobre la cefa y queda al qual este t.<sup>o</sup> conoce desde que nacio asta p.<sup>te</sup> y assi mesmo conocio a su Gon.<sup>z</sup> de Heredia y Doña Cathalina de Camudio su mujer padre y madre q<sup>ta</sup> fueron del d.<sup>no</sup> Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia, y assi mesmo conocio este t.<sup>o</sup> a Doña Teresa abuela por parte de padre del d.<sup>no</sup> Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia que vivia y habitaua en la casa y palacio de Heredia de don de era señor el d.<sup>no</sup> Ju.<sup>o</sup> Gon.<sup>z</sup> de Heredia padre del d.<sup>no</sup> Don Hernando por q<sup>ta</sup> este t.<sup>o</sup> sacio y conocio estando en la d.<sup>na</sup> casa y palacio ala honrra de unas misas rucuas de donde Christoval de Heredia cleroigo t.<sup>o</sup> del d.<sup>no</sup> Don Hernando de Heredia y assi mismo conocio este t.<sup>o</sup> a su de Camudio y a Manperez su mujer abuelos por p.<sup>te</sup> de madre del d.<sup>no</sup> Don Hernando Gon.<sup>z</sup> de Heredia, y padres de Doña Cathalina de Camudio su madre a los quales este t.<sup>o</sup> conocio de vista y habla trato y comunicacion que con ellos y con cada vno de ellos tuuo y esto responde alo contenido en esta pregunta.

2º Fue preguntado por su edad y preguntas generales de la ley dize ser de edad de se setenta años poco mas, o menos tiempo, y que no es pariente ni en migo del d.<sup>no</sup> Don Hernando de Heredia, ni lo fue de sus padres, ni abuelos ni con curren en el ning.<sup>o</sup> de las otras preguntas generales de la ley q<sup>ta</sup> le fueron hechas por el d.<sup>no</sup> scriuano.

3º A la segunda pregunta dize q<sup>ta</sup> sabe este t.<sup>o</sup> q<sup>ta</sup> es verdad q<sup>ta</sup> son d.<sup>no</sup> Ju.<sup>o</sup> Gon.<sup>z</sup> de Heredia y la dicha Doña Cathalina de Camudio su mujer vec.<sup>os</sup> del d.<sup>no</sup> lugar de Cenicero

1 A primeira pergunta diz que este testigo conhece al dño Don Hernando Gon de Heredia q fue hijo de Ju Gon de Heredia y Doña Cathalina de Camudio sus padres vecinos del dño lugar de Cenizero y conocio al dño Ju Gon de Heredia y Doña Cathalina de Camudio sus padres y anti mismo conocio a Hernan Gon de Heredia y Doña Teresa su muger padres del dño Ju Gon de Heredia abuelos por partes de padre del dño Don Hernando de Heredia y los suso dños eran señores de la casa y Palacio de Heredia endonde este t. ba estado y sabe q en el dño lugar son tenidos portales señores de la dña casa y palacio de Heredia, y no ha ydo dezir este t. otra cosa en contrario y anti mismo conocio a Ju de Camudio y a Maria Perez su muger vez del dño lugar de Cenizero padre y madre q fueron de Doña Cathalina de Camudio madre del dño Hernan Gon de Heredia abuelos por p. de madre del dño Don Hernan Gon de Heredia los quales los vio vivir y que fueron vez en el dño lugar de Cenizero y portales este t. lo tubo y vio que fueron bairidos y tenidos en el dño lugar de Cenizero y por los vez del, y no sabe ni ha ydo dezir otra cosa en contrario, y esto responde.

2 Fue preguntado por su edad y preguntas generales de la ley dixo ser de edad de setenta y quatro años poco mas, o menos tiempo, y que este t. es pariente dentro del tercero grado de con sanguinidad de Doña Cathalina de Camudio madre del dño Don Her. pero q por esta Razon no dexa de dezir la Verdad de lo que supiere y le fuere preguntado en este caso q es prescrito por t. y no conuieren en ning. de las otras preguntas generales de la ley q se fueron hechas y esto responde al con tenido en esta pregunta.

4 A segunda pregunta dixo q como dño y declarado tiene este t. conocio los dño Ju de Heredia y Doña Cathalina de Camudio su muger padre y madre q fueron del dño Don Hernando de Heredia a los quales este t. vio vivir casa dos y belados en el dñ de la s. madre y hia y haz dña Maria de la s. en uno comotales morada y muger, este t. entre los demas sus hijos vio q criaron y alimentaron portal se hizo al dño Don Hernando de Heredia en la p. cont y se dauan y dieron con escoria, y en esta, opirion y reputacion este t. se sacando y tiene y vio q ha sido bairido y tenido y no sabe, ni ha ydo dezir otra cosa en contrario por q este t. se conoce des de que nacio a esta p. y habito de villa

de los susos dho. y aparecen deste t.º y segun por su aspecto parece podra ser de la  
 hidad en la p[ro]p[ri]e[da]d de clarada y tiene buena persona y ha visto tiene los lu  
 naves y señales en la p[ro]p[ri]e[da]d declarados, y sabe este t.º d[omi]n[ic]o, y porca[usa] por que  
 en esta reputacion tiene y no sabe lo contrario, ni lo ha oydo dezir y sabe  
 q[ue] es persona calificada porque los d[omi]nos sus padres y abuelo a quien es testigo  
 en d[omi]no q[ue] conuo fueron señores de la casa, y Palacio de Heredia en donde en  
 la ig[lesi]a parrochial donde esta la d[omi]na casa tiene mucha calidad y premi  
 nencia como s[er] de la d[omi]na casa, viene rentas quetira como s[er] de la d[omi]na casa y del  
 d[omi]no lugar en donde tiene fundado su mayorazgo y que son Cavalleros hijos  
 dalgo y portales y ental reputacion tenidos, y ha oydo dezir q[ue] de la d[omi]na casa y  
 Palacio de Heredia decendon el Conde de Fuentes Cavallero y principal en Ara gon  
 y asi mismo sabe que el d[omi]no J[uan] de Carrudio abuelo por p[ar]te de madre del  
 d[omi]no Don Hernando de Heredia era hijo dalgo notorio y portal y como tal  
 se guardavan y guardaron en el d[omi]no lugar de Lenicero las p[re]eminencias  
 y libertades q[ue] a los otros hijos dalgo del d[omi]no lugar lo qual es verdad publico  
 y not. en el d[omi]no lugar de Lenicero y en los d[omi]nos de el, y de lo contrario, no sa  
 ydo fama, ni rumor en el d[omi]no lugar, ni en los demas lugares de la Comarca  
 y sabe q[ue] el d[omi]no Don Hernando Gon[ç]alves de Heredia es persona de virtud y bondad  
 y portal este t.º le ha testado y tiene y d[omi]n[ic]o y ve que ha usado y tenido  
 y no sabe, ni oydo dezir, otra cosa en contrario por q[ue] si otra cosa fuera  
 este t.º le supiera y no pudiera ser menos por la noticia tan larga q[ue] ha tenido  
 de los padres y abuelos del d[omi]no Don Hernando Gon[ç]alves de Heredia y de los susos  
 d[omi]nos y esto responde a lo contenido en esta pregunta

u

A la tercera pregunta dixo que por la razon contenida en las p[re]g[un]tas antes de esta  
 del conoim[en]to y noticia a queste t.º tuvo y tiene de los d[omi]nos padres y abuelos  
 del d[omi]no Don Hernando Gon[ç]alves de Heredia asi de p[ar]te de su padre como de su  
 madre, y lo q[ue] ha oydo dezir de los demas sus acendentes sabe q[ue] los susos d[omi]nos  
 y cada uno de ellos y el d[omi]no Don Hernando todos y cada uno de ellos antes  
 y son antiquissimos cristianos viejos limpios libres de toda mala yaga  
 de Judios moros ni enberranos ni heteranas. z. m. l. u. e. m. t. e. con testi do b  
 de la s[er]v. fee de Jeruchristo por q[ue] este t.º lo sabe y tiene y ha visto q[ue]

S

479

ansido y son baxidos y tenidos de noble y buena y limpia descendencia y q  
ellos ninj de ellos ni el dho Don Hernando Gon<sup>3</sup> de Heredia no asido  
ni fueren de ninguna de las condennadas ni a ligados por el s<sup>to</sup> offe de la Jng<sup>ca</sup>  
ni sabe, ni ha, ni oye decir q ellos ninj ninguno de ellos tuvieran otra raza  
ni macula alg<sup>a</sup> que les impida tener y pretender cosas principales y  
honoras dho q fueron tenidos por tales personas como la pregunta dize  
Cavalleros hijos dalgo y de las mas principales y ning mas que ellos del dho  
Lugar de Cernica y de su Comarca y por tales este t<sup>o</sup>. lo tuvo y tiene y  
ha que fueren Envidos y tenidos, y como m<sup>te</sup> reputados en tal asido  
y es dello lo que vos y fama en todas las personas q de los susos dho y  
cada uno de ellos anterioro noticia y no sabe ni ha oyo decir, ni cosa en  
contrario y esto responde a lo que se le preg<sup>ta</sup>

iiij<sup>a</sup> A la quarta preg<sup>ta</sup> dho q este t<sup>o</sup>. creyere por cosa cierta y averiguada q el dho  
Don Hernando Gon<sup>3</sup> de Heredia no es ni es de las dos estirpes  
y linajes en la pregunta contenidos de Pizarros ni de susos hijos por q no ha  
oydo decir ni sabe ni cosa y esto responde a lo contenido en la preg<sup>ta</sup>

v<sup>a</sup> A la quinta pregunta dho que dize lo que dho y declarado tiene en este su dicho y  
preguntas antes desta q le fue leído por mi el dho escriuano y dho lo entendido  
dize quatro cosas dho es la verdad ni lo que sabe para el su asido q lo hecho  
y en ello se afirma y ratifico ante mi el dho escriuano y lo firmo de su nombre Ju  
dimenez para ante mi Di de marzo

vi<sup>a</sup> El dho Antonio Martin Herreos vez del lugar de Cernica t<sup>o</sup>. juró dho jurado  
por el dho Don Hernando Gon<sup>3</sup> de Heredia dho jurado en forma de dho y siendo  
preguntado por el tenor del pedim<sup>to</sup> hecho por el suso dho y preg<sup>ta</sup> del interroga  
torio por el preguntado ante mi el dho escriuano dize, y despues lo hij<sup>te</sup>

vii<sup>a</sup> A la primera pregunta dho q este t<sup>o</sup>. conoce al dho Don Hernando Gon<sup>3</sup> de  
Heredia en la pregunta y pedim<sup>to</sup> contenido y conoce a su Gon<sup>3</sup> de Heredia  
y a doña Cathalina de Camudio su mujer padre, y madre que fueron y son  
del dho Don Hernando Gon<sup>3</sup> de Heredia y asi mismo conoce a Hernan Gon<sup>3</sup>

de Heredia y a su mujer de cuyo nombre no tiene noticia abuelos por p.<sup>te</sup> de padre  
 q. fueron del dho. Don Hernando de Heredia y se no q. fue de la casa y Palacio  
 del lugar de Heredia donde este t.<sup>o</sup> fue ala conrada de marrija nueva de Don  
 Christoval Gon.<sup>o</sup> de Heredia clérigo her.<sup>o</sup> del dho. p.<sup>o</sup> Gon.<sup>o</sup> de Heredia padre del  
 dho. Don Hernando Gon.<sup>o</sup> de Heredia don de no que los reputarian y temian  
 portal s.<sup>o</sup> de la dha. casa y Palacio de Heredia donde tiene muchas herida del  
 y otras annadas al dho. senorio y mayorazgo y en el dho. lugar y Iglia del  
 tiene p.<sup>o</sup> excomunicado y calidad como s.<sup>o</sup> del dho. lugar, y a su mismo conocio  
 q. fu. de Camudio el Viejo y a Mari peroz su mujer abuelos por p.<sup>te</sup> de madre  
 del dho. Don Hernando Gon.<sup>o</sup> de Heredia a todos los quales ya dho. Don Her.<sup>o</sup>  
 este t.<sup>o</sup> los conocio de vista y habla <sup>trato</sup> comunicacion q. con ellos y conca de  
 modelos tuos y tiene y esto responde ala contenido en la p.<sup>ta</sup>

38. Fue preguntado por su heredad y preguntas generales de la ley dixo ser de he-  
 dad de sesenta años y pocas rras, rras y q. este t.<sup>o</sup> a sus parientes ni enemigo  
 del dho. Don Hernando Gon.<sup>o</sup> de Heredia ni lo fue de su padre ni abuelos  
 ni concurre en el ninguna de las otras preguntas generales de la ley  
 que fue en Secha por mi el dho. Seruano

4. A la ley <sup>da</sup> pregunta dixo q. por la razon contenida en la pregunta antes de la  
 de la conocio y a su misma q. este t.<sup>o</sup> tiene con los dho. padres y abuelos del  
 dho. Don Hernando Gon.<sup>o</sup> de Heredia y en el sabe q. el dho. p.<sup>o</sup> Gon.<sup>o</sup> de  
 Heredia s.<sup>o</sup> que fue de la casa y Palacio de Heredia y a dha. Dona Catalina de  
 Camudio su mujer fueron casados y belados en orden de la s.<sup>ta</sup> madre Iglia de  
 Roma y como a tales marido y mujer este t.<sup>o</sup> les hizo hazer vida maridable  
 en vno y que durante el dho. matrimonio q. ellos, buuieron y procrear  
 por su hijo legitimo, y de legitimo matrimonio al dho. Don Hernando  
 Gon.<sup>o</sup> de Heredia y portal este t.<sup>o</sup> solo buo crian y alimentar tratar y mostrar  
 llamandole hijo y el dho. padre y madre, y en esta opinion y reputacion  
 este t.<sup>o</sup> le tuvo y tiene y ha visto que ha sido y es ha sido y temido y temian  
 reputado en el dho. lugar de Heredia y en otros vros del y de lo contrario ni sabe  
 ni ha oido decir cosa alguna al qual dho. Don Hernando Gon.<sup>o</sup> de Heredia este

476

1<sup>o</sup> Letiene por d' la hedad y con los lunares y señales en la p<sup>te</sup> contenidas por q' los ha visto  
 y los tiene en las p<sup>tes</sup> en ella de clarados y este t<sup>o</sup> le ha tenido y tiene al p<sup>nt</sup> por mo co  
 lo tiene por casar. y que tiene mucha calidad en su persona la qual es notoria a todos  
 los que le conocen y conosciéron a los d<sup>hos</sup> sus padres y abuelos y letiene por hombre  
 quieto y pacifico virtuoso inclinado a cosas de virtud y por tal y buena reputacion y  
 opinion este t<sup>o</sup> le ha tenido y tiene y notabe ni ha q' yo dezir. otras cosas encontradas  
 y tal como y es de la lapu. <sup>ca</sup> y forma en el d<sup>ho</sup> lugar y en los v<sup>os</sup> del d<sup>ho</sup> d<sup>ho</sup>  
 este t<sup>o</sup> le a visto y conosciendo de quen ayi a esta p<sup>te</sup> y ni otra cosa fuera este t<sup>o</sup> lo supiera  
 y no pudiera ser menos por la mucha noticia q' ha tenido y tiene de los padres y  
 abuelos del d<sup>ho</sup> Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia y del suyo d<sup>ho</sup> a quien conoce des de que  
 nacio a esta parte y esto responde

ii Al tercerera p<sup>te</sup> d<sup>ho</sup> que por tales personas como la pregunta dize y declara este t<sup>o</sup>  
 tener y tiene a los d<sup>hos</sup> padres y abuelos del d<sup>ho</sup> Don Hernando Gon<sup>z</sup> de Heredia y  
 al suyo d<sup>ho</sup> y de los demas sus ascendientes por r<sup>ta</sup> linea de la ma<sup>z</sup> y de la s<sup>bra</sup>  
 notabe ni ha. aydo dezir como encontrada por q' este t<sup>o</sup> sabe que son y fueron  
 tenidos por tales personas en quien con avia mucha calidad y nobleza antiguas  
 Christianos viejos limpios de toda mala raga y de los d<sup>hos</sup> moros Injules minu  
 m<sup>te</sup> conbertidos ni descendientes de tales. y sabe q' fueron y son q' principal noble  
 cavalleros hijos de algo y q' no tiene noticia ni sabe ni ha aydo dezir q' ellos ni ning<sup>o</sup>  
 de ellos ay a sido de ninguno ni casado por el s<sup>o</sup> off<sup>o</sup> de la Inquisicion ni y  
 corrido en otro d<sup>ho</sup> de la ni y fama q' la aya y impedido ni impida el tener  
 y pretender. off<sup>o</sup> honrras y cosas de calidad por que por tales y por sus calificados  
 este t<sup>o</sup> los tuvo y tiene y ha visto q' auido y son y fueron basados y tenidos  
 y comunm<sup>te</sup> reputados en el d<sup>ho</sup> lugar de Heredia y en los demas lugares de  
 su comarca y redonde por que ni otra cosa fuera este t<sup>o</sup> lo supiera y no pudiera  
 ser menos por la mucha y larga noticia q' de los d<sup>hos</sup> padres y cada vno de ellos  
 ha tenido y tiene y esto responde a lo contenido en esta p<sup>te</sup>

iii Al quarta p<sup>te</sup> d<sup>ho</sup> q' este t<sup>o</sup> cree y tiene por cosa cierta q' el d<sup>ho</sup> Don Hernan  
 Gon<sup>z</sup> de Heredia no es pariente ni descendiente de los Carrasales ni Pizarros  
 en la pregunta contenidas ni sus padres del d<sup>ho</sup> Don Hernando Gon<sup>z</sup> noturivien  
 el d<sup>ho</sup> parentesco de los suyo d<sup>hos</sup> ni de otras personas q' estan privados de casar  
 en Indias por q' d' d'ello se acuerda en la ley y rrazon este t<sup>o</sup> lo supiera y suuiera

yo do, dezir por la noticia que de los sus dho's passados y ante cesores del dho' Don  
 Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia este t<sup>o</sup> loturo y tiene y esto responde a lo que se le  
 pregunta.

v  
 A la quinta pregunta dixo que dize lo que dho' y declarado tiene en esta sudichio  
 y en las preg<sup>tas</sup> antes desta q<sup>ta</sup> le fue leydo por mi el dho' escriu<sup>to</sup> y dho' lo entendido  
 dixo q<sup>ta</sup> lo que ha dho' es la verdad y en ello se afirma y ratifico entiendo lo leydo por  
 mi el dho' escriuano y dho' lo entendido dixo q<sup>ta</sup> lo que ha dicho es la verdad  
 y en ello se afirma y ratifico siendo lo leydo por mi el dho' escriuano. y lo firmo  
 de su nombre Antonio Martinez de Herberos pacho ante mi de Ximenez

10  
 El dho' Martin de la Corzana v<sup>o</sup> del lugar de Cenizero t<sup>o</sup> presentado por el  
 dho' Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia dho' jurado en forma de d<sup>o</sup> y a la pregunta  
 tado por el tenor del pedim<sup>to</sup> por el dho' dho' decho ante el alcaide mayor de este  
 adelantamiento y jurado del interrogatorio por el dho' dho' presentada an  
 tem el dho' escriuano dho' y de p<sup>o</sup> lo sigue

1  
 A la primera pregunta dixo q<sup>ta</sup> este t<sup>o</sup> conoce al dho' Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia  
 en la pregunta contenida y nació a su Gon<sup>z</sup> de Heredia y Doña Cat<sup>a</sup> de  
 Camudio su mujer padre y madre que fueron del dho' Don Hernan Gon<sup>z</sup>  
 de Heredia y a su mismo conoció a su de Camudio y Maripen su mujer  
 padres de la dha' Doña Cat<sup>a</sup> de Camudio y a su mismo sabe el lugar de Heredia y  
 tiene noticia de la casa y Palacio de ella a que fueron señores el dho' Ju<sup>o</sup> Gon<sup>z</sup>  
 de Heredia padre del dho' Don Hernan Gon<sup>z</sup> y en donde este t<sup>o</sup> nació a  
 Doña Teresa q<sup>ta</sup> hera una mujer casada q<sup>ta</sup> era hija de la madre del dho'  
 Ju<sup>o</sup> Gon<sup>z</sup> de Heredia y abuela por p<sup>o</sup> de padre del dho' Don Hernan  
 Gon<sup>z</sup> de Heredia a los quales este t<sup>o</sup> conoció de vista y en blabato y  
 comunicacion q<sup>ta</sup> con ellos y con cada uno de ellos sostenido tuvo y tiene  
 y esto responde a lo contenido en esta pregunta

86.  
 fue preguntado por su edad y las demas preguntas generales de la ley dixo  
 ser de edad de cinquenta y seis años poco mas o menos tiempo y no es  
 pariente ni enemigo del dho' Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia ni lo fue

477

de sus padres ni abuelos ni concurren en el ninguna de las otras preguntas generales de esta ley que se fueron Selón's y esto responde a lo contenido en esta preg<sup>ta</sup>

4. A la segunda pregunta dixo que como dho se clarado tiene en las preguntas antes desta este t.º conoço a los dho's J<sup>o</sup> Gon<sup>z</sup> de Heredia y a dona Cathalina de Camudio sumager y q' el dho J<sup>o</sup> Gon<sup>z</sup> de Heredia fue señor de la casa y Palacio de Heredia a los quales viviendo en este dho lugar de Cenicero don de vivieron y fueron V<sup>o</sup> vio estas cosas y belados y haciendo vida marida de en vno como tales marido y mujer en orden de la s<sup>ta</sup> madre Jglia de Roma y que durante el dho matrimonio entre ellos y entre los demas sus hijos vivieron y procrearon por sus hijos legitimos al dho Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia y como a tal este t.º se lo vio criar y alimentar y proveer de lo necesario llamandole hijo y el a ellos padre y madre y en esta opinion y reputacion este t.º le tiene y tiene y ha visto q' ha sido y es hauido y temido y conoço m<sup>te</sup> reputa y nos sabe ni ha oido decir otra cosa en contrario y este t.º tiene al dho Don Hernan Gon<sup>z</sup> por de la edad en la preg<sup>ta</sup> declarada y tiene buena memoria de buena d<sup>o</sup> opinion y ya principia a barbar y tiene los humares y senales en la pregunta contenidas q' este t.º sabe que es moço libre y por tales y que es persona calificada y lo fueron los dho's sus padres y abuela y todos de notoria calidad gente noble y priniva de buena y limpia sangre y en esta opinion y reputacion este t.º los ha tenido y tiene y hauido q' se acorda y no hauido otros en el dho lugar de Cenicero y en los demas lugares donde ha estado y conoçidos y sabe que el dho Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia es moço quieto y pacifico y no se hauido en sus dias ni en los de sus padres y honra y en esta opinion y reputacion este t.º le tiene y hauido q' ha sido y es hauido y ha sido en el dho lugar de Cenicero donde ha estado y se acorda y este t.º se ha conoçido de d<sup>o</sup> que nauo a esta y<sup>te</sup> y ni otra cosa fuera este t.º lo supiera y no quidiere ser menor por la noticia que de y de los demas sus passados tuos y tiene y nos sabe ni ha oido decir otra cosa en contrario y esto responde a esta preg<sup>ta</sup>

4. A la tercera pregunta dixo que por el conoçim<sup>to</sup> y noticia que este t.º adicho en las preguntas antes desta q' ha tenido y tiene con el dho Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia y conoço de los demas sus padres y abuelos y ha oido decir de los demas sus ascendientes y de sus hermanos de padre como de madre todos y cada vno de ellos y por lineo y ascendencia de padre como de madre y los demas sus mayores fueron antiguos christianos viejos limpios y libres de toda mala raza de moros ni judios

micorcosos miluitanos ni nauam<sup>te</sup> arbertidos alas<sup>to</sup> fee de Jesu christo, ni de  
 centientes de tales sino q fueron quientos y cada vno de los gente noble y principal  
 y buena y limpia de generacion y portales yental, qmason y reputacion este t.  
 los tuos y tiene y vio q fueron dauidos y tenidos y q ning' d'ellos no fue ni  
 anjido denunciados condenados ni castigados por el d.<sup>to</sup> offi. de la Inquisicion  
 ni cumieron ni tienen otra macula ni tacha ni defecto ni infamia que  
 desmeregan ser tenidos portales, y mercedones de offiis y pretensiones  
 Son rnos y de calidad por que son y fueron caualleros nobles y comotales  
 tuvieron y tienen en el dho lugar de Heredia la dha casa y Palacio de que  
 son ss. y como tales señores tienen en la ighia del dho lugar vna entera  
 m<sup>te</sup> principal q esto los abe este t. por que al tpo q murió Ju<sup>o</sup> Gon<sup>o</sup> de  
 Heredia padre del dho Don Hernan Gon<sup>o</sup> de Heredia este t. fue acompañand  
 su cuerpo des de este lugar de cenices donde murió hasta el dho lugar de  
 Heredia don de este t. vio que fue enterrado su cuerpo en vna sepultura  
 de la dha ighia principal donde tiene vn escudo con sus armas y blason  
 como se principal y en la dha ighia no ay otra sepultura alg. que sea mas  
 principal q la que los tuos dhos tienen y don de fue sepultado el dho Ju<sup>o</sup>  
 Gon<sup>o</sup> de Heredia padre del dho Don Hernan Gon<sup>o</sup> de Heredia y ha oido  
 de vna t. q de la dha casa y Palacio de vna de el Conde de fueron cauallero  
 principal en Aragón, y que por su pariente el dho Ju<sup>o</sup> Gon<sup>o</sup> de Heredia  
 padre del dho Don Hernan Gon<sup>o</sup> de Heredia del dho Conde de fueron el dho  
 y mucho tpo en su casa y bataya y frequentata el dho parientes de don  
 de vna vn cauallero en que andaua a Cauallo y este t. y lo comocio y por  
 tales personas calificadas y de mucha nobleza este t. los vios y vio que  
 fueron hauidos y tenidos en los lugares don de fueron conocidos y de lo  
 contrario no a hauido fama ni rumor y no abe ni ha oido de q  
 otra cosa en contrario por q de la Guisera este t. no oyo ni vio que  
 puda ser menos por la noticia y conuim<sup>to</sup> q de los rros dhos y cada vno  
 d'ellos tuos y tiene y esto responde a lo contenido en esta p<sup>ta</sup>  
 Alaguianta pregunta dho q este t. dice y tiene por cierto q el dho Don Her<sup>o</sup>  
 de Heredia ni los dho sus padres y abuelos ni de mas ascendientes no fue  
 ron ni son parientes de los Picarrillos ni Carvajales en la pregunta  
 contenidas, ni de otras personas q se esta prohibido q afax en Indias

478

V. por que si otra cosa fuera este t.º lo supiera y buuiera cydo dezir y esto responde  
 A la quinta pregunta dixo que dize lo que dho y declarado tiene en este sudho  
 y preguntas antes desta que le fue leydo por mi el dho Sorru y por este t.º enten  
 dido dize ser la Verdad y en ello se afirmo y ratifico y lo firmo de su nombre  
 Martin de la Cocaña passó ante mi Diego Ximenez

1.º El dho Jui Ruy de Vago veº del lugar de Cenicero t.º presentado por el  
 dho Don Hernan Gonº de Heredia suyo Jurado informa de dho y siendo pregun  
 por el tenor del pedimº por el suso dho hecho ante el alde mayor de este abellan  
 tamº del partido de Burgos y por el interrogatorio y preguntas pñtad  
 ante mi el dho Sorru dixo lo siguiente

1. Alaprimera pñtª dize que este t.º conoce al dho Don Hernan Gonº de Heredia  
 ena pñtª concernido y conocio a su Gonº de Heredia su padre y a Doña Cathalina  
 de Camudio su madre y conocio a Hernan Gonº de Heredia y Doña Teresa  
 su mujer abuelos por p.º de padre del dho Don Hernando de Heredia vecinos  
 que fueron del lugar de Heredia y s.º de la casa y Palacio y lugar de Heredia  
 y antinimism conocio a su de Camudio el Viejo y a Mari Perez su mujer  
 abuelos por p.º de madre del dho Don Hernan Gonº de Heredia a todos  
 loquales conocio de vista y habla trato y comunicacion q con ellos y con  
 cada vno dellos tuuo y tiene y esto responde

2.ª Fue preguntado por su edad y las demas preguntas generales de la ley dho de de edad  
 de cing.º años poca, mas no me acordó si se acuerde t.º no es pariente del dho Don Herº  
 de Heredia ni lo fue de su padre ni abuelo, ni conuerren en el mat.º de las otras pñtªs  
 generales de la ley q le fueron hechas y esto responde

3.ª Alasegunda pregunta dixo que sabe este t.º yes Verdad por q lo vio q los dho Jui Gonº de  
 Heredia y Doña Cat.ª de Camudio su mujer padre y madre q fueron del dho Don Herº  
 nan Gonº de Heredia fueron casados y velados en orden de la s.ª madre iglesia y  
 como tales marido y mujer este t.º les vio suyo boda maridable en vno y que  
 durante el dho matrimonio entre ellos y entre las demas sus hijos buuieron y  
 procrearon por su hijo legitimo al dho Don Hernando Gonº de Heredia y como  
 abal su hijo este t.º entre los demas se le vio criar y alimentar y pro ver de lo  
 necerº llamandole hijo y el a ellos padre y madre y en esta opinion y reputa  
 cion este t.º lo vio y vio que fue bauido y beruido y camu m.º reputado en el  
 dho lugar de Cenicero y entre los vecinos del, y no sabe ni ha cydo dezir otra cosa

contrario y a parecer deste. y segun por sus peltos parece podian ser de la he dad en la  
 preg.<sup>ta</sup> contenido y en un.º lemirado y certificado a v.º lo q. tiene los lunares y  
 herida en la pregunta contenidas y persona de buena disposicion y ya principia  
 la apunrar la barba, y este.º le tiene por mozo la bre.º tobreo q. muchafido, ni  
 esta al pnte casado, ni desposado, y persona de notoria calidad y nobleza por que  
 en esta, opinion, y reputacion de g.<sup>te</sup> noble y principal este.º los trauo, y herida  
 y ha visto q. ansido y con conocidos sabidos y tenidos en los lugares donde ansido  
 y con conocidos, y que el dho Don Hernando de Heredia como quier pacifico vi  
 tuoso y bonzado, y portales.º, le tiene y no sabe, otra cosa en contrario por q.  
 si otra cosa fuera este.º. lo supiera y no pudiera ser menor por la noticia que  
 del dho Don Hernando de Heredia tiene al qual conoce de quenacio a esta parte.  
 y por q. este.º. ansido y es vicino la calle en medio y puerta con puerta de la casa  
 donde los dho. Ju.<sup>o</sup> Gon.<sup>o</sup> de Heredia y Dona Cathalina sumyger padres del dho. Don  
 Hernando vivieron y el dho. Don Hernando de Heredia se criado y por la mucha  
 frecuencia y trato que con ellos ha tenido trauo y al pnte tiene y es de publico y  
 no tiene publica voz y fama y esto responde

Al atender a pregunta dixio que por razon del conoim.<sup>to</sup> y noticia que ha dho en las  
 preg.<sup>tas</sup> antes desta este.º. trauo y tiene de los dho.ºs padres y abuelos del dho. Don  
 Hernando de Heredia y con el y por que. ha sido de diez de los demas sus pasados  
 y ascendientes ans.<sup>os</sup> de parte de padre, como de madre sabe que todos y cada  
 vno de ellos ans.<sup>os</sup> por linea y ascendencia de padres como de madres y los demas  
 sus mayores y pasados a todos y cada vno de ellos fueron y son tenidos y re  
 putados por antiquissimos christianos viejos limpios y de limpia estirpe  
 sin raza ni macula ni seta de judios moros ni herejanos ni descendientes  
 de tales ni nueuan.<sup>te</sup> convertidos sino que ansido y son g.<sup>te</sup> noble y principal  
 y lores de haier sido ausados condenados ni castigados por el dho.º de la  
 Inquisicion ni a ninguno ni tienen otro defecto alg.<sup>o</sup> q. les vengida q. ellos  
 ni qualquien de ellos ni el dho. Don Hern.<sup>o</sup> puedan de azar de pretender y tener cargos  
 y off.<sup>os</sup> de calidad de consejos y principales por q. sabe este.º. que los dho.ºs padre  
 y abuelo del dho. Don Hernan.º Gon.<sup>o</sup> de Heredia fueron señores de la casa y palacio  
 de Heredia y que en la villa del dho. lugar de Heredia tienen mienterra miento  
 con sus armas y blason y esto lo sabe este.º. por q. al tpo. q. el dho. Ju.<sup>o</sup> Gon.<sup>o</sup> de  
 Heredia padre del dho. Don Hernan.º Gon.<sup>o</sup> de Heredia murio q. murio en el dho.  
 lugar de Cenizero este.º. con otros Vie.<sup>os</sup> del dho. lugar de Cenizero a compana



479

y fue con su cuerpo y llebaron al dho lugar de Heredia endonde en la Iglesia del  
y en vna sepultura suya propia y q tenia sus armas fue enterrado y se  
pultado su cuerpo y sabe este t.º y me q conoçia del dho lugar Davia al  
jonte otra sepultura mas principal y por esta razon de ser gente noble llama  
cleos y si por dalgo notorio ha q se sepa que de la dha casa de Heredia  
deciende vn Cavallero principal que se llama el Conde de Fuentes con quien  
el dho Ju.º Gon.º de Heredia padre del dho Don Hernan Gon.º de Heredia tenia  
y profesaba parentesco y este t.º tiene noticia y se acuerda saber ydo el dho Ju.  
Gon.º de Heredia alevintax y que vna vez la positiua q fue truxo al dho lugar  
de Cenicero vn cavallo quedixo selo Davia dado el dho Conde y por esta razon  
los sabe y para mi mismo sabe que el dho Ju.º de Camueca abuelo por p.º de madre  
del dho Don Hernando Gon.º de Heredia es ahijado dalgo notorio y que como atal  
se le guardavan y guardaron en el dho lugar de Cenicero don de vivia q tuvo sus  
bienes y haq. las preheminerias y libertades q otros hijos dalgo del dho  
lugar y esto amao y es pu.º y notorio publica y y fama q fueron hauidos y teni  
dos portales sin contradiccion alg.º y si otra cosa fuera este t.º lo supiera y no  
podria serme mas por la mucha noticia que de los dho dho y cada vno dellor  
tuvo y tiene y esto Respondo al dho contenido en esta preg.º

uy Maquanta pregunta dize que este t.º me y tiene por cierto y averiguado q el  
dho Don Hernando Gon.º de Heredia ni los dho sus padres ni abuelos ni de  
mas acendientes no eran ni fueron parentes de descendientes de los Pica  
nos y canarijales en la pregunta contenida ni de otras personas que por  
saldamento alien privados de y y para las Indias del Peru y otras partes por q  
otra causa fuera este t.º la huviera ydo y no podria ser me mas por la noticia que  
de los dho dho tuvo y esto Respondo

v Maquanta pregunta dize que dho y declarada tiene en este dho y  
pregunta amada q se fue leido por mi el dho soriano y dize q.º encendido dize  
ser la verdad y en ello se firmo y ratifico y no lo firmo por no saber soriano p.º  
ante mi Diego Ximenez

1º El dho Christoval Ruiz de Vago clero prebitero y beneficiado cano en la ighia  
del dho lugar de Cenicero testigo privado por el dho Don Hernan Gon.º de Heredia

&

Sauendo jurado en forma de dñ. y siendo preguntado por el tenor del pedimento  
 hecho ante el aldy mayor del adelantam<sup>to</sup> y por las preguntas del interrogatorio  
 pntado ante el dño secretario por el dño dauendo jurado dixo y se puso lo sig<sup>te</sup>.

1  
 Ala primera pregunta dixo q conoce al dño Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia en la  
 pregunta conuenido todo el t<sup>o</sup> que sa que nacio a esta parte y conocio a Juan  
 Gon<sup>z</sup> de Heredia y Dona Cathalina de Camudio su muger padre y madre que fueron  
 del dño Don Hernan Gon<sup>z</sup> de Heredia, y a su mismo conocio a Juan de Camudio  
 y Mari Perez su muger abuelos por p<sup>te</sup> de madre del dño Don Hernan Gon<sup>z</sup>  
 de Heredia y <sup>alio</sup> abuelos del dño Don Hernando por parte de padre este t<sup>o</sup> no lo cono-  
 cio y sabe el lugar de Heredia y tiene noticia de una casa y Palacio q. esta en  
 el dño lugar la qual este t<sup>o</sup> sabe por lo sauer oydo dezir que el dño Ju<sup>z</sup> Gon<sup>z</sup>  
 de Heredia padre del dño Don Hernando de Heredia fue señor della por que  
 viuiendo en el dño lugar de Lenizero vió que como tal señor de la dña casa  
 y Palacio de Heredia era, y fue sauido y reputado y nunca vió, ni oydo dezir  
 otra cosa en contrario y esto Responde

2  
 Fue preguntado por su edad y preguntas generales de la ley dixo ser de edad  
 de quarenta años poco mas, o menos tiempo y que este t<sup>o</sup> no pariente  
 del dño Don Hernando Gon<sup>z</sup> de Heredia, ni lo fue de sus padres, ni passados  
 ni concurrentes en el nacimiento de las otras preguntas generales de la ley y esto  
 Responde

3  
 Ala segunda pregunta dixo que sabe y es verdad por lo sauer visto q los dños  
 Juan Gonca<sup>z</sup> de Heredia y la dña Dona Cathalina de Camudio padre del  
 dño Don Hernando de Heredia en la pregunta conuenido fueron casados y unidos  
 en orden de la s<sup>ta</sup> madre Iglesia de Roma y como antes marido, y muger  
 este t<sup>o</sup> le vió hazer vida maridable en vno y que durante el dño matrimonio  
 entre ellos en el tiempo de sus hijos concuerdan y procrearon por su hijo legitimo  
 al dño Don Hernando de Heredia, y como tal este t<sup>o</sup> vio criar y alimentar  
 y tratar llamandole hijo y el dñlos padre y madre en esta opinion y reputacion  
 este t<sup>o</sup> tiene y hauido que ha sido criado y tiene comunmente reputado y sa  
 parecer de este t<sup>o</sup> y según por su d<sup>o</sup> pecto parece podra ser de edad de veynete  
 o diez y nueue años poco mas, o menos y sabe que tiene las señales y lunares  
 &

480

eniacara ~~en~~ en la pregunta de este rudo por que este. de las haviendo y que  
 manifiesto ~~de~~ abarbar y este. letimico por haberse labre de un persona que no  
 esta despojado ni casado persona calificada y noble y no es quito y  
 pacifico ~~de~~ y ha sido ~~de~~ y que con esta opinion y reputacion  
 este t. letimico y ha sido y ve que ha sido ~~de~~ y no es  
 mte reputado y no sabe ni ha sido ~~de~~ y no es  
 y tal astido y es de la publica voz y fama y comuna opinion  
 en los lugares donde es conocido y notorio fuera este t.  
 letimico y no es de la de la noticia que del suro dho  
 Gatenido y tiene y este. Responde.

y Al a tercera pregunta dice que sabe que los dho padres y abuelos  
 del dho Don Hernando de Henedia a quien adho y declarado como es  
 y abos de mas sus ascendientes y parados todos y cada uno de ellos  
 antiguos y ascendencia de padres como de madres y todos los de  
 mas sus mayores este t. sabe y ha sido ~~de~~ y fueron y to  
 antiguos christianos viejos limpios y libres de toda mala voz  
 y seta de judios moros y conberjos y nueva mente convertidos  
 ala d. fe de jenu christo, ni de cendientes de tales sino gente  
 noble y de buena y limpia sangre y estirpe y generacion y nin  
 guno de ellos, no sabe ni ha sido ~~de~~ y que fue en ni ha sido  
 ni el dho Don fernando goncalves de Henedia de menciados con  
 denados, ni penitenciados por el santo, offizio de la Inq. ni  
 ni tienen ni mantenidos, ni mancula ni infamia ni defecto al  
 guno sino que todos fueron gente noble y principal cavalleros  
 y fijos dalgo y de los mas principales y de notoria calidad del dho  
 lugar y de los mas lugares de su comarca y que por tales y ental  
 Reputacion y opinion este t. los Gatenido y tiene y ha sido  
 que ansido y fueron y son Gatenidos y tenidos y comuna mte  
 Reputados y tal astido y es de la publica voz y fama  
 §

y comun. opinion en los lugares y partes donde an sido y son conoídos y  
 de la contraria sea su Baruido fama, ni tomar y poner en términos en tal repu-  
 tacion y vergente de tanta Cabildad Baruido dezir este q. que el conde de  
 Fuentes que es un Cavallero principal en Aragón y dueño de la dicha  
 casa y Palacio de Heredia donde los padres y abuelo del dho Don Her-  
 de Heredia fueron señores y se queriendo el dho parentesco este testigo  
 tiene noticia que el dho J<sup>o</sup> Gonçales de Heredia padre del dho Don  
 Hernan Gonçales de Heredia fue alevitico y la por breva vez, que  
 fue este t.º tiene noticia truzo un cavallo y una y publico que se  
 lo havia dado el Conde de Fuentes y ante fue lo suyo dho publico y notorio  
 en el dho lugar entre los vez.º y que al dho J<sup>o</sup> de Camudio, abuelo  
 por parte de madre del dho Don Hernando Gon.º de Heredia sabe este  
 t.º que en el dho lugar de Cernicero donde vivió y fue regino y tubo sus  
 bienes y hacienda fue tenido por notorio en lo dalgo y como tal se fueron  
 guardadas las prehemnencias q. a los demas en los dalgo del dho lugar  
 y no sabe ni ha oido dezir otra cosa en contrario por que si otra cosa fuera  
 este testigo lo supiera y no pudiera ser menos, por la entera noticia que  
 de los sus dho tubo ante de vista como de oídas y esto es verdad  
 y lo que sabe y Responde a lo contenido en esta pregunta

A la quarta pregunta dize que este t.º oye y tiene por cosa cierta y  
 averiguada que el dicho Don Hernando de Heredia ni los dichos  
 sus padres, ni abuelos, ni demas ascendientes no descienden ni son  
 parientes de los Picarros, ni Carvajales en la pregunta contenido  
 ni de otros que son privados de pasar en las Indias del Piru y nueva  
 España por que si algo de lo suso dho huviera este t.º lo supiera y lo  
 huviera oido dezir y esto Responde a lo contenido en esta pregunta

A la quinta pregunta dize que dize lo que dicho y declarado tiene  
 en este su dicho y que se fue leído por mi el dho escrivano y por  
 el entendido dize ser la verdad y lo que sabe y en ello se afir mo  
 y ratifico y lo firmo de su nombre christoval Ruiz de Vago p.º ante mi de Jimenez

Auto 431

Después de lo suso dho en el dho lugar de Cenicero cinco dias del dho mes  
 de Mayo del dicho año ante mi el dho escriuano parcaio presente el  
 dho Don Hernando Gonzalez de Heredia y dixo que en ragon de lo  
 contenido en el dho pedimiento antel señor alde mayor hecho el  
 no queria presentax mas testigos, ni dar mas Informacion sino que  
 con la quietenia dada que via concluir y concluir y asi por dho ante  
 el dho Escriuano selamande dar y entregar original mte segun  
 y como en la dha comision se manda y para la presentar ante su mrd  
 del dho s<sup>ro</sup> alde mayor para que la autorize y ella ynterponga su  
 autoridad, y decreto judicial para que balsa y haga fee en Juzg<sup>o</sup>  
 ofuera del, y yo el dho escriuano en cumplimiento de lo que se me  
 requiere y en virtud de lo que por la dha comision se manda d'vno  
 requere la dha Informacion y autos por ende por Cabeza la dha comi.  
 sion y interrogatorio y Inform<sup>on</sup> que todo va escrito en veinte  
 y vna fjas de papel de pliego entero y de fee me balle presente  
 y examine los dichos testigos ante mi presentados y va  
 cierta y verdadera en fee dello, y de pedim<sup>to</sup> del dho Don Her<sup>do</sup>  
 Gon<sup>z</sup> de Heredia la escriui y por ende fize mi signo atal antes  
 timonio de verdad Diego Jimenez

En La Villa de Arreana de Arreana a seis dias del mes de Ag<sup>to</sup>  
 de mil y quinientos y ochenta y ocho años ante su mrd del Jicn<sup>do</sup>  
 Gregorio de Estrada y Rocas alde mayor en el adelantamiento  
 de Castilla del partido de Burgos por el Rey nro señor parecio ante  
 Juan de Pinedo con nombre de Don fernandez Gon<sup>z</sup> de Heredia  
 vecino del lugar de Cenicero, y presento una prouancia fecha por  
 comision de su mrd y pidio que della le mande dar y traslado  
 signado en pu<sup>ca</sup> forma ynterponiendo a bello suavit. y decreto  
 y lo pidio por testimonio y por su mrd vista dixo q la hauna  
 y furo por presentada y della mandava y mande dar y que se  
 diese ala parte del dho Ju<sup>de</sup> de Pinedo en el dho nombre m traslado

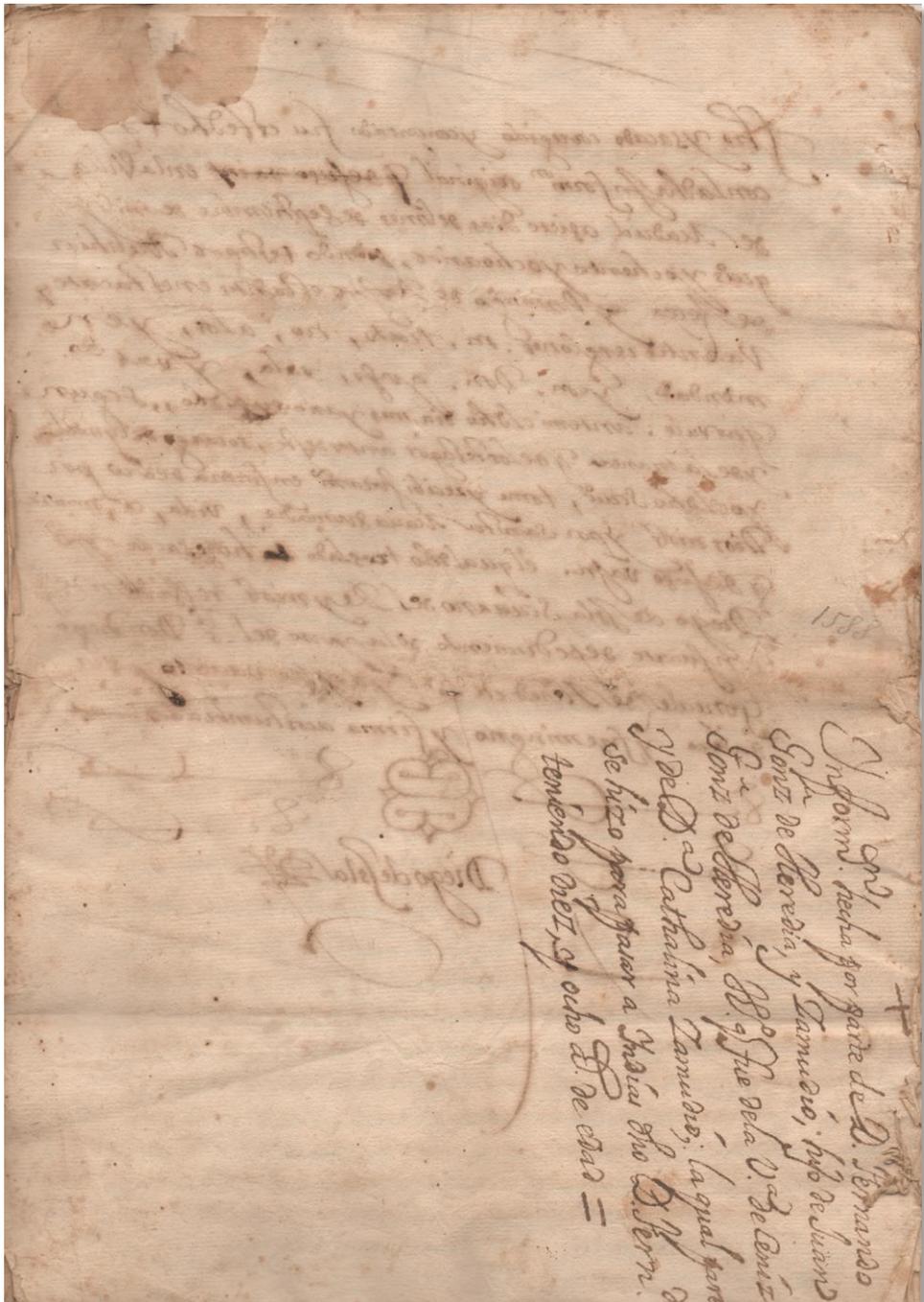
odo, emas a los que les interponia y ynterpones saca un yndiverto judicial  
 para que balsa y baga fee en su juriso, y fuera del adonde quieren que parezca  
 y lo firmo del nombre siendo yo el fco. Cono y fco. de Tortilla el  
 tanto en la dña Villa, el fco. Gregorio de Estrada y Rojas ante mi de.  
 de Camargo notariado, doze dia, dia, y sabe, qui no bala, va en m,  
 oña, en bala, y yo fu de Villa scrivano del Rey nro S.<sup>o</sup> y mayor en la  
 audienca real del adelantam.<sup>o</sup> de castilla del partido de Burgos que  
 al hazer sacar y conveuir y conveitar este traslado con el original que  
 queda en poder del secretario Sebastian Martin e servia principal  
 desta real audienca ante quien pasa presente fue con los dños to en vno  
 y depedim.<sup>o</sup> de Ju de Pinedo en nombre del dño fernan gon de  
 Heredia y de mandamiento del fco. Greg.<sup>o</sup> de Estrada Roca ante  
 mayor en el dño adelantam.<sup>o</sup> que aqui firmo. fco. Greg.<sup>o</sup> de Estrada  
 Roca lo fize escriuir y escribi y fize mi signo atal entestimij  
 de verdad Ju de Villa scrivano

Los los scrivanos Reales publicos q' abaxo firmamos nros nombres  
 y signamos nros signos certificamos y damos fee y testimonio Verda  
 vero q' el fco. Gregorio de Estrada y Roca de quien va firmada esta  
 informacion es alcade mayor por el Rey nro S.<sup>o</sup> en esta adelantam.<sup>o</sup>  
 y como tal usa y exerce en el ofi. de tal y que fu de Villa de quien  
 va suscrita signada y firmada el scrivano Real publico y vno de los  
 scrivanos mayores y secretarios desta real audienca y como tal usa  
 y exerce el ofi. en ella y a los autos y escrituras que ante el se an otorgado  
 y pasado y pasan se ha dado y da entera fee y credito en su juriso y fuera del  
 como autos y escrituras otorgadas ante tales scrivanos y para q' dello combe  
 de pedim.<sup>o</sup> de la p.<sup>o</sup> de don Her.<sup>o</sup> gon de Heredia dimos la pte que fecha en Avienca  
 a los dias de mes de Agosto de mill y quic y ochenta y ocho años en fe dello fize mi signo  
 Jousep de Huerta, y fize mi signo que entestimij de verdad de de Camargo y fize  
 mi signo que atal entestimonio de verdad Ju. de Castillo

482

fho ysacado conuigido y conuocado fu este dho + de  
 conladha form on original q se puso en la villa  
 de Madrid a siete dias de lmes de septiembre de mill  
 quis y ochenta y ocho años, siendo testigos Melchior  
 de Pecea y Domingo de Rojas ebtantes en el sacre,  
 va entre rengloner. ni, trah, no, atos, y en  
 mendad, y con, Don. pusi, sala, y vat de  
 q novale. ante m cl dho tra mes y año sus dho, segun  
 y se la manera qe los testigos antes dho, socargo del qual  
 y el dho Scua, tome y recibi juram en forma de dho por  
 Dios mio y por Santa Maria su madre, vida, e, mense  
 q se puso vafn. el qual dho traslado se hizo sacar yo  
 Diego de Isla Scurano del Rey mio residente  
 en fuente de pedimento se la parte del s. Don Diego  
 Gonzalez de Heredia y de y se vacinto y ver  
 dades y firmen en y firma acostumbrados

Diego de Isla Scurano



7. don **JUAN VII GIL FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y BARDAJÍ**, que antes se chamou **GIL FERNÁNDEZ DE HEREDIA**<sup>100</sup>. Foi o 2.º conde de Fuentes, senhor de Fuentes de Ebro, e dos castelos, vilas e lugares e términos de Mora de Rubielos, Mediana, Fuendetodos, María de Huerva, Gea de Albarracín, Alcalá de la Selva, Olba, Valbona, Cascante, Balacroche, Tramacastiel, Tormón, El Cuervo, Valacloche y Alobras, Chera y Sot de Chera, Mediana, Alcalá de Mora, alguns dos quais teve pelo seu casamento unindo os bens deste ramo da Família que estavam separados desde a concórdia de 1388, e ainda as casas de seus pais de Zaragoza, e Gea de Albarracín na qual sucedeu em 1494, ano em que obtém do Rei Don Fernando II *el Católico* novo privilégio para exercer a jurisdição civil e criminal sobre a mesma vila<sup>101</sup>. Era capitão de uma companhia de cavalaria em 1495 durante a guerra de Rosellón e assistiu às côrtes de 1498 e de 1502 em que foram jurados Príncipes Don Miguel e Doña Juana. Casou com contrato 28.5.1495<sup>102</sup>, sendo o mesmo contrato alterado posteriormente a a 22.5 e a 7.10.1486<sup>103</sup>, com doña **Beatriz Jiménez de Urrea** (ou doña **Beatriz Ximénez de Urrea y Híjar**<sup>104</sup>), que fez testamento a 16.1.1526<sup>105</sup>, filha dos condes de Aranda, don Lope Jiménez de Urrea (ou don Lope Ximénez de Urrea y Centeles, 1.º conde de Aranda<sup>106</sup>), senhor do viscondado de Rueda, e mulher doña Catalina Jiménez de Urrea e Híjar (ou doña Catalina de Híjar y Beaumont<sup>107</sup>); neta paterna de don Lope Ximénez de Urrea y Bardají, visconde de Rueda, e mulher a viscondessa doña Catalina de Centeles y Carroz; e neta materna de don Juan Fernández de Híjar y Cabrera, 1.º duque de Híjar, e mulher a duquesa doña Catalina de Beaumont<sup>108</sup>. *Foram seus filhos:*

7.1. don **Juan Fernández de Heredia y Jiménez de Urrea**, *com quem se continua*.

7.2. don **Lorenzo Fernández de Heredia y Jiménez de Urrea**. Esteve nas guerras de Nápoles com o Rei Don Fernando, *el Católico*.

<sup>100</sup> ES/SNAE/ICDLSC/m.82 f.2-33, cópia do século XVII. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005).

<sup>101</sup> *Gea en el Tiempo*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>102</sup> ES/SNAE/ICDLSC/m.82 f.2-33, cópia do século XVII – *Escritura de capitulaciones, otorgada por Lope Ximénez de Urrea, señor del vizcondado de Rueda, y doña Catalina Ximénez de Urrea e Híjar, su mujer, de una parte; y Juan Fernández de Heredia, mayor en días, señor de la baronía de Mora, y su hijo, mosén Juan Fernández de Heredia, señor de Fuentes, regente del oficio de la gobernación de Aragón, y doña Francisca de Bardají, su mujer; para el matrimonio de Gil Fernández de Heredia, hijo de éstos, con doña Beatriz Ximénez de Urrea, hija de los primeros*. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005). BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (1999), *Caballeros Aragoneses en la Orden Militar de Calatrava, 1530-1702*, Hidalguia, número 276 Ano XLVII, Setembro-Outubro 1999, dá erradamente como data deste contrato 4.11.1482.

<sup>103</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>104</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>105</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>106</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>107</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.

<sup>108</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.



7.3. doña **Juana de Heredia**. Casou com **Querubí de Centeles**, filho do conde de Oliva e que a 26.2.1491 se tinha prometido casar com Lucrecia Borgia, tendo ela 11 anos de idade, filha do Papa Alexandre VI, Rodrigo de Borgia e havida em Rosa Vaozza Cattanei<sup>109</sup>, a qual foi novamente prometida em casamento a 30.4.1491 com Gaspar de Próxita, filho do conde d'Almenara e d'Aversa<sup>110</sup>.

7.4. don **Pedro Fernández de Heredia y de Urrea** identificado a 1.8.1572 em carta dirigida por seu irmão o 3.º conde de Fuentes a Bernardo de Bolea, vive-chanceler do conselho de Aragão agradecendo a pensão que fora concedida ao biografado<sup>111</sup>; e noutra datada de 2.11 do mesmo ano que o mesmo seu irmão dirige ao mesmo vice-chanceler pedindo-lhe que desse ao biografado, seu irmão, o lugar de capelão para, juntamente com a pensão entretanto concedida em Tarazon, ele pudesse estudar<sup>112</sup>.

8. don **JUAN VIII FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y JIMÉNEZ DE URREA**, nasceu cerca de 1496 e morreu depois de 1.1.1561, data em que fez testamento. Foi o 3.º conde de Fuentes de Ebro, senhor de Mora de Rubielos Fuendetodos, María, Alcalá, Balbona, Olba, Casconte, Balacroche, Tramacastiel, Elcuervo, Tormón, Gea de Albarracín, Chera y Sot de Chera (a1540-a1563), Fuentes, Mediana, e das casas de morada de seus pais de Zaragoza; e comendador-mor de Alcañiz na ordem de Calatrava. Surge em escrituras públicas de venda pelo menos a 3.3.1542<sup>113</sup> e a 4.11.1546<sup>114</sup>. Casou 3 vezes: a primeira com doña **Luisa de Cuevas y del Castillo** (a), que repudiou, nascida em Fuentes, filha de Mosén Francisco Cuevas y Poves, cavaleiro infância, de Fuentes de Ebro, e mulher doña Isabel Pérez del Castillo y Altarriba. Casou segunda com doña **Francisca Sánchez Del Romeral** (b), de quem já tinha uma filha, casamento este que veio a ser anulado pela Santa Sé a seu pedido para que se validasse o seu primeiro casamento. E casou terceira vez antes de 5.7.1572, sendo então viúvo do primeiro casamento e para tal dispensado pela Santa Sé dada a sua condição de comendador-mor na ordem de Calatrava, com doña **Jerónima de Gadea y de la Cuevas** (c),

<sup>109</sup> BATLLORI, Miguel, e MIGUEL, Jerónimo (1999). La familia de los Borjas. Real Academia de la Historia. Madrid.

<sup>110</sup> BATLLORI, Miguel (1979). A través de la história i la cultura.

<sup>111</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-49, f.146. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005).

<sup>112</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-49, f.147. *Los f.148 a 151 son cuatro sobrescritos de las cuatro cartas anteriores, con los sellos de placa con las armas del Conde*. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005).

<sup>113</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles - Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional – ES.45168.SNAHN/8.4.1.3.31./PARCENT, C.132, D.7.

<sup>114</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles - Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional – ES.45168.SNAHN/8.4.1.3.31./PARCENT, C.132, D.8.



sobrinha da sua primeira mulher, anteriormente casada com Joan de Santapau, e com quem já mantinha relação antes do casamento, filha de mosén Juan de Gadea, nascido em Fuentes. Nessa data, 5.7.1572, dirige uma carta a Bernardo de Bolea, vice-chanceler do conselho de Aragão a comunicar esse seu casamento<sup>115</sup>. Dirige várias cartas mais ao mesmo vice-chanceler Bernardo de Bolea, nomeadamente a 6.6.1570 comunicando-lhe as medidas que havia tomado para defender a fronteira francesa<sup>116</sup>, para além de muitas outras incluindo as referidas a propósito de seu irmão Pedro referido no 7.4. *Foram seus filhos:*

8.1. (a) don **Jerónimo Fernández de Heredia Cuevas**, foi prior de Mora de Rubielos e cavaleiro da ordem de San Juan.

8.2. (a) don **Christóbal Fernández de Heredia Cuevas**, que também se chamou **Juan Fernández de Heredia y Hajar**, para poder suceder como 4.º conde de Fuentes de Ebro. Sucedeu também como senhor de Mora de Rubielos e demais vilas e terras de seu Pai, foi rico-homem e grande de Aragão. Casou com doña **Elena Fernández de Hajar y Alágon**, filha de Luís II de Hajar y Ramírez de Arellano, conde e senhor de Belchite, e mulher a condessa doña Beatriz de Alágon. *Foram seus filhos:*

8.2.1. don **Juan Luis Fernández de Heredia y Hajar**, foi o 5.º conde de Fuentes de Ebro, senhor da vila de Mora de Rubielos e restantes bens de seu Pai. Casou a 25.5.1572 em Zaragoza, Sam Pedro, com doña **María de Los Cobos**, filha de Diego de los Cobos y Mendoza, 1.º marquês de Camarasa, e mulher a marquesa doña Francisca Luisa de Luna. *Sem descendência*, sucedendo-lhe no condado de Fuentes seu irmão Juan Felipe.

8.2.2. don **Juan Felipe Fernández de Heredia y Hajar**, morreu em 1583. Foi o 6.º conde de Fuentes de Ebro e senhor de Mora de Rubielos. Casou duas vezes: a primeira com doña **Catalina de Luna** (a), filha do conde de Mora de Rubielos; casou segunda vez com doña **María de Córdoba** (b), duquesa de Veragua. *Sem descendência* de nenhum dos casamentos, sucedendo-lhe no condado de Fuentes de Ebro seu tio Carlos.

8.2.3. don **Pedro Fernández de Heredia y Hajar**, religioso da ordem dominicana.

8.2.4. don **Bernardino Fernández de Heredia y Hajar**, morreu antes de 1583.

---

<sup>115</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-49 f.145. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php>, (data da consulta 1/2005).

<sup>116</sup> ES/SNAE/ICDLSC/manuscrito nº 20211-138, Papeles de Gayangos, Sustraído del volumen A-49, entre los f.115-116. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php>, (data da consulta 1/2005).



8.2.5. don **Antonio Fernández de Heredia y Hajar**.

8.2.6. doña **Ana Fernández de Heredia y Hajar**. Casou com Martín Abarca de Bolea.

8.3. (a) don **Carlos Fernández de Heredia Cuevas**, que também se chamou **Juan Carlos Fernández de Heredia Cuevas** para suceder como 7.º conde de Fuentes de Ebro, morreu em 1603. Foi ainda senhor de Mora de Rubielos em sucessão a seus sobrinhos, e cavaleiro da ordem de Calatrava desde 1564. Casou duas vezes: a primeira com doña **Isabel Díaz de Aux Alfocea** (a). Casou segunda vez com doña **María** [...] (b). *Foi seu filho:*

259

8.3.1. (a) don **Luis Jorge Fernández de Heredia y Díaz de Aux**, morreu antes dos seus pais pelo que não sucedeu no condado de Fuentes de Ebro, tendo sucedido a seu pai o seu tio Juan Jorge por recurso à concórdia familiar de 1388.

8.4. (a) doña **Hipólita Fernández de Heredia Cuevas**, condessa de Belchite pelo seu casamento. Casou com don **Luis Fernández de Hajar y Ramírez de Arellano**, nascido em 1517 e falecido em 1554, 3.º conde de Belchite e 9.º barão de Hajar. *Foi seu filho:*

8.4.1. don **Juan Fernández de Hajar**, morreu em 1614. Foi o 3.º duque de Hajar. Casou com doña **Francisca de Castro Pinos**. *Foi sua filha:*

8.4.1.1. doña **Estefanía Fernández de Hajar**, morreu em 1620. Foi a 4ª duquesa de Hajar. *Com descendência nos duques de Hajar e marqueses de Orani.*

8.5. (a) doña **Luisa Fernández de Heredia Cuevas**, condessa de Sástago pelo seu casamento, condição na qual a 1.7.1567 compra, por 10.000 soldos a renda que fora criada a favor de Antón Angusolis<sup>117</sup>; recebe a 27.7 do mesmo ano no concelho de Pina a quantia de 552 soldos e 6 dinheiros do pagamento do senhorio de seu marido<sup>118</sup>; e faz uma permuta com a confraria de Santa Fé da igreja de San Gil de Zaragoza a 11.11.1573 em Zaragoza<sup>119</sup>. Morreu em 1598 com testamento cerrado datado de 20.7.1598 sendo já viúva<sup>120</sup>. Casou com dispensa de 28.7.1549

<sup>117</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 007/021B.

<sup>118</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 007/020.

<sup>119</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 015/036.

<sup>120</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 019/002.



dada em Zaragoza<sup>121</sup> e por contrato de 2.8.1549 com don **Artal de Alagón y Martínez de Luna**, *el santo*, 3.º conde de Sástago<sup>122</sup>, falecido antes de 1598, filho dos 2.ºs condes do mesmo título, Artal de Alagón y Depez e mulher doña María de Luna e Lanuza. *Foram seus filhos*:

8.5.1. don **Artal Luis de Alagón**, baptizado a 22.3.1558 em Pina<sup>123</sup>. Foi 4.º conde de Sástago. Casou com doña **Catalina de Luna**, filha dos 1.ºs condes de Morata, Pedro Martinez de Luna e sua mulher doña Inés de Mendoza. *Foi sua filha*:

8.5.1.1. doña **Luisa de Alagón y Luna**, duquesa de Luna e de Villahermosa pelo seu casamento. Casou com don **Francisco de Aragón y Gurrea**, duque de Luna e 6.º duque de Villahermosa. *Com descendência nos condes de Luna*.

8.5.2. don **Martín Artal de Alagón**. Recebe de seus pais certos bens móveis de raiz que lhe são outorgados em Zaragoza em documento datado de 18.5.1592 em Madrid.<sup>124</sup>

8.5.3. don **Blasco de Alagón**, documentado no testamento e codicilo testamentário de sua irmã doña Francisca.

8.5.4. doña **Francisca de Alagón**, fez testamento a 21.10.1586 em Caller, Cerdeña, com codicílio de 26 do mesmo mês e ano, nomeando seu herdeiro a seu irmão Blasco de Alagón, e morreu logo de seguida, sendo sepultada a 29. Foi condessa de Quirra pelo seu casamento. Casou com **Luis Carros Centeles**, conde de Quirra<sup>125</sup>.

8.6. (b) doña **Beatriz Fernández de Heredia**, documentada no testamento de sua mãe<sup>126</sup>.

---

<sup>121</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 008/002.

<sup>122</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles - Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 002/005 – Jaime Malo. Serie: Ligarzas de Aragón. Capítulos matrimoniales de Artal de Alagón, conde de Sástago, y Luisa de Heredia, hija de Juan Fernández de Heredia, conde de Fuentes y señor de la villa y casa de Mora de Rubielos. Es testimonio de 1644, por Juan Gil Calvete, en 40 h., en cuarto.

<sup>123</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 004/012.

<sup>124</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 009/022.

<sup>125</sup> Espanha - Portal de Archivos Españoles – Sección Nobleza del Archivo de la Corona de Aragón – ES.08019.ACA/76.1.0//LIG 020/029.

<sup>126</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.



8.7. (c) don **Juan Jorge Fernández de Heredia y Gadea**, nasceu a 14.5.1552 em Zaragoza. Foi o 8.º conde de Fuentes de Ebro em sucessão a seu irmão Carlos, qualidade na qual assistiu em 1614 ao concílio provincial como representante do Rei. Foi ainda senhor de Mora de Rubielos e pertenceu à ordem de Calatrava, comendador de Villafranca, etc. A sucessão no título e condado não foi pacífica apesar a aplicação da concórdia familiar de 1388, levando Juan Fernández de Heredia y San Climent e doña Isabel Jiménez Cimbún a apresentarem constestação contra ele a 19.10.1591 para a sucessão do título e bens ante a *Real Audiencia de Aragón*<sup>127</sup>. Casou duas vezes: a primeira com doña **Catalina de Pomar** (a); e casou segunda vez com doña **Ana Aymerich y Cruillas** (b). *Foi seu filho*:

8.7.1. (a) don **Juan Carlos Fernández de Heredia y Pomar**, 9.º conde de Fuentes de Ebro que testou deixando como herdeira do condado de Fuentes de Ebro sua segunda mulher, testamento esse que foi contestado por Juan de Heredia y Paternoy, seu primo em segundo grau de consanguinidade, que ganhou a causa e sucedeu no título e nes da Casa de Fuentes de Ebro. Casou duas vezes: a primeira com doña **Catalina de Vera** (a); casou segunda vez com doña **Francisca Abarca de Bolea** (b). *Sem descendência de nenhum dos casamentos*.

8.8. (c) don **Bernardino Fernández de Heredia de la Cueva**, nasceu a [...].10.1552 e morreu em 1571 antes de 10.11.<sup>128</sup>

8.9. (c) don **Pedro Fernández de Heredia y de la Cueva**.<sup>129</sup>

8.10. (c) don **Antonio Fernández de Heredia y de la Cueva**. Foi camareiro do mestre da Ordem de San Juan de Malta, frei Pedro de Monte, nomeado em 1570.<sup>130</sup>

<sup>127</sup> *Cronología desde la aparición de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracín por Felipe II (1161-1592)*, disponível em [www.geadealbarracin.com](http://www.geadealbarracin.com) (data da consulta: 7/2014).

<sup>128</sup> ES/SNAE/ICDLSC/Sustraído del volumen A-49, entre los fº 115 y 116. Biblioteca Nacional. Manuscrito nº 20211-138. (Papeles de Gayangos). Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php>, (data da consulta 1/2005). – *Carta de Juan Fernández de Heredia y Urrea, III conde de Fuentes, a Bernardo de Bolea, señor de Sítamo, vicecanciller del Consejo de Aragón, comunicándole el fallecimiento de su hijo, Bernardino Fernández de Heredia y de la Cueva, caballero de San Juan, pues ... le hallaron con dos arcabuzazos...; de aquí a un mes hacía diez i nueve años..., en las galeras de su religión, en Malta, y le recomienda a Juan Ortíz de Agón, alcalde de Osera. Original, en un folio. 20.11.1571.*

<sup>129</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-49, fº 116. Los fº 119 y 120 son dos sobrescritos de cartas del Conde de Fuentes. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php>, (data da consulta 1/2005). – *Carta de Juan Fernández de Heredia y Urrea, III conde de Fuentes, a Bernardo de Bolea, vicecanciller del Consejo de Aragón, comunicándole que envía a la Corte a su hijo, Pedro Fernández de Heredia y de la Cueva, para que, en unión suya, active los negocios que el Conde tiene en la Corte y las mercedes que tiene solicitadas de Felipe II.*

<sup>130</sup> ES/SNAE/ICDLSC/A-49, fº 31. Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php>, (data da consulta 1/2005). – *Carta de fray Pedro de Monte, maestro de la Orden de San Juan de Malta, a Bernardo de*



- 8.11. (c) don **Diego Fernández de Heredia y Gadea**, *com quem se continua*.
- 8.12. (c) doña **Jerónima Fernández de Heredia y Gadea**. Casou com **Antón de Villalpando**.
- 8.13. (c) doña **Margarita Fernández de Heredia y Gadea**.
- 8.14. (c) doña **Mariana Fernández de Heredia y Gadea**.

9. don **DIEGO FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y GADEA**, nasceu a 29.6.1553 em Fuentes de Ebro, antes do casamento dos pais, e morreu decapitado a 19.10.1591 em Zaragoza. Tendo tomado parte nos distúrbios havidos nesta cidade por morte do padre António Pérez Tovar que tinha sido secretário do Rei Don Filipe II (Rei Dom Filipe I de Portugal), foi preso, tendo sido conduzido ao cadafalso, teve uma morte agonizante porque, sendo-lhe desferido o golpe por detrás da cabeça como mandava a sentença, o carrasco, por inexperiência ou por qualquer outra razão teve de desferir bastantes golpes até dar por cumprida a sentença. Foi senhor das baronías de Alcarraz, em Lérida, y Bárboles, em Zaragoza. Casou duas vezes: a primeira com doña **María de Sancliment** (a), senhora da baronía de Alcarraz, hoje pertencente ao julgado de Lérida; e casou segunda vez a 24.5.1583 em Zaragoza com doña **Isabel Jiménez de Embún y Sessé** (b), aí nascida a 7.9.1549 em San Felipe, baronesa e senhora de Bárboles, Oltura, Apies e Cascallo, filha de mosén Jerónimo Jiménez de Embún y Gómez de Vera, senhor de Bárboles, etc., e mulher doña Isabel de Sessé y Fernández de Heredia. *Foram seus filhos*:

- 9.1. (a) don **Juan Fernández de Heredia y Sancliment**, *com quem se continua*.
- 9.2. (a) don **Diego de Heredia y Sancliment**.
- 9.3. (a) doña **Juana Fernández de Heredia y Sancliment**. Casou a 5.7.1600 em Zaragoza, San Gil, com **Pedro de Soria**, natural de Tauste, em Aragão, hoje província de Zaragoza.
- 9.4. (b) doña **Jerónima Fernández de Heredia y Cimbún**, nasceu em 1587. Casou com **Hernando Calixto Francisco Jiménez-Cerdán Torrellas-Bardaxí y Alagón**, baptizado a 17.12.1586 em Zaragoza, Pilar, senhor de Pinseque, no julgado de Almunia de doña Godina, em Zaragoza, filho de don Juan Jiménez-Cerdán Torrellas-Bardaxí Fernández de Heredia, e mulher doña Bardaxí y Alagón.

---

*Bolea, señor de Siétamos y vicecanciller del Consejo de Aragón, comunicándole que ha nombrado camarlengo a Antonio Fernández de Heredia, hijo de los III Condes de Fuentes. Original. 8.6.1570.*

---



*Com descendência estudada por Rafael de Fantoni y Benedí* <sup>131</sup>. Deste casal foi filho o 1.º marquês de Bárboles, por carta de 20.2.1647.

10. don **JUAN FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y SANCLIMENT**. Foi senhor de Alcarraz. Casou a 8.5.1599 em Zaragoza com doña **Isabel de Paternoy Aragón y Bolea**, baptizada a 16.8.1578 em Zaragoza, Sé, filha de Alfonso de Paternoy y Aragón, mestre de racional do Rei, neto dos condes de Ribagorza, da Casa Real de Aragão, e mulher doña María Abarca de Bolea y Herbás, casados por contrato de 11.10.1570<sup>132</sup>. *Foram seus filhos:*

| 263

10.1. don **Juan Fernández de Heredia y Paternoy**, *com quem se continua*.

10.2. doña **Margarita Fernández de Heredia y Paternoy-Aragón**, falecida depois de 28.12.1671, data em que outorgou testamento em Zaragoza. Casou a 4.6.1634 em Zaragoza, San Gil, com don **Agustín de Villanueva y Díez de Villegas**, licenciado, juiz e justiça maior de Aragão. *Com descendência estudada por Rafael de Fantoni y Benedí* <sup>133</sup>. Este casal é o tronco dos marqueses de Villalba y Peramán.

11. don **JUAN FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y PATERNOY**, que também se chamou **JUAN FERNÁNDEZ DE HEREDIA Y ARAGÓN**, nasceu a 25.3.1600 em Zaragoza, sendo baptizado em La Seo, e morreu a 12.4.1660 na mesma cidade, San Gil, com testamentos, o último outorgado na data da sua morte. Foi 10.º conde de Fuentes de Ebro e Senhor de Alcarraz. Casou a 13.4.1623 por contrato feito em Valencia com doña **Leonor Pujades** (a), filha de Fernando Pujades, conde de Ana, em Valencia. Teve ainda um filho fora do casamento havido em doña **Lorenza Fernández** (b) que depois se fez monja no convento de Santa Lucía de Zaragoza. *Com descendência estudada por Rafael de Fantoni y Benedí* <sup>134</sup>, e por Pedro Moreno Meyernhoff <sup>135</sup>.

Gea de Albarracín permaneceu ainda na linha primogénita e representante deste ramo dos Heredia até 1946. Nessa linha está o seu actual representante e conde de Fuentes de Ebro don **José María Pignatelli de Aragón y Burgos**, nascido a 12.7.1959 em

<sup>131</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>132</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (1999), *Caballeros Aragoneses en la Orden Militar de Calatrava, 1530-1702*, Hidalguia, número 276 Ano XLVII, Setembro-Outubro 1999.

<sup>133</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>134</sup> BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

<sup>135</sup> MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), op.cit.



Salamanca, 11.º neto do casal acima biografado, duas vezes Grande de Espanha, 25.º conde de Fuentes de Ebro por Carta Real de Sucessão de 16.2.1995 e até 2005 (título em que lhe sucedeu seu irmão don Gerardo María Pignatelli de Aragón y Burgos<sup>136</sup>), 18.º duque de Monteleone, por Carta Real de Sucessão de 6.9.1996<sup>137</sup>), etc.

*(Continua)*

---

<sup>136</sup> ES/Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía. Vol. X. (2007).

<sup>137</sup> ES/Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía. *op.cit.*

## HERÁLDICA E EX-LIBRÍSTICA

## ESBOÇOS, ESBOCETOS E HERÁLDICA E SINAIS

da autoria de David Fernandes Silva

Na sequência no número anterior da nossa revista, continuamos a a publicação de peças heráldicas da autoria dos nossos Membros, e no caso presente, voltamos a David Fernandes Silva, desta feita com alguma peças que criou em tempo a propósito das comemorações dos 800 anos do Foral de Vila Franca de Xira (1212), peças essas maioritariamente olhando a Idade Média, e que reuniu sob o título *Insignia Potestatis – Heráldica Medieval* (exposição de desenhos). De entre esses, elegemos para este número alguns dos dedicados à algumas Ordens de Cavalaria Medieval ou com elas relacionados.

| 265



*Armas da Abadia de Alcobça (Cister)*



*Armas da Ordem de Avis (Ordem de Évora)*



*Armas da Ordem de Santiago*



*Armas da Ordem de São João de Jerusalém  
(Hospitalários)*



*Armas da Ordem dos Pobres Cavaleiros de  
Cristo e do Templo de Salomão (Templários)*



*São Jorge, Padroeiro de Portugal, arquétipo da  
Cavalaria Espiritual*

## NOTÍCIAS

## PUBLICAÇÕES

**ÍNDICE GERAL DE CASAMENTOS DO ALGARVE**

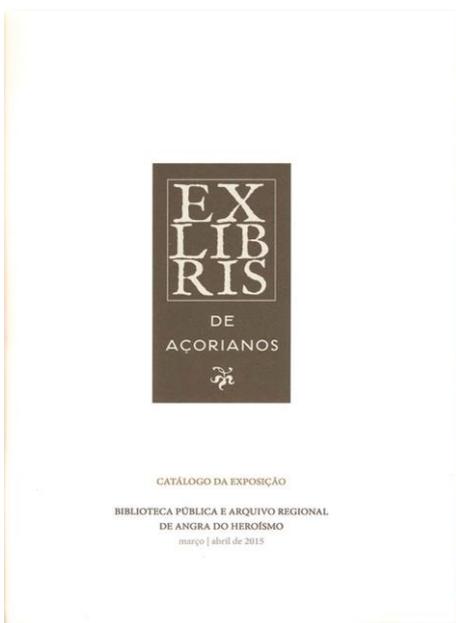
Conforme artigo integrante deste número dos nossos Cadernos, apresentamos a capa do primeiro de 71 volumes a ser apresentados a público sob o título *Índice Geral de Casamentos do Algarve* da autoria do nosso membro Nuno de Campos Inácio, desta feita correspondente à freguesia de Alcantarilha.

**EX-LIBRIS DE AÇORIANOS**

Dando continuidade à grande actividade que a Ex-Librística tem vindo a ter nos últimos tempos mercê do trabalho notável que a Academia Portuguesa de Ex-Líbris tem realizado, foi colocado a

público o catálogo da exposição *Ex-Libris de Açorianos* comissariada por Jácome Bettencourt, delegado da Academia Portuguesa de Ex-Libris nos Açores.

| 267

**ACADEMIA PORTUGUESA DE EX-LÍBRIS**

No encerramento da Exposição *Lá como Cá, Ontem como Hoje – Ex-Libris Vínicos e Bâquicos*, da colecção do Arquitecto Segismundo Pinto, a Academia Portuguesa de Ex-Líbris promoveu no passado dia 24 de Janeiro a conferência do Professor Doutor José Luiz Foureaux, emérito académico Brasileiro, *De mitos e marcas: uma diferença em Drummond*.

## CONFERÊNCIAS

### SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA – 140 ANOS

A Sociedade de Geografia de Lisboa comemora neste ano de 2015 os seus 140 anos de existência. A efeméride prolongar-se-á ao longo de todo o ano

com um ciclo de 10 conferências, uma por cada mês com exceção dos meses de Agosto e de Dezembro, que decorrerão independentemente das restantes conferências promovidas pelas diferentes Comissões e Secções da mesma Sociedade ao longo do ano.



SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

CICLO DE CONFERÊNCIAS

Comemorações 140 anos da  
Sociedade de Geografia de Lisboa

Rua das Portas de Santo Antão, 100  
1150-269 Lisboa  
Telf: 21 3425401/5068  
www.socgeografialisboa.pt  
E-mail: geral@socgeografialisboa.pt

Janeiro a Novembro de 2015  
Auditório Adriano Moreira - 17h30



Inauguração da Sala Portugal em 8 de Julho de 1897

A Sociedade de Geografia de Lisboa comemora, em 2015, cento e quarenta anos da sua fundação. É uma efeméride que merece ser evocada pois ao longo deste quase século e meio de existência, o seu papel, na Sociedade Portuguesa e consequentemente na História e na Cultura nacionais, foi relevante.

O Ciclo de Conferências que se realiza durante 2015, com ritmo mensal, procurará salientar o papel relevante da Sociedade de Geografia de Lisboa na comunidade, ao longo da sua existência.

Luís Aires-Barros  
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

#### Programa

- 28 de Janeiro - **Prof. Doutor Adriano Moreira**  
"A conjuntura internacional em 1890"
- 25 de Fevereiro - **Prof. Doutor João Pereira Neto**  
"Luciano Cordeiro no contexto da época da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa"
- 24 de Março - **Prof. Doutor Ilídio Peres do Amaral**  
"O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na delimitação das fronteiras das antigas colónias portuguesas em África e de Timor"
- 28 de Abril - **Dr. João Abel da Fonseca**  
"A Sociedade de Geografia de Lisboa e as explorações geográficas de Angola à contra-costa"
- 26 de Maio - **Prof. António Vermelho do Corral**  
"A Sociedade de Geografia de Lisboa e as Ciências Sociais"
- 23 de Junho - **Prof. Doutor António Dias Farinha**  
"O valor do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (1876-2014) para a História de Portugal"
- 28 de Julho - **Alm. José Bastos Saldanha**  
"A Sociedade de Geografia de Lisboa, a Marinha e o Mar"
- 29 de Setembro - **Doutora Manuela Cantinho**  
"O espólio cultural da Sociedade de Geografia de Lisboa: o museu etnográfico e histórico, a biblioteca, a cartoteca"
- 27 de Outubro - **Prof. Doutor Mário Avelar**  
"Os literatos na SGL"
- 10 de Novembro - **Prof. Luís Aires-Barros**  
"Os 140 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa"



## OUTRAS CONFERÊNCIAS NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

### A FAMÍLIA BARATA DA QUINTA DOS PADRÕES: OS BARATA DE LIMA, OS BARATA DE TOVAR E OS BARATA SALGUEIRO

Ainda na Sociedade de Geografia de Lisboa realizou-se no passado dia 19 de Fevereiro no auditório Adriano Moreira uma conferência sob o título acima promovida pela Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, em que foi orador o Dr. Nuno M. Barata-Figueira.

### DIVAGAÇÕES HERÁLDICAS

Também promovida pela mesma Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, ainda no auditório Adriano Moreira, realizou-se no passado dia 19 de Março a conferência *Divagações Heráldicas* em que foi orador o nosso Membro Arquitecto Gisgismundo Pinto.

### IV SEMINÁRIO DE FALERÍSTICA

Ainda a Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística da Sociedade de Geografia de Lisboa promove no próximo dia 9 de Abril entre as 14h30 e as 18h00 no mesmo auditório Adriano Moreira o IV Seminário de Falerística.

### A QUINTA DO REAL PALÁCIO DE QUELUZ E OUTROS HISTÓRICOS PALÁCIOS DE LISBOA, OUTRORA PROPRIEDADE DOS CORTE REAIS

Promovida pela Comissão de Estudos Côrte-Real realizou-se ainda na Sociedade de Geografia de Lisboa e ainda no auditório Adriano Moreira a conferência *A Quinta do Real Palácio de Queluz e outros Históricos Palácios de Lisboa, outrora propriedades dos Corte Reais*, em que

foi orador o Dr. João Moniz (Corte Real), membro dessa Comissão de Estudos. Na sua apresentação referiu o orador:

*Na sucessão de gerações a Quinta dos Corte Reais em Queluz, passou a ser propriedade de Dona Margarida Corte Real, trineta de João Vaz Corte Real, que casou com D. Cristóvão de Moura, Vice Rei de Portugal na dinastia dos Filípês de Espanha e 1º Marquês de Castelo Rodrigo. No ano de 1613 a Quinta já estava na posse do filho destes, D. Manuel de Moura Corte Real, tetraneto de João Vaz Corte Real, Donatário de Angra e Ilha de São Jorge. Após a restauração da independência de Portugal foram confiscados todos os bens dos Moura Corte Real. Apresentou de seguida que com a descendência de João Vaz Corte Real, navegador da Era dos Descobrimentos, Donatário de Angra e Ilha de São Jorge, o último descendente deste ramo Corte Real, a usar o apelido Corte Real, foi Don Gilberto Joaquim Pio de Sabóia Corte-Real Y Moncada, 4º Príncipe de S. Gregório, Duque de Nocera e 7º Marquês de Castelo Rodrigo.*

Prosseguiu com o *Palácio da Ribeira das Naus, o maior e mais importante Palácio dos Corte Reais* e por fim com a *Quinta e Palácio de Belém*, referindo que *Este último Palácio de Belém foi pertença de Dom Manuel de Portugal e de sua esposa, D. Margarida de Mendonça Corte Real, bisneta de João Vaz Corte Real, Navegador da Epopeia dos Descobrimentos, Donatário de Angra e Ilha de São Jorge. D. Joana Inês de Portugal (Corte Real), bisneta de D. Manuel de Portugal e D. Margarida de Mendonça Corte Real, casou com D. Luís da Silva Telo de Menezes, 2º Conde de Aveiras e pelo dote de casamento de D. Joana, a Casa de Aveiras tornou-se administradora do Morgado deste ramo Corte Real.*



*Na mesa, alguns membros da Comissão de Estudos Côrte-Real, da esquerda para a direita: Eng. António de Mattos e Silva, Conselheiro Sá Nogueira, vice-Almirante Alexandre da Fonseca, Dr. João Moniz Côrte-Real, Eng. José de Mattos e Silva, e atrás, Prof. Dr. José Ferreira Coelho*

*D. João da Silva Telo de Menezes, 3º Conde de Aveiras e 1º Marquês de Vagos vendeu a Quinta e Palácio de Belém a D. João V, Rei de Portugal.*

### **PRÉMIO INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA**

Estão abertas até ao próximo dia 6 de Abril de 2015 as candidaturas ao Prémio bienal promovido pelo Instituto Português de Heráldica. O júri desta edição é constituído por: Prof. Doutor Miguel Metelo de Seixas; Prof. Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro; Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; Prof. Doutora Maria de Lurdes

Rosa; e Prof. Doutor Tiago C. P. dos Reis Miranda.

Publicamos de seguida o regulamento para esta edição do Prémio:

1. O Instituto Português de Heráldica institui um prémio, a atribuir bienalmente para galardoar um trabalho de investigação original nos domínios da Heráldica, Genealogia, Nobiliarquia, História da Família ou áreas afins.
2. A atribuição do prémio e o desenrolar do procedimento prévio é da competência de uma comissão *ad-hoc*, composta pelo Presidente do Instituto Português de Heráldica, que preside, e



por quatro vogais, designados pelo Conselho Director sob proposta daquele.

3. Dois dos vogais são indicados de entre os sócios efectivos do Instituto Português de Heráldica, devendo os demais, sem esta vinculação associativa, possuir reconhecida projecção científica.

4. As decisões da Comissão são definitivas, cessando as funções da mesma com a decisão sobre a atribuição do prémio.

5. Designada a Comissão, deve a mesma fixar um prazo adequado para a apresentação de candidaturas, não inferior a 45 dias, procedendo à divulgação da iniciativa pelos meios que considerar adequados. A composição da Comissão deve igualmente ser objecto desta divulgação.

6. Os trabalhos apresentados a concurso devem ser inéditos, encontrando-se na sua forma definitiva e prontos para publicação.

7. Sem prejuízo do limite fixado nos termos do n.º 13, não se estabelecem requisitos mínimos ou máximos em termos de extensão dos trabalhos, devendo estes demonstrar uma contribuição valiosa para o estudo dos campos científicos em causa.

8. As candidaturas devem ser formuladas no prazo fixado pela Comissão, com a entrega de dois exemplares impressos e um ficheiro em suporte informático ou de cinco exemplares impressos, por correio registado ou pessoalmente, na sede do Instituto (Museu do Carmo, Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa), exemplares estes que não serão devolvidos.

9. A decisão de atribuição do prémio deve ser tomada nos 60 dias posteriores ao termo do prazo de candidatura, sendo comunicada a todos os candidatos. Pode a Comissão decidir não atribuir o prémio.

10. O prémio consiste em

- a. atribuição de um diploma;
- b. direito à menção do seu recebimento nos lugares de estilo;
- c. publicação da obra a cargo do Instituto, nos termos seguintes.

11. O júri pode ainda decidir a atribuição de menção honrosa a uma ou mais das obras apresentadas a concurso, caso entenda chamar desta forma a atenção para a qualidade das mesmas. As menções honrosas consubstanciam-se na atribuição de um diploma e no direito à menção do seu recebimento nos lugares de estilo.

12. Para concretização da publicação da obra premiada, que será diligenciada pelo Instituto, cabe ao autor entregar texto e eventuais imagens, tudo obedecendo ao Regulamento da revista *Armas e Troféus*.

13. A edição será feita em 300 exemplares, pertencendo 270 ao Instituto e 30 ao autor.

14. O montante máximo a suportar pelo Instituto será fixado, pela sua Direcção, no momento de abertura de cada concurso, informando-se os interessados que o solicitarem e, em qualquer caso, os candidatos admitidos.

15. Se esse montante não for suficiente para a publicação da obra premiada, o disposto no n.º 10, c), convola-se em apoio financeiro a prestar ao autor, em caso de publicação, devendo ser mencionado o facto no local próprio do livro.

16. O autor mantém a integralidade dos seus direitos, designadamente quanto a uma segunda edição, devendo em tal hipótese fazer menção ao recebimento do prémio.

17. Caso ocorra patrocínio do prémio por terceira entidade, a mesma tem direito a ver reconhecido esse apoio, com as mesmas menções estabelecidas neste regulamento para o Instituto.

18. A entrega do prémio e de eventuais menções honrosas, consubstanciada no respectivo diploma, será efetuada em sessão do Instituto, se possível a de abertura ou de encerramento do ano académico.

#### 9.º ENCONTRO DE GENEALOGISTAS DO ALGARVE



Realiza-se no próximo dia 2 de Maio, sábado, o já habitual Encontro de Genealogistas do Algarve. Encontro sempre profíquo e em ambiente agradável de troca de informações e enriquecimento cultural. Para inscrições contacte a organização pelo endereço electrónico <http://www.9ega.com/>  
Programa:

10 h - Concentração junto à Casa dos Condes de Alcoutim (oferta de lembranças).

11h - Visita guiada a alguns lugares

históricos de Alcoutim (igreja matriz de S. Salvador, Igreja da Misericórdia, ermida de Nossa Senhora da Conceição, castelo).

13 h - Almoço.

15 h - lançamento do livro *A linbagem de João Freire de Andrade, 1º senhor de Alcoutim*, da autoria de Óscar Caeiro Pinto.

15.30 -Tertúlia genealógica e Comunicações (no castelo de Alcoutim).

- *A família Guerreiro de Aboim de Martim Longo e a sua ligação aos morgados de Almodôvar*, por Luís Soveral Varela.

- *O Aleo representado na igreja matriz de Alcoutim e o governador de Ceuta D. Pedro de Menezes*, por José Ferreira Coelho.

- *Catarina Pessanha, Fidalga, Freira e Santa em Saragoça*, por Ofir Chagas.

#### I JORNADAS DIREITO NOBILIÁRQUICO

No passado dia 19 de Fevereiro no auditório da Faculdade de Letras de Lisboa na Cidade Universitária, decorreram as primeiras jornadas de Direito Nobiliárquico. Sob o Alto Patrocínio de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança; organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito de Lisboa e pela Faculdade de Direito de Lisboa; com o apoio institucional do



Instituto da Nobreza Portuguesa, do Instituto Português de Heráldica e da Associação Portuguesa de Genealogia; a coordenação científica dos Professores Doutores António Menezes Cordeiro e José Artur Duarte Nogueira; a coordenação executiva dos Professores Doutores Gonçalo Sampaio e Mello e Diogo da Costa Gonçalves; e perante um auditório quase cheio, das 9h30 até às 19h00, usaram da palavra, e sob os mais diversos temas relacionados com o Direito Nobiliárquico, alguns dos mais autorizados conhecedores do assunto. Após a abertura da sessão pelo Prof. Dr. António de Menezes Cordeiro e por S.A.R. o Senhor Dom Duarte, seguiram-se as várias comunicações, de que destacamos pelo seu particular interesse e a forma excepcionalmente pedagógica como foram apresentadas: *Introdução à Teoria da Nobreza*, pelo Prof. Dr. Gonçalo Sampaio e Mello; *Títulos por uma Vida*, pelo Prof. Dr. Eduardo Vera-Cruz Pinto; *Direito ao Nome e Títulos Nobiliárquicos*, pelo Prof. Dr. A. Barreto Menezes Cordeiro; e *Títulos Nobiliárquicos e Tutela Empresarial*, pelo Prof. Dr. Diogo da Costa Tavares. Infelizmente as intervenções na área específica da Genealogia não acompanharam, no

nosso entender, o interesse, a qualidade e a profundidade das restantes, mas a sua presença em jornadas desta índole são já uma indicação de como esta Ciência auxiliar da História, tem hoje uma projecção e interesse completamente distintos do que tinha há décadas. Apenas podemos esperar agora por uma eventual publicação das comunicações proferidas, e também que esta iniciativa se repita a partir de então com alguma regularidade. Ficaremos todos sem dúvida muito mais ricos.

**JORNADAS DE DIREITO NOBILIÁRQUICO**  
19 FEVEREIRO 2015  
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
PARTICIPAÇÃO LIVRE MEDIANTE REGISTO

**COORDENAÇÃO CIENTÍFICA**  
PROF. DOUTOR ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO  
PROF. DOUTOR JOSÉ ARTUR DUARTE NOGUEIRA

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**  
PROF. DOUTOR GONÇALO SAMPAIO E MELLO  
PROF. DOUTOR DIOGO DA COSTA GONÇALVES

9h30	SESSÃO ABERTURA S.A.R. o Senhor Dom Duarte Prof. Doutor António Menezes Cordeiro Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira	10h40	3 O USO DE TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS EM PORTUGAL Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Coordenador da Jornada)
10h00	1 ASPECTOS GERAIS DO DIREITO NOBILIÁRQUICO COORDENADOR: Prof. Doutor Martin de Haan (Universidade de Leuven)	10h40	4 O ESTATUTO JURÍDICO DO INSTITUTO DA NOBREZA PORTUGUESA Dr. Augusto Pereira de Amorim (Instituto de História da Universidade Nova de Lisboa)
10h20	2 INTRODUÇÃO À TEORIA DA NOBREZA Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello (Universidade Nova de Lisboa)	10h40	5 RECONHECIMENTO E OUTORGAM DE TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS Dr. Miguel Espírito Santo (Universidade Nova de Lisboa)
10h40	3 TÍTULOS POR UMA VIDA Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Universidade Nova de Lisboa)	10h40	6 A REPÚBLICA E A HERÁLDICA Dr. Paulo Soares (Universidade Nova de Lisboa)
10h40	4 A GENEALOGIA E O DIREITO Dr. José Carlos Gomes Henriques (Associação Portuguesa de Genealogia)	10h40	7 DEBATE
10h50	5 DEBATE		
11h30	6 INTERVALO		
12h00	7 2 O DIREITO NOBILIÁRQUICO PORTUGUÊS ATUAL COORDENADOR: Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira (Universidade de Leuven)	12h00	8 4 A TUTELA DOS TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS COORDENADOR: Prof. Doutor Pedro Bragança Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)
12h00	8 A AUTONOMIA DOG MÁTICA DO DIREITO NOBILIÁRQUICO Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Universidade Nova de Lisboa)	12h00	9 DIREITO AO NOME E TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (Universidade Nova de Lisboa)
12h20	9 O DIREITO NOBILIÁRQUICO E A CONSTITUIÇÃO Prof. Doutor Laurence Vilhain de Fritsch (Universidade Nova de Lisboa)	12h20	10 TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS E TUTELA EMPRESARIAL Prof. Doutor Diogo da Costa Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
12h40	10 LINHAS DE EVOLUÇÃO DO DIREITO NOBILIÁRQUICO Prof. Doutor António Pedro Ribeiro Henriques (Universidade Nova de Lisboa)	12h40	11 A DIVULGAÇÃO GENEALÓGICA Dr. João Diniz (Universidade Nova de Lisboa)
12h50	11 DEBATE	12h50	12 DEBATE
13h00	12 INTERVALO	13h00	13 ENCERRAMENTO

**ORGANIZADOR**  
CIDP Faculdade de Direito Universidade de Lisboa

**PARCERIAS**  
FACULDADE DE DIREITO UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO DA NOBREZA PORTUGUESA  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GENEALOGIA

**INFORMAÇÕES | INSCRIÇÕES ATÉ 18 FEVEREIRO**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
CIDP@FACDIREITO.DLULPT | WWW.CIDPPT



*Na contra-capa: Brasão de Armas de D. Anna Malgorzata Starzewska Martins da Costa – pintura a guache sobre papel, 18 cm x13 cm, data 2015, da autoria do nosso Membro, o Artista, Heraldista e Ex-Librista Luís Camilo Alves.*

Lisonja partida: à dextra, armas de António Martins da Costa (marido da armoriada) – esquartelado: no 1.º quartel – Melo; no 2.º quartel – Costa; no 3.º quartel – Barbosa; no 4.º quartel – Pinto; por diferença meia brica de verde carregada de uma lisonja de prata; à sinistra, armas de Slepowron (Polónia).



